UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Tese de Doutorado

O povo no caleidoscópio:

O discurso bolsonarista à luz das teorias contemporâneas do populismo

Michele Diana da Luz

Pelotas, 2022

Michele Diana da Luz

O povo no caleidoscópio

o discurso bolsonarista à luz das teorias contemporâneas do populismo

Tese de Doutorado a ser avaliada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas.

Orientador: Daniel de Mendonça

Pelotas, 2022

Michele Diana da Luz

O povo no caleidoscópio: O discurso bolsonarista à luz das teorias contemporâneas do populismo

Tese aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 06 de julho de 2022.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Daniel de Mendonça (Orientador)
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Prof. Dr. Áureo Toledo Gomes
Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP).

Profa Dra. Bianca de Freitas Linhares
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Profa Dra Rosângela Marione Schulz
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

L979p Luz, Michele Diana da

O povo no caleidoscópio : o discurso bolsonarista à luz das teorias contemporâneas do populismo / Michele Diana da Luz ; Daniel de Mendonça, orientador. — Pelotas, 2022.

295 f.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Bolsonarismo. 2. Populismo. 3. Teoria do discurso. 4. Redes sociais. 5. Direita. I. Mendonça, Daniel de, orient. II. Título.

CDD : 320

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Aos meus pais.

Agradecimentos

Uma tese é feita de muito estudo e dedicação, mas também de muitas ausências. É um processo solitário e por vezes bastante desanimador, especialmente em uma realidade tão hostil à ciência e à educação do país. Eu tive o privilégio de ter ao meu lado pessoas muito especiais durante essa trajetória. Para elas, registro aqui minha gratidão:

Aos meus pais, irmãos, cunhada e sobrinho, pelo apoio incondicional, pela compreensão nas minhas ausências e por me inspirarem constantemente.

Ao meu orientador, Daniel de Mendonça, pela confiança e por todo o aprendizado ao longo de tantos anos de trabalho conjunto.

Aos meus coorientadores, Mark Devenney e Claire Woodford, pelo acolhimento e suporte em meu período de pesquisa junto à University of Brighton.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo suporte material, que foi de grande importância para a consecução deste trabalho, tanto no Brasil quanto durante o Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior.

A todos os mestres que fizeram parte de minha formação até aqui, nos quais tive e sigo tendo minha referência profissional.

Aos meus colegas de doutorado do PPGCPol/UFPel, Marina, Bruno, Valéria, Carolina e Helen, com os quais por inúmeras vezes compartilhei inseguranças e questionamentos.

Aos amigos que me acompanharam neste caminho e se fizeram presentes por gestos, palavras, discussões e acolhimento, tornando a jornada mais leve:

Bianca, Letícia, Larissa, Mariana, Gabriel, Camila, Marcela, Vinícius, Dóris, Francisco, Pedro, Álvaro e Patrícia.

À Daisy, por me ajudar a me reencontrar com os meus propósitos.

Ao meu companheiro nas infindáveis madrugadas de escrita, Jax.

À toda a sociedade brasileira, por ter financiado minha educação pública, gratuita e de qualidade, sem a qual eu não teria chegado até aqui.

Obrigada.

Resumo

LUZ, Michele D. **O povo no caleidoscópio:** o discurso bolsonarista à luz das teorias contemporâneas do populismo. Orientador: Daniel de Mendonça. 295p. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

O populismo é um fenômeno cuja origem remonta a dois movimentos agrários do século XIX. De lá para cá, sua ocorrência em diferentes partes do globo e em variados formatos fez com que a teoria política se debruçasse sobre o tema na tentativa de compreendê-lo. Os esforços analíticos passaram por diferentes etapas, que permitiram uma visão mais abrangente a seu respeito, de modo a ampliar o debate para aspectos como a sua relação com a democracia representativa liberal e a centralidade do antagonismo para o fenômeno. Na última década, o populismo voltou ao centro do debate teórico em virtude de sua ressurgência. Com feições novas, o momento populista atual tem se caracterizado pelo seu tom reativo e radicalizado. No Brasil, um discurso com traços muito similares ganhou espaço e culminou na eleição de Jair M. Bolsonaro como Presidente da República, em 2018. Visando verificar a adequação de se classificar o bolsonarismo como um fenômeno populista, o trabalho se propôs a identificar os principais sentidos articulados pelo discurso e, a partir disso, a centralidade das figuras do “povo” e do “inimigo” em sua estruturação. Tomando por base o arcabouço teórico do populismo, a pesquisa empregou a análise do discurso laclauniana como metodologia para a investigação dos discursos pré-eleitorais e eleitorais de Jair Bolsonaro (2015-2018) em sua principal plataforma de comunicação, o Facebook. Os resultados confirmaram a hipótese defendida, de que o bolsonarismo se constitui como um discurso populista reativo de direita. Identificando que a identidade do “povo” no bolsonarismo se constrói no significante do “cidadão de bem”, em oposição ao “inimigo”, descrito na imagem do Partido dos Trabalhadores, o estudo sublinha a necessidade de a teoria populista estar atenta às formas de construção do “povo” que escapam às configurações clássicas empregadas pela teoria e propõe a ampliação e adequação temporal das dicotomias associadas ao fenômeno.

Palavras-chave: Bolsonarismo. Populismo. Teoria do Discurso. Redes Sociais. Direita.

ABSTRACT

LUZ, Michele D. **The people in the kaleidoscope:** Bolsonarist discourse in light of contemporary populist theories. Advisor: Daniel de Mendonça. 295p. Dissertation (Doctorate in Political Science). Institute of Philosophy, Sociology and Politics, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2022.

Populism is a phenomenon which traces back to two agrarian movements of the 19th century. Since then, its increasing occurrence in different parts of the world and in a variety of forms has led political theorists to give further consideration to the issue. The analytical efforts have undergone different stages, leading to a wider perspective and expanding the debate to include aspects regarding populism's relation with liberal democracy and the centrality of antagonism. In the past decade, populism has returned to the center of the theoretical debate due to its resurgence. With new characteristics, the present populist moment has been defined by its reactive and radical tone. In Brazil, a discourse with similar traits gained prominence and culminated in the victory of Jair M. Bolsonaro in the presidential election of 2018. Aiming to verify the suitability of classifying bolsonarism as a populist phenomenon, the study identified the key meanings articulated in the discourse in order to elucidate the centrality of the "people" and the "enemy". On the basis of the theoretical framework of populism, the study employed Laclaunian discourse analysis to investigate the pre-electoral and electoral discourses of Jair M. Bolsonaro (2015-2018) in his main communication platform, Facebook. The results supported the hypothesis, confirming bolsonarism as a reactive right-wing populist discourse. Identifying the "people" of bolsonarism in the signifier of "the good citizen", in opposition to the "enemy", described in the imagem of the Workers' Party, the study underlines the need for the populist theory to consider other ways in which "the people" can be constructed, many of which defy the conventional typologies offered by existing literature. Furthermore, it suggests adjustments to the dichotomies associated with the populist phenomenon.

Keywords: Bolsonarism. Populism. Discourse Theory. Social Media. Right.

Lista de Figuras

Figura 01 Captura de tela de vídeo de Bolsonaro falando sobre como ter uma filha menina mudou sua vida..... 79

Figura 02 Captura de tela de postagem que reproduz vídeo crítico às jornalistas mulheres..... 80

Figura 03 Captura de tela de postagem que reproduz vídeo de Mr. Catra falando sobre a escravidão..... 83

Figura 04 Captura de tela de postagem que reproduz vídeo do professor Paulo Quilombola, fundador do Movimento Afro-indígena Nacional, declarando apoio a Bolsonaro..... 84

Figura 05 Captura de tela de postagem que reproduz vídeo de Bolsonaro recebendo a visita de indígena da Tribo Xingu.... 89

Figura 06 Captura de tela de postagem em que Bolsonaro afirma que a prioridade serão as pessoas de bem..... 94

Figura 07 Captura de tela de postagem que reproduz vídeo sob legenda que parabeniza a polícia pela morte de assaltantes..... 96

Figura 08 Captura de tela de postagem na qual Bolsonaro alerta sobre o Triplo A..... 98

Figura 09 Captura de tela de postagem que reproduz vídeo sob a legenda que alerta sobre a crise migratória venezuelana..... 103

Figura 10 Captura de tela de postagem que reproduz vídeo de Bolsonaro afirmando que governaria pelo exemplo..... 106

Figura 11 Captura de tela de postagem na qual Bolsonaro se compromete com a manutenção de direitos trabalhistas e sociais..... 108

Figura 12 Captura de tela de postagem em defesa do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra..... 115

Figura 13 Captura de tela de postagem sobre a visita a Israel e o batismo no Rio Jordão..... 120

Figura 14 Captura de tela de postagem de Bolsonaro acusando Haddad de enganar os fiéis..... 121

Figura 15 Captura de tela de postagem sobre o controle da Internet e Regulação da Mídia..... 123

Figura 16 Captura de tela de postagem de Bolsonaro se apresentando como um *outsider*..... 132

Figura 17 Captura de tela de postagem de Bolsonaro acusando o PT de autoritarismo..... 138

Figura 18 Percepção dos brasileiros sobre os principais problemas do país, série histórica Latinobarómetro..... 145

Figura 19 Gráfico de Frequência de codificação dos significantes..... 152

Figura 20 Sentidos compartilhados pelos dos significantes 2015-2018.. 153

Figura 21 Gráfico de predominância sentimento positivo/propositivo..... 154

Figura 22 Gráfico de predominância sentimento negativo/reativo..... 154

Figura 23 Pontos nodais do discurso bolsonarista..... 156

Figura 24 Principais dicotomias discursivas do bolsonarismo..... 163

Figura 25 Captura de tela de postagem contendo vídeo do discurso da vitória..... 168

Figura 26 Gráfico de intenção de voto 2º turno por renda..... 201

Figura 27 Gráfico de intenção de voto 2º turno por nível de instrução..... 201

Figura 28 Gráfico de intenção de voto 2º turno por cor..... 202

Figura 29 Gráfico de projeção do eleitorado por religião..... 204

Sumário

Introdução…… 13

1 Elementos teóricos para uma conceituação adequada do Populismo…… 27

1.1 Introdução……... 27

1.2 Voltando às origens: Os dois casos clássicos do populismo……. 30

1.2.1 O movimento agrário estadunidense e o People's Party……. 31

1.2.2 O Narodnik…….. 33

1.3 O populismo na arena política……. 35

1.4 Das formas de abordar o conceito…….. 37

1.5 Populismo no poder: o dilema institucional……... 42

1.6 Das formas de interpretar o populismo…….. 44

1.7 Aproximando-se do conceito: populismo em suas definições mínimas... 48

1.7.1 Populismo, povo, elite e vontade geral em Margaret Canovan…….. 49

1.7.2 A centralidade da *heartland* no conceito de Populismo de Paul Taggart……... 52

1.7.3 O Populismo como uma ideologia de centro maleável na proposta de Cas Mudde…… 56

1.7.4 O Populismo como a construção do povo em Ernesto Laclau……... 61

1.8 Encaixando os conceitos: categorias para uma análise empírica……. 65

1.9 Considerações……... 68

2 Desvendando mitos: Os Sentidos do Bolsonarismo…… 70

2.1 Introdução……... 70

2.2 Minorias (LGBTQIA+, Mulheres, Negros e Indígenas)..... 73

2.3 Segurança e Direitos Humanos…….. 90

2.4 Meio Ambiente, Relações Exteriores e Economia……... 97

2.5 Liberdade, Democracia e as Forças Armadas……. 110

2.6 Educação, Família e Fé…… 117

2.7 Mídia, Eleições e Corrupção…… 122

2.8 Esquerda e PT……... 135

2.9 Povo……. 139

2.10 Considerações……. 141

3 Delimitando fronteiras: articulação de sentidos e formas de pertencimento na construção do "Povo" e do "Inimigo" no Bolsonarismo……. 143

3.1 Introdução……... 143

3.2 Condições de emergência do Bolsonarismo……. 144

3.3 Determinação dos antagonismos e definição do inimigo…… 151

3.4 Construindo o povo do Bolsonarismo: O cidadão de bem…….. 161

3.5 Breves considerações acerca dos aspectos históricos e sociais da construção do "povo" e do "inimigo" no Bolsonarismo……... 171

3.6 Considerações……... 177

4. Reflexões sobre as teorias populistas à luz do Bolsonarismo……. 179

4.1 Introdução……... 179

4.2 Bolsonarismo: novos aspectos de um velho fenômeno…….. 181

4.3 A reatividade como um elemento articulador…… 189

4.4 A centralidade do ressentimento no populismo reativo…….. 196

4.5 Repensar a teoria populista a partir da experiência do Bolsonarismo….. 199

4.6 Considerações……... 212

Considerações Finais……... 216

Referências……... 222

Apêndices…….. 243

Anexos……... 294

INTRODUÇÃO

O populismo é um conceito muito contestado, cuja percepção sofreu considerável transformação no decorrer do tempo. Com origem em dois movimentos distintos - o N*arodnik* russo e o movimento dos agricultores norte-americanos - e com experiências posteriores muito diversas em diferentes países e continentes, o fenômeno tende a ser tratado pelo senso comum e pela mídia como uma estratégia utilizada por líderes carismáticos para a manipulação das massas, sobretudo em países considerados “democraticamente atrasados”.

Essa leitura do populismo foi particularmente aplicada no que concerne às experiências latino-americanas, comumente vislumbradas de um ponto de vista etapista, ou calcado nas perspectivas teóricas da sociologia da modernização ou da teoria da dependência. Sumariamente, conforme esse entendimento, a emergência do populismo nos países da América Latina decorreria do estágio atrasado de nossas democracias. Com o passar do tempo e com a variedade de manifestações do populismo ao longo dos anos, ocorre uma mudança na forma de interpretá-lo, sobretudo por sua crescente ocorrência em democracias "maduras”.

Diversas tentativas foram feitas pela ciência política no sentido de estabelecer tipologias ou características definidoras do populismo (CANOVAN, 1981; WILES, 1969; BERLIN, 1968), o que se mostrou ineficaz e levou a uma relativa aceitação dentro do campo de que tal fenômeno político só poderia ser adequadamente compreendido por meio de leituras assintomáticas de suas diferentes manifestações. Conforme Margaret Canovan (2005), isto implica em reconhecer que o populismo adota as cores de seu entorno, não havendo uma história, ideologia, programa ou base social que sejam compartilhados pelos diferentes populismos. Isto fica claro ao se observar a dissonância entre os discursos populistas europeus e latino-americanos surgidos nas últimas décadas, por exemplo. Historicamente, nos casos europeus, populismo frequentemente refere-se a um posicionamento nacionalista, anti-imigração e xenófobo, enquanto na América Latina é comumente associado à mobilização dos oprimidos (agrários ou urbanos) e a uma constituição identitária suprimida.

Um olhar diacrônico para as experiências populistas latino-americanas revela o quanto os posicionamentos e valores empunhados estão adstritos aos

contextos locais e temporais. A região nos dá uma boa amostra da maleabilidade do conceito, que se adequa tanto a discursos de direita quanto de esquerda (MUDDE, 2007, 2016; WORSLEY, 1969). Basta pontuar que os principais casos de populismos latinos do início da década de 1990, denominados neopopulismos, possuem características totalmente distintas daquelas presentes nos populismos experienciados ao longo do continente até a década de 1970.

Tendo em conta esta flexibilidade, estudos mais recentes dedicaram-se a propor uma definição "mínima" para o populismo, procurando, para tanto, encontrar conexões tênues entre as suas diferentes manifestações (MÉNY e SUREL 2000, 2002; TAGGART, 2000, 2002; MUDDE, 2016). Nestes, a tendência passou a ser a identificação de dois elementos sem os quais o populismo não é possível: "o povo" e seu "inimigo". Intrínseca a essa relação, em todas as definições, está a identificação da essência do populismo no antagonismo. Para Francisco Panizza (2005), por exemplo, o antagonismo centra-se na dimensão "anti-*status* quo" do populismo. Para Cas Mudde (2016; 2004), consiste na separação da sociedade em dois campos homogêneos, "as pessoas simples" *versus* "a elite corrupta". Para Ernesto Laclau (2005), por sua vez, o populismo é visto como a própria essência da política e equiparado à democracia (radical). O antagonismo, em sua visão, cumpre a tarefa de reintroduzir o conflito na política como forma de ampliar a mobilização dos setores excluídos da sociedade.

Seguindo essa linha, as discussões acerca do populismo enquanto fenômeno, assim como as tentativas de defini-lo conceitualmente, incorrem necessariamente na reflexão sobre sua relação indissociável com a democracia, sendo a inquietante questão de fundo sempre a mesma: seria o populismo uma ameaça à democracia, ou sua própria e única forma de realização efetiva? As respostas a essa pergunta tampouco são consensuais. Há, todavia, relativo consenso entre várias leituras do populismo a respeito de seu papel como um indicador do mau funcionamento da saúde democrática, ou uma espécie de sinal dos defeitos do sistema político representativo (ARDITI, 2005; PANIZZA, 2005; MÉNY e SUREL 2000; TAGGART, 2000). Sob este prisma, o populismo é entendido como uma espécie de "reação inflamatória" do corpo democrático, que ocorre quando há deficiência de algum órgão no desempenho de suas funções, ou seja, quando as demandas de uma parcela da população, que se reivindica como "o povo", não são satisfeitas.

Como afirmado anteriormente, a natureza camaleônica do populismo (TAGGART, 2004) faz com que ele possa adotar discursos tanto à esquerda quanto à direita, e isso implica em características muito contrastantes destas duas formas de reivindicar a representação do povo. Tradicionalmente associado aos casos europeus, o populismo de direita costuma mobilizar demandas consideradas excludentes, enquanto o populismo de esquerda, comumente observado na América Latina, tende a ser classificado como mais inclusivo por mobilizar demandas igualitárias (MUDDE e KALTWASSER, 2013, p. 147). Assim, os casos de populismo de direita geralmente são vistos como uma forma de afastar as minorias da participação política, ao passo que as experiências populistas de esquerda tendem a ser consideradas formas de se repensar este aspecto da democracia representativa.

A última década deu inúmeros exemplos de como a aparente associação geográfica não pode ser tomada como um fator decisivo. Em 2011, o mundo observou a eclosão de movimentos críticos às desigualdades sociais derivadas do sistema econômico vigente. Dentre eles, as manifestações da Primavera Árabe (2010/2011), do *Occupy Wall Street* (EUA) e do 15-M (Espanha), foram as de maior repercussão, mas dezenas de países seguiram na mesma trilha. Ainda que as motivações não fossem exatamente as mesmas em todos os lugares, havia um sentido principal compartilhado: a insatisfação com as condições de vida e com a classe governante. Justamente por isso, muitas delas despontaram como demonstrações populistas, ou serviram de espaço para a projeção política de grupos e atores políticos que ganharam visibilidade a partir de suas pautas.

No alvorecer do fenômeno, o caráter progressista dos discursos - marcadamente crítico ao sistema financeiro e à classe política - e seu eco ao redor do mundo, trouxeram a sensação de que aquele momento demarcava uma mudança na dinâmica política vigente: a voz das ruas se sobressaía e propunha novas formas de pensar a realidade para contrapor o engessamento ao qual os partidos do *establishment* político estavam presos. Em alguns casos, isso se confirmou. A derrubada de líderes autocráticos na Tunísia[1], no Egito[2] e na Líbia[3]; a visibilidade das ideias defendidas por líderes como Bernie Sanders (Democratas), nos EUA; a criação do PODEMOS (2014), na Espanha; e a eleição do Syriza

[1] Zine al-Abidine Ben Ali, 23 anos no poder.
[2] Hosni Mubarak, 29 anos no poder
[3] Muammar Khadafi, 42 anos no poder.

(2015), na Grécia, são com frequência atribuídos à mudança de debate possibilitada pelas demonstrações de rua que tiveram início em 2011.

Todavia, o desenrolar dos acontecimentos não foi positivo em todos os casos, e nos anos que se seguiram, alguns destes mesmos países tornaram-se parte do fenômeno global de ascensão da extrema-direita. Na Líbia, na Síria, e em demais países da região Norte da África e do Oriente Médio, as tensões internas e a forte repressão elevaram a situação para uma guerra civil de consequências (ainda) incalculáveis, provocando crises humanitárias e forçando seus cidadãos a buscarem refúgio em países europeus. Na Europa, em um curto intervalo de tempo, as mesmas insatisfações e sentimentos de inadequação trazidos à tona em 2011 foram organizadas eleitoralmente por forças opostas àquelas que se sobressaíram nas manifestações, e a crise migratória serviu como um álibi conveniente para a radicalização dos discursos.

Um primeiro sinal neste sentido foi a eleição do Parlamento Europeu, em 2014, quando a chamada "frente conservadora"[4] conquistou a maioria das cadeiras. Ainda que com plataformas distintas, os partidos da referida frente partilhavam de motivações muito próximas entre si, dentre as quais eram sobressalentes a exaltação ao nacionalismo, a conduta anti-imigração e a presença de propostas para a saída do Bloco Europeu. Seguindo as mesmas premissas, o episódio do *Brexit* (Grã-Bretanha *exit*)[5], em 2016, foi outro demonstrativo do crescimento de discursos populistas de direita. Além de expor um posicionamento político até então não muito visível na Grã-Bretanha, a iniciativa foi vista como um fator encorajador aos líderes populistas de outros países (França, Holanda, Itália, Áustria, Suécia, Alemanha e Dinamarca), que manifestaram interesse em realizar plebiscitos com o mesmo fim. Na França, a líder da direita radical, Marine Le Pen, chegou ao segundo turno das eleições presidenciais de 2017 e de 2022. Na Espanha, o partido *Vox* (2013) avançou internamente e garantiu representatividade nas eleições regionais de 2018. Na Grécia, na Hungria, na Polônia, nos Países Baixos e na Itália, líderes da extrema-direita considerados populistas também obtiveram sucesso eleitoral.

---

[4] Dentre os partidos considerados de extrema-direita que elencam este grupo estão: Reunião Nacional (antiga Frente Nacional, França), Aurora Dourada (Grécia), Partido Nacional Democrata Alemão (Alemanha), Partido dos Verdadeiros Finlandeses (Finlândia), Partido da Liberdade da Áustria (Áustria), Jobbik (Hungria), Partido Popular da Dinamarca (Dinamarca) e o Movimento 5 Estrelas (Itália).

[5] Referendo realizado no dia 23/06/2016, no qual a maioria da população britânica votou pela saída do Reino Unido da União Europeia.

Longe de ser um fenômeno exclusivo do “velho mundo”, a onda de movimentos à direita atravessou o oceano e se mostrou bastante proeminente na América do Norte e ao Sul do hemisfério. Com traços distintos, o crescimento desta corrente do lado de cá do Atlântico caracterizou-se por ter maior expressão na figura dos atores políticos do que nos partidos que estes representam. A eleição de Donald Trump à presidência dos EUA (2016) expôs esta característica, dando à extrema-direita espaço no debate político estadunidense e dividindo o Partido Republicano.

Bernard Manin explica essa concentração na figura do ator político como um resultado da emergência dos meios de comunicação em massa, que amplificaram as possibilidades de interação entre os representantes e representados e deram início a um padrão de comportamento político eleitoral por ele denominado de “democracia do público” (MANIN, 1995; 2013). Tais características soam bastante familiares quando voltamos a atenção para o Brasil, onde a cultura política é marcadamente pragmática e personalista. De acordo com Marcello Baquero, tal posicionamento decorreria do descrédito e da desconfiança dos eleitores com relação à política e aos políticos, assim como de um sentimento de ineficácia da política (BAQUERO, 2000). O sucesso eleitoral de atores políticos advindos de partidos pequenos ou com pouca relevância eleitoral é um fenômeno recorrente em nossa história democrática, de modo que a figura do líder tende a assumir centralidade. Por isso, em meio à ascensão de discursos de extrema-direita no mundo, não é surpresa que em sua versão brasileira esta característica tenha se sobressaído mais uma vez.

Aliado a isso, diferentemente dos EUA e, principalmente, da Europa, até 2018, não havia no Brasil um partido político ou mesmo candidatos de grande expressão eleitoral que se autointitulassem abertamente porta-vozes da ideologia de direita. Tal posicionamento tende a ser justificado como o comportamento da “direita envergonhada”, termo cunhado por Maria do Carmo C. de Souza (1988), que explica este traço identitário dos partidos de direita brasileiros como um esforço de dissociação de sua imagem em relação ao período ditatorial brasileiro (1964-1985), no qual a definição do significado de direita e esquerda estava diretamente ligada ao seu envolvimento (ou não) com o regime militar. Corolária desta interpretação seria a crença de que a redemocratização e as conquistas angariadas com a Constituição de 1988 teriam extinguido do cenário político brasileiro posicionamentos de direita mais radicais. Acontecimentos recentes, no

entanto, mostraram a necessidade de se repensar este suposto.

No cenário que antecedeu as eleições presidenciais de 2018, o crescimento do discurso de extrema-direita no Brasil despertou a atenção por diferentes razões. A principal delas foi a visível ramificação que a constituiu. Unindo diversos grupos que, em maior ou menor grau, declararam abertamente sua orientação ideológica, a "direita orgulhosa" brasileira se ergueu como uma resposta à "onda rosa" (PANIZZA, 2006; CHODOR, 2015; SCHAVELZON, 2016) vivenciada na América Latina na década anterior. Após os anos de consonância ideológica com os demais países latinos, vivenciados principalmente no Lulismo (SINGER, 2012) e que tiveram continuidade com a sucessão de Dilma Rousseff, o Brasil se viu em meio ao crescimento vertiginoso da direita, cujos posicionamentos mostraram-se bastante evidentes nas manifestações ocorridas em diversas cidades brasileiras nos anos de 2015 e 2016[6]. Já na organização destas manifestações pode-se perceber algo até então ainda não claramente estimado: a força da internet e das redes sociais na formação e pulverização de opiniões políticas.

Além de expor uma miríade de descontentamentos de significativa parcela da população brasileira com o governo e com a classe política, as manifestações trouxeram à tona diferentes sentidos em torno dos quais o discurso de oposição "à direita" foi se consolidando, e que foram bastante significativos para a articulação do discurso pró-*impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff. Combinando posicionamentos de repúdio à corrupção, de defesa da pátria e da família contra as ameaças bolivarianas, de críticas à crise econômica, de ataques ao Partido dos Trabalhadores e à esquerda, de defesa do Estado mínimo e de pedidos por intervenção militar (BARON, 2018, 2019), estes eventos aglutinaram uma série de significados não necessariamente coesos entre si e que mais tarde formariam a grande força política de 2018 no Brasil.

Assim como em outras partes do mundo, nas manifestações brasileiras era comum que os participantes e grupos organizadores se declarassem apartidários. Isso não impediu, no entanto, que inúmeras figuras políticas e os próprios organizadores associassem sua imagem aos discursos delas provenientes. Foi o caso do então Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro[7]. Incorporando muitos dos

---

[6] Avalia-se com frequência que o gérmen destas manifestações esteve presente já nas chamadas "Jornadas de junho", de 2013 (KAYSEL, 2016; PINTO, 2017). Contudo, as manifestações as quais se faz referência dizem respeito a um discurso já mais articulado, marcadamente de oposição à ex-Presidenta Dilma Rousseff.

[7] À época, filiado ao partido Progressistas (PP).

sentidos evidenciados pelas manifestações e convertendo a visibilidade gerada por essa associação em seguidores no ambiente virtual, Bolsonaro ampliou seu alcance a nível nacional[8] e projetou-se como uma opção eleitoral para muitos daqueles que estavam insatisfeitos com os rumos da política brasileira. Alargando seu espaço e dominando o debate na esfera virtual, no início de 2018, Bolsonaro já aparecia como segundo colocado nas pesquisas de intenção de voto para Presidente da República[9]. Em setembro do mesmo ano, sua página oficial na rede social Facebook, uma de suas principais ferramentas de campanha, possuía mais de cinco milhões e quinhentos mil seguidores (5.523.847), tornando-o a figura política brasileira com o maior número de seguidores na plataforma, à frente, inclusive, dos três últimos presidentes eleitos do Brasil: Dilma Rousseff (3.135.606 seguidores), Luiz Inácio Lula da Silva (3.667.142 seguidores), e Fernando Henrique Cardoso (504.239 seguidores)[10].

A posterior eleição de Jair Bolsonaro como Presidente do Brasil, em 2018, confirmou a importância da forte presença no ambiente virtual para a dinâmica eleitoral emergente. Ao repetir muitas das estratégias de campanha do ex-Presidente estadunidense Donald Trump, Bolsonaro consagrou-se como o principal representante da extrema-direita na América Latina, e pôs em evidência a capacidade de mobilização dessas ferramentas digitais para a radicalização e polarização de discursos. Muito antes do período oficial de campanha eleitoral, Bolsonaro já fazia uso massivo das redes sociais para difundir suas ideias e se tornar conhecido pelo eleitorado.

A popularidade de plataformas como o Facebook e o WhatsApp no Brasil foram fundamentais para a estratégia eleitoral de Bolsonaro, sendo utilizadas como seus principais canais de comunicação. No entanto, outras redes como o Twitter e o Youtube também integraram o plano de comunicação bolsonarista. Embora contassem com conteúdo muito parecido, por se tratar de redes diferentes, com públicos-alvo e formatos próprios, a forma de se comunicar em cada uma delas foi adaptada. Nas redes sociais abertas ao público geral (Facebook, Twitter e Youtube), Bolsonaro se beneficiou principalmente da lógica dos algoritmos para gerar engajamento e chegar até potenciais eleitores. Já no WhatsApp, a atuação foi mais direcionada à criação de uma fonte paralela de

[8] Entre março de 2015 e março de 2017, o número de seguidores de Jair Bolsonaro no Facebook saltou de 1.179.000 seguidores para 3.986.929 seguidores (Jornal Estadão, 2 de abril de 2017).
[9] DATAFOLHA, 30 de janeiro de 2018.
[10] Dados acessados em 22 de setembro de 2018.

notícias e descredibilização da mídia tradicional (NEMER, 2022, 2019).

Além da circulação pretensamente espontânea de notícias e memes, estes espaços serviram para gerar um senso de proximidade e horizontalidade entre os eleitores e o candidato, facilitando a percepção de igualdade e compartilhamento de visões de mundo entre eles. Pode-se dizer, neste sentido, que as redes sociais digitais aprofundaram os efeitos da democracia do público descrita por Manin, expandindo-a de modo a permitir que os receptores desempenhem um papel mais ativo, uma vez que estas redes constituem espaços de interação social nos quais os usuários não apenas recebem as informações, de forma passiva, mas são agentes multiplicadores de conteúdo.

Sob este prisma, os fenômenos populistas contemporâneos, que frequentemente usam as mídias sociais como principal canal de comunicação, mostram-se particularmente interessantes para análise. Sua inserção na forma de construção do discurso populista aduz novas possibilidades investigativas e permite a apreensão de fatores importantes para entender as relações estabelecidas entre emissores e receptores no processo de comunicação populista. Adicionalmente, por facilitar a observação da responsividade e do modo como essas interações ocorrem, as redes sociais são um espaço favorável para a identificação de particularidades culturais desses discursos e das transformações provocadas pelas novas ferramentas digitais, uma vez que a tecnologia e a cultura são forças codeterminantes e coconstrutivas (KOZINETS, 2014; KARLSEN, 2010).

Este último ponto é um fator que deve ser considerado para não se incorrer no erro da explanação “internet-cêntrica” de alguns eventos políticos contemporâneos. O principal equívoco, nestes casos, é o de ver a internet como a causa de eventos políticos ou sociais nos quais ela serviu de instrumento. Ainda que tenha desempenhado um importante papel no que concerne à mobilização e organização de diversas manifestações políticas em diferentes países do mundo e assuma crescente centralidade na estratégia comunicativa da política, uma tentadora sobrevalorização da tecnologia pode ter por efeito a relegação das motivações destes eventos, de modo que a exaltação do meio acaba por objetificar os fins. Na prática, isso implica em não simplificar as lutas (anteriores) existentes por trás das mobilizações que ocorrem no ambiente virtual, e não ignorar a importância dos componentes simbólicos, materiais, organizacionais, políticos e culturais que moldam as diferentes formas de protesto (MEYER & MINKOFF, 2004, *apud* SRINIVASAN & FISH, 2017, p. 76).

Tendo em conta esses fatores e tomando por pano de fundo o crescimento do discurso de extrema direita no Brasil, sobretudo após as eleições presidenciais de 2014, a pesquisa aqui apresentada teve por objetivo central a identificação dos principais sentidos que construíram o discurso da direita brasileira que chegou ao poder em 2018. Para tanto, a opção feita foi a de realizar a análise discursiva nas redes sociais, através do perfil oficial daquele que se sagrou o sujeito político desse discurso: Jair Messias Bolsonaro. Considerando as similaridades e contrastes entre o caso brasileiro e as experiências com as quais ele se aproxima em outras partes do mundo, predominantemente classificadas como populistas, inferiu-se sobre a adequação da classificação do bolsonarismo como um discurso populista. Com esse pressuposto em mente, recorreu-se então ao arcabouço teórico do populismo para, a partir dele, responder ao seguinte problema de pesquisa: Como são constituídos os sentidos articulados no discurso pré-eleitoral e eleitoral de Jair Bolsonaro (2015-2018) e como essa articulação pode ser classificada à luz das teorias contemporâneas do populismo?

Guiada por esta pergunta, a investigação foi dividida em cinco objetivos específicos, que corresponderam às etapas necessárias para o alcance do objetivo geral, quais sejam: a) discutir as principais teorias contemporâneas do populismo e suas respectivas categorias analíticas; b) identificar os principais sentidos que articulam o discurso bolsonarista em sua plataforma digital de comunicação no Facebook; c) indicar os pontos de antagonismo presentes no discurso; d) elucidar como se dá, a partir dos sentidos encontrados e sua relação antagônica, a construção do povo e do inimigo no discurso analisado; e, e) classificar o discurso a partir das categorias provenientes das teorias contemporâneas do populismo.

Por meio deste processo, buscou-se testar a hipótese da pesquisa, a qual sustentou que: a partir das principais categorias mobilizadas pelas teorias contemporâneas do populismo, nomeadamente, as de povo e inimigo, os sentidos articulados nos discursos pré-eleitorais e eleitorais do sujeito político Jair M. Bolsonaro constituem-se de forma reativa e antagônica às políticas progressistas defendidas por seus adversários políticos, podendo ser classificados como discursos populistas de direita.

A escolha pelo Facebook como o campo para a análise levou em consideração a novidade que a plataforma representou nas dinâmicas eleitorais

recentes e suas potencialidades investigativas. Tendo em vista que as redes sociais se tornaram um espaço de disputa pela audiência do grande público, as campanhas digitais assumiram relevância crescente nas mais diversas áreas, inclusive na política. A presença digital passou a ser um imperativo da comunicação política (ALDÉ e MARQUES, 2015; KARLSEN, 2010; HOWARD, 2005), servindo como um canal para que os cidadãos conheçam, escolham e contatem seus representantes (MITOZO, MARQUES E MONT'ALVERNE, 2016). De modo geral, as análises empíricas do populismo têm se proposto a observar o fenômeno por meio de diferentes canais, tais como os manifestos partidários (CAIANI & GRAZIANO, 2016; ROODUIJN, DE LANGE, & VAN DER BRUG, 2014), os programas eleitorais televisivos (JAGERS & WALGRAVE, 2007), as reportagens em jornais e televisão (HERKMAN, 2017; ROODUIJN, 2014; AKKERMAN, 2011; BOS, VAN DER BRUG,& DE VREESE, 2011) e, de forma mais incipiente, em diferentes espaços na internet, (NEMER, 2019; ENGESSER, ERNST *et al*, 2017; GERBAUDO, 2014; GROSHEK & ENGELBERT, 2013).

Longe de desconsiderar o importante papel que as campanhas de televisão e de rádio desempenham na decisão do voto, principalmente em um país onde o acesso à internet ainda é restrito a uma parcela da população[11], a opção por uma plataforma de rede social digital deveu-se ao fato de estas serem ferramentas essenciais nas disputas eleitorais atuais, nas quais a linha que divide o mundo "*offline*" do "*online*" mostra-se cada vez mais indefinida. Parte da relevância que esta nova esfera comunicativa assumiu deve-se ao fato de que mesmo com a existência de regras atinentes aos prazos para as campanhas oficiais neste meio[12], as redes sociais possibilitam uma espécie de campanha contínua, uma vez que os candidatos podem utilizá-la constantemente para apresentar suas ideias, visões de mundo, dialogar com seus possíveis eleitores e promover a sua imagem[13].

Além disso, possibilita também uma mensuração rápida e precisa do alcance do conteúdo publicado e de sua repercussão, de modo a viabilizar a percepção das preferências eleitorais dos seguidores e realinhar constantemente

[11] Em 2016, apenas 64,7% da população brasileira tinha acesso à internet (IBGE, 2016).
[12] Resolução nº 23.547, de 15 de dezembro de 2015.
[13] A campanha de Barack Obama à presidência dos EUA em 2008 foi um marco neste sentido. O então candidato revolucionou a maneira de fazer campanha política ao usar intensamente as plataformas digitais. Antes de Obama, Howard Dean (Governador de Vermont entre 1991 e 2003 e candidato presidencial pelo Partido Democrata norte-americano em 2003) já havia empreendido no uso da internet para arrecadação de verba para sua campanha eleitoral.

sua estratégia. Mesmo apresentando certo corte de caráter econômico (pois requer que os usuários tenham acesso à internet), as comunidades online são espaços nos quais se pode encontrar diferentes perfis etários, profissionais, regionais, de gênero e orientação sexual, caracterizando relativo grau de heterogeneidade entre os usuários. Ademais, como esses usuários notabilizam-se por formar, expressar e aprofundar suas alianças e filiações sociais nesses ambientes, constituindo através dessa participação online uma forma de experiência social regular e contínua, esta plataforma mostrou-se um espaço adequado para a identificação desses vínculos, uma vez que o afeto é um componente essencial na construção discursiva populista (LACLAU, 2013).

Tratando-se de um ambiente com grande riqueza de informações, a opção metodológica estipulada para captar mais adequadamente o discurso neste campo foi a de pesquisa qualitativa, mais especificamente, a análise de discurso. A escolha teve em conta a riqueza de elementos linguísticos e não linguísticos presentes no discurso investigado, tais como vídeos, imagens, músicas, ilustrações etc., os quais, como pondera Laclau (2013), também constituem discursos. Além disso, dado que a metodologia teórico-discursiva enfatiza a natureza antagônica e contingente dos discursos políticos, o método empregado, ao considerar a totalidade estruturada como resultado de práticas articulatórias, explicita a pertinência de se conhecer e considerar como e em que grau os elementos preexistentes à articulação política populista adquirem novas significações e, ainda, o quanto a ideologia influencia em tais significações.

Assim, tendo em vista o objeto de pesquisa e a hipótese a ser testada, o recorte temporal empregado foi estabelecido visando captar as possíveis nuances presentes na formação discursiva e a evolução desta no decorrer da estruturação da identidade política do bolsonarismo. Por isso, o ponto de partida escolhido para a análise foi o ano de 2015, que marca o início de um movimento mais perceptível da “nova direita” brasileira, quando as manifestações pelo *impeachment* da então Presidenta da República, Dilma Rousseff, ganharam mais força e, com isso, o discurso antipetista ao qual Bolsonaro se associou e se colocou como figura representativa, teve maior repercussão nas redes sociais. O período final das análises é a data de divulgação dos resultados oficiais das eleições presidenciais de 2018 (28 de outubro), quando Jair M. Bolsonaro foi declarado eleito o 38º Presidente do Brasil.

Delimitadas estas questões, a tese foi dividida em quatro capítulos, correspondentes a cada uma das etapas de seu desenvolvimento. A primeira etapa, apresentada no primeiro capítulo, foi a de revisão da bibliografia sobre o populismo. Neste momento inicial, foram selecionadas as principais obras contemporâneas que abordam o tema, principalmente a partir do final da década de 1990 e do início dos anos 2000. A demarcação temporal para a seleção das obras foi estabelecida após uma revisão sistemática da literatura mais difundida sobre o populismo ocidental. A escolha, entretanto, não desconsidera a vasta produção científica precedente, que teve grande contribuição na organização do debate hoje vigente. Antes, tem por intuito delinear categoricamente o estudo, visto que é a partir dos anos 1990 que uma mudança mais radical na percepção do populismo opera dentro da academia. É a partir de então que a atenção dos estudos sobre o tema volta-se mais atentamente para a relação existente entre ele e a democracia, que o olhar pejorativo ao fenômeno perde espaço, e que as tentativas de conceituação passam das características gerais às características centrais comuns a todas as experiências.

A seleção das obras teve por critério principal dois aspectos: 1) a repercussão que tiveram e continuam tendo na teoria política; e 2) as perspectivas que acrescentaram ao debate. Sob estes parâmetros, tendo em vista o impacto de suas obras e o o ganho analítico que suas formulações proporcionaram à discussão conceitual do populismo, foram selecionados os trabalhos de Margaret Canovan (1999, 2002, 2005), Paul Taggart (2000, 2002), Cas Mudde (2007, 2013, 2017) e Ernesto Laclau (2005). Determinadas as obras, o passo seguinte foi a instrumentalização da revisão por meio da análise crítica de cada um dos conceitos apresentados por estes autores, de modo a extrair de suas formulações os princípios necessários para se chegar a um conceito de populismo adequado à investigação do bolsonarismo. A este respeito, observou-se que em virtude da maioria destes trabalhos terem sido escritos a partir do norte global, seu foco tende a ser o populismo europeu, tradicionalmente de direita. Por isso, houve especial cuidado no sentido de não apenas transpor as categorias para a realidade analisada, mas de estabelecer um panorama destas experiências de modo a perceber, justamente, o quanto o contexto de cada expressão do fenômeno populista imprime nele seus traços.

Realizado o processo de revisão bibliográfica, a pesquisa prosseguiu para a

etapa seguinte, que consistiu na coleta e análise das postagens. A fim de captar os sentidos do discurso bolsonarista, foram considerados os conteúdos integrais das 2.674 postagens realizadas pelo perfil oficial de Jair Bolsonaro no Facebook entre 01 janeiro de 2015 e 28 de outubro de 2018. Para a operacionalização da análise, o material (entrevistas, imagens, vídeos, arquivos de áudio ou texto) foi transposto para um banco de dados, onde as postagens foram organizadas de acordo com a data, conteúdo e link de acesso. O conteúdo das postagens foi analisado e codificado manualmente em planilha estruturada a partir do ano e mês das postagens, de modo a identificar também a maior ou menor recorrência de determinado tema no decorrer do período considerado.

Sob este ponto, é importante ponderar que a análise discursiva empregada seguiu a perspectiva laclauniana, o que implica que a apreensão dos sentidos vai além do conteúdo meramente expresso das postagens examinadas. Ao adotar tal orientação, é essencial ter em mente que está em jogo, também, a apreensão das condições de fixação de um discurso concreto, o que envolve um complexo articulado de elementos simbólicos e práticos, em um contexto em que múltiplas possibilidades estão em disputa (LOPES, MENDONÇA e BURITY, 2015). Isto posto, a primeira fase da análise dedicou-se a mapear todos os elementos simbólicos que formam o discurso. No curso da investigação, alguns temas despontaram pela sua recorrência. Conforme foram assumindo centralidade no discurso, eles foram identificados como os seus significantes, ou, os “nós” que articulam os seus sentidos. Ao término da análise, foram compilados vinte e um significantes principais, os quais abarcaram mil e seiscentos significados que permitem compreender o discurso bolsonarista.

No segundo capítulo da tese, esses significantes são descritos de modo a fornecer uma primeira visão de seus sentidos e da forma como eles se articulam com os demais. Como muitos dos sentidos são compartilhados por mais de um significante, em sua apresentação, optou-se por agrupá-los em oito conjuntos, nos quais foram acomodados os significantes e significados de maior proximidade entre si. Embora o capítulo possua um caráter mais descritivo, nele são pontuados alguns dos sentidos que indicam os pontos de antagonismo do discurso, que serão fundamentais para a sua posterior classificação.

No terceiro capítulo, a análise dos significantes e significados é aprofundada e põe em evidência a articulação de sentidos na construção de um “povo” e de um

“inimigo” no discurso. Trazendo uma contextualização das condições de emergência do discurso e assinalando os pontos nodais a partir dos quais são estabelecidos seus antagonismos, o capítulo apresenta as principais dicotomias empregadas na construção identitária do bolsonarismo e elenca as diferentes formas de subjetivação mobilizadas, assim como os pontos nodais que emergem para a construção do “povo” e do “inimigo” no bolsonarismo. Apropriando-se do debate histórico-sociológico, o capítulo explora a capacidade do bolsonarismo de resgatar elementos de um imaginário social que tem sido perpetuado ao longo de décadas na sociedade brasileira e ressalta algumas peculiaridades do “povo” do bolsonarismo em relação à classificação que as teorias do populismo usualmente empregam.

No quarto capítulo, elucidadas as questões inicialmente propostas, o bolsonarismo é examinado no panorama global dos discursos populistas de direita. O intuito do exercício é aclarar algumas confusões conceituais frequentemente cometidas quando da abordagem do fenômeno. Na sequência, dedica atenção ao caráter reativo do discurso e ao papel desempenhado pelas emoções em sua orientação. Retomando alguns aspectos sobre a constituição do “povo” do bolsonarismo e suas respectivas particularidades, sustenta-se a necessidade de a teoria populista estar aberta às formas distintas de construção do “povo”, frisando-se a importância categórica que o contexto histórico desempenha neste processo.

Nas considerações finais é feito um apanhado do trabalho desenvolvido ao longo da tese. Retomados os objetivos, o problema e a hipótese de pesquisa, faz-se um balanço sobre os resultados encontrados, a contribuição deles para o debate teórico sobre o populismo e as possibilidades de avanço suscitadas a partir dele.

CAPÍTULO 1

ELEMENTOS TEÓRICOS PARA UMA CONCEITUAÇÃO ADEQUADA DO POPULISMO

1.1 Introdução

Falar de populismo é sempre um desafio, seja dentro ou fora da ciência política, ao ponto de que a afirmação desta dificuldade se tornou uma praxe dos textos sobre o tema. Um dos conceitos mais contestados deste campo teórico, no qual é alvo de frequente divergência entre os estudiosos, o populismo tem como sua principal limitação a ausência de um denominador comum suficientemente preciso que seja compartilhado analiticamente pelos pesquisadores. Para além do campo científico, pois seu emprego retórico lhe extrapola as fronteiras, sua definição tem sido continuamente apropriada por comunicadores e difundida pelo senso comum como algo pernicioso à democracia e uma ameaça às instituições. Um prenúncio de ruína que costuma ser personificado na imagem de um líder carismático sagaz, que, ao conquistar os corações e mentes de uma parcela da população, chegaria ao poder para levar o país, invariavelmente, a um regime autoritário. É bem verdade que esta percepção se respalda em determinadas experiências reais, nas quais sujeitos políticos considerados populistas deixaram uma mácula na história democrática de diferentes países.

Este é um fator cuja relevância deve ser considerada quando se interpreta a própria trajetória do conceito na ciência política, uma vez que sua elaboração não se dá de forma descolada da realidade e, assim, torna a apropriação de determinadas concepções conjunturais sobre o fenômeno inevitáveis. Desta forma, trata-se de uma categoria cuja abordagem foi e segue impregnada de um peso valorativo negativo, que pautou largamente a discussão acadêmica hegemônica, elaborada principalmente a partir do norte global. A localização geográfica da produção teórica é aqui pontuada porque ela tem um caráter importante no seu desenrolar, especialmente quando se pensa

o papel que o contexto desempenha nas diferentes manifestações do populismo. Se tomamos como ponto de partida, por exemplo, a produção acadêmica predominante sobre democracia representativa liberal denominada “elitista” (SCHUMPETER, 1984; SARTORI, 1994; DAHL, 1997) que marcou boa parte do século XX, e as experiências democráticas nas quais se respaldam, torna-se impraticável vislumbrar qualquer experiência populista sob um prisma não depreciativo.

A real importância de uma visão mais profunda do fenômeno, que teve por consequência a possibilidade de um olhar diferenciado para o populismo em suas configurações mais diversas, tornou-se viável a partir da publicação do livro do teórico político argentino Ernesto Laclau, “A Razão Populista” (2005). Uma obra singular no que tange a compreensão ontológica da formação do populismo, até então interpretado usualmente com base em constructos teóricos muito arraigados às concepções democráticas da Europa e da América do Norte, o livro de Laclau abriu caminho para que o populismo do Sul pudesse ser vislumbrado por um prisma novo. Ainda que o foco deste teórico em sua obra seja as experiências populistas pregressas, sobretudo o peronismo, os acontecimentos políticos que se seguiram no continente sul-americano no contexto da publicação de seu manuscrito corroboraram para a validade de seus argumentos.

Em meio ao alvorecer do que se convencionou chamar de “Maré Rosa”[14] (PANIZZA, 2006; CHODOR, 2015; SCHAVELZON, 2016), a especulação sobre o populismo como um fenômeno de feições identitárias inclusivas - de modo diametralmente oposto à maioria das experiências populistas europeias contemporâneas - demonstrou a viabilidade e a necessidade de se pensar o populismo por uma nova ótica, que levasse em conta fatores locais, históricos e reivindicatórios próprios do Sul. Apesar de alguns destes elementos terem sido levantados por outras formulações (CANOVAN, 1999; MÉNY e SUREL, 2000), o desacerto entre as experiências aqui observadas e os diagnósticos para elas apresentados derivava, principalmente, do fato de que as teorias do Norte careciam de uma consideração mais arraigada à composição peculiar dos contextos locais, completamente diferentes daquele no qual suas teorias foram produzidas.

[14] Frequentemente também referida como “Onda Rosa” (PEREIRA DA SILVA, 2018).

Eleger o populismo como tema de estudo mostra-se uma tarefa ainda mais intrincada pela abundância da produção acadêmica sobre o tema, que faz do objeto em questão uma faca de dois gumes no que diz respeito aos seus limites e potencialidades. Se, por um lado, um conceito tão amplamente debatido e propalado fornece maior respaldo para a análise empírica do fenômeno e possibilita uma gama de delineamentos para estudo, por outro, produzir algo relevante e inovador acerca do populismo é um desafio ante a multiplicidade de pesquisas existentes. Cientes disso, este estudo não tem a presunção de criar um novo conceito para o populismo. Uma legião de estudiosos já se debruçou sobre o tema a partir de contribuições que somaram imensamente ao debate. Percorrida uma longa trajetória, pode-se afirmar que há um relativo consenso entre os mais influentes investigadores do populismo em torno do que seria o cerne do conceito e das características gerais que ele carrega. De posse da produção teórica que tem balizado o debate contemporâneo do populismo, a proposta deste capítulo é construir, mediante a análise das definições empregadas pelos principais investigadores do tema, um arquétipo analítico que possa ser usado como categoria para a verificação empírica do fenômeno.

Com isto, o que se busca não é uma qualificação valorativa do populismo, embora tenhamos consciência de que empreender uma análise desta natureza significa tomar certas posições a respeito do tema, uma vez que sua análise se desdobra, necessariamente, em outros questionamentos pertinentes, tais como a sua relação com a democracia representativa e os preceitos dela fundantes. O que se almeja, ao fim e ao cabo, é a compreensão mais adequada daquilo que possibilita sua emergência no contexto considerado para o estudo, uma vez que cada manifestação expressa em si mesma as estruturas discursivas que a sustentam.

Para chegar a este objetivo, o presente capítulo inicia por fazer uma apresentação inicial da gênese do fenômeno, trazendo uma exposição das contribuições históricas dos dois casos originários do populismo, apresentados por Paul Taggart. Em seguida, faz uma exposição das características gerais do populismo, iniciando pela abordagem de sua interpelação pelo campo político, no qual possui um caráter negativo e é frequentemente empregado como uma forma de ataque aos oponentes. Neste momento, são também assinalados alguns de seus traços regulares.

Na terceira seção, são apresentadas algumas das formas mais comuns de aproximação teórica do populismo, passando à discussão de sua relação intrínseca com a democracia representativa liberal e de seu papel contestador ante ao efetivo desempenho desse modelo. Na quarta seção, traz-se o debate sobre as dificuldades enfrentadas pelo populismo na conciliação de sua postura questionadora das instituições representativas e a adequação ao sistema político quando chega ao poder. Na quinta parte, são apresentados os enfoques teóricos que predominaram na busca do entendimento das diferentes manifestações populistas ao longo da história, chegando ao debate sobre a centralidade do líder e das dificuldades de delimitação do conceito, assim como de suas categorias centrais.

O momento seguinte do trabalho apresenta o populismo por suas definições conceituais mínimas, considerando para tanto as elaborações mais influentes no campo teórico do populismo da atualidade, fruto dos trabalhos de Margaret Canovan, Paul Taggart, Cas Mudde e Ernesto Laclau. Nesta seção são também destacadas as principais contribuições que as formulações de cada um deles trouxe para o debate. A partir disto, a seção seguinte faz algumas ponderações acerca da maneira como estes conceitos empregam suas categorias chave e termina por sugerir uma concepção de populismo que se consubstancia nas propostas trazidas por esses autores. Por fim, são feitas algumas considerações sobre os aspectos do populismo apresentados no capítulo e a importância de se compreender o fenômeno adequadamente.

1.2 Voltando às origens: Os dois casos clássicos do populismo

Leitura essencial para a compreensão da história do populismo, o trabalho de Paul Taggart demonstra que vários dos traços característicos do fenômeno já estavam presentes em suas primeiras manifestações históricas. Trazendo as experiências de dois movimentos apontados pela literatura como os primeiros expoentes do populismo que se tem conhecimento, o *narodnik, na Rússia,* e o movimento agrário estadunidense que viria a se tornar o People's Party (Partido do Povo), ambos do final do século XIX, o autor desenvolve um panorama que permite a análise da evolução do populismo no tempo, contribuindo largamente ao debate de duas maneiras: Primeiramente, ao

contrapor a visão naturalizada sobre a centralidade do líder no populismo, destacando a ausência de uma liderança centralizada que justifique o fenômeno nas duas formas de mobilização populista originárias; Adicionalmente, ao fazer uma diferenciação atenta entre o movimento dos agricultores do sul e oeste norte-americanos e o *narodnik* russo, indicando que a mutabilidade é um fator inerente ao fenômeno populista.

1.2.1 O movimento agrário estadunidense e o People's Party

Concentrando-se primeiramente na história do movimento populista dos agricultores estadunidenses e sua posterior organização como o *People's Party*, Taggart destaca que a tentativa de se apresentar como uma força nova e independente para romper com a bipolaridade do sistema partidário estadunidense no final do século 19, embora não exitosa, foi de extrema relevância para o desenvolvimento da política do país. Enfatizando a natureza "*bottom-up*" e o caráter progressista[15] do movimento, o autor classifica-o como um exemplo clássico de movimento de massas, afirmando que sua história é crucial para a compreensão do populismo e da forma como ele está umbilicalmente ligado à democracia representativa (TAGGART, 2000, P. 25). Recorrendo aos trabalhos de Michael Kazin (1995), que sugere que as raízes do populismo estadunidense se encontram na combinação das ideias antielitistas emanadas da reforma protestante com o iluminismo - especificamente, o pietismo e o racionalismo -, Taggart enfatiza que estes ideais viriam a tecer juntos os sentidos que sustentam o "americanismo" (TAGGART, 2000, p. 26), que foi de grande importância na construção do movimento nos Estados Unidos da América.

Conforme explica, o populismo estadunidense emergiu de um padrão muito particular de política, em um contexto no qual as cicatrizes da Guerra Civil (1861-65) deixaram fortes marcas que dividiram a sociedade em níveis regional, cultural e econômico (TAGGART, 2000, p. 29). Essas reminiscências foram fundamentais para o surgimento de um movimento de agricultores cujo objetivo inicial era o de se contrapor à visão modernizadora do Norte, corporificada pelas ferrovias e pela adoção do padrão

[15] Taggart destaca que há interpretações do movimento como "reacionário e nativista", como a de Richard Hofstadter (1955), (TAGGART, 2000, p. 29).

papel moeda, mas que resultou no primeiro caso de mobilização reconhecidamente populista nos EUA. O partido teve vida curta e muito de sua ideologia inicial precisou ser suprimida no curso de sua adaptação à disputa eleitoral. Isto, todavia, não reduz a sua importância. Para o autor, o movimento populista agrário e o Partido do Povo foram tão relevantes em sua atuação porque representaram não apenas a mobilização de um grupo particular de defesa do radicalismo agrário contra as forças econômicas e políticas do Norte, mas principalmente, o fracasso do sistema partidário em representar essa nova força. Ao fazê-lo, os agricultores do sul empunharam um discurso que ressoou para além de seus objetivos iniciais.

Taggart (2002) avalia que o legado do movimento agrário e do Partido do Povo foi duplo: o primeiro se deu pela sua quase bem-sucedida tentativa de estabelecer o populismo como uma força independente, à parte do sistema bipartidário, que se mostrou um fator crucial para o subsequente realinhamento do sistema, ao ponto de influenciar a agenda política e abrir o caminho para novas coligações, que mais tarde culminaram no "*New Deal*". Neste sentido, pode-se dizer que os populistas serviram como indicadores da mudança por vir. O segundo legado foi o de firmar o tom da política, de modo que o "americanismo" converteu-se na pedra angular de praticamente todos os discursos políticos estadunidenses dali para a frente.

Aprofundando o histórico deste caso, o autor assinala como uma característica recorrente dos movimentos populistas da atualidade já se mostrava problemática em sua origem: a ambivalência entre tornar-se uma parte institucionalizada da política ou manter sua independência como um movimento social espontâneo de protesto e cooperação. Além disso, marca a volubilidade circunstancial que atravessa o populismo, assinalando sua transformação de uma ideologia progressista reformista (de esquerda) em uma ideologia conservadora e reacionária, como de fato se transformou, segundo o autor, em suas novas expressões no contexto da guerra fria. O ponto principal a ser extraído da abordagem histórica que ele faz do populismo norte-americano é que o populismo permitiu aos EUA visualizar os aparentes desafios de sua sociedade sem jamais ameaçar a estrutura ideológica fundamental da política, a democracia representativa (TAGGART, 2000; KAZIN, 1995).

1.2.2 O Narodnik

A história do *narodnik* russo (1874) não seguiu a mesma lógica de organização. Contrariamente ao caso norte-americano, o *narodnik* foi um movimento que teve sua origem na elite urbana. Sua trajetória inicia com um grupo de jovens universitários que, motivados pelos escritos de intelectuais como Alexander Herzen, Mikhail Bakunin e Peter Lavrov, viram na elucidação dos camponeses sobre suas condições de exploração o caminho a para a transformação da antiga ordem. Em sua visão, os camponeses - diferentemente dos proletários urbanos - não haviam sido cooptados pelo desenvolvimento ocidental, mantendo a inocência necessária para se chegar a um projeto de sociedade socialista sem a necessidade de passar pela fase capitalista de desenvolvimento.

Acreditando que os camponeses eram os grandes depositários da sabedoria da Rússia antiga e vendo neles a esperança para o futuro, esses jovens intelectuais iniciaram uma jornada rumo à Rússia rural, com o intuito de “catequizar” os camponeses e incitá-los à uma revolução contra o regime czarista. A tentativa falhou categoricamente, pois sua estratégia de assimilação à sociedade rural como forma de incitar os camponeses a se reconhecerem em suas condições de existência e, assim, provocar o ressentimento necessário para gerar a revolução, não foi bem recebida.

Ao descrever a história do caso russo, mais uma vez, o autor sublinha a importância que o contexto originário desempenhou no delineamento e nos rumos futuros do movimento. Para além das teorias que motivaram os jovens intelectuais, os acontecimentos que precederam o movimento foram determinantes para sua organização. Em um cenário no qual os camponeses sucumbiam com o peso da exploração dos donos de terra em um sistema feudal no qual o Czarismo russo se esteava, a vida no campo tornava-se progressivamente insustentável. Atentando para o descontentamento crescente e visando conter possíveis revoltas, o Czar Alexandre II (1861) implementou reformas que incluíram a abolição da servidão e o direito à posse da terra. Ainda que não tenha possibilitado a independência desejada, pois os pesados impostos cobrados dos camponeses pelos donos de terra lhes limitavam a ação, a proclamação de independência dos camponeses viabilizou o fortalecimento das

estruturas camponesas, que passaram a se organizar em comunas (*obshchina*). Esta forma de organização se arraiga na cultura e tradições rurais russas, cujo espírito igualitário inspirou profundamente o *narodnik* e desempenhou um papel central no pensamento populista russo (TAGGART, 2000, p. 47). Três pontos vitais desta organização foram especialmente inspiradores, e viriam a figurar, mais tarde, dentre os ideais populistas: o autogoverno, a propriedade coletiva da terra por parte dos camponeses, e o senso de comunidade que acentua o igualitarismo. Como destacou Taggart (2000), essa estrutura não significava apenas uma forma de organização societal, mas, sobretudo, a incorporação de um *ethos* e a possibilidade de ver nos campesinos uma força revolucionária em lugar de reacionária.

O movimento de “ir até o povo” (TAGGART, 2000, p. 51) iniciado pelos jovens intelectuais em 1874 encontrou duas grandes barreiras: a falta de entusiasmo revolucionário por parte dos camponeses e a forte repressão do regime, que emprisionou mais da metade de seus ativistas nos anos seguintes. Após o revés na tentativa de aproximação com os camponeses, o *narodnik* se reorganizou e adentrou em uma segunda fase, na qual voltou sua atenção ao Estado. Empregando a violência como seu principal instrumento, eles buscaram por uma forma de concretização dos ideais manifestos nas teorias pelas quais se guiavam. Seus objetivos eram a distribuição de terra ao povo, a destruição do Estado e do império russo, e a preservação da *obshchina* como a base da nova ordem social (VENTURINI, 1960, p. 573-4, *apud* TAGGART, 2000, p. 53).

Estes intentos foram parcialmente alcançados em 1881, quando conseguiram assassinar o Czar Alexander II. Porém, a glória do movimento foi breve. Com a perseguição perpetrada por seu sucessor, Alexander III, os líderes do movimento foram presos ou executados, o que culminou na dissolução do grupo. A este ponto, a ligação entre o movimento e as ideias originárias populistas já era praticamente nula, mas esse desenvolvimento do populismo russo - iniciado pela estratégia fracassada dos intelectuais de ir até os camponeses e, posteriormente, reconfigurado em um movimento cuja estratégia principal foi o emprego de atos de violência - é de extrema importância para se entender o comprometimento da *intelligentsia* russa com a revolução socialista a seu tempo. Assim, tal como no caso estadunidense, os ideais

empregados nas mobilizações que precederam o populismo russo desempenharam um papel fundamental para o pensamento populista do país e para os acontecimentos políticos que se seguiram, de modo que são vistos por muitos historiadores como precursores do movimento revolucionário que culminou no levante Bolchevique, em 1917 (TAGGART, 2000, p. 46).

Em ambos os casos, a crença na natureza excepcional da sociedade rural como detentora de uma moral originária perpassou a construção da ideia desses cidadãos como o “verdadeiro povo”. É a partir desta percepção que Taggart desenvolve a noção de *heartland*, que para ele, diz respeito a um sentimento que remete à uma sociedade cuja imagem ressoa um imaginário no qual camponeses são retratados como os cidadãos produtivos e zelosos. No caso norte-americano, essa imagem é de agricultores, repositórios das ideias originais da revolução americana para criar uma república de camponeses autogovernados, em contraposição aos interesses dos industriais e tecnocratas. Mais tarde, esta oposição viria a tornar-se mais inclusiva, de modo a identificar no *establishment* corporificado em Washington o inimigo. No caso russo, a imagem é também uma romantização do estilo de vida simples do campo, uma forma de apelo à virtude das pessoas simples nas quais a ideia da “verdadeira Rússia” residiria. A ameaça, neste caso, era o próprio sistema czarista e o capitalismo, que eram vistos como obstáculos a serem derrubados para se alcançar a sociedade socialista.

1.3 O populismo na arena política

No âmbito político, onde a narrativa sobre o bom funcionamento da democracia crescentemente adota um caráter tecnocrático na resolução dos problemas da sociedade, posturas consideradas populistas são percebidas como uma espécie de antipolítica. Nesta arena, o termo populismo é sempre empregado como uma forma de ataque aos oponentes, com sentido pejorativo, assimilado à demagogia e ao clientelismo. Um sujeito político populista quase nunca se autodenomina como tal, mas regularmente é possível identificar traços muito peculiares de um discurso populista, os quais tendem

a se repetir em diferentes expressões do fenômeno. O principal deles é a promessa de restabelecer o poder ao povo.

Retratado retoricamente como dotado de uma bondade inata e habitualmente representado na imagem das pessoas simples, o povo do populismo é sempre apresentado como desprovido do real poder que lhe cabe. São comuns aos discursos populistas a crítica a vários setores da sociedade, que são apontados como usurpadores do poder, que pertence ao povo. Dentre estes, figuram repetidamente o ataque à mídia, que costuma ser desenhada como parcial e manipuladora, além de ser acusada de manchar a imagem do enunciador do discurso; a crítica severa ao *establishment* político, visto como autointeressado, corrupto e indiferente aos reais anseios do povo; e o desprezo dirigido às elites (geralmente econômicas, mas também as intelectuais e artísticas), responsabilizadas pela decadência moral da sociedade. Por trás de tudo isso, é também frequente um tom de conspiração, que congrega os atributos supracitados (MÜLLER, 2017).

Paul Taggart (2000, p. 28) afirma que muitos desses traços são ilustrativos das frustrações, ansiedades e aspirações estimulados pelo pensamento populista, que geralmente reflete e organiza sentimentos da sociedade, particularmente em momentos de crise. Em vista disso, supõe que parte de seu sucesso derivaria da capacidade que tem de atrair a atenção de grupos apáticos ou descrentes com a política tradicional, os quais vislumbram no discurso populista um alinhamento que não encontram nos discursos dos partidos tradicionais. Desta forma, o populismo logra mobilizar aqueles indivíduos alheios à participação política e os interpela à reivindicação. Além disso, contribui o fato de os populistas invocarem soluções simples como forma de sanar problemas patentes da sociedade, empregando para isso um cabedal de recursos retóricos e culturais compartilhados pelo senso comum e se fazendo compreender mais facilmente por aqueles que busca sensibilizar (TAGGART, 2000, p. 96).

Nenhuma destas características, no entanto, são suficientes para classificar um sujeito ou grupo político como populista. Defini-lo pelo uso das emoções, por vezes entendida como balizadora do fenômeno, é uma forma não somente vaga, como redundante de interpretá-lo, uma vez que essas são características intrínsecas à própria política, e todo discurso político sempre carrega algumas características populistas.

Tampouco a simples alusão ao “apelo ao povo” e “contra a elite”, presentes em todas as construções teóricas, é o bastante para determinar que um discurso é populista, ainda que tal característica seja central no entendimento que se tem do fenômeno. Para tornar mais clara a linha divisória entre o populismo e outras formas de fenômeno político, a distinção que buscamos, como sublinhou Benjamin Arditi (2005), deve basear-se em uma questão de grau, quer dizer, determinar em que grau um determinado discurso fundamenta-se nesta oposição constitutiva. Neste processo, torna-se imperativa a elucidação de seu vínculo ingênito com a democracia.

1.4 Das formas de abordar o conceito

Ao discorrer sobre a dificuldade de precisão do conceito de populismo, o teórico Benjamin Arditi classifica-o, inspirado em Deleuze, como um conceito “anexato por natureza” (ARDITI, 2009, p. 101), argumentando que sua vacuidade é justamente o que o constitui e, por isso, o desafio da teoria não deve ser o de resolver seus paradoxos, mas sim o de conviver com eles. Sobre a mesma questão, Paul Taggart (2002) aduz que não se trata de um conceito universal que, uma vez revelado, permitirá que decifremos todos os outros debates políticos. Antes, deve ser entendido como um conceito secundário, que pode ser muito útil, quando usado com cuidado e sistematicamente, para a compreensão dos movimentos populistas e, quiçá, alguns elementos essenciais da representação política. Para ele, assim como para vários outros autores (CANOVAN, 1999; TAGGART, 2002; LACLAU, 2005; PANIZZA, 2005; ARDITI, 2009; MÜLLER, 2017; MOUFFE, 2018), o populismo tem surtido efeitos muito específicos na política representativa, ao mesmo tempo que pode ser considerado também um termômetro de sua saúde (TAGGART, 2002, p. 63).

Essa aproximação do fenômeno por sua relação questionadora com a democracia representativa liberal tem atravessado a produção científica sobre o tema. Para além de sua interpretação como um termômetro da saúde democrática, pode-se distinguir, em linhas gerais, duas formas principais de conceber essa intersecção. Na primeira delas, o populismo pode ser percebido como uma forma de aprimoramento da democracia, tanto no plano prático quanto no teórico. Na prática, ele seria a via responsável por forçar as

mudanças e abrir espaços de participação que não seriam conquistados sem o embate derivado deste tipo de reivindicação. Na teoria, sua contribuição seria a de despertar o olhar para a elaboração de propostas mais permeáveis ao desejo popular, suscitando um desconforto teórico necessário no seio da teoria democrática.

Na segunda forma, ainda que seja igualmente entendido como a única maneira de mudança política efetiva, o populismo pode ser percebido como um fenômeno que tem por consequência o fortalecimento da democracia liberal, pois, se a entendemos como um sistema no qual uma elite autointeressada protege seu poder a todo custo daquilo ou daqueles que consideram uma ameaça à sua condição - o perigo da *ditadura da maioria* -, é de se esperar que esta elite mobilize os instrumentos institucionais a sua disposição (sejam eles constitucionais, midiáticos ou econômicos) para frear o avanço populista tanto quanto possível. Assim, ao colocar-se como uma ameaça ao modelo liberal de democracia, o populismo pode acabar por provocar uma espécie de fortalecimento do seu "sistema imunológico".

Essas duas concepções podem ser relacionadas, ainda que não diretamente, à distinção ideológica dos movimentos populistas. Como o populismo manifesta-se através de discursos tanto à esquerda quanto à direita, as experiências empíricas podem apresentar-se em variadas formas, e isso implica características muito contrastantes entre essas duas feições. Grosso modo, tem-se que o populismo de direita, tradicionalmente associado aos casos contemporâneos europeus e norte-americanos, costuma mobilizar demandas consideradas excludentes (MUDDE e KALTWASSER, 2013, p. 147), ao passo que o populismo de esquerda, comumente observado na América Latina, tende a ser classificado como mais inclusivo, por mobilizar demandas igualitárias. Assim, os casos de populismo de direita costumam ser vistos como uma forma de afastar as minorias da participação política, enquanto os populismos de esquerda tendem a ser considerados formas de se repensar a participação nas atuais democracias.

Como já afirmado, o populismo tem uma longa história como tema de pesquisa, e a retomada de interesse dos pesquisadores pelo objeto para investigação nos últimos anos não é casual. Como afirmam Yves Mény e Yves Surel (2002), sua incidência tende a ser observada em condições políticas específicas, quando prevalece um sentimento de desafio à governança democrática. Para eles, esses desafios variam de acordo com a

especificidade de cada país, mas decorrem essencialmente do questionamento popular da participação política e do funcionamento das instituições democráticas. Algumas características comuns desses questionamentos, apontadas como regulares em diferentes contextos, são o declínio do apoio eleitoral, o aumento na abstenção dos eleitores, a volatilidade do eleitorado, o crescimento da fragmentação do sistema partidário, a emergência de movimentos sociais "*ad hoc*" (não representados pelas organizações políticas tradicionais) e a ocorrência ou aumento no apoio a partidos radicais (MÉNY e SUREL, 2002, p. 1).

Francisco Panizza (2005) igualmente atribui o surgimento do populismo à perda de confiança no sistema político, vendo-o como uma forma de restabelecimento de uma ordem social fraturada. Este entendimento de frustração popular como gatilho do populismo é compartilhado ainda por outros autores, como Margaret Canovan (1999), Ernesto Laclau (2005) e Chantal Mouffe (2018), que veem o fenômeno como símbolo de uma série de ausências na estrutura social. Todavia, a mera frustração popular também não é condição suficiente para que o populismo se consolide. Para os autores, é necessário que haja uma mobilização dessa insatisfação, de modo que a apatia seja transposta. Como veremos de forma mais detida no decorrer deste capítulo, esse processo se dá por meio da mobilização dessa insatisfação para a construção do "povo".

Como há uma tendência de se estudar o populismo quando de sua maior ocorrência e, para isso, considerá-lo em termos contextuais, a literatura científica resulta desencontrada e fraturada. Para Taggart, essa discordância temporal e geográfica é uma das causas pelas quais o populismo, apesar de ser um dos conceitos políticos mais utilizados de nosso tempo, ser tão mal compreendido (TAGGART, 2002, p. 62-63). O autor considera ser impossível entender o populismo sem conhecer a trajetória que o fenômeno tem nos Estados Unidos da América, onde se observa, como exposto, um de seus primeiros registros históricos. De acordo com seu argumento, a construção do sistema político, consubstanciada pela Constituição, e a própria identidade nacional dos EUA, sempre estiveram atravessadas pelos ideais da democracia representativa. Porém, como essa representação nem sempre se deu de forma plena, o populismo, se entendido como uma forma de reação ao modelo político representativo - que marca a experiência

de populismo agrário norte-americano do final do século XIX - prova-se um elemento central da política norte-americana (TAGGART, 2000, p. 25).

Pode-se dizer que tal qual na história política estadunidense, na história política brasileira, o populismo também possui um lugar de destaque, ainda que os casos tenham sido muito distintos. Tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, o populismo manifestou-se em diferentes épocas e formatos, assumindo configurações que vão, no caso brasileiro, desde um populismo da classe trabalhadora, representado pelos períodos liderados por Getúlio Vargas (1930-1945/1951-1954), até as experiências do chamado neopopulismo, de características neoliberais muito fortes, como foi o caso da eleição de Fernando Collor de Melo (1989). Nos EUA, a variação do populismo é também muito evidente, indo desde o apoio dos agricultores pobres do Sul e do Centro do país ao People's Party (1890), passando por versões consideradas centristas, como a campanha de Ross Perot (1990), e chegando até as reconfigurações contemporâneas nas quais o ciberativismo e o uso estratégico das plataformas de comunicação online adentraram o espaço político como uma nova ferramenta de mobilização. Os dois principais expoentes norte-americanos dessa nova faceta do populismo foram o movimento *Occupy Wall Street* (2011), um movimento descentralizado que reivindicou pela redistribuição da riqueza de forma mais igualitária e pela contenção do poder das grandes empresas, e o Trumpismo (2016), fenômeno da direita radical estadunidense que teve na manipulação de notícias via redes sociais uma característica marcante da construção do inimigo.

Evidentemente, aspectos peculiares a cada um dos países devem ser tomados em conta quando do exame de qualquer uma dessas experiências, pois imprimem nelas suas particularidades. Mas, se voltarmos nossa atenção para a forma como a democracia representativa tem sido concretamente praticada em ambos os países - guardadas as devidas especificidades - torna-se mais clara a constante presença de discursos populistas. Como é próprio das Constituições vigentes nas democracias representativas liberais, o povo é o elemento primordial da construção normativa dos países. As inscrições iniciais de cada uma delas, "*We the people of the United States*"[16]; e "Todo o poder emana do povo"[17], denotam o poder popular como fundamento da nação.

[16] "Nós, o povo dos Estados Unidos" (tradução livre). Constituição dos Estados Unidos da América, de 1789.
[17] Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Legalmente, este povo diz respeito ao conjunto dos cidadãos que habitam dado território, sem distinção, refletindo a ideologia democrática da soberania popular e da vontade da maioria. Na prática, entretanto, esta igualdade promulgada não se evidencia nem em um, nem em outro.

Para autores como Margaret Canovan (2002) e Chantal Mouffe (2018), o ponto de disjunção entre este povo do enunciado republicano e a realidade, na qual o mesmo não se percebe como detentor do poder, é justamente o local onde germina a insatisfação que leva ao populismo (CANOVAN, 1999). Neste sentido, a autora atenta para o paradoxo adjacente à democracia liberal: de que a política democrática não pode e não faz sentido para a maioria das pessoas a quem ela busca dar poder (CANOVAN, 2002, p. 25). A partir desta contradição, a democracia abre espaço para o questionamento de sua adequação e da legitimidade dos instrumentos que a configuram:

> A ideologia da democracia, continuamente reafirmada pelos políticos e pela grande mídia, é cheia de temas populistas que contradizem a atual tendência da democracia política, enfatizando a soberania popular e o exercício da vontade geral contra o compromisso e a acomodação, a unidade popular contra a multiplicidade, a maioria contra minorias, e transparência e assertividade contra medidas complexas e intrincadas (CANOVAN, 2002, p. 26, tradução nossa).

Para a autora, esta incongruência entre a ideologia e a prática da democracia é um convite para a mobilização populista dos descontentes, que empunham a bandeira da restauração da política para o povo. Destarte, é comum ao discurso populista o uso do ataque aos principais pilares da democracia representativa, dentre os quais os partidos políticos tradicionais tendem a ser um dos alvos principais, acusados de terem se transformado em aparelhos voltados aos interesses dos políticos e não do povo. Mas a investida não se restringe a eles, estendendo-se também, como visto, aos meios de comunicação, às instituições jurídicas e, por vezes, às instituições de representação cultural. À todas elas, é imputado que suas ações se voltam aos interesses próprios ou “partidários”, em um processo retórico que tem por finalidade sua deslegitimação.

1.5 Populismo no poder: o dilema institucional

A relação conflituosa entre o populismo e as instituições democráticas liberais é reiteradamente apontada pela literatura como um paradoxo constante para os populistas, sendo também indicado como uma das causas de sua brevidade enquanto fenômeno. A incongruência se dá pelo fato de os partidos políticos serem, ao mesmo tempo, o objeto central da crítica populista e a via necessária para se chegar ao poder na maior parte dos casos (TAGGART, 2000). Tradicionalmente, a literatura tende a colocar o populismo como um fenômeno que antagoniza as instituições, uma vez que busca promover a participação política do povo por canais não institucionais. Assim, a urgência do populismo seguidamente esbarra na necessidade de se conciliar sua natureza excludente - condição necessária para a delimitação do povo - com alguma forma de freio institucional que assegure que a vontade soberana popular não incorra nos mesmos erros da democracia liberal representativa por ele apontados.

Yannis Papadopoulos afirma que, ao instigar a participação popular na política, o populismo faz, em certo nível, um resgate das origens da democracia ateniense, acentuando que a própria noção de um governo representativo, tão criticada pelos populistas, tem origem feudal e, inicialmente, não tinha relação alguma com a democracia ou eleições (PAPADOPOULOS, 2002, p. 46). Neste sentido, Margaret Canovan esclarece que a democracia moderna engloba um conjunto de práticas e ideias que, mediante as instituições, funcionam como uma limitação do exercício do poder do povo sob a justificativa de manutenção da ordem e da proteção de direitos. Na realidade, isso implica uma condução do governo muitas vezes contrária à opinião popular. Assim, a autora frisa que conceber a democracia meramente como um cruzamento entre dois elementos que são essencialmente diferentes: a democracia pura (governo direto do povo) e o liberalismo constitucional (tradição aristocrática de limitação do governo), faz com que o povo seja colocado de um lado, e a liberdade, os direitos, e a civilização, de outro. O resultado é uma percepção de que a democracia liberal só é possível por meio da restrição do acesso do povo às esferas de decisão. Neste sentido, os populistas estariam corretos em ver na democracia liberal uma conspiração para manter o povo

longe do poder, e é justamente por estarem certos que eles são perigosos (CANOVAN, 2005, p. 85).

Empunhar tais bandeiras, todavia, tem um custo aos populistas. Ao construir uma plataforma eleitoral muitas vezes personalista em detrimento de um partido bem organizado, ainda que obtenham sucesso eleitoral, costumam falhar na manutenção deste sucesso em pleitos posteriores (MUDDE & KALTWASSER, 2017; JUDIS, 2016). Isso acontece porque os partidos ou sujeitos políticos populistas geralmente empregam uma linguagem radical, o que os põe em uma situação de confronto com os partidos políticos do *mainstream*, tal como com as organizações da sociedade civil e da mídia. Para Mudde e Kaltwasser (2017), quanto mais fortes forem essas respostas, maior será a dificuldade dos partidos, sujeitos ou movimentos populistas de desenvolverem uma organização que funcione bem e que lhes permita a manutenção do poder. Paul Taggart concorda com este argumento, afirmando que apesar de o populismo ser um fenômeno de fácil emergência e com grande aptidão de se transformar em algo expressivo, sua atuação como força política tende a ser efêmera e ocasional, devido a sua postura profundamente enraizada na crítica das limitações da política representativa (TAGGART, 2005, p. 69).

É importante destacar que a incompatibilidade entre o populismo e as instituições postulada pela literatura deve ser vista com ressalvas, já que muitos populistas no poder encontram maneiras de adequar as instituições aos seus desígnios. Com frequência, essa adequação se dá mediante o sequestro dos aparatos estatais, da corrupção e do clientelismo massivo (MÜLLER, 2017). Isto corrobora com a visão de Paul Taggart sobre o populismo como um fenômeno que raramente é revolucionário no verdadeiro senso da palavra. Como afirma este autor, o populismo tende a advogar por reformas, mas raramente advoga por uma maciça substituição do regime. Uma das poucas exceções neste sentido foi a experiência do *narodnik* russo, um caso não usual de populismo revolucionário. Ainda assim, por ver nos camponeses o potencial revolucionário, a revolução almejada pelos *narodniki* era “retrospectiva”, pois via nos valores do passado o caminho para a reformulação da estrutura da sociedade (TAGGART, 2000, p. 57). Contemporaneamente, tentativas neste sentido podem ser percebidas também nos casos boliviano e venezuelano, nos quais Evo Morales e Hugo Chávez conseguiram fazer

- não sem controvérsia - modificações expressivas no que tange ao desenho institucional de seus países. Estas tentativas de resgate de um populismo mais revolucionário repercutiram academicamente e seguem suscitando o debate acerca de seu alcance e viabilidade, especialmente pela forma de resgate ou construção da identidade do povo que nelas se evidencia.

1.6 Das formas de interpretar o populismo

Como mencionado brevemente na introdução deste capítulo, o enfoque sobre o tema passou por uma grande transformação no decorrer do tempo. Traçando uma genealogia das aproximações teóricas do populismo, Francisco Panizza distingue três abordagens predominantes, as quais ele denomina: a) explicações historicistas; b) generalizações empíricas e; c) interpretações sintomáticas. Conforme sintetiza cronologicamente, as explicações historicistas viam no populismo uma espécie de processo histórico prévio à democracia. Sua ocorrência, assim, seria um indicativo da necessidade do fortalecimento das instituições e do amadurecimento democrático dos cidadãos. No decorrer do tempo, o testemunho de manifestações populistas em democracias tidas como consolidadas viria a contradizer essa hipótese, levando a um gradual abandono desta forma de aproximação na teoria. As “generalizações empíricas” ou “de enfoque empirista”, por sua vez, dizem respeito aos estudos que buscavam encontrar uma série de atributos definidores do populismo, apostando em tipologias que serviriam como “guias” para se reconhecer um modo de agir populista dos políticos[18] (PANIZZA, 2009, p. 11). Como essas tentativas se mostraram ineficazes, uma vez que sempre era possível identificar casos de exceção às tipologias construídas, a adesão a este tipo de abordagem igualmente caiu em desuso. A partir de então, o passo seguinte foi uma relativa aceitação por parte dos estudiosos de que o populismo é um fenômeno que só pode ser adequadamente compreendido por meio de leituras assintomáticas de suas distintas manifestações, não havendo uma história, ideologia, programa ou base social que sejam necessariamente compartilhados pelos diferentes populismos

[18] Alguns exemplos desta abordagem podem ser encontrados no clássico compêndio organizado por Ghita Ionescu e Ernest Gellner (1969).

(CANOVAN, 2005; JUDIS, 2016). Isto culminou em uma crescente tentativa de interpelação do fenômeno a partir de uma definição mínima.

Exercício semelhante ao de Panizza, mas em escala reduzida, foi realizado por Angela de Castro Gomes[19], que verificou a evolução do conceito de populismo na produção acadêmica brasileira entre as décadas de 1950 e 1990. Partindo da análise do pensamento político brasileiro ao longo das cinco décadas analisadas, a autora demonstra que o tratamento do fenômeno no Brasil pode ser dividido em três fases, as quais, apesar de guardarem relação com a evolução do conceito na literatura geral, são fortemente atravessadas por um viés analítico marxista. Similarmente às distinções apresentadas por Panizza, a delimitação temporal de cada uma das fases especificadas por Gomes não se dá de modo muito claro, o que se justifica pela mudança de percepção ser um processo que opera paulatinamente, podendo um estilo de abordagem ser empregado concomitantemente a outro. De modo muito conciso, os três momentos da produção brasileira (até a década de 1990) podem ser demarcados por meio da relação estabelecida entre a situação política da elite e sua relação com as massas trabalhadoras.

> Na primeira delas, o populismo é visto como uma política de massas vinculado à proletarização dos trabalhadores na complexa sociedade moderna. Neste panorama, dentro do qual o populismo é entendido como algo pernicioso à política, sua ocorrência seria um indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe, e disso decorreria sua não organização e não participação na política como tal. Na segunda fase, estaria associado a uma certa conformação da classe dirigente, a qual, ao perder sua representatividade e poder de exemplaridade, teria deixado de criar os valores e os estilos de vida orientadores de toda a sociedade. Ao perceber-se em crise e sem condições de dirigir com segurança o Estado, essas classes dominantes sentiriam a necessidade de conquistar o apoio político das massas emergentes, empregando, para isso, o estilo populista (GOMES, 1996). A terceira fase delimitada na pesquisa de Gomes é aquela na qual se destaca a importância do líder populista, interpretado pela figura de um homem carregado de carisma e capaz de

[19] A especificidade da literatura analisada por Gomes é aqui distinguida do *mainstream* acadêmico com o intuito de assinalar a influência e descontinuidade existentes entre a produção acadêmica hegemônica e local.

mobilizar as massas para chegar ao poder, podendo ser entendida, em certo nível, como uma evolução do momento anterior.

Para além das abordagens supracitadas, houve ainda a prevalência de uma visão socioeconômica nos estudos sobre o populismo na América Latina durante as décadas de 1980 e 1990. Usualmente, essa visão entendia o populismo como um tipo de irresponsabilidade econômica, caracterizada por altos gastos e dívidas internacionais, seguido de períodos de hiperinflação e severos ajustes econômicos. Em sua forma mais popular, esteve ligada à percepção de um modo irresponsável do agir político, envolvendo muita distribuição de renda e altos gastos por parte do governo, geralmente identificados na figura de um líder carismático (MUDDE & KALTWASSER, 2017).

A centralidade da figura do líder - principal característica aludida pelo senso comum quando se refere ao populismo - possui um lugar de destaque que não se restringe à literatura política brasileira. Apesar de alguns autores já haverem pontuado que a existência de um líder não é uma condição imprescindível de existência para um movimento populista, como na experiência dos camponeses estadunidenses do século XIX e também em casos contemporâneos, como o *occupy wall street*, a figura do líder tem um papel determinante no populismo, e a literatura política tem se dedicado a compreendê-lo.

O principal cuidado que a maioria dos investigadores têm tomado em abordagens contemporâneas é justamente o de desmistificar a figura do líder carismático, demonstrando que, ao contrário do que o senso comum tende a propagar, as pessoas não seguem o líder unicamente pelo que ele representa ou por seu poder de persuasão, pois a via do populismo é de mão dupla: tem mais a ver com um projeto político que o líder encarna do que com a pessoa que propaga este discurso (Laclau, 2005). Além disso, não necessariamente o voto no líder representa o apoio incondicional a todas as suas propostas e ideais. Muito do apoio pode concernir a apenas alguns elementos de seu discurso, e é neste sentido que vários autores sustentam que a figura do líder é sempre simbólica. A partir disso, o símbolo do líder populista deve ser entendido não mais como um personagem manipulador, mas como um sujeito político que detém a capacidade de congregar em torno de si os anseios de uma parcela significativa da população, condensando em seu discurso as distintas

frustrações existentes com relação ao sistema político vigente (Laclau, 2005; Taggart, 2002).

Quando se trata de aferir a importância das lideranças nos casos populistas, as experiências latino-americanas são a principal referência. Inicialmente tomada pelo viés da demagogia, essa peça tão importante do populismo, como dito, passou a ser vista como "um elemento que articula a diversidade e que busca produzir um efeito de imediatez real [...] ao suspender a distância entre o povo e seus representantes" (ARDITI, 2009, p. 113). Essa virada de chave interpretativa surtiu grande influência nos contornos aferidos ao conceito. Uma das principais delas foi a mudança de eixo operacionalizada a partir de então, voltando-se para a percepção de *quem* forma o "povo" de cada discurso e de como isso é mobilizado pelo líder (quando há um). Tal definição é algo que varia muito de caso para caso, podendo a formação do povo ser representada como composta pelos despossuídos, pelas classes médias trabalhadoras, pelos nativos de um determinado país, pelos contribuintes sobrecarregados, pelas pessoas comuns, pela maioria moral etc.

Ainda que seja discursivamente construído sempre como detentor de valores positivos, factualmente, os intentos do "povo" nem sempre o são. Isto ocorre porque o "povo" não é uma entidade dada, cujas vontades e ações sejam conhecidas. Tampouco o "povo" é uma construção necessariamente inclusiva. Ainda que difira onticamente, ou seja, de acordo com a experiência, o "povo" é sempre a construção política de uma parte que se reivindica como o todo, e essa construção é sempre política, sempre contingente, e sempre negativa (CANOVAN, 2005; LACLAU, 2005). Portanto, enquanto produto de uma relação antagônica, têm-se que suas pretensões podem revelar-se excludentes e indiferentes às minorias, como vários casos historicamente já demonstraram.

A dificuldade de uma delimitação desse povo é própria do populismo e reflete a reiterada dificuldade de definição do fenômeno conceitualmente. Nas suas diferentes formulações, o grande obstáculo que se interpõe aos autores para o alcance de um conceito "definitivo" reside em encontrar um núcleo teórico que se adeque às suas diferentes expressões empíricas. A permanente tensão se estabelece na complexidade de se chegar a um conceito que seja suficientemente amplo para abarcar todas as diferentes manifestações do fenômeno, e, ao mesmo tempo, adequado para a

operacionalização de análises empíricas. Como visto, a saída para este impasse foi a adoção de definições mínimas para o populismo, as quais, de modo geral, compartilham a visão nuclear do populismo como formado por um “povo” e uma “elite” à qual se contrapõe. Na seção seguinte, abordaremos de forma mais detida as definições elaboradas pelos autores que dão aporte para o debate aqui proposto: Margaret Canovan, Paul Taggart, Cas Mudde e Ernesto Laclau.

1.7 Aproximando-se do conceito: populismo em suas definições mínimas

Entender o populismo por meio de suas categorias centrais, como exposto, foi a saída encontrada pela ciência política para contornar as dificuldades analíticas que o fenômeno correntemente interpõe. Além disso, foi o resultado de anos de debate entre os investigadores sobre os traços definidores das fronteiras tão nebulosas que o populismo divide com outras expressões políticas que com frequência lhe são erroneamente atribuídas. Ainda que as definições continuem passíveis de críticas, a evolução do conceito ao longo das últimas décadas viabilizou um entendimento muito mais apurado sobre o populismo e, como todos os autores aqui mencionados já pontuaram, sobre a própria democracia.

Ao se fazer ecoar como a verdadeira voz do povo e, consequentemente, a verdadeira voz democrática, o populismo acabou por revelar as fragilidades do sistema político representativo oferecido pelo modelo liberal de democracia. Sua principal contribuição à teoria política foi a de forçar um redirecionamento do olhar sobre democracia na prática e sua forma de conceber o povo. A apreensão deste como o elemento fulcral do populismo por parte da literatura gerou um alto grau de consenso entre os pesquisadores sobre seus componentes substanciais: a formação discursiva de um povo, a contraposição deste a um inimigo (geralmente denominado elite) e o entendimento de que a vontade desse povo deve ser entendida como a verdadeira expressão da vontade geral. As especificidades de cada uma das formulações aqui consideradas são expostas a seguir.

1.7.1 Populismo, povo, elite e vontade geral em Margaret Canovan

Margaret Canovan define o populismo como “uma forma de apelo ao povo contra a estrutura de poder, valores e ideias dominantes estabelecidos” (CANOVAN, 1999, p.1). Ao apresentá-lo dessa forma, a autora frisa que não entende o populismo como uma ideologia, mas sim como uma forma de erigir um inimigo. Estas características estruturais do populismo por ela pontuadas contemplam alguns aspectos fundamentais de sua conceituação. Diferentemente de outros autores, que denominam o populismo como uma “construção do povo”, a autora opta por empregar o “apelo ao povo” (CANOVAN, 1999, p. 2), o que denota que, ao fazê-lo, o discurso populista mobiliza um povo que já existe em determinada população, mesmo que imaginariamente. No entanto, como argumenta, mesmo quando entendido em termos relativamente inclusivos, o povo é um conceito com fronteiras problemáticas, o que se deve à necessidade de uma delimitação política de uma parte que se reivindica como o todo (CANOVAN, 2005).

Chamando a atenção para as ambiguidades teóricas e tensões práticas da definição interna do povo, a autora alega que se trata de um constructo formado por dois sentidos aparentemente incompatíveis. Nesta dialética interna, o povo é entendido tanto como significando uma entidade política em sua totalidade, na qual é unido por uma homogeneidade ideal e imaginária (tacitamente referenciada nas constituições brasileira e estadunidense, por exemplo), quanto como uma parte da população que se postula como tal. Como se trata de uma construção retórica ante a estrutura de poder, não existe nenhuma necessidade de que esse povo reflita precisamente os traços populacionais de um determinado país, de modo que não há nada que impossibilite que o povo de um discurso possa ser, por vezes, a parte privilegiada em termos econômicos ou culturais, por exemplo, ainda que mais comumente a parte que se assume como o povo corresponda à parcela excluída do poder em termos amplos.

Enxergando na recorrência do populismo em democracias estáveis a chave para melhor compreensão das complexidades da democracia representativa, Canovan defende que as fontes do populismo residem não apenas no contexto social que fornece as reivindicações aos movimentos, mas devem ser encontradas nas tensões internas da própria democracia. A autora percebe, assim, o interstício entre o

pragmatismo e a promessa redentora da democracia representativa como o lugar de origem do populismo. Tomando de empréstimo a elaboração de Michael Oakeshott (1962) acerca da política da fé e da política do ceticismo, Canovan faz uma adaptação à proposta para sustentar que a democracia se divide em duas faces, uma redentora e a outra pragmática, e que sua coexistência é um estímulo constante para a mobilização populista (CANOVAN, 1999, p.8).

Sob esta ótica, o populismo seria, então, não um sintoma de "atraso" democrático, como repetidamente havia sido rotulado, mas uma sombra inseparável da própria democracia. Essa autora vê ainda na reivindicação populista acerca de sua legitimidade democrática o *locus* para a apreensão de importantes lições sobre a natureza da própria democracia, e disto deriva seu argumento de que a democracia como conhecemos é formada por duas partes codependentes. Em sua face redentora, a democracia seria uma espécie de promessa de salvação através da política, na qual a noção de vontade popular é a força motora, podendo adquirir um caráter quase romântico em seu anti-institucionalismo. Em sua face pragmática, a democracia é entendida como uma forma de amenizar os conflitos das sociedades modernas por meio de normas e práticas, ou seja, é meramente uma forma de governo na qual as instituições são necessárias para constituir, limitar e tornar o poder efetivo.

Para ela, a democracia deve ser entendida como o ponto de intersecção entre estes dois estilos, os quais, apesar de opostos, são interdependentes. Nesta visão, o populismo prosperaria justamente na tensão existente entre eles, no ponto de encontro entre duas formas contrastantes da política, explorando o espaço existente entre a promessa (redentora) e a performance (pragmática) democrática. O populismo agiria, assim, como um sintoma da necessidade da face redentora de toda democracia, como uma forma de manter viva esta função.

Ao identificar o populismo dessa maneira, como um sintoma da necessidade da face redentora das democracias que deriva da forma excludente como elas efetivamente funcionam, Canovan assinala a inexorável reativação do povo como soberano operada pelo discurso populista, que em sua visão, "acompanha a democracia como uma sombra" (CANOVAN, 1999, p. 16). A partir disso, a ambiguidade do conceito, da parte que se reivindica o todo (o povo), pode ser sintetizada como a tentativa dos movimentos

populistas em mobilizar “o povo” como a parte excluída em nome do povo como o todo soberano, sendo sua principal demanda a retirada do poder das mãos da elite e sua devolução ao seu verdadeiro depositário (CANOVAN, 2005, p. 65-66). Esse apelo geralmente emprega três sentidos diferentes ao “falar pelo povo”, que costumam aparecer combinados. O primeiro deles é um sentido integrativo, de apelo ao povo como um corpo unido, que pode ser nomeado como a nação ou o país, contra os partidos ou facções que o dividem. O segundo sentido, por sua vez, é divisor, pois opera uma distinção entre o *nosso povo* - geralmente associado a alguma forma de exaltação étnica, mas não unicamente - e aqueles que não pertencem a ele. O terceiro sentido é o da mobilização das *pessoas comuns* contra a elite privilegiada, através do qual alega falar pela maioria silenciosa das pessoas simples e decentes, cuja voz é suprimida “pelas elites arrogantes e pelos políticos corruptos” (CANOVAN, 1999, p. 5).

Ao fazer essa distinção, Canovan emprega uma concepção tríplice das formas de mobilização do povo postulada por Mèny e Surel (2000): como soberano, como classe e como nação. Conforme explica, as três formas correspondem, respectivamente - mas não isoladamente - às questões políticas, econômicas e culturais. As mobilizações populistas usualmente estão ligadas a reivindicações econômicas de algum tipo, normalmente tem alguma dimensão cultural relacionada à defesa dos valores do povo, e são invariavelmente políticas, reclamando o poder ao povo (CANOVAN, 2005, p. 80). Estas formas de reivindicação não esgotam o discurso populista, e seu emprego certamente não exclui outras formas possíveis pelas quais ele se institui. O que os faz determinantes do discurso populista é a centralidade conferida ao povo como fonte última do poder.

A contestação de um destes traços dominantes na circunscrição do povo por parte do discurso populista pode servir como uma espécie de guia prático para os estudos sobre o tema. Para tanto, um caminho adequado parece ser o da identificação inicial do inimigo do discurso. Se, como afirma Canovan, o processo de construção do inimigo representa uma postura desafiante não apenas ao poder estabelecido, mas também aos valores vigentes, a distinção entre o povo e seu inimigo pode ser buscada através daquilo que, no discurso populista, não o representa na estrutura de poder. Este é um método que soa igualmente promissor para a elucidação da “vontade geral” deste povo, ainda

que este não seja um elemento constante na definição elaborada por Canovan. Se a reivindicação populista de representar a soberania democrática desprezada pelas elites traz nela contida a ideia de que os valores do povo são negligenciados por aqueles no poder, pode-se supor que a vontade desse povo esteja igualmente suprimida e associada aos valores suplantados de uma parcela da população que assim se percebe.

Embora não entre no debate sobre uma vontade geral, Canovan utiliza a expressão “poder ao povo” (CANOVAN, 2005, p. 66), que, em sua concepção, parece guardar proximidade com esta ideia. Conforme ressalta, o poder ao povo não pode ser levantado por pesquisas de opinião, uma vez que não é algo dado. Mesmo que os populistas busquem mobilizar os excluídos, uma suposta maioria silenciosa, eles o fazem em nome do povo como uma totalidade, uma coletividade de pessoas comuns, tratada como uma entidade elusiva. Esta entidade, no entanto, nunca está pronta ou dada, ela precisa ser construída, mobilizada ou representada para estar em posição, empunhar o poder ou de ser levada a tanto. Para a autora, entender o populismo requer que voltemos a atenção para as permanentes tensões entre os estilos pragmáticos e redentores da política. Neste jogo, a face redentora seria o povo, entendido como uma misteriosa coletividade composta pelas pessoas comuns, capazes de transfigurar-se em uma entidade legítima que pode fazer dramáticas mudanças políticas. Assim sendo, trata-se necessariamente de um discurso que sempre exclui alguém, o que ocorre, basicamente, porque a política sempre pressupõe processos de exclusão.

1.7.2 A centralidade da heartland no conceito de Populismo de Paul Taggart

Paul Taggart diferencia-se dos demais autores ao sugerir em sua formulação um olhar para o populismo que vai além da linguagem por eles usada, buscando identificar em aspectos como a localização temporal do “povo” a chave para a compreensão do âmago do fenômeno. Através da mudança de foco que opera na tentativa de elucidação do populismo, Taggart desenvolve o conceito de “*heartland*”, o qual afirma ser um aparato retórico fundamental dos discursos populistas, manuseado como forma de remeter a uma população virtuosa e unificada, que habita no território da imaginação coletiva de um país. Para sustentar este conceito, o autor retoma casos clássicos de populismo nos quais a

ideia de nação tem uma raiz geográfica bastante marcada, como ocorre nos EUA, por exemplo, onde a ideia do americano original possui um referencial regionalmente localizado no centro do país. De acordo com o autor, sua invocação explícita ocorreria apenas em tempos de dificuldade e a própria noção compartilhada pelo povo seria imprecisa. Apesar disso, sua "rememoração" teria o poder de reviver no imaginário coletivo qualidades específicas a serem defendidas.

Em poucas palavras, Taggart define a *heartland* como "aquele lugar que incorpora os aspectos positivos da vida cotidiana" (2000, p. 95, tradução nossa). A *heartland* seria, assim, uma constante busca de (re)construir uma sociedade perdida, cuja iterada evocação nos discursos populistas teria a finalidade de (re)estabelecer a unidade do povo. Como justifica, essa figura de linguagem é construída não apenas com referências ao passado, mas também com o estabelecimento de fronteiras, funcionando como uma justificação para a exclusão dos grupos demonizados.

Diferentemente de Margaret Canovan, Taggart vê o populismo como uma ideologia, comumente apensado a outros sistemas de ideias. Em sua visão, o populismo carece de valores próprios, o que seria um indicativo de sua inerente incompletude, flexibilidade e, acima de tudo, de que os valores propagados pelo populismo são um resgate da *heartland*. Sendo em essência uma forma de resgate de visões derivadas do passado e projetadas para o presente, a *heartland* indica, na prática, algo que é "mais sentido do que racionalizado" (TAGGART, 2005, p. 68, tradução nossa) e que, ao estar sempre envolto por um certo nível de imprecisão, permitiria que diferentes posicionamentos estejam implícitos em sua evocação.

Ainda que a conceituação de populismo de Taggart tenha por núcleo a ideia de *heartland*, sua formulação não se restringe a ela. Para este autor, o populismo é entendido como uma ideologia composta por cinco características, que são: 1) a hostilidade à política representativa e sua emergência adstrita às circunstâncias por ela criadas; 2) a tendência a propagar a identificação com a "*heartland*", que tem a função de representar uma concepção idealizada de comunidade; 3) a carência de valores nucleares próprios, buscados no resgate do passado; 4) a postura reativa a um sentimento de crise extrema, cuja profundidade pode estar mais ligada à percepção como tal do que aos fatos; e 5) a qualidade autolimitante no sentido político, ou seja, uma vez

no poder, tende a ser relutante com relação às instituições representativas (TAGGART, 2004).

A ideia de “povo” é central também na formulação de Taggart, que o concebe conceitualmente como necessariamente moldável e flexível. Isto não significa que o povo não tenha um significado, pois há em toda invocação populista do povo um cerne, cuja definição se dá através da percepção de “quem eles são”, “quem eles não são”, “como eles são” e “quantos eles são” (TAGGART, 2000, p. 92). Como destaca, a questão numérica é central, porque um aspecto chave do populismo é a autodenominação do povo pela sua maioria, o que tem um uso prático: o de conferir legitimidade àqueles que falam em nome deles e formar um potencial eleitorado que, se inteiramente conquistado, pode enfrentar quaisquer forças impostas contra eles *(idem)*.

Taggart afirma ainda que a concepção de povo do populismo é fundamentalmente monolítica, sempre retratada como uma unidade desprovida de divisões fundamentais e dotada de um espírito solidário comum. Assim sendo, a ideia de *heartland*, essência dessa concepção, ao reverberar determinadas virtudes que tem a capacidade de unir o povo, serviria também como uma forma de lhes investir o poder da soberania popular contra os “inimigos”, simbolizados não apenas pelas instituições representativas, mas também pelas minorias.

Um exemplo claro disso seria o discurso da maioria silenciosa, comum nas manifestações contemporâneas do populismo, que invoca certos atributos do povo através do qual reivindicam serem ouvidos “acima” dos clamores das minorias (TAGGART, 2000, p. 93). O silêncio, nestes casos, é justamente o argumento empregado para justificar sua virtude, pois alegam que sua não manifestação em tempos prévios à crise advém do fato de que eles estão trabalhando, pagando seus impostos e, silenciosamente, levando suas vidas como cidadãos conscientes e produtivos, mas politicamente quiescentes (*idem*). A minoria, neste caso, tal qual o povo, não necessariamente condiz com aspectos demográficos ou culturais. É uma construção retórica para definir os limites entre o “nós” e o “eles”, em um espaço em que o “eles” significa uma elite que domina a esfera política. Nesta lógica, se a política é o espaço dominado pela elite, “é a massa dos cidadãos que representa o coração da população e a verdadeira alma do país” (TAGGART, 2000, p. 93, tradução nossa).

Para o autor, a implicação de mobilizar a maioria silenciosa é que essa maioria é relutante em participar politicamente, sendo sacudida dessa relutância somente por meio de um senso de necessidade, trazido à tona em condições extremas, tais como a sensação de crise e colapso. No discurso populista, o tempo silenciado daria um peso maior às reivindicações do autodenominado povo, pois sua despretensão política habitual falaria em nome de um bem maior, ou seja, em nome da nação. Conforme pontua, os populistas com frequência têm mais certeza de quem eles não são do que de quem eles são, o que é essencial na construção de sua identidade. A partir disso, o discurso populista contemporâneo tem focado em definir-se através da oposição a determinados grupos, por eles demonizados, e esta demonização tem por corolário a capacidade de criar um senso de solidariedade entre todos aqueles que se opõe a esses grupos, identificados como inimigos (TAGGART, 2000, p. 94).

Entretanto, Taggart frisa que o povo não é uma composição inteiramente negativa, pois requer em si a posse de qualidades identificáveis. Nisso, ratifica sua premissa, ao destacar que nos discursos populistas, as pessoas simples, que são a maioria e formam o povo, são retratadas como detentoras de virtudes em suas tradições coletivas. Deste modo, a sabedoria do povo é algo a ser resgatado como um parâmetro moral em contraposição a quaisquer valores correntes, pois “das pessoas comuns vem o senso comum e isso é melhor do que conhecimento livresco” (TAGGART, 2000, p. 95, tradução nossa).

Dedicando alguma atenção aos aspectos gerais da forma como este autor delimita o populismo, é possível inferir que sua definição se aproxima da elaboração de Margaret Canovan, pois, ao perceber o povo como “sempre já formado e autoconsciente”, pode-se depreender que o autor trata muito mais de um apelo ao povo do que de uma construção deste. A linha que distingue a mobilização do povo da construção deste é muito tênue e turva, já que ambas dizem respeito a criação de laços comuns e a algum nível de homogeneização do povo a partir deles. O ponto de diferenciação, neste caso, é discutível, mas pode-se arrazoar que a construção de um povo envolve fatores mais atrelados às demandas históricas não atendidas, as quais, uma vez mobilizadas, têm o potencial de criar em torno de si um povo. O povo da concepção de Taggart, por sua vez, ao perceber-se unido pelos valores mutuamente reconhecidos na invocação da

heartland, consistiria mais em uma mobilização - a partir destes valores - do que em uma construção, pois aquilo que “precisa ser resgatado do passado para o presente” fala implicitamente de uma conquista perdida, mesmo que ela exista unicamente no campo do imaginário.

1.7.3 O Populismo como uma ideologia de centro maleável na proposta de Cas Mudde

Cas Mudde possui uma vasta produção acadêmica acerca do populismo de direita, empregando análises fundamentadas, sobretudo, nos casos europeus do século XX e XXI, e é frequentemente reconhecido por analisar o crescimento da face de extrema direita do fenômeno. Em uma de suas principais obras, “*Populist radical right parties in Europe*” (2007), Mudde busca uma definição adequada para o estudo em perspectiva comparada dos diferentes casos por ele observados, fazendo, para tanto, uma diferenciação entre os partidos de direita radical, classificando-os em 3 grupos ideológicos: 1) nativistas, 2) autoritários, ou 3) populistas. Grosso modo, os partidos por ele classificados como nativistas seriam aqueles que combinam uma dimensão nacionalista e xenófoba, defendendo que um país deve ser habitado apenas por aqueles que ali nasceram, fazendo da presença de estrangeiros uma ameaça à homogeneidade do Estado. A ideologia autoritária, por sua vez, é definida pelo autor como a crença em uma sociedade estritamente ordenada, na qual a transgressão das regras e, por conseguinte, da autoridade, deve ser punida severamente. Esta concepção, como afirma o autor, não necessariamente requer a adoção de atitudes não democráticas, uma vez que esta definição considera a ordem e a lei como uma forma de moralismo punitivo convencional. Por fim, o populismo (de direita) é apresentado por Mudde, inicialmente, como uma forma específica de nacionalismo (MUDDE, 2007, p. 23).

Concordando com Margaret Canovan, Mudde avalia que a dificuldade de se chegar a uma definição clara do conceito de populismo se deve, em parte, ao importante papel que o contexto desempenha na determinação das posições ideológicas do ator populista. Conforme elucida, o contexto pode influenciar, por exemplo, no foco escolhido por um sujeito político populista para erigir um inimigo, que

pode variar desde a globalização à imigração, do imperialismo ao Islã ou do comunismo ao fascismo. Ademais, como em sua formulação o populismo é entendido como uma ideologia que raramente existe por conta própria, em sua visão, o discurso populista pode estar filiado a ideias que vão desde a direita radical até o socialismo (MUDDE, 2007, p. 30).

Esta importância do contexto é mais explorada por Mudde em obras posteriores, nas quais busca exemplificar o peso desta alegação tomando para análise experiências fora dos casos de populismo de direita europeus. Em artigo publicado em parceria com Cristóbal Rovira Kaltwasser (2013), o autor volta a atenção para a discussão dos aspectos inclusivos e excludentes de diferentes casos de populismo. Estas duas possibilidades são consideradas analiticamente a partir de três dimensões, quais sejam: a material, a simbólica e a política. Segundo os autores, as expressões do populismo sempre carregam características inclusivas ou excludentes, de modo que se torna possível estabelecer a distinção entre estes dois tipos. Partindo deste princípio, afirmam que na Europa das últimas décadas, o populismo foi e é predominantemente excludente, enquanto na América Latina tende a ser inclusivo[20]. Para esta distinção, dois fatores são decisivos. O primeiro deles diz respeito à maneira como os atores políticos distinguem quem pertence ao “povo” e à “elite”. O segundo, se relaciona com as facetas ideológicas às quais os atores populistas se ligam.

Na busca de uma definição para o populismo mais precisa e empiricamente aplicável, os autores refutam dois pressupostos dominantes do debate público. O primeiro deles é o de que o populismo seria uma forma de discurso altamente emocional e simplista, dirigido aos instintos do povo. O segundo, é a visão do populismo como uma forma de compra do apoio do povo por meio do atendimento de suas vontades. Alegando que estas visões não consideram o aspecto crucial do populismo, que é o da contraposição do “povo” contra “os poderosos”, Mudde e Kaltwasser especificam que os fenômenos supracitados não se referem ao populismo, mas sim à demagogia e ao clientelismo, respectivamente[21]. Buscando aclarar essas diferenças,

[20] A afirmação se dá em um contexto prévio à emergência dos discursos populistas de direita aos quais fazemos referência na introdução desta tese.

[21] Ernesto Laclau igualmente refuta a visão do populismo per estas perspectivas.

indagam, então, se o populismo seria mais adequadamente enquadrado como uma ideologia, uma síndrome, um movimento político ou um estilo político.

Tal qual Paul Taggart, Mudde opta por empregar uma abordagem ideacional, cuja escolha justifica de duas formas. Primeiramente, argumentando que ao conceber o populismo como uma ideologia, torna-se possível entender a razão de sua elasticidade no mundo real (MUDDE & KALTWASSER, 2017, p. 19), podendo ser vinculado a experiências que vão desde o socialismo até o fascismo. Em segundo lugar, diferentemente das definições que limitam o populismo a um tipo específico de mobilização e liderança, a abordagem ideacional seria capaz de acomodar uma vasta gama de atores políticos normalmente associados com o fenômeno (MUDDE & KALTWASSER, 2017, p. 19-20). O autor justifica a escolha pontuando que a ideologia se refere a um corpo de ideias normativas sobre a natureza do homem e da sociedade, tal como de sua organização e propósitos e, assim sendo, perceber o populismo por essa ótica traduz-se em uma visão de como o mundo deveria ser, uma espécie de mapa mental através do qual os indivíduos analisam e compreendem a realidade política. Em sua elaboração, esta perspectiva dá ao populismo os seguintes contornos:

> Eu defino o populismo como uma ideologia que considera a sociedade fundamentalmente separada entre dois grupos homogêneos e antagônicos, “as pessoas puras” e a “elite corrupta”, e que prega que a política deveria ser a expressão da vontade geral. O populismo, assim definido, possui dois opostos: o elitismo e o pluralismo. O elitismo é a imagem refletida do populismo: ele compartilha de sua visão de mundo maniqueísta, mas quer que a política seja uma expressão das visões morais da elite em lugar daquelas das pessoas amorais. O pluralismo, por sua vez, rejeita a homogeneidade de ambos, populismo e elitismo, vendo a sociedade como uma coletânea de grupos e indivíduos que frequentemente possuem visões e desejos fundamentalmente diferentes (MUDDE, 2004, p. 544, tradução nossa).

Mudde complementa esta definição aduzindo que o populismo é uma ideologia distinta, não possuindo o mesmo nível de refinamento e consistência intelectual que outras ideologias, como o socialismo ou o liberalismo, por exemplo. Para ele, o populismo seria uma ideologia de centro maleável, cujo núcleo seria restrito e sempre apensado a outros conceitos políticos. Sua raiz seria “o povo”, ou, “as pessoas comuns”, de modo que a identidade da “elite” derivaria sempre da definição do povo, sendo seu oposto direto. Diferentemente das ideologias por ele denominadas como completas ou de núcleo

denso, tais como o fascismo, o liberalismo e o socialismo, as ideologias de núcleo maleável (como populismo) teriam uma morfologia restrita, que necessariamente aparece anexada à - e algumas vezes é até mesmo assimilada à - outras ideologias.

Seu argumento se respalda na constatação de que o populismo quase sempre aparece associado a outros elementos ideológicos, que são cruciais para a promoção dos projetos políticos que se mostram interessantes para um grupo mais amplo. Assim sendo, por si só, o populismo não pode oferecer respostas complexas ou compreensivas às questões políticas que as sociedades modernas geram (MUDE & KALTWASSER, 2017, p. 6). Isto significa que o populismo pode adquirir várias formas diferentes, que são contingentes, de modo que os conceitos centrais do populismo aparecem sempre relacionados a outros conceitos, formando quadros interpretativos que sejam mais ou menos atraentes para diferentes sociedades.

Ainda que a abordagem ideacional tenha predominado nos estudos do fenômeno populista, seu uso não se dá sem críticas. A principal delas é que seu emprego alarga demasiadamente o espectro de atores, movimentos e partidos políticos passíveis de serem incluídos no rol de populistas, dada a amplitude que a definição permite. Sobre isso, como supracitado, Mudde defende que seu conceito só faz sentido se sublinhados os opostos diretos do populismo, que são o elitismo e o pluralismo.

Segundo o autor, o elitismo e o populismo compartilham por base comum a percepção da sociedade como separada entre dois polos homogêneos (um bom e o outro ruim), mas suas visões distanciam-se com relação às virtudes dos grupos. Se para o populismo as pessoas comuns, que formam “o povo”, são as verdadeiras detentoras dos valores da sociedade e sua vontade deve ser entendida como a vontade geral, para os elitistas, o povo assim entendido é perigoso à democracia, considerado desonesto e vulgar, devendo ter seu acesso às instâncias de poder restringidas. Pela mesma razão, o espaço político deve, de acordo com esta interpretação, ser delimitado às elites, que se percebem superiores moral, cultural e intelectualmente.

O pluralismo, por seu turno, enxerga a sociedade como dividida em uma vasta gama de grupos sociais sobrepostos, cujas ideias e interesses diferem de forma positiva, pois a sociedade, ao refletir essa pluralidade por meio de vários centros de poder, que operam mediante compromisso e consenso, refletiria os interesses e valores de todos

(MUDDE & KALTWASSER, 2017, p. 7- 8). Essa visão mostra-se oposta ao populismo, por não comportar o antagonismo que o fundamenta. Ao perceber a sociedade dotada de centros de poder dispersos e neles o reflexo da diversidade de interesses existentes no tecido social, o pluralismo não prevê o espaço para a exclusão, de modo que anula a possibilidade de mobilização daqueles que assim se percebem.

Além disso, em consonância com Canovan e Taggart, Mudde entende que o populismo tende a ser mais moralista do que programático na distinção entre a “elite” e “o povo”, a qual opera mais no nível normativo do que comportamental, referindo-se a uma interpretação específica da realidade. Dada a capacidade do populismo de enquadrar “o povo” através do apelo a diferentes grupos e articular suas demandas, ele pode gerar uma identidade compartilhada entre estes, facilitando seu apoio a uma causa comum. A incitação às pessoas comuns utilizada por Mudde vindica tacitamente a dignidade e conhecimento dos grupos que são, objetiva e subjetivamente, excluídos do poder devido ao seu status sociocultural e socioeconômico. Para ele, esta é a razão pela qual os líderes populistas usualmente adotam elementos culturais que são considerados como marcas de inferioridade pela cultura dominante. Todavia, este ímpeto anti-elite, fomentado pelo discurso populista, não implica que o populismo advogue por uma mudança radical no sistema. Assim como outros autores, Mudde reafirma que o discurso populista de falar pelas pessoas comuns oprimidas tem por fim a mudança do status desse povo dentro do sistema político vigente, ou seja, não pretende mudar a vontade do povo, mas quer representá-la de forma direta, tendo seus valores e forma de vida como guia.

Este autor defende ainda que o populismo, enquanto um fenômeno episódico, é uma tendência a ser naturalizada na democracia liberal. Essa predisposição, que ele denomina de “*zeitgeist* populista” (MUDDE, 2004), seria o resultado de uma dinâmica na qual as tensões da democracia liberal tendem a alimentar o ímpeto populista, dando-lhes proeminência. Isto se refletiria progressivamente na política pelo movimento duplo que geraria: ao tentar excluir os atores populistas do poder político, o *establishment* político acabaria por incluir seus temas e sua retórica como estratégia para combatê-lo, imprimindo, assim, o estilo populista na política. Em sua percepção, o populismo como uma marca cada vez mais presente na política democrática despertaria sempre que uma

parcela significativa da “maioria silenciosa” sentir que a elite não mais lhe representa.

1.7.4 O Populismo como a construção do povo em Ernesto Laclau

A proposta conceitual do populismo de Ernesto Laclau é uma das mais refinadas dentre as obras contemporâneas concernentes ao fenômeno. Operando em um nível de abstração mais ousado e lançando mão de elementos psicanalíticos, linguísticos e filosóficos, Laclau oferece um conceito de populismo que tem por objetivo uma mudança radical na percepção do contato existente entre o populismo e a democracia, vislumbrando-o como uma forma de construção política. Para se chegar a esta construção, no entanto, é necessário ter em mente alguns pressupostos ontológicos gerais da teoria laclauniana que permitem a compreensão do encadeamento de elementos de sua teoria. Inicialmente, é preciso explicitar o que Laclau entende por discurso, que é o terreno no qual essa construção se dá.

O discurso, para Laclau, deve ser entendido como composto por quaisquer conjuntos de elementos nos quais as relações desempenham um papel constitutivo, não estando restritos à fala e à escrita (LACLAU, 2013). Esta perspectiva advém da orientação pós-estruturalista assumida pelo autor, a qual entende que os conjuntos de elementos não preexistem ao complexo relacional, mas se constituem através dele, não havendo nenhum fundamento *a priori* que privilegie algum elemento do todo. Isso tem um impacto muito grande na forma como este autor concebe uma das categorias centrais do conceito, o povo. Para ele, nas sociedades atuais, a identidade e homogeneidade dos sujeitos sociais são ilusões, uma vez que todo sujeito social é essencialmente descentrado e sua identidade consiste em uma incessante articulação de posições (de sujeito), constantemente alteráveis (LACLAU, 2013).

A compreensão do povo na formulação laclauniana requer que partamos de uma etapa anterior. O ponto inicial de sua construção teórica está em uma unidade analítica menor: as demandas. É a partir da emergência de demandas não atendidas em um determinado contexto que este autor identifica o motor para a construção do povo como sujeito histórico em potencial. Todavia, como ele enfatiza, a mera existência de demandas não correspondidas não é suficiente para isso, pois a construção do povo

requer que essas múltiplas exclusões sejam vinculadas umas com as outras. Para explicar este processo, Laclau faz uma distinção entre dois tipos de demandas, as democráticas e as populares.

As demandas democráticas seriam aquelas que permanecem isoladas, não estabelecendo relação com as demais. As demandas populares, por sua vez, seriam as reivindicações que se formam quando os reclamantes de uma dada demanda percebem outras demandas que compartilham da "negligência" por eles sofrida. A partir de então, o acúmulo das demandas não atendidas pelo poder estabelecido ocasionaria a crescente inabilidade do sistema institucional de absorvê-las de modo diferenciado. É neste momento que se estabelece entre elas uma relação de equivalência, que tem por efeito o nivelamento das demandas. Posto de outra forma, a lógica da equivalência é uma lógica de simplificação do espaço político (LACLAU & MOUFFE, 2015, p. 130), pois é através dela que uma pletora de significados é condensada em uma cadeia de significação, que tem por efeito a homogeneização das múltiplas identidades nela articuladas. Desta forma, diferentemente do que postula Cas Mudde, para Laclau, o pluralismo não é um fator supressor para o surgimento do populismo, uma vez que ele pode ser temporariamente suspenso por meio da articulação dos sentidos para formar o povo.

Paralelo a este processo equivalencial, ocorre a formação de um corte antagônico, ou seja, a formação de uma fronteira interna ante o poder instituído. Em sua visão, estas duas pré-condições são necessárias para o populismo, pois é a partir delas que se têm as disposições embrionárias para o estabelecimento de um "povo" e de um "inimigo". Porém, é necessário ainda que esteja presente nesta formação uma terceira e determinante variável: a unificação das demandas mediante a mobilização política, que é o meio através do qual a expansão das cadeias de equivalência se dá, na sua unificação simbólica.

Para Laclau, a construção do povo deriva da tentativa de dar um nome à plenitude ausente do social, sendo definido como o momento da cristalização de uma identidade discursiva. Ao contrário da concepção sustentada por outros autores, de acordo com esta formulação, essa identidade (do povo) não possui um núcleo pronto a ser resgatado. Ela é, antes de tudo, uma identidade construída negativamente, e

internamente dividida: continua sendo uma demanda particular - como o conteúdo que empunhava originalmente - mas, ao mesmo tempo, torna-se o significante de uma universalidade mais ampla, adquirida no estabelecimento da equivalência com as outras demandas, processo que ocasiona o esvaziamento parcial de sua identidade original. Isso acontece porque a partir do momento em que inicia a fazer parte de uma cadeia relacional, a sua própria particularidade passa a significar algo muito diferente de si mesma, incorporando a totalidade das demandas de equivalência. Ao fazê-lo, transmite esse significado mais universal aos outros elos da cadeia, que também se dividem. Esta articulação entre a universalidade e a particularidade, constitutivamente em relação à construção de um povo, é um processo amplo e abrangente do ponto de vista simbólico, que não acontece apenas no nível das palavras e imagens, mas está também sedimentada nas práticas e instituições (LACLAU, 2013, p. 167).

Para Laclau, existe uma negatividade específica inerente ao laço da equivalência, porque as demandas não compartilham, num primeiro momento, nada que seja positivo, apenas o fato de que todas permanecem não realizadas. Nesse decurso, a identificação com um significante vazio é a condição *sine qua non* para a emergência de um povo, pois ele assumirá a tarefa de representar a totalidade das demandas articuladas. Este significante inscreve-se em um duplo movimento do processo de representação da emergência de um povo, uma vez que “a representação da cadeia de equivalências por um significante vazio nunca é puramente passiva. Se o significante opera como um ponto de identificação para todos os elos da cadeia, ele deve representá-los verdadeiramente (LACLAU, 2013, p, 237). Este duplo movimento traduz uma combinação entre a homogeneidade e a heterogeneidade, pois a constituição de um povo requer uma complexidade interna (que advém da pluralidade de demandas que formam a cadeia de equivalências) e uma homogeneização, que se dá através do significante vazio, o qual constitui a cadeia e, ao mesmo tempo, a representa. Através desta dupla função, o autor esclarece como toda identidade popular possui uma estrutura interna que é essencialmente representativa. Nisso conflui a categoria de hegemonia, empregada por Laclau para explicar a representação em sua elaboração. Entendida como a forma pela qual uma diferença assume a tarefa de representar uma totalidade incomensurável (LACLAU, 2013), a hegemonia, uma vez

estabelecida dentro da cadeia de significação, permite a emergência de um significante vazio, que surge como produto da cisão que acontece no interior da demanda na tentativa de encarnar uma completude inalcançável.

Se em muitas formulações teóricas, a vagueza na definição do povo é uma das principais fontes de críticas, na ótica laclauniana, a visão apresentada é fundamentalmente oposta, pois, para ele, é justamente pelo fato de o povo ser um significante vazio que o populismo se torna um fenômeno tão forte. Ao atuar como o ponto de condensação da cadeia de equivalências (LACLAU, 2013, p. 261), o significante vazio tem a capacidade de planificar forças heterogêneas em torno de um significante mestre. Neste contexto, a dimensão do afeto é crucial para tornar possível a significação, pois não existe populismo sem o investimento afetivo em um objeto parcial, cuja pretensão é a representação de uma totalidade inalcançável (LACLAU, 2013). Contudo, o afeto não é algo que existe por si próprio, independente da linguagem. Ele se constitui somente através da catexia diferencial de uma cadeia de significação, e qualquer todo social resulta sempre de uma indissociável articulação entre dimensões significantes e afetivas (LACLAU, 2013, p. 173-4). Em síntese, nenhuma plenitude social é realizável de outra forma que não seja por meio da hegemonia, que nada mais é do que o investimento, num objeto parcial, de uma plenitude que sempre nos escapará, porque é puramente mítica (LACLAU, 2013, p. 179-180). Assim sendo, não pode haver populismo sem que haja o investimento afetivo num objeto parcial, o qual, em sua visão, tem por ponto nodal (articulador) das demandas dispersas o nome do líder.

Como se pode perceber, a explanação laclauniana difere largamente das formulações até então apresentadas, ousando aprofundar o debate no nível ontológico e assumindo o povo como uma construção. O grande diferencial de sua proposta, contudo, se mostra na viabilidade de operacionalização de suas categorias, pois sua perspectiva teórica propõe, através de um conjunto de chaves analíticas, não apenas um conceito de populismo, mas um método de análise do fenômeno.

1.8 Encaixando os conceitos: categorias para uma análise empírica

Como afirmado no início deste capítulo, a proposta desta tese não é a de criar um novo conceito para o populismo, mas sim a de definir, a partir das formulações que orientam o debate e que foram resumidamente apresentadas acima, as categorias adequadas para a análise do objeto deste estudo: os discursos pré-eleitorais e eleitorais de Jair Bolsonaro. Dada a já aludida importância da consideração de fatores contextuais quando da análise de fenômenos populistas, a adequação buscada consiste na escolha das categorias tendo por norte sua aplicabilidade empírica ao caso estudado, e não a tendência de conformação do objeto à hipótese defendida. Desta forma, para além da confirmação ou refutação da hipótese que norteia o estudo, a contribuição principal se dá pela elucidação dos elementos centrais do discurso, permitindo o melhor entendimento do fenômeno, resultando ele classificado como populismo, ou não. Portanto, a proposta que será desenvolvida a seguir é a de uma "bricolagem conceitual", que tem por ponto de partida a aplicabilidade dos conceitos à investigação em curso.

Tendo que os conceitos dos autores escolhidos dialogam largamente em suas construções teóricas, é possível encontrar vários pontos de convergência entre eles. Em geral, há concordância de que todas as formas de populismo incluem uma crítica à ordem vigente e que a maneira como essa crítica se dá é pela mobilização do povo. Como vimos também, o modo como esse povo é concebido difere entre os autores, embora em todos os casos a sua constituição se dê por meio do antagonismo, entendido aqui em sentido amplo. Na definição de Margaret Canovan, este antagonismo se evidencia com relação à estrutura de poder, aos valores e aos ideais dominantes estabelecidos. Como pontuado, essa visão coaduna com a de Paul Taggart, que vê na mobilização da *heartland* a elucidação de valores suprimidos do povo. Em algum grau, essas visões dialogam também com a de Cas Mudde, que entende a distinção operada pelo populismo como uma separação da sociedade em dois polos homogêneos, no qual as pessoas comuns antagonizam a elite corrupta, o que designa implicitamente que as pessoas comuns são as detentoras dos valores desejáveis.

Dentre essas elaborações, o conceito de *heartland* empregado por Paul Taggart, pensado a partir das experiências de populismo agrícola dos Estados Unidos e da Rússia,

ainda que dotado de grande valor heurístico, apresenta limitações quanto ao seu emprego nas manifestações contemporâneas do populismo. A própria nomenclatura utilizada no conceito denota uma peculiaridade regional muito restrita, tornando-o não aplicável em casos como o do Brasil, por exemplo, onde devido a formação histórica específica, não é possível traçar um único território ou temporalidade que condense a diversidade de formas de compreender o ser brasileiro, ou que remeta a um sentimento de nação compatível com a ideia de *heartland*.

No entanto, se, a exemplo do que fez Taggart, tomarmos como ponto de partida a busca de um fio condutor na percepção dos indivíduos sobre os elementos do passado capazes de os homogeneizar enquanto povo e, a partir disso, buscamos identificar os valores por eles exaltados, torna-se mais plausível o exercício de identificação da forma como o povo destes discursos é mobilizado. Desse ponto de vista, torna-se possível a percepção de juízos atinentes às próprias culturas cívicas e parâmetros éticos de cada local, ainda que não necessariamente proferidos de forma explícita pelos sentidos tradicionalmente empregados de povo (como soberano, como classe ou como nação). Assim, a não condicionalidade da classificação do povo dentro dos formatos tradicionais pode ser um caminho para explicar a identificação dos indivíduos com o sujeito político considerado, e que possivelmente se expressa por meio de ideias mais sutis, como as noções do “bom cidadão”, dos “cidadãos de bem” e da “maioria silenciosa”, dentre outras.

Em um primeiro olhar, a forma destoante de concepção do povo formulada por Ernesto Laclau não parece a mais adequada à proposta aqui feita, uma vez que sua formulação tem por norte a construção de um povo que é calcada em demandas históricas reprimidas, as quais comumente adquirem um caráter de classe ou identitário. Ainda que esta perspectiva seja tipicamente associada ao estudo de experiências populistas de esquerda, especialmente em virtude do desenvolvimento do conceito no sentido de uma proposta de democracia radical, o caráter ontológico da proposição laclauniana habilita seu uso para a análise de experiências populistas diversas. Guardadas as necessárias considerações sobre a diferença de terreno no qual a formulação laclauniana se dá em relação às demais concepções, as categorias analíticas provenientes dessa teoria podem ser empregadas para a análise sem prejuízo de sua validade.

O descentramento das identidades por ele pontuado, por exemplo, é um fator a se ter em consideração em qualquer análise que se proponha compatível com a realidade social contemporânea. Isto implica refutar, ao menos parcialmente, alguns dos pressupostos adotados por outros autores, como o da aludida homogeneização da sociedade em dois polos antagônicos, defendida por Cas Mudde. A parcialidade da refutação, neste caso, se deve ao fato de não haver um erro objetivo nessa premissa, mas sim na forma como ela é feita. Se há uma homogeneidade do povo *versus* a elite, conforme sustenta, isso se deve a um processo anterior, que gera a identificação e a condensação da identidade em torno de um discurso, como a elaboração teórica de Laclau explicita. Isto diferencia sua percepção daquelas que veem a representação como um reflexo das vontades ou identidades gerais, dado que para Laclau, a identidade não precede, mas resulta de um processo de representação.

A proposta de Laclau mostra-se igualmente adequada no que concerne à identificação do povo em termos empíricos. Apesar de a visão do autor com relação à construção do povo não ser a mais ajustada para a interpretação das experiências do populismo de direita, para as quais a noção de “apelo ao povo” soa mais pertinente em virtude do peso atribuído aos preceitos morais e de resgate de valores, a forma como o autor desenvolve sua análise permite que ela seja replicada em diferentes contextos, ainda que dissemelhantes daqueles nos quais sua teoria se baseia majoritariamente. A transposição da formulação laclauniana, neste caso, diz respeito à reprodução de sua forma de desmembramento das demandas do discurso, assim como da identificação de sua articulação antagônica, mantendo a consonância com sua forma de entender a formação das identidades no tecido social. Ao replicar tal percepção, todavia, não se ignoram as possíveis discrepâncias entre o objeto de análise e os exemplos que serviram de modelo para o teórico quando da formulação de sua teoria.

Tendo em consideração as características ponderadas ao longo do capítulo acerca do populismo, particularmente em suas expressões de direita, um caminho igualmente adequado parece ser o da identificação inicial do inimigo do discurso, o que acarreta o entendimento do povo por uma perspectiva reativa. Esta escolha se respalda na identificação daquilo que, no discurso populista, é compreendido pelo povo como uma forma limitante à sua real vontade em termos de estrutura de poder, valores ou ideais em

voga. Assim, a perspectiva aqui adotada associa-se novamente à visão de Margaret Canovan sobre o populismo enquanto “uma forma de erigir um inimigo”, não o entendendo como uma ideologia (como Taggart e Mudde). Ao fazer tal opção, expressamos concordância com as já mencionadas críticas feitas ao populismo assim percebido.

Adicionalmente, entendemos que interpretar o populismo pelo viés ideacional se mostra inadequado pela ausência de elementos definidores das próprias categorias centrais do conceito, o que torna sua distinção da mobilização política bastante problemática. Complementarmente, a partir das discussões feitas principalmente por Margaret Canovan, Ernesto Laclau, Mény & Surel e Cas Mudde sobre a relação do populismo com a democracia representativa, concordamos com a visão de Cas Mudde sobre o populismo ser um traço cada vez mais frequente da política contemporânea.

Feitas essas considerações, nesta tese, o populismo de direita será entendido inicialmente como uma forma de mobilização reativa do povo contra um inimigo, o qual identifica como uma força restritiva à sua identidade em termos políticos, econômicos, culturais e morais. Com esta definição, que traz consigo vários dos aspectos discutidos pelos autores, tem-se por propósito a elucidação do discurso considerado a partir das categorias de “povo” e “inimigo”.

1.9 Considerações

Este capítulo propôs-se a aclarar algumas complexidades interpretativas que acompanham o populismo enquanto expressão política. Percebendo-o como um fenômeno de ocorrência crescente nas democracias ocidentais e entendendo a grande adesão que logra como um traço cada vez mais presente na configuração política internacional, o objetivo almejado na estruturação deste capítulo foi também o de alcançar uma concepção de populismo que permita uma análise adequada do caso considerado, conforme a hipótese proposta, como expoente do populismo de direita contemporâneo.

Para tanto, foram debatidos os aspectos centrais das construções teóricas mais influentes sobre o tema, tendo em conta a aplicabilidade de suas categorias ao contexto

em questão e, a partir disso, optando pela adequação de alguns dos componentes destas formulações à nova configuração que se apresenta. Como já argumentado, esta opção se deu com o intuito de viabilizar uma compreensão mais apropriada dos discursos de Jair Bolsonaro, sujeito político cujo discurso carrega vários dos atributos elencados no decorrer do capítulo como alusivos ao populismo, especialmente em suas manifestações de direita. Dentre os mais explícitos deles, pode-se destacar suas posturas combativas à forma como as instituições funcionam, o antagonismo que atravessa sua forma de mobilizar seu eleitorado e a constante alegação de falar em nome daqueles que não se sentem representados pela política tradicional.

Como vimos, estas características, mesmo em conjunto, não são suficientes para que o discurso seja classificado pela literatura política como populista, o que requer, necessariamente, a oposição de um povo a um inimigo. Tendo isto em mente, a adequação das categorias que foi proposta pretende captar a viabilidade dessa classificação, entendendo que, mesmo que o discurso de Bolsonaro não possa ser categorizado *a priori* como populista, o estudo se mostra pertinente ao ampliar a compreensão que se tem dos discursos de direita radical que tem ganhado espaço em diferentes países nos últimos anos, dentre eles o bolsonarismo.

Como será debatido de modo mais aprofundado no decorrer desta tese, em muitos países, este crescimento da direita tem se manifestado e se fortalecido de forma reativa às forças progressistas que estiveram representadas no poder previamente. Por esta razão, analisar o caso brasileiro pelas lentes do populismo, aqui entendido como uma forma reativa de mobilização do povo que ressalta a oposição entre os valores vigentes e aqueles que deveriam ser resguardados - por condizer com sua forma de pensar -, mostra-se um caminho para a compreensão, em linhas gerais, do pensamento político brasileiro e, por conseguinte, para a melhor compreensão da sociedade atual.

CAPÍTULO 2

DESVENDANDO MITOS: OS SENTIDOS DO BOLSONARISMO

2.1 Introdução

Entender o discurso bolsonarista vai além da compreensão dos fatores que possibilitaram a eleição democrática de um projeto de poder com características tão alheias à democracia e seus valores basilares. É um exercício de conhecimento mais profundo da configuração simbólica do pensamento político brasileiro, de esboçar um retrato da cultura política que ele propõe representar e cujas primeiras pinceladas não se pode precisar com exatidão a data. Como mencionado anteriormente, o trabalho apresentado nesta tese equivale a uma captura de tela de uma película em constante movimento, na qual os elementos dela partícipes estão sujeitos a mudanças no decorrer do enredo. Assim como diferentes cores, traços e perspectivas compõem um retrato em tela, um discurso é feito de diferentes significados. Isoladamente, nenhum deles consegue transmitir o conteúdo inteiro de uma obra. Entretanto, quando observados em conjunto, seus diferentes matizes podem revelar o intuito do artista por trás dela, ainda que deixando sempre alguma margem de subjetividade ao espectador.

Para além das percepções mais triviais sobre o discurso bolsonarista, um primeiro olhar para a sua configuração expõe uma costura de retalhos que combina a defesa do liberalismo econômico, posturas autoritárias e uma empenhada devoção aos valores cristãos, todos embrenhados em uma retórica que se apresenta como democrática e nacionalista. Ainda que estas interpretações digam muito sobre o Bolsonarismo, elas não dizem o suficiente. Assim como em um retrato o olhar atento geralmente se faz necessário para a identificação da ideia ou sentimento expresso de formas sutis pelo artista, em um discurso, a observação dos múltiplos elementos que o compõem e da forma como eles se complementam é fundamental para uma interpretação mais profunda daquilo que está ali representado. Por este motivo, este capítulo é dedicado a apresentação dos significantes que constroem o discurso Bolsonarista, tal como dos significados atribuídos a cada um deles.

O lema escolhido para a campanha eleitoral de Bolsonaro à Presidência da República, “Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos”, entrega de antemão dois significantes centrais do Bolsonarismo. A primeira oração é uma referência a sua ligação com as Forças Armadas, que foram, ao longo de seus sete mandatos como parlamentar, a causa maior de sua atuação legislativa. Já a segunda, expressa sua aproximação com diferentes setores conservadores da sociedade brasileira. À luz do tempo, é possível observarmos que ambos os significantes seguiram ocupando espaço substancial no discurso bolsonarista pós-eleições, firmando-se como elementos de sua gestão presidencial. Porém, interpretar o Bolsonarismo desconsiderando os demais elementos que o constituem e reduzi-lo a uma clivagem entre as alas “militar” e “ideológica”, como tornou-se comum em diversas análises, é um erro. Como será elucidado ao longo deste capítulo, o alcance que o Bolsonarismo obteve só foi possível porque o discurso em questão mobilizou significantes muito mais amplos, que extrapolaram as barreiras da sua base de apoio original.

Como a análise exaustiva das 2.674 postagens[22] consideradas no período escolhido para o estudo (2015-2018) demonstrou, o discurso pré-eleitoral e eleitoral bolsonarista se estruturou em torno de vinte e um significantes principais, que se relacionam e se complementam mutuamente. Considerados em sua totalidade de formas - manifestações textuais, orais, visuais e simbólicas - os significantes foram codificados nos discursos em associação aos significados[23] neles compreendidos, os quais serão apresentados de forma combinada neste capítulo.

Para tanto, os significantes foram agrupados de acordo com a proximidade dos significados que compartilham e divididos em oito conjuntos. Assim, na primeira seção, são apresentados os significantes atinentes à visão do bolsonarismo sobre as minorias, temática que contribuiu largamente para sua projeção midiática a nível nacional, dadas suas posturas autodeclaradas “anti-politicamente corretas"[24]. Trazendo os sentidos principais atribuídos aos significantes LGBTQIA+, Mulheres, Negros e Indígenas, esta parte do capítulo expõe o duplo movimento de negação e

[22] A distribuição temporal das postagens pode ser visualizada no Apêndice A.
[23] A lista completa dos significados consta no banco de dados, cujo acesso está disponível por meio de link disponibilizado nas referências. Já os sentidos mais comuns relacionados a cada significado estão demonstrados nos quadros do apêndice.
[24] A fim de facilitar a leitura do capítulo, as falas proferidas recorrentemente por Bolsonaro nas 2.674 postagens analisadas (classificadas nesta tese como sentidos) serão representadas entre aspas e sem a indicação exata a data de sua enunciação, visto que são inúmeras.

as tentativas de criar ambiguidade sobre as inúmeras falas que caracterizaram a imagem homofóbica, misógina e racista que deu visibilidade ao discurso.

A segunda seção do capítulo traz os sentidos atinentes a uma díade de significantes que se tornou uma das marcas da campanha eleitoral bolsonarista, a Segurança e os Direitos Humanos. Dividindo a abordagem em quatro pontos principais, a seção demonstra as principais propostas e divisões operadas na mobilização dos sentidos sobre os temas e a forma como estes foram mobilizados para a sensibilização do eleitorado.

Na terceira seção, é exposta a visão bolsonarista sobre as questões ambientais, destacando o duplo movimento operado pelo discurso na significação dada ao Meio Ambiente, ora subjugado, ora enaltecido na sua relação com a Economia e com as Relações Exteriores.

Na quarta parte do capítulo, aborda-se o jogo de sentidos que entrelaça os significantes Liberdade, Democracia e Forças Armadas. Mostrando como os três estão intimamente conectados no discurso e descrevendo a visão singular que lhes é aplicada, esta parte do capítulo atenta para as continuidades que o bolsonarismo representa no pensamento político brasileiro ao resgatar um ideário que remete diretamente ao último período ditatorial em vigor no país.

Na quinta seção, explora-se o emprego dos significantes Educação, Família e Fé. Ressaltando o direcionamento destes significantes e a relevância que tiveram na clivagem estabelecida pelo bolsonarismo, enfatiza-se o peso destes na formulação da identidade moral do discurso e traçam-se os contornos iniciais sobre esse aspecto da identidade do “povo” que o discurso propaga.

A sexta seção examina a abordagem dada aos significantes Mídia, Eleições e Corrupção. Descrevendo a estratégia de comunicação bolsonarista, que teve por base a descredibilização da mídia tradicional e o uso hábil das redes sociais, desenha-se um panorama da apropriação que o bolsonarismo faz do discurso anticorrupção, que alcançava amplo apoio popular no período analisado, e do uso eleitoral deste.

A sétima seção explora mais a fundo essa acomodação dos sentidos que se organizavam de forma ainda dispersa na oposição ao PT e à Esquerda, dois significantes centrais do bolsonarismo. Com enfoque sobre as principais distinções erigidas pelo discurso para marcar o antagonismo frente à ideologia representada pelos dois significantes, faz-se um esboço inicial da delimitação da fronteira estabelecida para a definição do inimigo.

Na oitava seção, são apresentados os principais sentidos dados pelo bolsonarismo ao significante Povo. Ressaltando o caráter relacional dessa significação, propõe-se uma adaptação da divisão originalmente apresentada por Margaret Canovan para referir-se às diferentes formas retóricas de se construir o povo. Assim, os sentidos de Povo do bolsonarismo são apresentados por três formas diferentes, que são complementares: pela perspectiva reativa, pela via afirmativa e pela noção unificadora.

Por fim, são feitas algumas considerações sobre a interrelação dos sentidos nos diferentes significantes e a importância de um olhar global para a compreensão adequada das subjetivações operadas no discurso.

2.2 Minorias (*LGBTQIA+, Mulheres, Negros e Indígenas)*

Antes de ser reconhecido como uma figura representativa do discurso da direita brasileira, Bolsonaro dispunha de pouca visibilidade fora de seu núcleo militar. As falas polêmicas lhe rendiam algum espaço televisivo em emissoras locais, mas isso não lhe proporcionava alcance suficiente para obter uma base eleitoral grande o bastante para acolher as suas ambições. Isso mudou a partir de dois episódios pontuais, que lhe deram espaço nos noticiários nacionais e lhe trouxeram relativa fama. O primeiro deles ocorreu no início de 2011, quando o então deputado federal e candidato à presidência da Câmara dos Deputados, Jair M. Bolsonaro[25], passou a denunciar o que ele apelidou de “Kit Gay”. Segundo ele, o material aprovado pelo MEC[26] para combater a homofobia seria composto por conteúdo pornográfico, e distribuído com o intuito de “tornar os filhos dos pobres, alunos de escolas públicas de 6 a 8 anos, homossexuais” (FOLHA, 11 de maio de 2011). Como forma de gerar repercussão para o caso, o deputado e sua equipe distribuíram milhares de panfletos “antigay” nas portas de escolas, entradas de templos evangélicos, estações de metrô e nas caixas de correio de condomínios da zona Sul do Rio de Janeiro, seu reduto eleitoral. O ato foi noticiado nos principais jornais do país, tornando-o mais conhecido nacionalmente.

[25] Então filiado ao PP/RJ.

[26] O material assim denominado por Bolsonaro referia-se ao Escola Sem Homofobia, uma proposta de levar educação sexual até as escolas, composto por um caderno e peças impressas e audiovisuais. O material foi encomendado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados ao Ministério da Educação (MEC) e elaborado por um grupo de ONGs especializadas, em conformidade com as diretrizes de um programa do governo federal lançado em 2004.

Em 2014, Bolsonaro voltou a ocupar os noticiários por conta de uma discussão acalorada com a deputada federal Maria do Rosário (PT/RS). Durante uma entrevista de TV na qual respondia sobre sua defesa da redução da maioridade penal[27], em posicionamento discordante do da deputada, Bolsonaro disse que esta “não merecia ser estuprada"[28]. A fala foi bastante repercutida e, quando confrontado sobre a afirmação, Bolsonaro reiterou a declaração, acrescentando que Maria do Rosário "é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria". Ao sucedido, seguiram-se uma série de ocasiões nas quais Bolsonaro atacou a deputada, todas com considerável atenção midiática.

Os dois episódios marcaram o início de uma série de declarações polêmicas envolvendo pessoas LGBTQIA+, mulheres, negros, indígenas, nordestinos e estrangeiros, e Bolsonaro desenvolveu uma capacidade peculiar de ampliar seu capital político a cada uma delas. Fosse aproveitando o espaço das reportagens para conseguir a menção ao seu nome em rede nacional, fosse para acusar a mídia de distorcer suas declarações e reivindicar o espaço de defesa, a cada polêmica, o nome do deputado se tornava mais familiar para os brasileiros. Uma ferramenta, no entanto, foi fundamental neste processo: o Facebook. Por meio dessa plataforma de redes sociais e, posteriormente, pelo WhatsApp, seu discurso se popularizou e atingiu um público mais difuso do que habitualmente alcançam políticos tão controversos.

Ostentando posturas autodefinidas conservadoras, Bolsonaro descobriu na polêmica um instrumento político profícuo para a ampliação de sua base eleitoral. Em um cenário de crescente polarização e ressentimento social, suas falas reverberaram muito do senso comum e, inúmeras vezes, encontraram salvaguarda popular na bandeira da liberdade de expressão. Neste contexto, a polêmica gerada em torno do denominado “Kit Gay” desempenhou papel crucial na configuração do discurso político bolsonarista. No ano de 2015, período inicial das análises, a fama de homofóbico já era sensibilizada positiva e negativamente em sua campanha não oficial. Ora se defendendo da pecha, dizendo que as denúncias eram “infundadas e derivadas de

[27] Na ocasião - e em vários outros momentos - Bolsonaro usou o caso do sequestro e assassinato de Liana Friedenbach e Felipe Caffé, mortos em 2003, como exemplo para defesa da diminuição da maioridade penal. O assassino do casal, Roberto Aparecido Alves Cardoso (1987-), conhecido como "Champinha", tinha 16 anos de idade à época do crime, e foi condenado a cumprir 3 anos de prisão na Fundação Casa. O caso gerou grande comoção nacional e indignação pela condenação de Champinha, considerada branda.

[28] Entrevista para o canal RedeTV, em 2003.

calúnias da esquerda ou distorções de suas declarações para destruir sua imagem", ora ostentando-a, sob a justificativa de que "se ser homofóbico é defender a família e as crianças, podem chamá-lo de homofóbico", Bolsonaro manejou a questão LGBTQIA+ de modo a atrair atenção do público e apelar aos valores tradicionais da sociedade brasileira. Essa bandeira moral foi característica do discurso desde o início, mas algumas tentativas de abrandar a significação dada ao tema em determinados momentos e espaços podem ser identificadas.

Já nas polêmicas iniciadas em 2011 (reproduzidas de tempos em tempos nas postagens dentro do período analisado), o apelo aos valores cristãos e da família subsidiaram os ataques de Bolsonaro a qualquer política inclusiva para a população LGBTQIA+. De início, suas falas variaram entre ataques e tentativas de dissimulação como, por exemplo, nas afirmações de que "a intenção do Governo não era combater a homofobia, mas sim, de escancarar as portas para a pedofilia", de que "famílias tradicionais não tem filhos gays", e até mesmo de que "o homossexualismo *(sic)* seria uma questão de formação e educação, e não genética, logo, dada a educação que deu aos seus filhos, eles nunca seriam gays". Estas, frequentemente eram contrabalançadas com tentativas de amenizar as críticas recebidas, recorrendo a justificativas como a de que "a sexualidade deve ser mantida no âmbito privado e gerida pelas famílias e não pelo Estado", de que "nenhum pai quer ter filhos gays", ou que "a melhor forma de acabar com o preconceito é ignorá-lo". Quase na totalidade das vezes, complementando estas falas, Bolsonaro afirmou não ser homofóbico, mas, que era "apenas contra a distribuição de kit gay para crianças e o ativismo lgbt (*sic*), que quer se impor e ataca as religiões", o que ele diversas vezes classificou como uma "agenda gayzista"[29]. As tentativas de amenizar os efeitos negativos de suas falas contaram também com diversas fotos e vídeos ao lado de personalidades e apoiadores[30] LGBTQIA+, nas quais afirmava que "eles têm o direito de serem felizes em sua vida privada" e que "sabiam que Bolsonaro não era homofóbico, tanto que apoiavam sua luta contra o kit gay".

[29] O termo foi adotado das falas do autointitulado filósofo Olavo de Carvalho, que mais tarde se tornaria um dos influenciadores do pensamento conservador do bolsonarismo.

[30] A blogueira Karol Eller foi uma presença constante nas postagens e aparições públicas de Bolsonaro. A visibilidade de Eller veio após suas reiteradas manifestações de apoio ao deputado, com quem fez *lives,* entrevistas e vídeos. Moradora dos EUA, a blogueira também advogou em favor do porte de armas para defesa contra a homofobia e organizou uma palestra para brasileiros que vivem nos EUA durante a visita de Bolsonaro ao país, em outubro e 2017.

Estas tentativas de apaziguamento, no entanto, destoaram de diversas manifestações paralelas do deputado, tais como a intenção de apresentar um projeto de lei para que os bancos de sangue fizessem a separação entre o sangue de homossexuais e heterossexuais - sob argumento de que os primeiros teriam 20 vezes mais chances de contrair HIV -, a condenação das tentativas de dar a transexuais e travestis os mesmos direitos das mulheres, a enfática contrariedade ao PLC 122/2006[31], que segundo ele "promoveria a intolerância ao criminalizar a homofobia", e a forte oposição à adoção de crianças por casais do mesmo sexo.

Ao longo de todo o período analisado, a tentativa de posicionar as iniciativas do movimento LGBTQIA+ como derivadas de um grupo isolado de militância, que não corresponderia à vontade da maioria das pessoas LGBTQIA+ do Brasil, foi constante. Sempre ligando os grupos aos partidos de esquerda[32] e à mídia, muitas vezes denunciando que estes eram usados pelos partidos para seu projeto de poder, Bolsonaro empregava o elemento emocional em suas falas de modo a sensibilizar, principalmente, as famílias mais conservadoras. Amiúde, acusações de que "o PT promove a sexualização precoce das crianças e favorece a pedofilia através da ideologia de gênero" ganharam a atenção de ouvintes em suas palestras por todo o país. O tema era particularmente abordado quando a visita se dava em cidades do interior e na região Nordeste, vistos por ele como locais de cultura mais tradicional.

O público ouvinte era um dos fatores determinantes para o grau de atenuação ou exaltação das falas. Em 2016, por exemplo, Bolsonaro havia se declarado radicalmente contra a união estável de pessoas do mesmo sexo. Naquele ano, nas eleições municipais, Bolsonaro alertou aos seus seguidores que a esquerda (representada na cidade do Rio de Janeiro por Marcelo Freixo - PSOL/RJ) era "a favor de tudo para os homossexuais". Já em 2018, como pré-candidato à Presidência da República, o repertório foi modificado. Em determinadas entrevistas, Bolsonaro afirmou não ver problema algum no reconhecimento legal de relacionamentos homoafetivos. Esforçando-se no sentido de "homogeneização" do povo, sempre que confrontado sobre a formação de seu gabinete e questionado se nomearia ministros

[31] Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.
[32] O também deputado federal Jean Wyllys (PSOL/RJ) foi alvo regular de insinuações dessa natureza.

ou secretários homossexuais, negros e mulheres, respondia que “um governo não se faz com diversidade, se faz com competência”. Falas como essa eram muito bem recebidas por apoiadores, que - assim como Bolsonaro - ignorando todos os fatores adjacentes às desigualdades de oportunidades, acreditavam que não deveria haver nenhum tipo de diferenciação entre as pessoas. Nesta mesma lógica, a ideia de que políticas de combate à homofobia seriam desnecessárias e gerariam mais preconceito encontravam eco, complementadas por asserções de que muitas das iniciativas desses grupos seriam uma forma de “coitadismo e vitimização'' com as quais o Estado não teria obrigação, e que “o que realmente garantiria a segurança de homossexuais e mulheres seria o direito de portar uma arma”.

Em todo o período, piadas sobre homossexuais foram corriqueiras. Sob a defesa de que “o politicamente correto está querendo roubar nossa alegria”, Bolsonaro dava a entender que piadas nas quais a homossexualidade era ridicularizada não tinham nada demais, e que ver preconceito nelas era um exagero da esquerda, que “quer dividir a sociedade jogando homossexuais contra heterossexuais, brancos contra negros, sulistas contra nordestinos, mulheres contra homens, etc...”. Seguidamente, o candidato buscou reverter a imagem negativa junto às minorias e declarou ter a certeza de que seria o candidato vencedor entre os grupos que era acusado de atacar: homossexuais, mulheres, negros e indígenas. As expectativas, no entanto, não se confirmaram.

Tendo as mulheres como protagonistas, a mais expressiva manifestação contrária à candidatura de Bolsonaro abraçou diferentes grupos em protesto contra as declarações misóginas, racistas e homofóbicas do candidato. Organizado pelo grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro, o movimento #elenão tomou os espaços digitais e as ruas do Brasil e do mundo no dia 29 de setembro de 2018. Ainda que os protestos tenham acontecido somente no mês anterior às eleições presidenciais, a reputação do deputado já o acompanhava há mais tempo. Falas nas quais Bolsonaro criticava o feminismo, alegava que as cotas para mulheres nos partidos políticos são privilégios e fazia comentários machistas sobre a aparência física de mulheres compõem uma coleção de episódios pelos quais ficou conhecido. Todavia, isso não impediu que centenas de milhares de mulheres se vissem representadas pelo seu discurso. Como resposta ao #Elenão, mulheres de todo o Brasil decidiram demonstrar apoio a

Bolsonaro através dos movimentos #mulherescomBolsonaro e #elesim. Embora o alcance destas demonstrações não seja comparável ao do #elenão, os movimentos reativos puseram em evidência algumas das características do discurso bolsonarista pelas quais a identificação feminina se dava.

Como mencionado, o embate com a deputada Maria do Rosário inaugurou uma série de falas subsequentes nas quais os posicionamentos concernentes às políticas para mulheres despertaram a atenção. Crítico da Lei do Feminicídio (13.104/2015), Bolsonaro desprezou repetidas vezes o impacto que ela teria na segurança das mulheres, alegando que a cultura do estupro seria uma falsa premissa inventada pelo feminismo e que o problema real residiria na "cultura da impunidade". Neste entendimento, defendeu que o porte de armas e a aplicação de leis mais severas para estupradores seriam as medidas necessárias e suficientes para proteger as mulheres. Usando o PL 5398/2013[33] - conhecido como o projeto da castração química - como contraponto à Lei do Feminicídio, Bolsonaro assegurou aos seus seguidores ser "o maior defensor das mulheres", e "o único verdadeiramente preocupado com sua segurança". A recepção negativa ao projeto por parte de representantes mulheres na Câmara também foi instrumentalizada contra o feminismo e a esquerda. Sob o pretexto de mostrar às mulheres que as propostas defendiam apenas interesses próprios de grupos específicos, Bolsonaro fez alegações de que "grande parte da bancada feminina que o critica trai seus discursos de defesa da mulher e vota contra elas", que "o discurso vitimista e politicamente correto do feminismo tem como único intuito segregar", e ainda que "o feminismo não serve pra nada, pois as feministas só defendem as mulheres que pensam como elas", fabulações que repercutiram positivamente entre muitas mulheres e homens em sua página.

A disparidade salarial entre homens e mulheres tampouco é vista pelo bolsonarismo como uma questão derivada de qualquer forma de discriminação. Em diversas ocasiões, a criação de políticas para a garantia do pagamento igualitário para mulheres foi chamada de demagogia e vitimização pelo deputado. Em sua percepção, as mulheres já estariam em uma situação de igualdade há muito tempo, além de serem "uma maioria que insiste em se apresentar como uma minoria". Ainda que

[33] Propõe o aumento da pena para os crimes de estupro e estupro de vulnerável, exigindo que o condenado por esses crimes conclua tratamento químico voluntário para inibição do desejo sexual como requisito para obtenção de livramento condicional e progressão de regime. O PL foi arquivado.

afirmasse em diferentes ocasiões que “o empresário opta por homens na hora da contratação porque as mulheres engravidam e isso prejudica na produtividade” e que “ao se colocarem em lugar de coitadas, as mulheres acabam criando preconceito para elas mesmas”, sempre que confrontado sobre suas falas, Bolsonaro saiu pela tangente e defendeu-se dizendo que as falas não eram dele, mas sim dos empresários.

A proximidade das eleições de 2018 trouxe mudanças a alguns aspectos de seu discurso. Após a repercussão de um vídeo de 2017, no qual dizia que sua filha era fruto de uma “fraquejada, depois de 4 filhos homens”, a já baixa aceitação de Bolsonaro entre as mulheres caiu ainda mais. Durante a campanha presidencial, o vídeo voltou a circular e foi amplamente compartilhado pela oposição. Na tentativa de conter a imagem negativa junto ao público feminino, Bolsonaro investiu na imagem de pai amoroso, trazendo sua filha (na época com 6 anos de idade) para participar de seus vídeos e citando-a recorrentemente sempre que falava sobre a preservação das crianças e a família. Na reta final da campanha para o primeiro turno, com as pesquisas indicando sua derrota entre as mulheres e em resposta às manifestações do #elenão, o compartilhamento de demonstrações de apoio vindas de mulheres foi ampliado e Bolsonaro publicou um vídeo no qual fala emocionado sobre como “ter uma filha mulher mudou sua vida”:

Figura 01 - Captura de tela de vídeo de Bolsonaro falando sobre como ter uma filha menina mudou sua vida. Fonte: BOLSONARO, 2018.

A aproximação com o eleitorado feminino contou também com a tentativa de formação de chapa, para a qual o nome de Janaína Paschoal[34] (PSL/SP) foi aventado. Uma mulher como vice, no entanto, não implicaria necessariamente em uma mudança drástica de suas convicções, tampouco do planejamento de governo. Janaína, que à época contava com grande popularidade devido a sua atuação como uma das autoras do processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), não aceitou o convite. Todavia, a tentativa de composição de chapa com a advogada denota alguns elementos do discurso a respeito do público que ele visou representar. Conservadora, contrária ao abordo e com uma identidade política construída com base no antipetismo, Janaína era o álibi perfeito contra as acusações de misoginia que sofria. Por um lado, dava lastro à narrativa de que "só mulheres militantes de esquerda" seriam contrárias à sua candidatura. Por outro, apresentava uma figura feminina adequada ao seu discurso. Essa adequação, baseada em uma distinção valorativa que, no limite, estabelece os parâmetros morais de pertença, é mais compreensível pelo caráter negativo que a constitui, ou seja, por tudo aquilo que ela não é.

Figura 02 - Captura de tela de postagem que reproduz vídeo crítico às jornalistas mulheres. Fonte: BOLSONARO, 2016.

Embora todas as falas nas quais Bolsonaro expressa claramente sua visão sobre as mulheres e sobre as políticas a elas direcionadas sejam importantes para a

[34] O convite foi feito em 2018. Após a recusa alegando razões familiares, Janaína Paschoal optou por concorrer ao cargo de deputada federal, para o qual foi eleita, sendo a mais votada da história do Brasil, com mais de 2 milhões de votos.

concepção da forma como a mulher é significada no bolsonarismo, é preciso que nos detenhamos também àquilo que não é explícito, mas ainda assim é externalizado. Ao atacar as feministas, usar a aparência física de mulheres como objeto de piada, desrespeitar repórteres mulheres durante entrevistas e associar características depreciativas às mulheres cujo posicionamento difere o seu, Bolsonaro coloca em evidência sua visão sobre o que é e o que não é aceitável para uma mulher. Dividindo-as tacitamente em dois grupos - aquelas que merecem respeito, e aquelas que podem ser depreciadas -, o discurso define as causas, problemas e políticas para mulheres como válidos somente quando derivados do primeiro grupo. A partir disso, todo o direcionamento dado para a temática é realimentado por essa polarização. As críticas são menosprezadas e ressignificadas como advindas de mulheres que não representam as demais, enquanto a falta de políticas de gênero é suplantada pela reafirmação de uma identidade atrelada a determinados papéis, sobretudo dentro da família. Em afirmações de que “a grande preocupação das mulheres é que os filhos cheguem em segurança em casa”, de que “as mulheres nunca serão tão bem tratadas como no seu mandato” ou de que sua gestão “amparará as mães solteiras”, a identidade atribuída à mulher é diluída na identidade de mãe e protetora, em oposição a todo o esforço histórico emancipatório do feminismo.

Assim como na significação relativa às demais minorias, a abordagem sobre a questão racial também é marcada por momentos de ataque e tentativas de minimizá-los. Sempre crítico das ações afirmativas, o posicionamento contrário às cotas raciais manteve-se intacto ao longo de todo o período. Como já demonstrado na descrição dos significantes acima, na retórica bolsonarista, qualquer política que parta de alguma forma de distinção de um grupo de pessoas é tida como uma forma de discriminação e manipulação da esquerda, cujo objetivo final seria a divisão da sociedade. Recorrentemente em suas falas, Bolsonaro classificou as cotas raciais como “cotas de ódio” que “só beneficiam negros que já tem dinheiro” e que não deveriam ter lugar em nossa sociedade, pois somos todos “uma só nação”.

Repetindo sempre que possível que seu sogro era o “Paulo Negão”, o argumento sobre as cotas raciais serem uma política injusta foi subsidiado pelo seu exemplo pessoal: de que sua filha, por ser neta de um homem negro, teria direito ao ingresso no ensino superior por meio de cotas raciais, e que isso seria absurdo, dado

seu poder aquisitivo. Esses argumentos encontraram simpatia em muitos seguidores, que viam nas acusações de racismo contra Bolsonaro uma tentativa de opressão do que taxaram de “ditadura do politicamente correto”. Usando também o humor para abordar o tema e colocando-se em posição de atacado, Bolsonaro recorrentemente recebia manifestações de aprovação ao afirmar que “hoje em dia tudo é racismo e preconceito”. Da mesma forma, o arquivamento do processo movido contra ele por racismo[35] e vídeos de apoiadores negros replicados em sua página eram seguidamente usados como expressões do reconhecimento de seu “não racismo”.

Defendendo a meritocracia como regra organizadora da sociedade e classificando como “coitadismo e vitimismo” as tentativas de reparação das desigualdades, Bolsonaro também atacou reiteradamente a demarcação de terras quilombolas, as quais chegou a chamar em diferentes ocasiões de “desgraça quilombola”. Segundo ele, terras indígenas e quilombolas são demarcadas de forma fraudulenta, somente em territórios produtivos e ricos em minerais, visando acatar interesses estrangeiros em detrimento da economia brasileira. A construção de seu argumento é carregada de acusações sobre supostas “expulsões de afrodescendentes e brancos das áreas demarcadas para índios e quilombolas” e de “uso dos quilombolas como massa de manobra da esquerda”:

> Como são demarcadas as áreas quilombolas? - Informem-se sobre as expulsões de afrodescendentes e brancos das áreas demarcadas para índios. - Alguém além de mim defende os expulsos? - Existe Carteira de Trabalho nessas áreas? - Ou vivem de impostos que seus iguais pagam ralando nas cidades ou na produção agropecuária? - Faço o meu trabalho de Deputado buscando justiça e um Brasil melhor para todos (BOLSONARO, 07 de abr. de 2017).

A reação às inúmeras acusações de racismo - assim como as demais - sempre foram a negação e tentativas de criar ambiguidade sobre suas falas, atos e sobre a forma como a própria história é contada. Em diferentes momentos[36], a afirmação de que “os próprios negros eram quem escravizavam os outros e vendiam para os

[35] Durante uma palestra no Clube Hebraica (RJ), em abril de 2017, o então deputado federal disse que quilombolas “não serviam para nada, nem para reproduzir” e que “o mais leve pesava sete arrobas”, medida usada para aferição de peso a bovinos.

[36] Um dos espaços nos quais Bolsonaro apresentou este argumento foi em sua entrevista no Programa Roda Viva, da TV Cultura, que foi ao ar no dia 30/07/2018.

brancos” foi usada para questionar o discurso antirracista. A validação de suas defesas, como também de costume, era feita pela demonstração de anuência de pessoas que pertenciam ao grupo atacado.

Figura 03 - Captura de tela de postagem que reproduz vídeo de Mr. Catra falando sobre a escravidão[37]. Fonte: BOLSONARO, 2018.

O uso do versículo bíblico João 8:32[38] como legenda da postagem acima reproduzida é mais uma referência às alegações de que o racismo no Brasil é politizado e incentivado pela esquerda. Em sua percepção, o racismo “é coisa do passado e deve ser deixado lá”, e a melhor forma de combatê-lo seria parar de falar sobre o assunto. Levantando a bandeira de que “somos todos uma só nação e precisamos acabar com essa história de brancos e negros”, Bolsonaro afirmou que seria “daltônico” e, literalmente, vestiu a camisa que dizia que a sua cor “é o Brasil”, a qual usou em diferentes *lives* e aparições online durante sua campanha para o segundo turno. Prometendo acabar com a demarcação de terras e dar aos quilombolas a liberdade para explorarem seus territórios como bem entenderem, o que chamou de “uma nova Lei Áurea para livrá-los da tutela do Estado”, fez ainda acusações de que os quilombos, da forma como estão estruturados, “só servem para que negros sejam escravizados por outros negros”. Mostrando em sua página alguns

[37] Montagem na qual sua fala no programa Roda Vida, em que negava a existência de uma dívida histórica com o povo negro, é seguida pela do funkeiro Mr. Catra em entrevista à Rádio Jovem Pan, na qual o músico afirmou que os próprios negros eram responsáveis por capturar outros negros na África e vendê-los para os portugueses na Costa.
[38] João 8:32 - “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. A passagem foi um dos lemas de campanha de Bolsonaro.

grupos de apoiadores negros, líderes quilombolas e contando com a cada vez mais frequente participação de seu amigo e colega de partido “Hélio Negão”[39], Bolsonaro se esforçou em mostrar para o público que suas falas não carregavam nenhum preconceito, antes, seriam apenas uma forma descontraída de se relacionar com as pessoas. O escudo usado por Bolsonaro para se proteger do rótulo de racista foi reforçado de diferentes formas.

Figura 04 - Captura de tela de postagem que reproduz vídeo do professor Paulo Quilombola, fundador do Movimento Afro-indígena Nacional[40], declarando apoio a Bolsonaro. Fonte: BOLSONARO, 2018.

> Os inimigos de Jair Bolsonaro também são os inimigos da Federação das comunidades quilombolas e populações tradicionais do estado do Pará. Todos os que perseguem Jair Bolsonaro, perseguem também a Federação, porque estão com medo, estão com medo da mudança. [...] Eu apoio Jair Bolsonaro. Apoio Jair Bolsonaro e sei que se ele assumir o Brasil, muita coisa vai mudar. Muita coisa que está errada dentro do movimento afro-indígena, dentro do movimento negro, vai mudar. Muitas coisas vão ser corrigidas. Porque hoje tá uma bagunça. Hoje ninguém sabe o que é. Hoje você tem as instituições todas como cabide de emprego. Aqui no estado do Pará, quem manda é uma pessoa do movimento negro porque ela recebe o dinheiro que vem de Brasília, e ela monopoliza o nosso povo, ela escraviza o nosso povo (BOLSONARO, 26 de jun. de 2018).

[39] Hélio Fernando Barbosa Lopes era desconhecido do público antes de suas aparições na página de Bolsonaro. Militar, Hélio já havia tentado ingressar na política em duas ocasiões anteriores, sem sucesso. Concorrendo sob o nome “Hélio Bolsonaro”, em 2018, foi o deputado federal mais votado do estado do Rio de Janeiro.

[40] Em 24 de abril de 2018 a Entidade do Movimento Negro e Quilombola do Estado do Pará publicou uma nota de repúdio, assinada por 11 entidades, na qual declaram o não reconhecimento de Paulo como uma liderança quilombola, questionam suas credenciais e o acusam de calúnia.

Ainda que não tivesse validação de nenhuma instituição representativa da causa quilombola sobre o seu trabalho, a fala de Paulo Quilombola teve por objetivo aferir ao público em geral a ideia de que os movimentos minoritários contrários a Bolsonaro estariam agindo apenas em interesse próprio, o que confirmaria a tese bolsonarista de recusa em reconhecer sua legitimidade. Apesar da causa ter ganhado mais espaço no discurso, isso não se traduziu em uma abordagem profunda sobre o tema. Restringindo o enfoque às iteradas acusações de fraude nos processos de demarcação de terras e de desvirtuamento da causa, Bolsonaro apresentou como solução ao "problema" a criação de "*Quilombutz*", que seriam organizações comunitárias inspiradas nos *Kibutz*[41] israelenses, onde os quilombolas poderiam arrendar ou vender suas terras. Convenientemente, essa proposta atenderia particularmente aos interesses de setores econômicos como o agronegócio, a quem Bolsonaro já havia declarado em diferentes ocasiões que as terras quilombolas são um problema, pois "emperram o desenvolvimento do Brasil".

Da mesma maneira, o discurso apresenta a questão indígena como umbilicalmente ligada à economia e às relações exteriores. Desde as primeiras declarações acerca do assunto, Bolsonaro diz que as demarcações de terras indígenas são realizadas de forma criminosa, pois as reservas estariam localizadas em áreas de valor estratégico, dada a presença de minerais valiosíssimos em seu subsolo, como nióbio e grafeno. Em tom de denúncia, fez frequentes queixas de que a ONU e a FUNAI estariam usando os indígenas para acatar interesses estrangeiros, situando a questão também no âmbito das relações exteriores. Para ele, as demarcações representam uma potencial ameaça à soberania nacional, pois os ricos territórios reservados aos indígenas estariam em vias de colonização estrangeira após uma possível declaração de independência desses povos, ancorada em seu direito de autodeterminação. Sua teoria é de que as nações estrangeiras já estariam atuando nestes locais por meio de ONGs para orquestrar a aquisição futura.

Em suas falas, os indígenas são sempre apresentados como "pobres coitados que têm que ser integrados à nossa sociedade e não criados em zoológicos

[41] Sistema israelense inspirado pelos ideais do sionismo e do socialismo no início do século 20. Originalmente formulado como uma comunidade igualitária, baseada na propriedade comunal, o sistema passou por transições na virada do século XXI, adotando majoritariamente um novo modelo de convivência (CONIB, 2021).

milionários", e as demarcações de terras indígenas como "um instrumento de dominação do solo mais rico do país". A advertência sobre a ameaça iminente foca em dois aspectos: 1) interno, no qual as demarcações seriam uma estratégia dos governos anteriores para forçar a reforma agrária contra os produtores rurais; e 2) externo, no qual a prática operaria como uma "indústria" da demarcação, cujo objetivo seria colocar cada vez mais do território brasileiro à disposição dos interesses internacionais. Classificando a política como uma "psicose indigenista" e "uma prática covarde contra os homens brancos", o discurso bolsonarista propagou também supostas fraudes envolvendo a transferência de indígenas do Paraguai para terras brasileiras a fim de demarcar regiões ricas. Da mesma forma que nas denúncias sobre as demarcações de terra quilombola, em momento algum as alegações foram substanciadas com provas, o que não impediu a continuidade delas.

Em suas inúmeras visitas por todo o Brasil, houve alguns locais em especial nos quais a temática foi trazida à tona. Em suas duas visitas ao estado de Roraima, onde gostava de frisar sua consideração pessoal pelo estado, pois "nenhum outro candidato visitava Roraima, dada a sua baixa densidade eleitoral"[42], a questão indigenista era sempre um dos principais tópicos. O estado, chamado de "menina dos olhos" pelo presidenciável, tem um histórico problema energético, ao qual Bolsonaro atribuiu a culpa pela não resolução ao PT e às reservas indígenas, que estariam atrapalhando a construção de hidrelétricas no local. Já em eventos do setor agropecuário ou nos quais esse público se fazia fortemente presente, principalmente nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, interior de São Paulo e Paraná, o assunto era apresentado pela perspectiva de sua potencial ameaça à economia e à propriedade privada. A entrevista concedida para a rádio Verde Vale FM 103,5 (Miracatu –SP) é um exemplo:

> Eu conheço muito bem o assunto, chamado aí de questão indígena. É uma questão que, lamentavelmente, nos últimos governos, começou no governo de Collor de Mello, o Itamar Franco passou muito rápido, não teria muito pra falar sobre ele, mas depois se agravou com Fernando Henrique Cardoso e se transformou num inferno no governo Lula e Dilma. Ou seja, em nome de direitos indígenas, hoje o Brasil já tem 12% do seu território nacional - dá pra imaginar? o que é 12% do território do Brasil? É uma área maior do que a região Sudeste [...] - pra 900 mil índios. Você pega, por exemplo, a reserva Yanomani, ela equivale a duas vezes a área do estado do Rio de Janeiro. Lá existem, aproximadamente, 9.000 índios. É a área mais rica do mundo! Em tudo que você possa imaginar. Não só em minerais, bem como biodiversidade,

[42] Jair Bolsonaro recebeu 71,5% dos votos válidos em Roraima no segundo turno das eleições de 2018.

> água potável… suspeita-se na questão de gás e petróleo também… A Amazônia, como um todo, grandes espaços vazios. Que países do primeiro mundo estão de olho na Amazônia. [...] Encheram de índio, onde não tinha índio, botaram. [...] Aqui no Vale do Ribeira, cresci aqui, não tinha a questão indígena aqui (BOLSONARO, 13 de janeiro de 2016).

No decorrer da entrevista - e de tantas outras falas que se repetiram identicamente ao longo do período analisado - Bolsonaro denuncia que as demarcações resultaram na expulsão de “gente que produz, que estavam nas suas terras há 100, 200 anos com suas famílias”, o que caracterizaria, mais uma vez, “a prática do governo do PT de estimular a luta de classes e a divisão da sociedade brasileira ao colocar indígenas contra brancos”. Assumindo o compromisso de acabar com as demarcações “que sufocam o agronegócio”, e de “acabar com a mamata das ONGs e da Funai”, o remédio proposto não difere muito do sugerido na questão quilombola: a exploração desses territórios em parceria com países do primeiro mundo, preferencialmente os EUA, Israel, Coreia do Sul e Inglaterra. As semelhanças no tratamento das pautas se estendem para a alegação da presença de uma entidade estatal tuteladora que restringiria a liberdade dos povos originários, na propagação da ideia de que as demarcações são feitas de modo escuso e visando os interesses de setores específicos, e também na proposição de uma solução ao suposto problema que se firma na exploração econômica dos territórios e o repasse de parte dos lucros para as comunidades tradicionais. Implícito neste pensamento e expresso em diferentes ocasiões por frases como “vamos recuperar as terras indígenas para nós", o cerne da questão reside no entendimento de um “nós” do qual essas minorias não fazem parte, a menos que estejam inseridas na mesma lógica de exploração do território visando o lucro.

Um ponto, no entanto, difere do observado na questão racial: as cotas para indígenas não ocupam lugar de destaque no repertório bolsonarista. Uma das razões pode ser explicada pela obstinada defesa de que os indígenas deveriam ser integrados à “nossa” sociedade. Defendendo que os índios “não querem ficar isolados, sem luz, sem dentista, sem lombrigueiro...”, que “querem conforto e não latifúndio”, e que “a Funai é aparelhada pelo PT e pelas ONGs, que fazem lavagem cerebral nos índios e os escraviza para que eles não conheçam o progresso”, Bolsonaro prometeu “dar alforria também aos indígenas”. Propostas como a titularização das terras

destinadas às reservas indígenas “para que possam explorá-las como lhes convier, inclusive vendendo” foram apresentadas como inspiradas no modelo estadunidense: “assim como nos EUA os índios exploram cassinos, aqui, a exploração dos minérios pode ter a participação dos indígenas, que poderiam receber royalties pelos minérios”.

Embora a narrativa de ataques à Funai e às demarcações de terras - que prometeu revogar em sua gestão[43] - tenham permanecido ao longo de todo o período considerado, da mesma forma que observado nos outros significantes, a proximidade do pleito evidenciou as tentativas de atenuação no discurso e retratação de sua imagem. A estratégia utilizada buscou reforçar a ligação entre a imagem das Forças Armadas e o bem-estar dos indígenas, exaltando operações em áreas remotas da Amazônia, o atendimento médico em comunidades ribeirinhas e a inclusão de soldados pertencentes a diferentes etnias indígenas aos batalhões de fronteira. Isso não significou, no entanto, o abandono de falas como: “minorias como quilombolas, gays e indígenas não podem ser usados para nos dividir e prejudicar quem produz”, ou de ameaças de que o candidato petista, Fernando Haddad (PT/SP), ampliaria as demarcações de terras caso eleito.

Seu já conhecido posicionamento se manteve paralelamente às investidas mais pacificadoras sobre a temática. A adoção de termos como “nossos irmãos” para se referir aos indígenas, a reprodução de vídeos nos quais estes demonstravam apoio à sua candidatura e a convocação para que dessem sua voz no esforço de “desfazer os rótulos” de Bolsonaro foram mais evidentes na reta final do pleito.

[43] Bolsonaro prometeu aprovar o "marco temporal", pelo qual os territórios só podem ser demarcados se os povos indígenas conseguirem provar que estavam ocupando a área anteriormente ou na data exata da promulgação da Constituição Federal (em 5 de outubro de 1988), ou ainda, se ficar comprovado conflito pela posse da terra. A proposta é originária da bancada ruralista, que a imbuiu no PL 490, com a intenção de abrir as áreas protegidas ao agronegócio, à mineração e à construção de hidrelétricas.

Figura 05 - Captura de tela de postagem que reproduz vídeo de Bolsonaro recebendo a visita de indígena da Tribo Xingu. Fonte: BOLSONARO, 2018.

A imagem acima é de um vídeo postado nos últimos dias da campanha do segundo turno, quando Bolsonaro recebe a visita de uma indígena (Ysani Kalapalo)[44] da Tribo Xingu. Na ocasião, após elogiá-lo e chamá-lo de “guerreiro”, ela diz que foi até o candidato para esclarecer algumas dúvidas sobre “a mentirada da oposição, que diz que ele vai metralhar os povos indígenas e expulsar todo mundo da sua terra”. Dirigindo-se à sua tribo, ela pede que Bolsonaro fale diretamente ao seu povo, no Xingu, para que ela faça a tradução na sequência. O pedido inicial de Ysani é que ele diga aos seus companheiros que não irá matá-los. Quando o vídeo começa, perguntado sobre o que ele pretende fazer com o povo Xingu, Bolsonaro responde que “pretende que todos sejam felizes, e que quer que todos eles tenham os mesmos direitos que nós, brasileiros, temos: que tenham direito a explorar a sua biodiversidade e suas riquezas minerais”.

O fato de Bolsonaro dizer “como nós, brasileiros” é um reforço da ótica adotada em seu discurso, a de que somos todos “uma só nação, sob uma só bandeira e um só coração verde e amarelo”, e que os indígenas precisam ser assimilados

[44] O nome da indígena não é mencionado na postagem. Na ocasião, a ATIX (Associação Terra Indígena Xingu) divulgou nota destacando que Kalapalo não fala em nome dos indígenas do Xingu. Ela voltou a figurar nas postagens de Bolsonaro em 2019, defendendo que as queimadas no Xingu não podiam ser atribuídas ao Presidente. Posteriormente, no mesmo ano, Ysani foi apresentada ao mundo por Bolsonaro na abertura da Assembleia-Geral da ONU, ocasião na qual o presidente defendeu que o mundo deveria dar mais visibilidade para Ysani do que para o cacique Raoni Metuktire, pois ela falava por "muitos índios brasileiros". Raoni, que é crítico das políticas do governo para a Amazônia e possui grande visibilidade internacional, é acusado por Bolsonaro de servir a interesses estrangeiros. Em entrevista concedida à BBC em 2020, Ysani se diz decepcionada com Bolsonaro.

culturalmente à “nossa” sociedade. A abordagem marca ainda mais a contraposição com os governos anteriores que, segundo ele, “tiraram do índio a cultura do fazer e implantaram a política do dar” como forma de mantê-los isolados. Embora as promessas de autonomia, modernização e independência acenem para uma parcela dos povos indígenas, o alvo final dessas propostas foi principalmente a população não indígena que concorda com Bolsonaro sobre a demarcação dos territórios serem injustas e que órgãos como a Funai e ONGs internacionais manipulam os índios.

2.3 Segurança e Direitos Humanos

A antinomia frente aos governos anteriores é acentuada no tratamento dado pelo bolsonarismo a um dos principais problemas públicos do país, a violência. Objeto cativo do discurso, os altos índices de criminalidade que alarmam a população e se interpõem como um enorme desafio aos gestores foram recorrentemente empregados como bandeira de campanha por Bolsonaro.

A partir dos anos 2000, houve, no Brasil, uma tendência a se considerar a questão da segurança pública sob a ótica de políticas inovadoras, advindas principalmente de experiências bem-sucedidas no plano internacional. Assimilando e testando na realidade das cidades brasileiras ações envolvendo alterações no modelo de gestão da segurança pública, planejamento e orientação por resultados, qualificação do trabalho policial e ações preventivas no campo social, estas experimentações demonstraram resultados consideráveis em diferentes estados brasileiros (IPEA, 2020). Apesar disso, a visibilidade dada às políticas baseadas em evidência e na gestão científica da violência ainda é restrita e seu apelo eleitoral bastante reduzido. Como a eleição de Jair Bolsonaro e de vários candidatos a ele alinhados ideologicamente ratificou, a retórica penal conta com grande adesão na sociedade brasileira.

Advogando por formas radicais de enfrentamento à violência, como a redução da maioridade penal, a tortura de suspeitos, o trabalho forçado dos presidiários, a “castração química” para acusados e assédio sexual, a prisão perpétua e até mesmo a pena de morte para determinados crimes, o bolsonarismo construiu uma imagem política combativa e apresentou a conduta punitivista como a única maneira efetiva de combate da violência. Não à toa, o símbolo de uma arma com as mãos tornou-se sua

marca registrada. Essa imagem é também a origem de uma das divisões centrais que o discurso bolsonarista propõe: a distinção entre “cidadãos de bem” e “vagabundos”, uma separação que atravessa praticamente todos os domínios do discurso e é capital no estabelecimento de sua identidade.

Ainda que não originária nem exclusiva do bolsonarismo, essa visão bifurcada da sociedade foi promovida fervorosamente por ele. Comumente vinculada à incitação de emoções e sentimentos como a indignação, a incerteza, o ódio e o medo, a narrativa bolsonarista de combate à violência é, na realidade, uma narrativa de combate à inadequação dos “não cidadãos”. Caracterizado pelo constante desprezo aos limites da constitucionalidade, dos direitos humanos e das causas estruturais da violência na sociedade brasileira, o posicionamento taxativo ilustrado em afirmações de que “bandido bom é bandido morto” ou de que “não há vítima da sociedade, a sociedade é vítima” se consolida por meio de quatro pontos principais na visão de segurança do discurso bolsonarista: a necessidade de ampliação e garantia de direitos aos policiais e demais agentes de segurança pública; a apologia ao porte de armas para o cidadão de bem; a urgência na ampliação das políticas de encarceramento; e a hostilidade às políticas de direitos humanos.

A primeira destas âncoras, a atuação das forças policiais, é referenciada com ares de heroísmo no discurso bolsonarista e dignificada em termos de honra e bravura que justificariam sua proteção jurídica e moral. A partir desse entendimento, o empenho despendido vai além da busca por melhores salários, abarcando dentre as condições de trabalho para a classe a quase irrestrição de suas ações como detentores do monopólio da violência legítima. Aqui, novamente, o vocabulário usado cumpre uma função específica. Ao representar os policiais como “nossos verdadeiros heróis”, em oposição aos “homens de terno e gravata que criam leis em uma realidade hipotética”, a retórica construída visa tencionar a interpretação de que políticas mais brandas ou socialmente orientadas no combate ao crime só seriam defendidas por pessoas que não conhecem a realidade das ruas ou não se importam com as vidas dos policiais.

Mirando principalmente na modificação do Código Penal com vistas a “garantir aos policiais os meios legais para exercer sua função sem medo de punições”, o Bolsonarismo defendeu como aceitáveis práticas como a tortura contra suspeitos -

regularmente declarando que “a polícia tem que bater mesmo” ou que “é difícil distinguir tortura de quando a polícia age com rigor” - e até mesmo de execuções, como demonstrado despudoradamente em dezenas de ocasiões nas quais proclamou que “o policial tem que ter direito de matar” e que “após a missão o soldado tem que ser condecorado, e não processado”, pois, “se o Estado bota uma arma na mão do policial, é para usá-la”. Fundamentando muitas de suas proposições na admiração pela legislação estadunidense, Bolsonaro abraçou quatro principais propostas relativas à proteção jurídica das forças de segurança: 1) Fazer valer o excludente de ilicitude[45] para todas as ações policiais; 2) Retirar do Código Penal a figura do excesso[46]; 3) Extinguir a Audiência de Custódia[47]; e 4) Por fim ao Auto de Resistência[48]. Para ele, somente com estas garantias seria possível termos paz, pois a polícia militar “é tão vítima quanto a sociedade”. Ainda que garantisse que a polícia no Brasil é isenta, Bolsonaro regularmente pontuou que “soldado seu que vai à guerra, não senta no banco dos réus”, em uma clara promessa de que, se eleito, atos desmedidos contra suspeitos não incorrerão em culpabilização.

A remissão da culpa também foi defendida para os “cidadãos de bem”, os quais, segundo Bolsonaro, não poderiam ser presos se atirassem em alguém em sua propriedade. Crítico incansável do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03), o qual alegou insistentemente não ter diminuído o número de homicídios e só haver desarmado o “cidadão de bem”, Bolsonaro usou de diferentes premissas no convencimento de que a melhor solução para a proteção “da vida e da propriedade” são a posse e o porte de armas de fogo. Lançando mão de uma linguagem de preservação da liberdade e de respeito às prerrogativas democráticas, sua premissa incorporou ainda a denúncia de que o real interesse do Partido dos Trabalhadores ao impor o controle sobre a circulação de armas de fogo não seria a diminuição da criminalidade, mas sim, a implementação de uma ditadura - para a qual não

[45] Previsto no artigo 23 do Código Penal, que exclui a culpabilidade de condutas ilegais em determinadas circunstâncias (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2019).
[46] É categorizado como excesso quando o agente faz uso da violência para além dos limites permitidos para a proteção de seu direito, seja de forma dolosa ou culposa (BAYER, 2013).
[47] Obrigatória desde 2015, a audiência de custódia é o instrumento processual que garante ao preso o direito de ser apresentado a um juiz de Direito em até 24 horas após o momento da prisão em flagrante, cautelar ou decorrente de condenação (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2021).
[48] Casos de homicídio contra civis cometidos por policiais, em situação de suposto confronto, com presumida legítima defesa, conforme previsto no artigo 121, c/c, 73, II, do Código Penal Brasileiro (NASCIMENTO, GRILLO e NERI, 2009).

encontraria resistência de uma população desarmada -, a exemplo do que teria feito Chávez, na Venezuela.

Comprometendo-se a facilitar a aquisição de armas de fogo - “tal qual no período militar, quando o cidadão de bem podia comprar sua arma na Mesbla[49]”, a legalizar (por decreto) todas as armas de fogo já em circulação no país, a alterar a legislação para que o registro dessas seja definitivo, e a permitir que proprietários rurais tenham fuzis para defender suas propriedades de “invasores ou marginais do MST”, Bolsonaro investiu na sensibilização do medo como fator preponderante de sua narrativa. Medos de que a ausência de uma ação imediata levaria ao caos, de que “os bandidos” dominariam a sociedade e os “cidadãos de bem” ficariam reféns, e de que a eleição de partidos de esquerda levaria à impunidade generalizada, foram reiteradamente estimulados. Paralelamente, houve também a ênfase na constatação de que o Estado não teria condições de dar segurança para todos e, por isso, a legítima defesa[50] deveria ser assegurada.

Usando de uma linguagem que traz implícita a seletividade do pertencimento à democracia e do acesso aos direitos por ela assegurados, o bolsonarismo incitou o ódio aos “vagabundos” e “criminosos” por meio de um tratamento fundamentado na desumanização dos “inimigos”. Sustentando que presidiários não devem ter direitos, pois “não têm conserto” e que “carregam o crime no seu DNA”, o candidato asseverou que o propósito dos presídios não é recuperar os encarcerados, mas tirá-los do convívio da sociedade, e que não haveria motivo para comoção, pois “quem não quer ir pra cadeia, é só não fazer besteira”. Pela mesma ótica, defendeu também que nenhum tipo de benefício seja concedido aos presidiários. Auxílio reclusão, progressão de pena e visita íntima, por exemplo, foram retratados como regalias, que incentivariam a criminalidade e permitiriam que “a escória da humanidade viva bem às custas do cidadão honesto e trabalhador”. Dentro dessa concepção, a fórmula que apresentou para o problema - e que ressoou como justa dentre a vasta maioria de seus apoiadores - foi o investimento em presídios privados e no trabalho forçado dos presidiários para subsídio de seu sustento. Operando dentro da mesma lógica

[49] Rede de lojas de departamento brasileira que teve sua falência decretada em 1999.
[50] O caso da ex-modelo e apresentadora Ana Hickmann foi frequentemente instrumentalizado para dar suporte a essa tese. Em 2016, Gustavo Correa, cunhado da apresentadora, disparou três tiros contra Rodrigo Augusto de Pádua, que supostamente tentou atacá-la. Rodrigo veio a óbito e a defesa de Gustavo alegou legítima defesa.

distintiva já mencionada, cuja linha valorativa de um determinado indivíduo é marcada pela sua capacidade produtiva dentro da sociedade, a proposta foi manuseada de modo a acentuar a delimitação fundamental criada pelo discurso entre os dois polos da sociedade brasileira.

Falando ao seu público que "não estava preocupado com 600 mil encarcerados, mas com os cidadãos presos dentro de casa" e comemorando a morte de presidiários em motins[51], Bolsonaro demarcou moralmente também o pertencimento ideológico a um ou ao outro lado dos polos, disseminando amplamente em sua campanha a ideia de que "a esquerda defende bandidos e Bolsonaro quer prendê-los". Ao longo do segundo turno de sua campanha presidencial, em 2018, a mobilização do medo ficou ainda mais explícita no conteúdo compartilhado, o qual alertava, dentre outras coisas, que o candidato petista iria desmilitarizar a polícia, implementar políticas de desencarceramento em massa e promover o caos na sociedade para manter-se no poder:

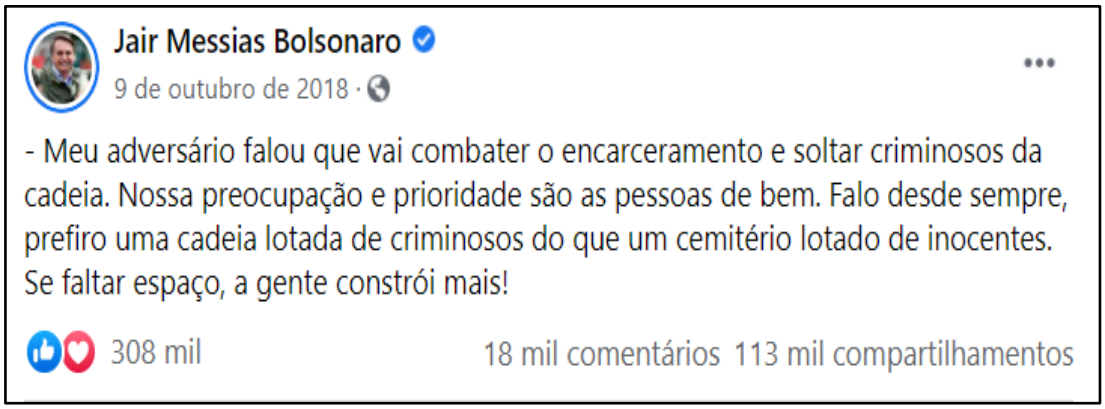


Figura 06 - Captura de tela de postagem em que Bolsonaro afirma que a prioridade serão as pessoas de bem. Fonte: BOLSONARO, 2018.

O empenho em conectar a clivagem estabelecida aos partidos de esquerda e, particularmente, ao Partido dos Trabalhadores, se repetiu em numerosas ocasiões, nas quais Bolsonaro referia-se ao seu adversário, Fernando Haddad (que inicialmente seria vice de Lula[52]), com expressões como "poste de presidiário" e atribuiu-lhe a

[51] ES (2016), AM (2017).
[52] No dia 31/08/2021, a candidatura da chapa Lula-Haddad foi rejeitada pelo TSE. Por 6 votos a 1, os Ministros consideraram Lula inelegível com base na Lei da Ficha Limpa. A nova configuração da chapa trouxe Fernando Haddad (PT/SP) como candidato à presidência e Manuela d'Ávila (PCdoB/RS) como vice.

reputação de “defensor de bandidos”. A finalidade por trás dessa assimilação materializou-se ao longo do discurso de forma muito clara em um reenquadramento da escolha que se propunha para os eleitores: não mais entre dois projetos de governo, mas entre valores diametralmente divergentes.

A efetividade da candidatura à presidência pouco alterou o discurso sobre a necessidade de maior rigor no combate à criminalidade pelo emprego de ainda mais violência. Com pequenas adaptações em suas falas - não mais falando em pena de morte e, em algumas entrevistas, dizendo que a liberação do porte de armas seguiria critérios pré-estabelecidos - o tom belicoso seguiu sendo usado como estratégia em sua promessa de “dar um jeito no Brasil”. Complementarmente, ganharam mais espaço em suas falas as promessas de maior controle na entrada de drogas e armas nas fronteiras e de “impor o terror contra a bandidagem”.

Mesmo após sofrer um atentado[53] durante um ato de campanha na cidade de Juiz de Fora (MG), o posicionamento contrário ao pacifismo, considerado “uma hipocrisia criada por intelectuais desconectados com a realidade”, se manteve. Quando questionado sobre a contradição entre seus posicionamentos e o ocorrido, o candidato buscou ressignificar o caso, dizendo que “sempre pregou a não-violência e acabou vítima dela”, e que o atentado com uma faca era mais uma prova de que “o que mata não é arma, é quem está atrás dela”. O episódio foi explorado politicamente como uma forma de fortalecer no discurso o senso de “intolerância da esquerda a quem se levanta contra seu projeto de poder”, destacando sempre o fato do suspeito de ter proferido a facada, Adelio Bispo de Oliveira, haver sido filiado ao PSol entre 2007 e 2014.

Outro fator muito explorado na significação da segurança pelo discurso bolsonarista foi o impacto da violência na economia. Responsabilizando as políticas de direitos humanos pelo aumento nos crimes, sob a alegação de que “protegem marginais menores de idade”, a visão manifesta sobre as ONGs se caracterizou como uma das tantas expressões da lógica maniqueísta que organiza o discurso bolsonarista. Rotulando as iniciativas pela garantia de direitos básicos de cidadãos em condição de exclusão como “uma tática da esquerda e de fundações estrangeiras

[53] Jair M. Bolsonaro foi vítima de um atentado a faca, durante um ato de campanha no dia 06 de setembro de 2018, na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais.

para defender bandidos", uma "desculpa para acolher a escória do mundo" e para "relativizar a pedofilia" em nosso país, o bolsonarismo investiu em uma visão limitada, equivocada e excludente dos direitos humanos, os quais entende que devem existir apenas para "gente como a gente, não para marginais". Ao longo de todo o período analisado, declarações de que "as vidas de bandidos e cidadãos de bem não têm o mesmo valor" e que "os bandidos não podem ser tratados como cidadãos", foram a regra.

Tocando em crenças profundamente entranhadas na cultura brasileira sobre as percepções de certo e o errado que desconsideram todo o peso histórico a elas subjacente, um dos clichês de seu repertório, o bordão "direitos humanos para humanos direitos", expressa a idealização de sociedade de seu discurso. Com a desumanização dos "bandidos" propagada de forma explícita e usual, Bolsonaro considera que os sistemas educacional e jurídico brasileiro estão tomados por uma "psicose de direitos humanos", a começar pela Constituição Brasileira, que já afirmou ser "uma porcaria cheia de direitos humanos". Para ele, a situação caótica pela qual o país passa é resultado dessas políticas, que contribuem para o aumento da violência contra o cidadão de bem ao "forçar o politicamente correto e defender marginais", além de insistir em políticas ineficientes.

Figura 07 - Captura de tela de postagem que reproduz vídeo sob legenda que parabeniza a polícia pela morte de assaltantes. Fonte: BOLSONARO, 2017.

Assegurando representar uma vontade geral, o presidenciável afirmou repetidas vezes falar em nome do povo, o qual concordaria com a visão de que “os Direitos Humanos no Brasil só defendem vagabundos” e que as ONGs são “grupelhos que vivem de dinheiro público”. Em tom de ameaça, avisou que, se eleito, baniria os direitos humanos e não destinaria “nem um centavo” para órgãos relacionados ao tema. A disposição seria replicada também no nível internacional, no qual procederia para a retirada do país do Conselho de Direitos Humanos da ONU, cuja atuação vê como uma ameaça à autonomia brasileira na resolução de seus problemas internos.

2.4 Meio Ambiente, Relações Exteriores e Economia

O espaço ocupado pelas questões ambientais no discurso bolsonarista está intimamente conectado com sua visão sobre a soberania nacional e a economia. Estes dois aspectos, aos quais circunscreve a maior parte do enfoque sobre o tema, representam também a atribuição de diferentes grandezas ao objeto. Quando relacionado ao primeiro, a questão ambiental é praticamente limitada à Amazônia, apresentada como um tesouro a ser protegido dos inescrupulosos interesses internacionais. Paradoxalmente, sempre que referido em conjunto com o segundo, o é em termos de subjugação: uma fonte de matéria prima da qual a economia pode beneficiar-se.

Esse não discurso ambiental, por assim dizer, acaba por comunicar muito sobre a forma como o meio ambiente é significado no bolsonarismo. Intercalando entre alertas a respeito da atuação furtiva de outros países em território brasileiro por meio de ONGs e declarações nas quais revela ambições voltadas à exploração da biodiversidade brasileira em parceria com países do “primeiro mundo”, Bolsonaro sinaliza também uma visão da natureza como fonte de recursos a serem convertidos em barganha internacional.

Figura 08 - Captura de tela de postagem na qual Bolsonaro alerta sobre o Triplo A. Fonte: BOLSONARO, 2015.

Permeando entusiásticas asserções sobre a grande riqueza do território brasileiro e todo o potencial nela contido, também tiveram espaço as advertências sobre a necessidade de o país adquirir maior potencial bélico para assegurar a soberania sobre a Amazônia. Assim como na imagem acima, em várias de suas manifestações, Bolsonaro demonstrou desconfiança sobre a veracidade do aquecimento global, o qual classificou como "terrorismo ambiental da esquerda". Denunciando as políticas de contenção do avanço dos efeitos da crise climática em território brasileiro como táticas sorrateiras para satisfazer a cobiça estrangeira, Bolsonaro prometeu que, uma vez eleito, seguiria a iniciativa de Donald Trump à frente do governo dos EUA e retiraria o Brasil do Acordo de Paris[54]. Parte de sua justificativa

[54] Tratado mundial que tem por objetivo a definição e acompanhamento de ações para a redução do aquecimento global.

foi a de que os países desenvolvidos, que exploraram suas riquezas naturais no passado para obterem os altos índices de desenvolvimento que possuem hoje, agora querem proibir que o Brasil faça o mesmo em seu próprio território e usam o acordo para isso.

Exposta na explicação acima mencionada e latente no discurso, a visão predominante de desenvolvimento econômico do bolsonarismo é colocada majoritariamente em termos opostos à preservação ambiental. Guiando suas propostas por uma ótica na qual as leis ambientais são vistas como ferramentas ideológicas através das quais o homem do campo e os garimpeiros são perseguidos e impedidos de produzir, Bolsonaro garantiu que imporia o fim às reservas ecológicas, que fundiria os Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente, e que nomearia um ministro do Meio Ambiente “de direita e que esteja ao lado do produtor, indicado pelo setor produtivo do campo”, como forma de acabar com a “política ambiental criminosa e ideológica praticada no Brasil”, em sua visão, responsável por atravancar o turismo, o agronegócio e as exportações.

Após defender abertamente políticas cuja repercussão negativa se fez mais evidente no período eleitoral, tais como a liberação da vaquejada, da caça aos javalis e da prática de garimpo em áreas de conservação ambiental, algumas tentativas de mudar a percepção desfavorável foram feitas. Um dos exemplos foi a mudança na abordagem da questão energética em Roraima. A defesa da necessidade de construção de uma hidrelétrica no estado - uma pauta antiga - foi substituída durante a campanha oficial pela propositura de que o estado receberia investimentos em fontes renováveis de energia, como a eólica. Embora extremamente restrita no discurso, a sustentabilidade foi também uma das formas de aproximação com o Nordeste, região na qual o candidato detinha as maiores taxas de rejeição e que, em virtude disso, passou a ocupar grande parte de sua atenção. Planos de implementação de energia solar, de valorização da fruticultura local e da importação de tecnologia para o desenvolvimento da piscicultura e dessalinização da água do mar se sobressaíram à medida em que pesquisas de intenção de voto passaram a apontar a desvantagem eleitoral de Bolsonaro na região:

> Uma grande experiência que eu tive na minha vida foi no Estado de Israel. Fui conhecer e conversar com o Ministro da Agricultura. Como é que conseguem ter uma agricultura pujante no deserto? Lá, há precipitação pluviométrica, ou seja, lá, chove menos que no semiárido nordestino... Como podem, eles terem toda a sua garantia alimentar, ou melhor, a sua segurança alimentar, e ainda exportar para a Ásia e nós, aqui no Brasil, temos gente passando fome? Conversando com o Ministro, eles estão prontos para fornecer, não toda, obviamente, mas parte da sua tecnologia, para em forma definitiva tirarmos o nordestino da miséria. Libertá-los, esses nordestinos, do coronelismo. Fui conhecer a piscicultura. Eles criam peixe no deserto. Tem mistério? Não tem, pra quem quer vencer desafios. Então, olhando para o estado de Israel: o seu território, a sua dimensão, é menor do que o menor estado brasileiro, que é o estado de Sergipe. Olha o que Israel não tem. Eles não têm nada! Tem areia e nem sequer petróleo. Agora veja o que eles são! Agora voltem para o Brasil. Vejam o que nós temos. Nós temos tudo! E observe-se o que nós somos. Lamentavelmente, nós não somos! (BOLSONARO, 22 de jul. de 2018).

A resolução de problemas locais a partir de experiências estrangeiras não ficou restrita à questão ambiental, firmando-se como dos traços através dos quais a política externa do discurso foi delimitada. O tom elogioso aos êxitos israelenses se repetiu com referência a países também considerados parceiros estratégicos, como EUA, Japão e Coreia do Sul. De forma concisa, o quadro da política externa no discurso bolsonarista pode ser condensado em quatro pontos: 1) A definição dos parceiros estratégicos; 2) A nomeação dos Estados inimigos; 3) A herança do governo PT no âmbito internacional; e 4) A questão migratória. Todos eles se interconectam entre si em algum nível, assim como fazem alusão a outros significantes.

Desde o início do período analisado (2015), a aproximação com um pequeno grupo de países desenvolvidos composto por EUA, Japão, Coreia do Sul e Israel, vinha sendo arquitetada. Para além do enaltecimento de suas qualidades e exemplos de como as quatro nações mencionadas tinham muito a ensinar ao Brasil, Bolsonaro visitou cada um deles e fez questão de ressaltar em suas visitas que estava lá para buscar parcerias. Querendo ser visto por estes países como uma opção viável e aberta ao diálogo, o presidenciável reuniu-se com empresários e representantes oficiais a fim de “mostrar ao Capital o que o Brasil tem a oferecer” e de “desmistificar a imagem que a imprensa criou dele no Exterior”.

Sempre afirmando explícita ou implicitamente sua intenção de concorrer à Presidência da República, Bolsonaro justificou a escolha dos potenciais parceiros pelo alinhamento destes com os valores a serem cultivados no Brasil. Todavia, apesar dos quatro países serem considerados importantes, há evidente prioridade na maior

aproximação com EUA e Israel. A predileção tem por base motivos que ultrapassam a esfera econômica e geopolítica, abarcando elementos de admiração pessoal e de ordem religiosa. Representados como os defensores supremos da democracia, cuja “colaboração no passado evitou que o Brasil se transformasse em Cuba”, os EUA são vistos como aliados necessários, ao lado de quem Bolsonaro “gostaria de lutar” no enfrentamento das ameaças ao Brasil. Israel, por sua vez, é enaltecido como “uma grande nação, uma ilha de democracia e liberdade” que, “assim como o Brasil”, sofreria com os ataques daqueles que querem destruí-la, em referência à questão Palestina, trazida ao debate como um paralelo à suposta ameaça interposta pela esquerda no Brasil. Como prova de sua admiração pelo país, Bolsonaro incluiu dentre as suas promessas para a política internacional “seguir o exemplo de Trump e mudar a embaixada brasileira para a cidade de Jerusalém”, que passaria a ser considerada oficialmente pelo Brasil como a capital de Israel.

Assegurando a adoção de uma política externa “para tirar o Brasil do status de chacota do mundo” e destacando o Interesse de embaixadores estrangeiros em sua eleição, Bolsonaro fez questão de indispor-se com fóruns internacionais cujas interferências desaprova (ONU e UNESCO) e com países que considera ditaduras (Venezuela e China). O desacordo com os órgãos internacionais se resume a questões nas quais a discordância é manifesta. Somadas às questões ambientais, indígenas e atinentes aos direitos humanos pelas quais o discurso bolsonarista desqualifica o trabalho de diferentes entidades, a atuação da UNESCO também foi categorizada como indesejada, pois a mesma “desrespeita a família cristã ao propagar a ideologia e gênero”, além de se manifestar pró-Palestina na disputa por território entre Palestina e Israel. Tal qual nos casos anteriores envolvendo os demais órgãos supranacionais, o entendimento de Bolsonaro é que a representação brasileira deveria ser retirada do Fórum, dada a incompatibilidade de valores a serem disseminados no Brasil.

A mesma lógica é aplicada como justificativa para a definição do não alinhamento comercial e diplomático com outros países. As premissas de “desatar o comércio exterior brasileiro das amarras ideológicas que o prendem ao Mercosul e à América Latina” e “fazer comércio com o mundo todo para alavancar nossa economia” formaram as bases para o campo econômico do discurso. Essa abertura, porém, não

incluiu a Venezuela, a China, e muitos países muçulmanos, os quais foram alocados do lado oposto ao do Brasil dentro do discurso. No caso específico da Venezuela, o distanciamento e os ataques desempenharam um papel estratégico: a mobilização do medo - de que o Brasil estaria prestes a virar um país socialista no qual as pessoas passariam fome e não teriam liberdade - e a reafirmação do Brasil como uma potência dentro da América Latina, a qual teria força suficiente para “derrotar o comunismo”. Nesta significação, socialismo, comunismo e bolivarianismo são entendidos como sinônimos de um projeto de poder da esquerda latino-americana, a qual, reunida sob o Foro de São Paulo, teria por objetivo último a destruição dos valores democráticos e cristãos.

Da mesma forma como a “ameaça comunista” inflada no discurso pró-golpe militar de 1964 usava o caso cubano como um protótipo do que poderia acontecer com o Brasil se a esquerda seguisse no poder (SÁ MOTTA, 2002; CASTRO, 2002), no bolsonarismo, o papel de bode expiatório foi atribuído à Venezuela. O país passa por uma grave crise econômica, democrática e humanitária, cuja origem e continuidade se deve à uma complexa interrelação de fatores. A multiplicidade de aspectos que compõem a questão venezuelana, no entanto, é completamente ignorada no discurso, que atribui a situação atual do país à gestão do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), no poder desde 2003. Dentre os elementos mobilizados na significação da temática, a proximidade entre o PSUV e o PT foi amplamente explorada para alimentar o temor popular de que o mesmo aconteceria no Brasil caso o partido retornasse ao poder.

Em nome da segurança, a contenção da entrada de imigrantes venezuelanos no Brasil foi uma das medidas pelas quais o discurso demarcou seu distanciamento. Vídeos gravados nas cidades fronteiriças e até mesmo uma série documental própria dedicada ao assunto foram usados para legitimar o alerta sobre o perigo que se aproximava. Denúncias sobre o crescimento dos crimes após o aumento do fluxo migratório vindo do país vizinho e a alternância retórica entre acusações de uma “invasão de comunistas infiltrados” e a sensibilização sobre a situação dos “nossos irmãos venezuelanos”, fizeram parte dessa demarcação. Advertindo que “se o Brasil continuar escolhendo mal seus representantes, chegaremos ao mesmo estado da Venezuela” e responsabilizando o PT por haver apoiado os presidentes Hugo Chávez

e Nicolás Maduro, a promessa de afastamento da Venezuela por meio da imposição de sanções e da negação de parcerias comerciais firmou um dos pilares da política externa no discurso bolsonarista.

Figura 09 - Captura de tela de postagem que reproduz vídeo sob a legenda que alerta sobre a crise migratória venezuelana. Fonte: BOLSONARO, 2018.

Paralelamente, o rechaço à nova Lei de Migração (13.445/2017) fortificou a fronteira discursiva erguida contra os países da lista de indesejados. Afirmando que o Brasil "não pode ser destino de milhares de refugiados, pois isso agravaria nossos problemas de saúde, segurança e educação", o deputado defendeu a criação de campos de refugiados na fronteira do Brasil com a Venezuela e a triagem rigorosa dos acolhidos para "identificar criminosos entrando em nosso país". Além de sustentar que a nova legislação permitiria a entrada de "qualquer um" e que dava aos estrangeiros mais direitos do que aos brasileiros, o candidato afirmou repetidas vezes que a nova lei abria brechas para "aquela religião do norte da África que quer dominar o mundo", e que essa "permissividade com culturas muito diferentes da nossa" não deveria existir, pois levaria ao caos e daria abertura para a prática da pedofilia e da poligamia em nosso território. Apontando a nova regulamentação como parte de uma estratégia do PT de aproveitar a crise migratória para receber "terroristas do Estado Islâmico e

do Hamas", grupos com os quais afirma que tanto Dilma quanto Lula já teriam negociado no passado, o discurso apresenta não só uma visão extremamente preconceituosa com relação às pessoas refugiadas, como também sua orientação marcadamente influenciada pelo pensamento já há muito difundido por grupos da extrema-direita europeia, segundo o qual a religião muçulmana estaria em uma guerra contra a cultura ocidental.

A nomeação de desafetos no campo internacional com base em sua ideologia orientadora foi também o motivo da objeção aos acordos com um dos maiores parceiros comerciais do Brasil, a China. Muito em virtude de uma tentativa de ratificar a imagem do Brasil como um aliado dos EUA em uma dinâmica que requenta sentimentos da guerra fria, a necessidade de limitação das relações com a China se apoiou, principalmente, no argumento de proteção da economia e da soberania nacional. Segundo Bolsonaro, o país asiático estaria "comprando o Brasil, e não do Brasil" ao arrematar estatais brasileiras, adquirir grandes porções de terras agricultáveis e as principais reservas minerais em solo brasileiro, ações que comporiam um projeto de dominação mundial orquestrado pela potência do Oriente. Usando ainda argumentos sobre a ameaça à segurança alimentar, o discurso defendeu a limitação do poder chinês em solo brasileiro como forma de proteger o agronegócio nacional.

Complementando a "herança maldita" da gestão petista no discurso bolsonarista, foram frequentes também as manifestações de repúdio pela não extradição de Cesare Battisti[55] e pela aproximação comercial e diplomática com países que classificou como "as piores ditaduras do mundo" (geralmente se referindo a Cuba, Venezuela e a alguns países africanos), locais nos quais o PT teria "usado o dinheiro do povo brasileiro para a construção de obras faraônicas". Segundo Bolsonaro, a decadência econômica brasileira seria fruto da priorização de um projeto de poder da esquerda em detrimento do Brasil, já que as decisões de Estado tomadas por Dilma se dariam com base nas orientações das inteligências cubana e

[55] Battisti é um ex-membro dos Proletários Armados pelo Comunismo (PAC), um braço das Brigadas Vermelhas, que foi condenado à prisão perpétua por envolvimento em quatro assassinatos. Condenado à prisão perpétua na Itália, Battisti passou por México, França e Brasil, onde morou desde 2003, até ser preso na Bolívia e extraditado em 2019.

venezuelana, o que seria comprovado por relato do ex-presidente uruguaio Pepe Mujica, em livro por ele escrito.

Conforme a crise econômica se agravou e os movimentos de direita passaram a ter mais espaço como formadores de opinião, o discurso econômico bolsonarista foi se reforçando na já difundida percepção de que o “PT quebrou o país” e que a única forma de recuperar o Brasil seria “livrar-se do PT pra sempre”. Garantindo “varrer o legado petista da história do país” e priorizar relações bilaterais e um comércio exterior “não ideológico” em detrimento do Mercosul, que “engessa e afunda a economia brasileira”, Bolsonaro surgiu como um pré-candidato sem proposta clara para a recuperação econômica brasileira. Centrando suas falas na culpabilização do PT como o responsável por acabar com a confiança dos investidores e por fazer com que empresas fechassem devido à violência, aos altos impostos, à excessiva burocracia e à corrupção endêmica, seus poucos posicionamentos sobre economia transitaram entre o protecionismo e o liberalismo. Migrando gradativamente para o último, o discurso passou a externar que a economia seria sua prioridade e que a diminuição do tamanho e do alcance do Estado seria a máxima de seu mandato.

A pouca atenção dedicada ao tema em suas falas iniciais foi justificada pelo candidato como uma estratégia para “evitar as críticas e dar espaço ao mercado para lhe dizer o que esperava dele”. Antes de optar pelo liberalismo como o guia de seu projeto econômico, o não conhecimento sobre economia foi usado também como uma forma de gerar identificação com o povo. Face aos questionamentos sobre estratégias e planos para a recuperação econômica, a “humildade em reconhecer que não entende de economia, mas que iria ter ao seu lado, sob seu comando, uma equipe qualificada” foi usada para fortalecer a imagem de um líder cuja simplicidade, idoneidade e patriotismo seriam grandes o suficiente para superar as adversidades, uma vez que iria “governar pelo exemplo e reduzir os gastos públicos”. Em contrapartida, frisava que “foram os especialistas em economia e distribuição de renda que colocaram o Brasil no fundo do poço” (em alusão a Dilma Rousseff, formada em economia) e que “o Brasil já havia errado com estes, mas não erraria desta vez com ele”.

Figura 10 - Captura de tela de postagem que reproduz vídeo de Bolsonaro afirmando que governaria pelo exemplo. Fonte: Bolsonaro, 2017.

Ainda que o discurso econômico não possuísse um conteúdo definido desde o início, seu público principal era bastante claro: pequenos e grandes empresários, produtores rurais e trabalhadores informais ou autônomos subjetivados pelo ideário do “empreendedor de si mesmo”. Com apelos de que “é muito difícil ser patrão no Brasil” e que “o Estado precisa ser menos paternalista e dar mais liberdade para quem produz”, Bolsonaro ganhou a atenção destes grupos, que se sentiram especialmente prejudicados pelos governos petistas. Muito deste sentimento derivou da percepção de que os escândalos de corrupção e os projetos sociais considerados “assistencialistas e eleitoreiros” implementados nas gestões anteriores estariam diretamente ligados às altas cargas tributárias a que estavam submetidos. Percebendo-se injustiçados por terem que “pagar a conta da roubalheira” e vendo nas promessas de Bolsonaro de acabar com as leis trabalhistas uma saída viável para a recuperação econômica, estes grupos se sentiram ainda mais confiantes a dar seu voto a Bolsonaro após o nome de Paulo Guedes ser anunciado como o futuro ministro da Economia de seu governo. Guedes, que embarcou na campanha de Bolsonaro para suprir uma lacuna significativa de sua plataforma - a ausência de uma proposta econômica - representou para diversos grupos uma aliança entre Bolsonaro e o liberalismo, o que impulsionou a aderência daqueles que viram nele a possibilidade de reorganização das finanças públicas por meio da redução do Estado.

Defendendo uma agenda desestatizante, a desburocratização da máquina pública e reformas inspiradas no modelo chileno de Pinochet, a chegada do "*Chicago boy*[56]" à equipe de Bolsonaro marcou também a aproximação com o mercado financeiro, que viu em Guedes a possibilidade de um agressivo programa de privatizações e da diminuição da legislação regulatória em diferentes domínios. A credibilidade recebida foi explorada como forma de assegurar aos eleitores mais indecisos que essa aprovação simbolizava uma garantia da retomada no crescimento econômico. Contudo, a percepção não foi unânime, e ao passo que o discurso foi se definindo como liberal, cresceram também as preocupações de alguns setores com relação à manutenção de direitos trabalhistas e previdenciários.

A insegurança gerada foi amplamente aproveitada pelos adversários durante a campanha, que trouxeram à tona diversas declarações nas quais Bolsonaro afirmava que "a mão de obra no Brasil é muito cara" e que os trabalhadores "terão que escolher entre menos direitos e mais empregos, ou mais direitos e nenhum emprego". Em resposta, Bolsonaro assumiu o compromisso de manter todos os benefícios em sua gestão, e acusou a oposição de demagogia. A promessa, no entanto, contrasta com um vasto histórico de declarações nas quais Bolsonaro alegou que a legislação trabalhista brasileira é "populista" - o que entende como "a pré-fase do socialismo" - e que deveria ser revista para "não mais penalizar os empresários". Sua defesa de que no Brasil as relações de trabalho deveriam ser inspiradas nos EUA, "beirando à informalidade, sem CLT e sem sindicatos" foi muitas vezes substanciada por depoimentos de apoiadores residentes no país do Norte, que expunham seu alto poder aquisitivo e liberdade como resultados de um país no qual o livre mercado dita as regras.

[56] Termo usado para se referir a economistas formados na Universidade de Chicago (EUA), considerada o grande centro de estudo do liberalismo econômico, frequentemente associado ao nome do economista Milton Friedman.

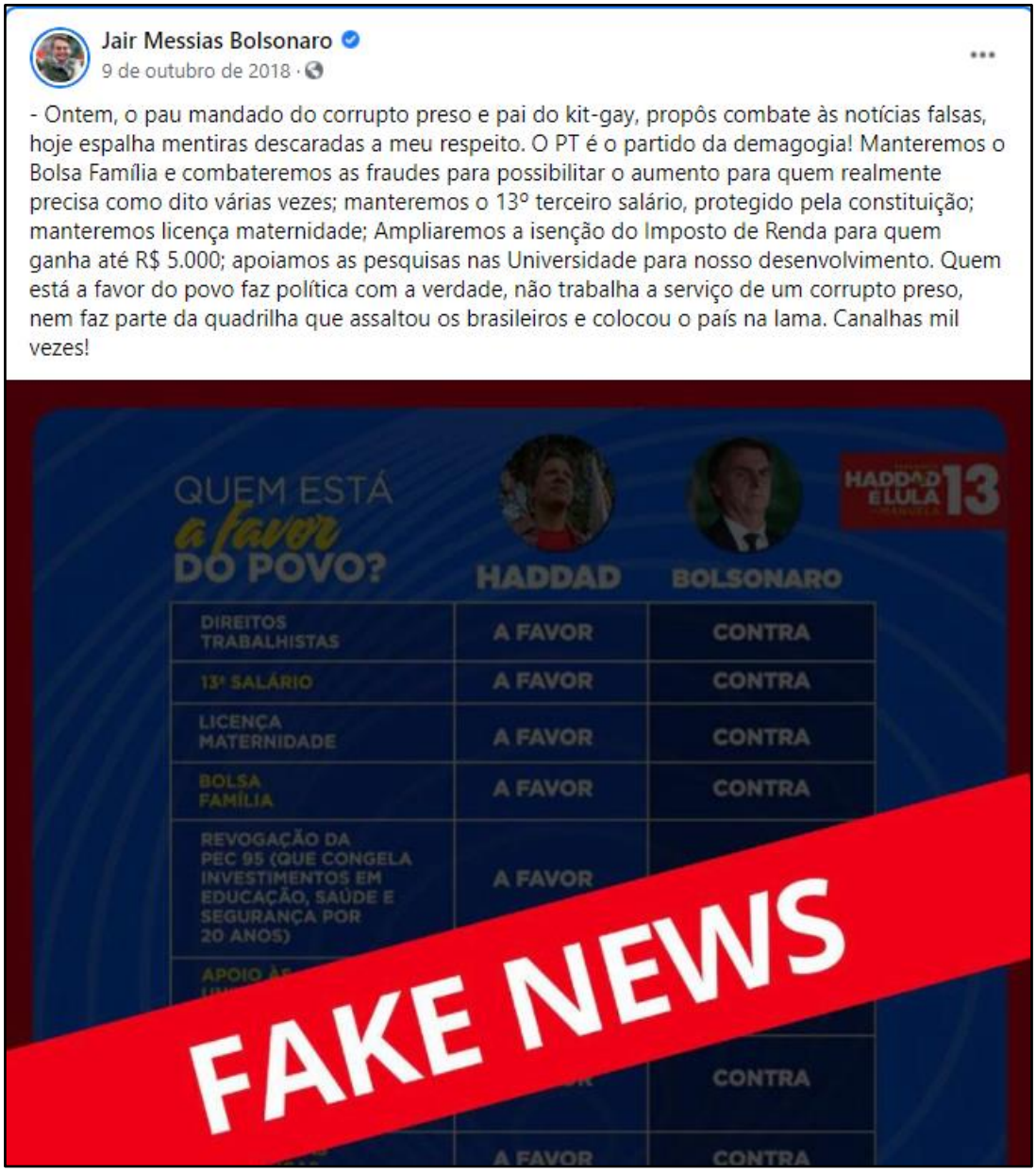


Figura 11 - Captura de tela de postagem na qual Bolsonaro se compromete com a manutenção de direitos trabalhistas e sociais. Fonte: Bolsonaro, 2018.

Significando seus posicionamentos contrários aos direitos trabalhistas em uma linguagem de liberdade, Bolsonaro defendeu o que chamou de “micro emprego”, que seria uma forma de relação trabalhista na qual empregador e empregado teriam autonomia para definir as regras de seu contrato. Para além do âmbito contratual entre as partes, essa liberdade passaria também, necessariamente, pela redução de impostos e pelo maior controle de determinados órgãos, principalmente o Banco Central, cuja autonomia é vista como prejudicial, pois “tornaria o presidente refém”.

Sob o lema “menos Brasília e mais Brasil”, sua lista de compromissos incluiu a definição de um teto salarial para os servidores públicos (para acabar com os “marajás”), a redução da taxa SELIC, a unificação tributária, a manutenção do tripé econômico e o estabelecimento de um teto de juros.

Ainda que pregando a ampla privatização e a extinção de todas as estatais criadas pelo PT, algumas medidas menos liberais, defendidas como “patriotas”, foram mantidas ou adaptadas de seu discurso original. Visando acalmar os ânimos de grupos que não concordaram totalmente com a guinada ao liberalismo, Bolsonaro assegurou, dentre outras medidas, a preservação de estatais estratégicas, como Furnas, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, e a detenção de *Golden share*[57] em privatizações específicas. A coexistência e acomodação de posturas liberais e protecionistas dentro do discurso econômico, assim como nas demais esferas, não é um fenômeno novo ou particular do bolsonarismo, sendo identificável em diferentes governos desde o período militar. No discurso analisado, observa-se que ela aparece principalmente como um reflexo da heterogeneidade contida nos discursos e do potencial de influência que cada grupo de interesse possui.

Nesta cisão interna, um dos principais grupos a ditar os posicionamentos econômicos do discurso bolsonarista foi o agronegócio. Resultado de um processo de aproximação que teve início já em 2015, e que demonstrou crescimento no decorrer do tempo, a relação entre o agro e o bolsonarismo se mostrou frutífera para ambas as partes. Participando dos principais eventos relacionados ao agronegócio e pecuária nacionais (desde pequenas feiras locais até grandes festas como a do Peão de Barretos), Bolsonaro viu o apoio à sua candidatura se ampliar gradualmente neste meio, principalmente por seu combate às invasões de terra, pelas promessas de criminalização do MST, pela garantia da posse de armas ao homem do campo e pela contrariedade à reforma agrária. Subsidiada por uma retórica de “guerra amarela[58]” (*sic*) e de “ameaça vermelha do MST e das demarcações de terras indígenas e quilombolas”, a aproximação com o setor rural se deu também na proposição da

[57] Tipo especial de ação que permite que determinadas decisões possam ser tomadas por apenas um acionista.
[58] Expressão usada por Bolsonaro para se referir à "ameaça” que a China representa ao agronegócio nacional.

diminuição de encargos tributários referentes ao Funrural[59] e à Lei Kandir (Lei Complementar 87/96), como forma de aumentar a competitividade do agronegócio brasileiro e "dar mais liberdade a quem produz". Complementarmente, a menor restrição no uso de defensivos agrícolas e o incentivo à agricultura familiar ganharam espaço no discurso na reta final da campanha eleitoral, quando a Frente Parlamentar da Agricultura (bancada ruralista) declarou abertamente seu apoio ao candidato.

2.5 Liberdade, Democracia e as Forças Armadas

Para além do campo econômico, a liberdade foi muitas vezes significada no bolsonarismo como um sinônimo de democracia. Principalmente na forma do "direito de defender qualquer ideia" e de "portar uma arma para defender sua propriedade privada", a liberdade foi mobilizada dentro do discurso como um direito cuja continuidade só estaria assegurada com a retirada do PT do poder. Em inúmeras oportunidades, o bolsonarismo desenhou o Partido dos Trabalhadores como antidemocrático e totalitário, construindo uma imagem na qual o partido empregaria diferentes mecanismos para, no limite, eliminar a liberdade individual. Dentre os tantos supostos artifícios com essa finalidade, o Marco Civil da Internet e ações de combate às *fake news* foram reiteradamente apontados como especialmente perigosos, pois, de acordo com Bolsonaro, a jurisprudência brasileira relativa à internet não passaria de "um pretexto da elite da ordem mundial para controlar o discurso". Alçando-se, em oposição, como um candidato "de direita, democrata, amante da liberdade e patriota acima de tudo", Bolsonaro tachou a inciativa de regulamentação como censura, e incentivou seus apoiadores a se manifestarem contrariamente a ela.

Além disso, para Bolsonaro, a categorização de atos e falas como crime de ódio e a "imposição do politicamente correto" na sociedade seriam instrumentos para o mesmo fim. Muito dessa defesa se deu em decorrência da possibilidade de penalização de Bolsonaro por suas falas racistas e misóginas, as quais, segundo o deputado, estariam amparadas constitucionalmente pelo Art. 72 da CF, que assegura aos deputados e senadores a inviolabilidade por suas opiniões proferidas na assembleia. Ainda que as declarações pelas quais respondia juridicamente não tivessem sido proferidas em plenário, Bolsonaro aferrou-se ao argumento de que sua

[59] Imposto de caráter previdenciário que incide sobre o valor bruto da comercialização de toda a produção rural.

eventual condenação seria uma afronta à liberdade de expressão, além de uma tentativa ardilosa da esquerda de torná-lo inelegível em 2018.

Essa denúncia de objetivos escusos por trás das ações do governo petista se mostrou uma regra do discurso bolsonarista, aplicada também nas falas sobre o direito à propriedade privada, vista como um dos pilares da democracia e cuja fragmentação se estaria arquitetando por intermédio de normativas e dispositivos estatais ao longo dos governos de Lula e Dilma. De acordo com o deputado e candidato, um dos recursos jurídicos criados para a levar a cabo este plano seria a Emenda Constitucional 81/2014, que trata do trabalho análogo à escravidão. Para ele, a EC seria “uma desculpa para relativizar a propriedade privada e expropriá-la por meio da indústria das multas implantada pelo PT”. Conforme seu argumento - frequentemente apresentado em eventos que tinham como principal audiência produtores rurais - a legislação abria brecha para que “fiscais ideologicamente motivados” usassem “qualquer inadequação como desculpa para a autuação por trabalho escravo e, assim, se procedesse a subtração de posses dos indivíduos.

> LÊNIN: EXPROPRIAR e DISTRIBUIR. O POVO NÃO PRECISA DE DINHEIRO, apenas do produto (para fazer trocas) ... assim em 1929 a URSS estava destruída. Com propostas de MAJORAR/CRIAR impostos Dilma TIRA DINHEIRO do povo e cada vez mais, oferecelhe... BOLSA-FAMÍLIA. Emenda Constitucional 81/2014 EXPROPRIA propriedades RURAIS ou URBANAS onde se encontre TRABALHO ESCRAVO ou também ANÁLAGO À ESCRAVIDÃO, segundo alguns juristas de esquerda. Dessa forma está RELATIVIZADA a GARANTIA DA PROPRIEDADE PRIVADA, bem como o povo EMPOBRECIDO. Povo sem PROPRIEDADE e DINHEIRO é conduzido para o COMUNISMO (BOLSONARO, 21 de set. de 2015, grifos do original).

A necessidade de manter-se vigilante no resguardo da liberdade foi também a causa da árdua defesa pela adoção do voto impresso nas eleições de 2018. Justificada como a única forma de garantir um resultado fiável na disputa, a proposta de Bolsonaro previa que, ao votar, cada eleitor pudesse conferir os números digitados na urna eletrônica em um recibo impresso, que seria depositado de forma automática numa urna de acrílico, acoplada à digital. A ideia previa que em caso de suspeita de fraude no sistema eletrônico, os votos em papel pudessem ser apurados manualmente, o que garantiria a confiabilidade e transparência do processo. Difundida como a única forma de fazer valer a vontade da maioria e sustentando-se na

cosmovisão de que “a esquerda faria de tudo para manter-se no poder”, a proposta ganhou muitos simpatizantes e fomentou largamente o questionamento sobre a credibilidade das instituições.

Esse ceticismo com relação às estruturas de poder estabelecidas e, em especial, aos ocupantes de seus cargos de comando, desenhou um cenário no qual a democracia se estampa na inegociável soberania da vontade popular, a qual não poderia ser assaltada por meio de instituições ideologicamente aparelhadas. Muito desta visão foi acentuada quando algumas decisões de cunho progressista[60] colocaram o Superior Tribunal Federal na mira do discurso bolsonarista. Acusado de agir de modo ativista e de interferir nas decisões do Legislativo, o Poder Judiciário foi inúmeras vezes qualificado como um poder antidemocrático, que deliberaria em prol dos interesses da esquerda. Esse caráter discricionário atribuído ao órgão foi validado no discurso pelo fato dos representantes do STF serem escolhidos mediante indicação do líder do Poder Executivo. Como a maioria dos ministros atuantes no Supremo foram indicados nos mandatos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, ambos do PT, a desconfiança sobre os posicionamentos dos juristas foi alimentada pelo crescente sentimento antipetista que se amplificou a partir das eleições de 2014.

A obstinada defesa da liberdade e da democracia, todavia, contrasta com inúmeras declarações anteriores do deputado, nas quais o apreço pelas normas democráticas não se fez presente. Afirmações de desprezo pelos procedimentos da democracia representativa, pela Constituição e pela atuação do Congresso e do STF em diferentes matérias não foram raras no histórico recente de Bolsonaro. Conforme a disputa eleitoral se desenvolveu e a visibilidade de entrevistas nas quais estes posicionamentos haviam sido expostos cresceu, se ampliou também a necessidade de Bolsonaro se mostrar como um defensor da democracia para o eleitorado ainda indeciso. Como resposta, o discurso de defesa do Estado Democrático de Direito foi robustecido. A mesma Constituição que outrora fora severamente criticada, passou a compor, ao lado de uma Bíblia, o cenário das *lives* diárias que Bolsonaro realizava em

[60] Um dos casos foi uma decisão tomada pela Primeira Turma do STF em novembro de 2016, sobre descriminalizar o aborto no primeiro trimestre da gravidez de um caso concreto julgado (AGÊNCIA BRASIL, 2016).

sua página no Facebook, nas quais se tornou também usual a afirmação de que “a Constituição seria o mapa e os princípios liberais, a bússola” de sua gestão.

Embora o posicionamento tenha se adaptado ao longo do período, alguns dos lemas empregados no discurso permitem apreender muito de sua concepção, ainda que parcialmente. Dentre os tantos bordões utilizados, o mote “família, propriedade privada e religião” é um exemplo bastante representativo da forma como os ideais democráticos de liberdade e igualdade foram conduzidos por Bolsonaro e seus seguidores. Em linhas gerais, a democracia é defendida e exaltada no Bolsonarismo, mas a definição de democracia do discurso é peculiar e seletiva. Primeiramente, trata-se de uma concepção na qual o senso de pertencimento está restrito a um único polo ideológico, à direita. Ideologias de esquerda são consideradas *a priori* antidemocráticas, por desrespeitarem a liberdade individual e a propriedade privada, razão pela qual não deveriam ter lugar em uma democracia. A igualdade, por sua vez, ocupa um lugar secundário nessa visão, sendo interpretada como um valor pertinente àqueles que comungam dos preceitos democráticos. Estes, guiados por uma visão meritocrática da sociedade, percebem-se enquanto iguais entre si e, por isso, desaprovam políticas e ações afirmativas e demais iniciativas cujo princípio se dê na evidência das diferenças entre as pessoas.

Em uma ótica na qual a autodefinida maioria silenciosa (que passara a fazer-se ouvir) seria a própria expressão da vontade popular, que deve prevalecer sempre, o lugar das instituições é relegado a acessório e às minorias é oferecida a opção de “adaptar-se ou desaparecer”. Essa perspectiva circunscrita e excludente de maioria, a qual se autodenominou povo, é uma das razões pelas quais ideais de liberdade podem ser significados dentro do discurso de modo a justificar atos não democráticos, como os praticados pelo regime militar, por exemplo. Adicionalmente, o teor autoritário de muitas de suas demandas se respalda principalmente em um terceiro elemento, que ocupa lugar de importância na significação democrática do bolsonarismo: a ordem.

Associada à imagem das Forças Armadas, a interpretação da democracia como um regime de respeito às leis e à autoridade foi muito estimulada no discurso, no qual os militares são exaltados por sua integridade e considerados os seus guardiões. Com frequente contestação sobre o Regime Militar brasileiro não haver

sido uma ditadura, pois “a eleição dos militares se deu pelo Congresso”, “o povo tinha liberdade para ir e vir” e “havia bipartidarismo”, a retórica das Forças Armadas como “um instrumento da vontade nacional” foi um contínuo. Mesmo após a adesão a um léxico mais republicano, o papel das Forças Armadas foi mantido, como em afirmações de que governaria “sendo escravo das leis e, se preciso fosse, empregaria as Forças Armadas para que possamos viver em paz”. Para o bolsonarismo, os militares são “os responsáveis pelo Brasil não ser hoje uma Cuba”, tendo contribuído para a manutenção da democracia “tanto em 1964 quanto em 2016”, quando garantiram o *impeachment* de Dilma em um momento definido como “pior do que o pré-64 na luta contra o comunismo”.

Carregando em tintas nostálgicas o período militar, representado como uma época na qual “havia segurança, crescimento econômico, pleno emprego, valorização da família e educação pública de qualidade”, o discurso atribuiu um caráter popular ao regime, do qual apenas discordariam “esquerdistas da mídia e da elite intelectual”. Enfatizando também o suporte das igrejas, da OAB, de empresários e da imprensa nas manifestações de pedido de intervenção contra o comunismo, Bolsonaro estimulou os mais jovens a “se informarem para além das mentiras de seus professores de história” e a perguntarem para os seus avós sobre “como aquele tempo era bom”, alimentando uma interpretação da história segundo a qual “somente comunistas e vagabundos achavam ruim o regime”.

Em uma versão na qual os líderes do Partido dos Trabalhadores e demais partidos de esquerda brasileiros são sempre representados como “guerrilheiros comprometidos com a ditadura do proletariado" em contraposição aos “heróis patriotas”, as interpretações alternativas sobre os fatos abrem caminho para uma disputa pela validação das memórias do período. Com base nela, tentativas de reparação dos abusos cometidos durante a ditadura são descredibilizadas, como é o caso com relação à Comissão Nacional da Verdade, acusada pelo discurso de ser “uma farsa criada para caluniar as Forças Armadas e tratar terroristas e comunistas como heróis”.

Ora negando, como em alegações de que os desaparecidos políticos da ditadura seguem vivendo em Cuba sob novas identidades, ora minimizando e até mesmo legitimando as denúncias de tortura e assassinato praticadas pelos militares,

Bolsonaro defendeu intransigentemente a memória do Coronel do Exército Brasileiro e ex-chefe do DOI-CODI[61], Carlos Alberto Brilhante Ustra. Primeiro oficial condenado (em 2008) na Justiça brasileira por sequestro e tortura durante o regime militar, o nome de Ustra não foi escolhido ao acaso para estampar faixas e camisetas usadas por Bolsonaro, por seus filhos e por apoiadores, em atos de campanha e em vídeos para as redes sociais. A razão pela escolha do Coronel, dentre tantos militares com histórico de condução do crime de tortura no regime, ficou evidente na declaração do voto do deputado pelo prosseguimento do processo de impeachment de Dilma. Na ocasião, após prestar uma homenagem a Ustra, Bolsonaro complementou que o Cel. era “o pavor de Dilma Rousseff”, em alusão ao fato de ele haver coordenado as sessões de tortura às quais a ex-presidente foi submetida durante a ditadura militar.

Figura 12- Captura de tela de postagem em defesa do Cel. Ustra. Fonte: BOLSONARO, 2016.

O contraste entre “defensores da democracia” e “comunistas” foi alimentado em diferentes aspectos do discurso, e seu uso qualificativo ligado às percepções de “povo” e de “inimigo” avalizou medidas que possivelmente não seriam toleradas sem o uso de uma retórica de guerra. Justificando práticas de tortura e assassinatos “pela garantia da paz, segurança e liberdade do povo brasileiro”, a disputa pela memória do regime militar sensibilizada pelo discurso nada mais é do que uma busca por

[61] Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna.

legitimação. Por isso, alegações de que “o povo” desejaria o retorno dos militares ao poder, pois veria nas Forças Armadas uma instituição respeitável e incorruptível, capaz de devolver o Brasil “forte, seguro e patriota de ontem” são tão presentes no discurso. Esse anseio popular pelo retorno das FA, no entanto, não apareceu de forma orgânica. Antes, foi construído perenemente e de diferentes formas.

Ainda que alguns pequenos e dispersos grupos pedissem a volta dos militares em ocasiões pontuais, a glorificação do regime partiu muito mais de Bolsonaro do que de seus apoiadores. Buscando defender os interesses da instituição e representá-los desde seu ingresso na política, Bolsonaro prometeu aos militares que eles seriam reconhecidos em seu governo e que, diferentemente do governo petista, em sua gestão as Forças Armadas voltariam a ser “altivas”. Em solenidades militares, onde sua presença era assídua, as restrições de direitos trabalhistas, os “péssimos salários” e a possibilidade de alteração na previdência militar cogitada por Michel Temer foram descritos como traições do governo aos defensores da pátria. Acrescidas de promessas de que “nós [militares] voltaremos ao poder”, as falas resultaram em massivo suporte à sua candidatura dentro das FA. Gradualmente, tanto militares da reserva quanto generais da ativa passaram a declarar abertamente seu apoio a Bolsonaro. Três deles viriam a compor o quadro diretivo de seu governo: o General Hamilton Mourão (Vice-presidente da República), o General Augusto Heleno (ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência), e o Tenente-Coronel Marcos C. Pontes (ministro da Ciência e Tecnologia). Complementadas por nomes de menor exposição midiática, as indicações confirmaram uma das promessas de campanha de Bolsonaro, de que metade de seus ministros seriam militares.

Há de se ponderar, no entanto que, se por um lado, o clamor popular pelo retorno dos militares ao poder foi manufaturado, por outro, essa construção discursiva não encontrou resistência entre os apoiadores, que sempre consentiram as investidas nesse sentido e paulatinamente passaram a expressar o desejo pelo “resgate dos valores do período militar”. Resultado de um processo de significação no qual as Forças Armadas foram associadas a ideias como a da defesa da honra (de morrer pela pátria), da união do povo brasileiro (de todas as origens), da soberania nacional (de proteção das fronteiras e da Amazônia), de dedicação ao povo (pelo trabalho prestado) e da hierarquia e disciplina como caminho para a ordem e o progresso (na

educação), as FA ocuparam um importante espaço moral no discurso bolsonarista, o qual muitas vezes é subavaliado nas análises que reforçam a influência da ala "ideológica" no bolsonarismo e ignoram o peso da ideologia expressa no discurso militar que o fenômeno resgata[62].

2.6 Educação, Família e Fé

Essa gramática dos valores na qual o discurso se esteia foi uma peça indispensável na subjetivação que ele promove no estabelecimento de conexões entre diferentes elementos. O investimento afetivo na projeção de um futuro a partir de fragmentos do passado - mais presente na memória do que na factualidade - organizou diferentes aspectos e dimensões através das quais os sentidos do bolsonarismo se assentaram. A assimilação entre a educação moral e cívica do período militar e a formação de "cidadãos dignos" por meio da rigidez, da tradição e da hierarquia, foi uma delas. De acordo com o discurso, a situação "desastrosa" do ensino brasileiro na atualidade resultaria diretamente de um projeto da esquerda para "manter os jovens na ignorância e doutriná-los".

Seguindo os pensamentos do autointitulado filósofo Olavo de Carvalho, o qual Bolsonaro chegou a cogitar em campanha para a pasta da Cultura, o bolsonarismo difundiu a noção de que as escolas e universidades brasileiras estariam tomadas pelo "marxismo cultural". De acordo com olavistas e bolsonaristas, o "projeto gramsciano" aplicado à educação pública brasileira estaria sendo levado adiante por meio das disciplinas de ciências humanas, dos livros escolares - selecionados cuidadosamente para ensinar, de forma sutil, que o capitalismo é deletério e o socialismo é desejável - e, principalmente, da atuação de professores militantes. Aproximando diferentes grupos que posteriormente convergiram para o bolsonarismo, a alegada "doutrinação comunista" foi usada como subterfúgio para estimular uma espécie de patrulha na educação. Mensagens incentivando que os alunos filmassem e denunciassem "professores doutrinadores" em sala de aula, projetos como o "Escola Sem Partido"[63]

[62] O peso da ideologia das Forças Armadas no bolsonarismo será abordado nos capítulos seguintes.
[63] O Escola Sem Partido se define como "uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior" (NAGIB, 2020). De acordo como o seu fundador, o advogado e procurador estadual Miguel Nagib, o ESP "foi criado para dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins ideológicos, políticos e partidários. E o modo de fazê-lo é divulgar o testemunho das vítimas, ou seja, dos próprios alunos" (NAGIB, 2020).

e investidas contra universidades públicas, que seriam “locais de balbúrdia onde imperam ideologias e drogas”, constituíram parte significativa do discurso.

Paralelamente, não faltaram exemplos de como as escolas militarizadas haviam se destacado pelos altos índices de aprovação em testes de nível nacional. Depoimentos emocionados de pais e de alunos validaram a solução de Bolsonaro para “curar o Brasil por meio da educação”: militarizar escolas em todas as capitais do país já no primeiro ano de mandato, designando generais de 4 estrelas para seu comando.

Se comprometendo a “reverter os estragos do PT”, que teria acabado com a autoridade dos professores, alterado o currículo escolar para dar prioridade a "ideologias, homoafetividade e socialismo”, “atrasado a educação brasileira com a pedagogia de Paulo Freire” e “sexualizado precocemente as crianças e as incentivado a serem gays através da ideologia de gênero”, Bolsonaro também prometeu investir massivamente no ensino básico e técnico, com foco nas áreas de exatas, para “formar pessoas úteis para a sociedade”. Algumas propostas pontuais que permearam suas falas inicialmente, como a promoção do ensino à distância e a desestatização da educação, que seria substituída pelo subsídio estatal na forma de *vouchers* para que alunos de escolas públicas pudessem estudar em escolas particulares de sua escolha, foram gradativamente abandonadas com a proximidade da disputa eleitoral. Em seu lugar, o incentivo ao investimento na ciência e tecnologia foi ganhando espaço.

Destacando particularmente o potencial de desenvolvimento existente na exploração de minerais como o nióbio e o grafeno como ponto de partida para o desenvolvimento científico brasileiro, Bolsonaro enalteceu repetidamente a qualidade das pesquisas realizadas em centros privados de ensino no Brasil e no exterior, nos quais, segundo ele, diferentemente das universidades públicas, “se pesquisa com qualidade e se capacita para o emprego”. O elogio às instituições educacionais militares e privadas pela sua orientação meritocrática condiz com a visão expressa numerosas vezes por Bolsonaro, de que a função da educação é “formar empreendedores ou empregados que atendam às demandas do mercado”. Ainda que a vinculação entre a educação e a economia detenha um espaço relevante no bolsonarismo, o caráter moral se sobressaiu.

Encarnando o papel de “irredutível defensor das crianças”, Bolsonaro aproximou seu discurso de audiências preocupadas com “os perigos dos projetos esquerdistas de destruição da família tradicional”, os quais estariam “levando à relativização da pedofilia” e “influenciando as crianças a serem gays”. Mirando especialmente em públicos conservadores, o deputado se empenhou em denunciar ações de promoção da tolerância que, conforme sua visão, nada mais seriam do que pretextos para gerar o desgaste dos valores familiares e da moral cristã. Dentre os muitos alvos das críticas bolsonaristas, figuraram com maior frequência as homenagens escolares que faziam uso de termos mais inclusivos, como cuidadores (que seria uma tentativa de apagar a importância da estrutura familiar ao não definir o dia dos pais e o dia das mães), a adoção de banheiros sem gênero definido (que deseducaria as crianças sobre as diferenças entre homens e mulheres) e até mesmo a lei da palmada[64] (que tiraria a autoridade dos pais). Todas estas “investidas da esquerda contra a família”, na qual incluem-se também a “defesa do aborto” e “o incentivo para que as crianças possam mudar de sexo”, teriam por objetivo último a reorganização da sociedade fora dos preceitos judaico-cristãos. Assim sendo, configurações de família que não se adequem a essas normas, são igualmente consideradas uma forma de deterioração das estruturas da nação.

O tom alarmista é complementado no discurso por uma linguagem messiânica através da qual Bolsonaro mobiliza sentidos caros ao eleitorado religioso. Buscando legitimar pelo argumento constitucional e bíblico sua contrariedade à união homoafetiva e ao reconhecimento de modelos de família que difiram da união entre homem e mulher, Bolsonaro sinalizou aos seus apoiadores - tendo em vista particularmente o eleitorado evangélico - que concorreria à Presidência “não por obsessão, mas por uma missão, dada pelo povo brasileiro e por Deus”. Usando analogias e passagens bíblicas de forma corriqueira, frisando sempre que possível a origem religiosa de seu nome do meio (Messias) e dividindo palanques com lideranças católicas e evangélicas, Bolsonaro foi categórico ao dizer que “o Estado pode ser laico, mas ele, assim como a maioria da população, é cristão”.

A aliança com a ala evangélica, já firmada na Câmara dos deputados, se fortaleceu no decorrer da campanha e chegou a contar com a filiação de Bolsonaro

[64] Lei nº 13.010/2014.

ao Partido Social Cristão, em 2016. Mais relevante do que sua filiação ao partido, no entanto, foi a aliança simbólica firmada com os evangélicos naquele ano, quando Bolsonaro, declaradamente católico, viajou para Israel e foi batizado pelo presidente do PSC, Pastor Everaldo, nas águas do Rio Jordão.

Figura 13 - Captura de tela de postagem sobre a visita a Israel e o batismo no Rio Jordão. Fonte: Bolsonaro, 2016.

A mensagem transmitida de diferentes formas ao longo da sua campanha não oficial e oficial foi clara: sua gestão estaria a serviço dos cristãos. Colocando-se sempre como um homem de família e, em diversas ocasiões, defendendo “a verdade da bíblia” e que “as Leis vêm de Deus”, Bolsonaro prometeu, dentre outras medidas, a nomeação de um ministro cristão ao STF e a criação de um Ministério da Família como mostras de seu comprometimento em “fazer um país decente sob a bandeira unificadora de Deus”. Afirmando-se católico e enfatizando às audiências evangélicas o fato de sua esposa, Michele Bolsonaro, ser membro da igreja Batista, Bolsonaro procurou construir uma aliança cristã entre diferentes religiões, mas o foco do discurso esteve fortemente direcionado para o voto evangélico.

É preciso destacar que o apoio religioso ao discurso bolsonarista não foi uníssono. Esbarrando em manifestações de líderes contrários aos seus

posicionamentos, sobretudo no concernente à pena de morte, o discurso operou uma ruptura interna na significação da fé e sua relação com a política: a dos padres “vermelhos” (de esquerda) e a dos padres “preocupados com o Brasil” (apoiadores). Trazendo em suas aparições públicas clérigos contrários ao estatuto do desarmamento e favoráveis até mesmo à pena de morte - sob o argumento de que o sentimento de justiça e reparação é superior à fé - Bolsonaro ressignificou as críticas e o não reconhecimento vindos de parte do campo religioso como eivadas pelo comunismo. Desta forma, críticas de religiosos aos seus posicionamentos não seriam condizentes, uma vez que estes estariam justapondo a ideologia de esquerda à doutrina cristã.

Conclamando sempre que a salvação do país seria “eleger alguém que tenha Deus no coração, o respeito à família e o amor à pátria para a cadeira presidencial”, também na significação da fé, Bolsonaro projetou suas falas de modo a desenhar um cenário no qual a opção dada ao eleitor não seria entre dois projetos de governo, mas sim entre duas visões de mundo e seus respectivos valores. De um lado, um candidato cristão que “resgataria o país com a ajuda de Deus”, de outro, um candidato marxista, que “defende o aborto, o casamento gay e a ideologia de gênero”. A estratégia foi bem-sucedida e levou a oposição a despender maior esforço de aproximação para se fazer ouvir pelos cristãos. As tentativas de Haddad de desfazer os rótulos atribuídos a ele e à sua vice, no entanto, não tiveram sucesso, e acabaram por render munição ao bolsonarismo, que os acusou de se fingirem cristãos para enganar os fiéis.

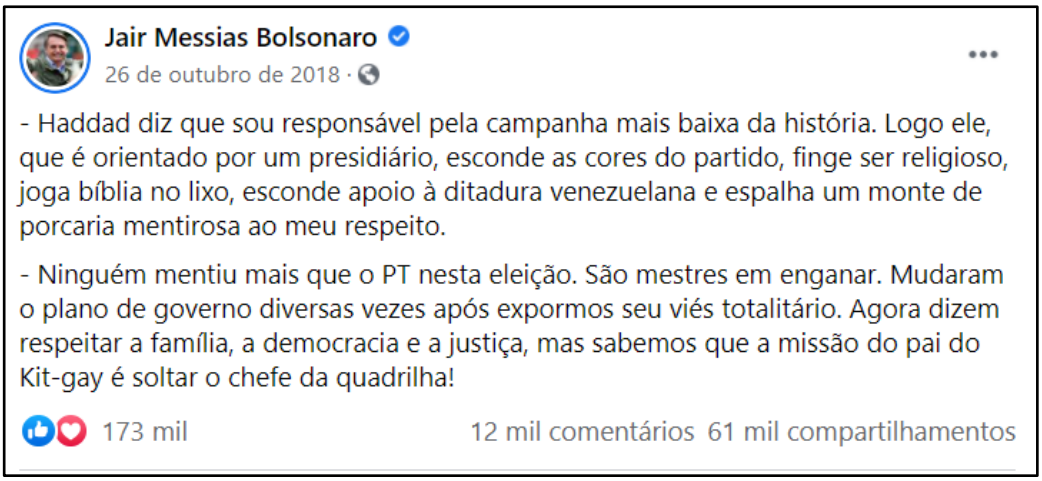


Figura 14 - Captura de tela de postagem de Bolsonaro acusando Haddad de enganar os fiéis. Fonte: BOLSONARO, 2018.

Tal qual em diferentes discursos da extrema direita observados em outras partes do mundo, no Brasil, as candidaturas de esquerda foram acusadas de representar interesses de ordem maior. Replicando muitas das teorias difundidas pela extrema-direita norte americana e europeia, o bolsonarismo importou as denúncias de que "o globalismo, a Nova Ordem Mundial e ateus como George Soros[65]", seriam os financiadores e reais beneficiários de projetos considerados destrutivos à cultura ocidental judaico-cristã. Acrescentando à lista um componente regional, o Foro de São Paulo, o verniz conspiratório aplicado nas alegações cobriu também uma das instituições vitais para a preservação da liberdade e da democracia representativa liberal nas sociedades contemporâneas: a imprensa.

2.7 Mídia, Eleições e Corrupção

Em 2016, Donald Trump aplicou em sua campanha eleitoral uma receita que seria replicada por vários outros candidatos mundo afora: a descredibilização da mídia tradicional e o uso massivo e sistemático de plataformas de redes sociais como principal canal de comunicação. Seguido fielmente por Bolsonaro, o método criado pelo estrategista de Trump, Steve Bannon[66], vai muito além do uso das plataformas digitais como meio de comunicação direta e contínua com o eleitorado, se encaixando em uma complexa trama na qual estão presentes elementos de negacionismo, criação e direcionamento de notícias falsas e incitação contra a credibilidade das instituições (NEMER, 2021). Acusando os veículos de comunicação em massa de serem subordinados aos interesses financeiros e ideológicos de terceiros, assim como fez o presidenciável estadunidense, Bolsonaro atacou reiteradamente a imprensa por "censurá-lo, distorcer suas declarações e inventar mentiras a seu respeito".

A exemplo do candidato republicano, o deputado também atribuiu um caráter elitista à mídia tradicional e, simultaneamente, de horizontalidade às redes sociais.

[65] Investidor e filantropo húngaro-estadunidense, fundador da Open Society Foundation. O nome do bilionário é constantemente referenciado pela extrema direita como um dos principais financiadores de organizações progressistas ao redor do mundo.

[66] Ex-estratego de Donald Trump, ex-presidente do site de extrema-direita *Breitbart News* e ex-dirigente da *Cambridge Analytica*, empresa de dados suspeita de atuar ilegalmente na campanha de Trump em 2016. O filho de Jair Bolsonaro, Eduardo, se encontrou em diferentes ocasiões com Bannon, e um dos encontros foi repostado por Bolsonaro em sua página: "Tive a prazer de conhecer hoje em Nova York Steve Bannon, estrategista da campanha presidencial de Donald J. Trump 2016. Ocasião em que tivemos uma excelente conversa e compartilhamos da mesma visão de mundo. O Sr. Bannon afirmou ser um entusiasta da campanha de Jair Bolsonaro e certamente estamos em contato para somar forças principalmente contra o marxismo cultural" (BOLSONARO, 05 de agosto de 2018).

Em convocatórias aos apoiadores para o engajamento digital e ao boicote da grande mídia, a promessa de que, da mesma forma que a eleição de Trump foi “uma resposta da sociedade americana contra a manipulação midiática das grandes corporações”, no Brasil, a “maioria silenciosa de cidadãos honestos e trabalhadores” também falaria mais alto do que “os canalhas” da elite intelectual, artística e midiática”. Entretanto, para que isso fosse possível, seria necessário “barrar as investidas petistas contra a liberdade de expressão”.

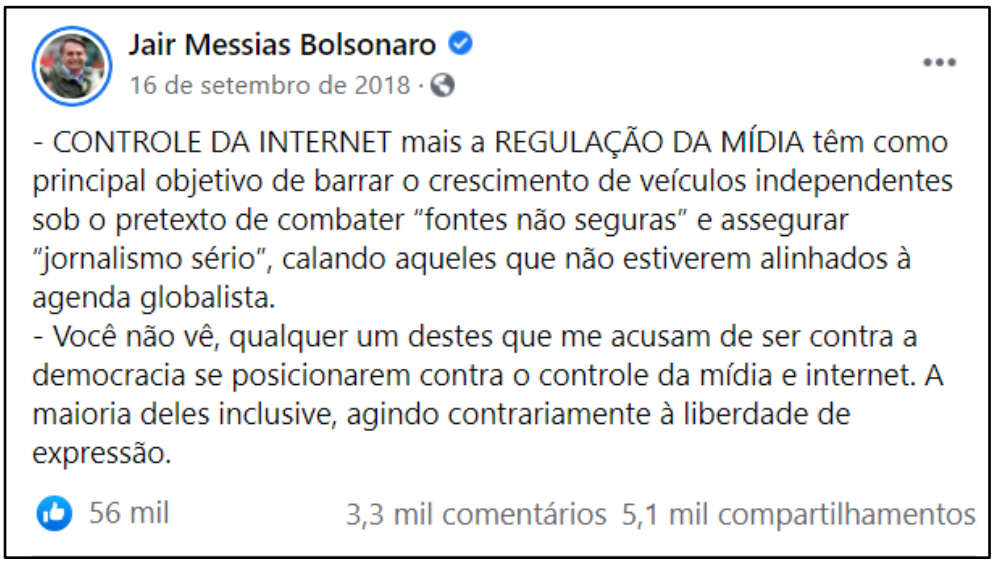


Figura 15 - Captura de tela de postagem sobre o controle da Internet e Regulação da Mídia. Fonte: BOLSONARO, 2018.

Classificando como censura a proposta do Marco Civil da Internet e defendendo a continuidade das *fake news,* Bolsonaro fundamentou a defesa da desregulamentação com base em dois argumentos principais: 1) de que o combate às *fake news* seria um pretexto para controle do discurso pela elite mundial; e 2) que a liberdade de expressão proporcionada por plataformas como o Facebook seria importante para o fortalecimento da democracia. Posando como o elo fraco de uma disputa contra os “poderosos”, Bolsonaro enquadrou a temática em uma perspectiva de embate e sustentou que as mídias online eram um espaço para que as pessoas o conhecessem como ele realmente é, “sem as calúnias e manipulações da extrema imprensa”. A ótica empregada foi um dos propulsores para a campanha digital promovida pelos apoiadores nas redes sociais, estimulados pelos apelos de Bolsonaro ao engajamento nestes espaços, que seria decisivo nas eleições de 2018.

Devido a matérias nas quais faziam denúncias sobre fortes indícios da participação de Bolsonaro e de sua família em esquemas de corrupção e também de sua postura desrespeitosa com as minorias, alguns veículos de comunicação passaram a ser particularmente atacados. Dentre eles, o Grupo Globo e a Folha de São Paulo foram os alvos principais, acusados de "inventar mentiras a seu respeito por receberem verba do governo petista", de "apoiarem candidatos do PSDB e do MDB" e, no caso da rede Globo, de "deseducar crianças e jovens com suas novelas, retratando homossexuais como pessoas bem-sucedidas", além de "distorcer a história sobre o regime militar". Os jornalistas por trás das matérias foram igualmente destratados de diferentes formas.

Apesar de suas críticas persistentes às grandes emissoras de televisão e rádio, Bolsonaro sabia da importância de cada espaço na TV aberta para conectar-se com o público, e os aproveitou. Programas de auditório, entrevistas exclusivas e quadros nos quais humoristas faziam imitações de suas falas foram explorados ao máximo em sua campanha. Com a aproximação das eleições e a confirmação de Bolsonaro como candidato à Presidência, algumas emissoras, na figura de seus jornalistas[67], manifestaram simpatia pelo candidato e abriram canais para a propagação do discurso bolsonarista. Estes, por não repercutirem as denúncias direcionadas a Bolsonaro e sua família, foram considerados sérios e isentos, e tiveram suas opiniões e análises conjunturais seguidamente compartilhadas por Bolsonaro.

Além disso, muitas vezes, Bolsonaro concedeu entrevistas para os mesmos veículos de imprensa que chamou de "*fake news*", como a Folha de São Paulo, o Estadão e o Jornal O Globo. Sempre sob a condição de poder gravá-las para "garantir que não haveria distorção de suas declarações", as conversas com os repórteres desses jornais foram reproduzidas nas plataformas digitais acompanhadas de "lembretes" sobre os mesmos não serem de confiança. Imprimindo um caráter desonesto à imprensa sempre que sua imagem era de alguma forma atingida pelo enquadramento editorial, Bolsonaro convocou seus apoiadores a buscarem por informações em seus canais online, onde encontrariam "a verdade sobre os fatos".

[67] A lista completa de jornalistas, celebridades e influenciadores que declararam abertamente apoio à candidatura de Bolsonaro em 2018 consta no Apêndice. Declarações de apoio feitas antes do anúncio oficial de campanha não foram incluídas.

Lógica semelhante foi aplicada ao posicionamento no discurso sobre as pesquisas eleitorais. Inicialmente, foram constantes as críticas às mesmas por não incluírem seu nome dentre os presidenciáveis, o que seria uma das tantas tentativas de sabotá-lo. Após chamados aos apoiadores a pressionar os institutos de pesquisa para sua inclusão e, já sendo considerado como pré-candidato, Bolsonaro descredibilizou os resultados, alegando que as pesquisas não eram confiáveis, pois "atendiam a interesses específicos", e que "a verdadeira pesquisas é a das ruas", onde seu favoritismo seria evidente. Favoritismo este que, conforme o discurso, não poderia resultar em nada diferente da vitória em primeiro turno.

Usando as manifestações de apoio por todo o país como prova cabal de sua ampla vantagem, o candidato deu início ao que chamou de "uma guerra na internet pela obrigatoriedade do voto impresso", pois, segundo ele, sua derrota só aconteceria se houvesse fraude. Mobilizando sentimentos de insegurança e incerteza sobre a continuidade democrática, Bolsonaro questionou a lisura do processo eleitoral por meio da urna eletrônica, a qual afirmava só ser usada no Brasil e na Venezuela, o que seria um alerta da estratégia do PT para "se manter no poder a qualquer custo". A incitação aos apoiadores pela causa, no entanto, ia além da verificabilidade dos votos e da confiança no processo de escolha dos representantes: ela insuflou a contestação de toda uma estrutura institucional, acusada de ter sido aparelhada pelo PT e de agir em causa própria.

Como frisado, o discurso sofreu alterações pontuais ao longo do período de campanha, sobretudo em resposta às ofensivas da oposição. Todavia, a distinção entre o discurso pré-eleitoral e eleitoral não é tão delimitada assim. Bolsonaro se posicionava como um candidato desde antes de 2015, e seu discurso foi, desde o início, eleitoral. As viagens pelo país, as alianças, os públicos aos quais direcionava sua atenção, os temas nos quais focava e toda a construção da imagem política tiveram início anos antes. Já em 2015, Bolsonaro fazia menções ao seu objetivo de concorrer à presidência, ainda que sempre tomando o cuidado de não se declarar candidato, temendo incorrer em penalizações por fazer campanha antecipada. Sempre buscando elevar a própria imagem como a de "um homem honesto cuja preocupação não eram as eleições, mas o futuro do Brasil", e jogando com seu posicionamento polêmico como uma forma de provar isso, Bolsonaro se esforçou

fervorosamente em distanciar sua identidade da classe política. Rechaçando “o sistema” e se apresentando como uma figura independente, incorporou “a verdade como sua arma” e se definiu como uma oposição genuína “contra a corrupção e contra o projeto de poder da esquerda”.

Essa reivindicação de “verdadeira oposição”, no entanto, exigiu mais do que apenas contrapor-se às políticas e ideais do PT, da esquerda e da elite política. A demarcação da fronteira bolsonarista, neste sentido, requereu que os outros candidatos e partidos de oposição fossem igualmente apresentados como defensores das mesmas ideias e pertencentes ao mesmo grupo. Sendo o partido cuja polarização com o PT havia dominado o cenário político por mais de duas décadas, o PSDB foi um dos principais alvos dessa investida, constantemente apontado como “coirmão do PT” e como sendo igualmente membro do Foro de São Paulo. Conforme o desempenho de outros candidatos evoluiu nas pesquisas, como foi o caso de Marina Silva (Rede/AC) e de Ciro Gomes (PDT/CE), estes também entraram na mira sob imputações muito similares.

Afirmando que “todos os outros candidatos dos partidos tradicionais têm comprometimento com os ideais da esquerda”, o bolsonarismo abusou dos símbolos e da linguagem patriótica, reivindicando a bandeira brasileira como sua, em oposição às bandeiras “da esquerda”. As redes sociais foram uma importante ferramenta nessa construção simbólica. Permitindo uma campanha constante e propiciando um ambiente de contato direto entre representantes e representados, as plataformas de redes sociais facilitaram que Bolsonaro construísse ao longo dos anos uma imagem de si mesmo como um homem, simples, incorruptível, pulso firme, preocupado com os valores cristãos e com o futuro da nação. Essa figura foi reforçada no compartilhamento de sua rotina “fora da política”, na qual os momentos do dia a dia com a família, assistindo a partidas de futebol e pescando eram trazidos para equilibrar o tom do conteúdo propagado, assim como para fortalecer a interação com os seguidores. Gradualmente, os sentidos abarcados foram amplificados e viabilizaram a identificação de diferentes perfis de eleitores com o discurso. O forte apelo de suas falas aos diferentes grupos que se sentiram de alguma forma prejudicados pelos governos anteriores e pela classe política de modo geral, engendrou uma espécie de ressentimento compartilhado, sempre expresso nas

diversas manifestações de apoio destinadas ao candidato. Nestas, o caráter voluntário do apoio e o fato de que a campanha “sem dinheiro” provaria ao sistema a força do povo era sempre salientado.

A ênfase sobre a espontaneidade das demonstrações de suporte à candidatura tinha uma razão. No constante traçar de linhas imaginárias do discurso, os petistas foram reiteradamente caracterizados como “vagabundos” que receberiam dinheiro público em troca de seu apoio ao partido. Já os apoiadores de Bolsonaro, em contrapartida, estariam ao seu lado por identificar a verdade em suas falas. Nas declarações que recebia em forma de vídeos, postagens e de participação em suas aparições públicas, pessoas comuns e celebridades enalteceram a identificação com o deputado por sua “sinceridade e coragem ao enfrentar a classe política” e por sua postura de “não ceder ao politicamente correto para ganhar votos”. Muitas das celebridades que afirmaram publicamente o apoio ao candidato, inclusive, utilizaram de suas próprias bases digitais para gerar engajamento. Dentre estes, jogadores de futebol, músicos da cena sertaneja e gospel, youtubers e influencers foram os principais impulsionadores do bolsonarismo no espaço digital, replicando seus posicionamentos para milhões de seguidores em suas próprias páginas.

Para além de ser engrandecida como uma a qualidade pessoal, a autenticidade atribuída a Bolsonaro - muitas vezes em virtude de suas falas polêmicas - foi também significada de modo a compensar a falta de uma plataforma clara em sua campanha. Afirmando que “planos de governo são mentiras criadas por marqueteiros dos grandes partidos” e que apesar de não ter um plano e não dominar todos os assuntos sobre os quais era questionado, buscaria pessoas que entendem dos temas para encontrar soluções, Bolsonaro vinculou sua “simplicidade” a uma forma de representação pela qual imprimiu um caráter popular à sua candidatura: Ele, assim como a maioria das pessoas, não possuía o conhecimento técnico, mas teria a “retidão moral” necessária para “mudar o Brasil” comandando pessoas qualificadas, ideologicamente alinhadas e de confiança.

Declarando ter o povo ao seu lado e que “o que falta ao Brasil são homens preocupados com o país e não consigo próprio”, suas falas exaltaram ainda a necessidade de que seus apoiadores elegessem também deputados e senadores alinhados aos seus pensamentos para garantir a governabilidade de seu mandato.

Majoritariamente defendendo as bandeiras “do resgate dos valores familiares, do patriotismo e do legí-timo direito à defesa”, candidatos aos cargos de deputados e senadores bolsonaristas embarcaram na missão de “endireitar o Brasil” e seguiram à risca a cartilha de vilanização da esquerda e da exaltação do patriotismo. Com chamados ao “resgate do orgulho de sermos brasileiros” e captura dos símbolos nacionais - especialmente da bandeira e suas cores - o bolsonarismo introjetou um arquétipo de patriotismo com claras inspirações no ideário estadunidense. Recorrendo a uma construção de imaginário na qual os valores patrióticos seriam determinantes para a prosperidade material, o discurso se projetou como a saída à “derrocada ética” na qual o Brasil se encontraria. Como as eleições viriam a mostrar, o projeto “direita volver” foi exitoso, e uma leva de candidatos até então desconhecidos conquistaram seu primeiro mandato legislativo em virtude da associação de seus nomes ao bolsonarismo, conferindo ao partido de Bolsonaro, o PSL, a segunda maior bancada no Congresso nas eleições de 2018.

Essa vanglória direitista, relativamente recente no cenário político brasileiro pós-redemocratização, é um fenômeno anterior e constitutivo do bolsonarismo. Como o decorrer do tempo revelou, parte expressiva da teia de significados que constituem a *persona* bolsonarista foi forjada na simbiose entre os movimentos de direita que ganharam força no Brasil a partir de 2014. Tendo como um dos principais elementos retóricos a luta contra a corrupção, os protestos que pediam pelo *impeachment* da ex-Presidenta Dilma Rousseff (2015 e 2016) tiveram entre seus organizadores diferentes grupos[68], os quais, se opondo obstinadamente contra o Partido dos Trabalhadores, serviram como um importante agregador de descontentes. Mobilizando uma série de significados em torno dos quais a identidade daquela que (à época) passou a ser chamada de “nova direita” se construiu temporariamente, o significante “anticorrupção” ocupou um lugar privilegiado no discurso oposicionista, superando potenciais barreiras interpostas por polos ideológicos ou partidários.

Enquanto muitos dos posicionamentos de Bolsonaro encontravam ressonância apenas em grupos específicos, fosse por aprovação de suas condutas mais extremadas ou por alinhamento com as causas dos militares que pautaram sua

[68] Dentre estes, destacam-se os movimentos “Vem pra Rua (MVR)”, “Endireita Brasil (MEB)”, “Movimento Brasil Livre (MBL)” e o “Revoltados Online (ROL)” (BARON, 2018, 2019).

carreira legislativa por quase trinta anos, a cruzada deflagrada contra a corrupção da classe política trouxe uma nova possibilidade. Impulsionado em grande parte por uma cobertura midiática que reforçou a associação entre os significantes da corrupção ao domínio do Estado e particularmente ao partido no poder (PT) à época da divulgação de vários escândalos, a miríade de sentidos abrigada no significante anticorrupção possibilitou que este emergisse como o denominador comum da indignação popular. Apelando, sobretudo, para a percepção moral frente a situação política e econômica com a qual o país se defrontava, o gradual descontentamento da população com a classe política exacerbou a necessidade dos atores de se perfilar no lado "certo" da disputa. Disputa essa que se apresentava como dicotômica entre "os corruptos auto-interessados e seus defensores" *versus* "os brasileiros honestos preocupados com o bem do país".

Ainda que sustentasse uma retórica *anti-establishment,* as manifestações promovidas pelos grupos de oposição abriram espaço para diferentes atores, que incorporaram às suas plataformas algumas das bandeiras dos protestos. Conforme o bifurcamento ideológico foi se alargando e passou a ditar os rumos da disputa que se desenhava para 2018, os significantes centrais do discurso oposicionista foram sendo apensados por determinadas figuras políticas, e Bolsonaro foi uma delas. À época filiado ao Partido Progressistas (PP)[69] - sigla com o maior número de investigados pela Operação Lava-Jato - Bolsonaro concentrou parte de seu discurso ao desatrelamento de sua imagem da do partido. Alegando frequentemente que os adversários tentavam usar o envolvimento do PP em esquemas de corrupção para atacá-lo e reforçando incansavelmente que não teria recebido nenhuma propina, Bolsonaro usou como principal argumento de sua incorruptibilidade o fato de ter devolvido um cheque no valor de duzentos mil reais proveniente de doação de Joesley Batista e Wesley Batista[70] durante a campanha eleitoral de 2014. Como prova maior de sua idoneidade, reiterou ainda que o valor havia sido depositado em sua conta através do seu partido sem que ele tivesse conhecimento da origem, mas que tão logo

[69] Filiações partidárias de Jair Bolsonaro: Partido Democrata Cristão (PDC), 1989-1993; 1993; Partido Progressista Reformador (PPR), 1993-1995; Partido Progressista Brasileiro (PPB), 1995-2003; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), 2003-2005; Partido da Frente Liberal (PFL), 2005; Partido Progressista (PP), 2005-2016; Partido Social Cristão (PSC), 2016-2018; PSL, 2018- 2019; Partido Liberal (PL), 2021. Desde sua desfiliação do PSL, Bolsonaro tentou criar a própria legenda, o Aliança Pelo Brasil, mas não obteve o número de assinaturas necessárias para tanto. Após 2 anos sem filiação partidária, em novembro de 2021 Bolsonaro assinou sua adesão ao PL para concorrer à reeleição, em 2022.

[70] Sócios majoritários e administradores das empresas do Grupo JBS.

fora informado sobre a proveniência do dinheiro, solicitou a devolução do montante ao PP. Quando pressionado em entrevistas sobre ter recebido posteriormente o mesmo valor em depósito feito pelo partido, o candidato alegou que, desta vez, o valor provinha do Fundo Partidário, ao qual tinha direito.

Este argumento seguiu sendo repercutido e foi trazido à tona sempre que desejava demarcar uma linha entre ele e o *establishment* e posar como vítima de calúnias infundadas da oposição para corromper sua imagem e por "medo de enfrentá-lo nas urnas". Para reforçar este argumento, por várias vezes reproduziu em sua página um trecho de um vídeo no qual o ex-Ministro do STF, Joaquim Barbosa, o citaria como sendo "o único deputado da base aliada que não foi comprado pelo PT"[71]. Além da fala de Barbosa, o qual contava com grande aprovação popular e era cotado como possível candidato à Presidência da República para as eleições de 2018, Bolsonaro passou a usar como prova de sua retidão declarações do doleiro Alberto Youssef[72], que teria dito que Bolsonaro não recebeu propina; de Delcídio do Amaral, cuja declaração à Revista VEJA confirmaria seu não envolvimento na "Lista de Furnas"; e até mesmo uma fala do traficante Fernandinho Beira-Mar, que em trecho de vídeo replicado várias vezes por Bolsonaro afirma conhecer o deputado de longa data, ser ciente de seus posicionamentos e saber que ele "não tinha rabo preso com ninguém".

Ainda que reconhecendo de forma muito discreta e em poucas ocasiões o envolvimento de seu partido nos esquemas de corrupção investigados, essa não foi a razão de sua desfiliação do PP. Sua intenção de afastamento do partido, o qual representava desde 2005[73], havia sido anunciada já em 2015, na convenção nacional da legenda, sob a justificativa de falta de espaço para a realização de seu sonho de disputar o cargo de presidente da República pela legenda. Imputações criminais tampouco foram motivo de recriminação para a aproximação com deputados denunciados por envolvimento em esquemas de corrupção, como Roberto Jefferson

[71] Joaquim Barbosa desmentiu a alegação. o que o ex-magistrado e fato afirma no trecho veiculado de forma descontextualizada é que Bolsonaro havia sido o único deputado da base aliada a não votar com o governo (PODER 360, 2018).
[72] Empresário e doleiro cujo acordo de delação premiada (fechado em 24 de setembro de 2014, com base na lei 12.850/2013) viria a incriminar políticos, empresários e agentes públicos envolvidos em esquemas de corrupção na Petrobras.
[73] A ligação entre Bolsonaro e o partido, no entanto, é anterior, uma vez que a legenda que Bolsonaro representou desde 1995, PPB, formou a base do PP - atualmente Progressistas.

(PTB/RJ) e Eduardo Cunha (MDB/RJ). Quando questionado sobre as parcerias, o argumento de Bolsonaro foi o de que “em combate não se escolhem aliados”, justificando a necessidade destes nomes para que fossem desvendados e punidos os crimes de corrupção cometidos pelo PT.

Pegando carona ainda na forte adesão da população à operação Lava Jato e adicionando a continuidade das investigações à sua lista de promessas, o presidenciável empreendeu sucessivas tentativas de associar seu nome também ao do ex-magistrado Sérgio Moro[74], cuja popularidade disparou a partir do desdobramento midiático do caso, que lhe conferiu protagonismo. Tal como Barbosa, Moro era considerado por muitos brasileiros um símbolo da luta contra a corrupção política, e passou a figurar em pesquisas de intenção de voto como um potencial candidato ao Executivo nacional[75], em um cenário no qual a rejeição à classe política se mostrava crescente. Tentando se posicionar como um *outsider*, Bolsonaro passou a acentuar em suas falas expressões nas quais destacava que “os grandes partidos são o Sistema” ou que “a política virou um grande negócio*”.* Explorando a imagem de “político que não se vende” como o traço principal a ser exaltado em sua *persona* e que permearia sua campanha, defendeu que “o toma lá dá cá tem que deixar de existir” e que *“*lotear cargos para partidos políticos não é governabilidade”, em referência às medidas adotadas pelos governos anteriores como forma de garantir a aprovação de propostas junto ao Poder Legislativo por meio da liberação de emendas parlamentares e da nomeação de indicados dos partidos para cargos diretivos.

A partir de 2017, as menções à corrupção da Câmara dos Deputados passaram a ocupar mais espaço em suas falas e a crítica às indicações políticas foram cada vez mais frequentes. No repertório, tornaram-se mais constantes as afirmações sobre a ineficiência do Estado em atender as necessidades dos cidadãos resultar da corrupção e de que a corrupção prejudica o empresariado brasileiro por gerar desconfiança nos investidores estrangeiros. Igualmente, tiveram destaque

[74] Moro e Bolsonaro se aproximaram em 2018 e o juiz foi nomeado como ministro da Justiça e Segurança Pública, cargo no qual permaneceu até abril de 2020. Em 2021, a Segunda Turma do STF decidiu que o então magistrado agiu com motivação política na condução do processo do ex-presidente Lula na 13ª Vara Federal de Curitiba (PR), considerando-o parcial.

[75] Em fevereiro de 2017, Moro contava com 65% de aprovação popular (Barômetro Político IPSOS, 2017).

posicionamentos favoráveis ao impeachment de Michel Temer e contrários à proposta de votos em lista fechada [76], pois estas “só reelegeriam políticos corruptos”.

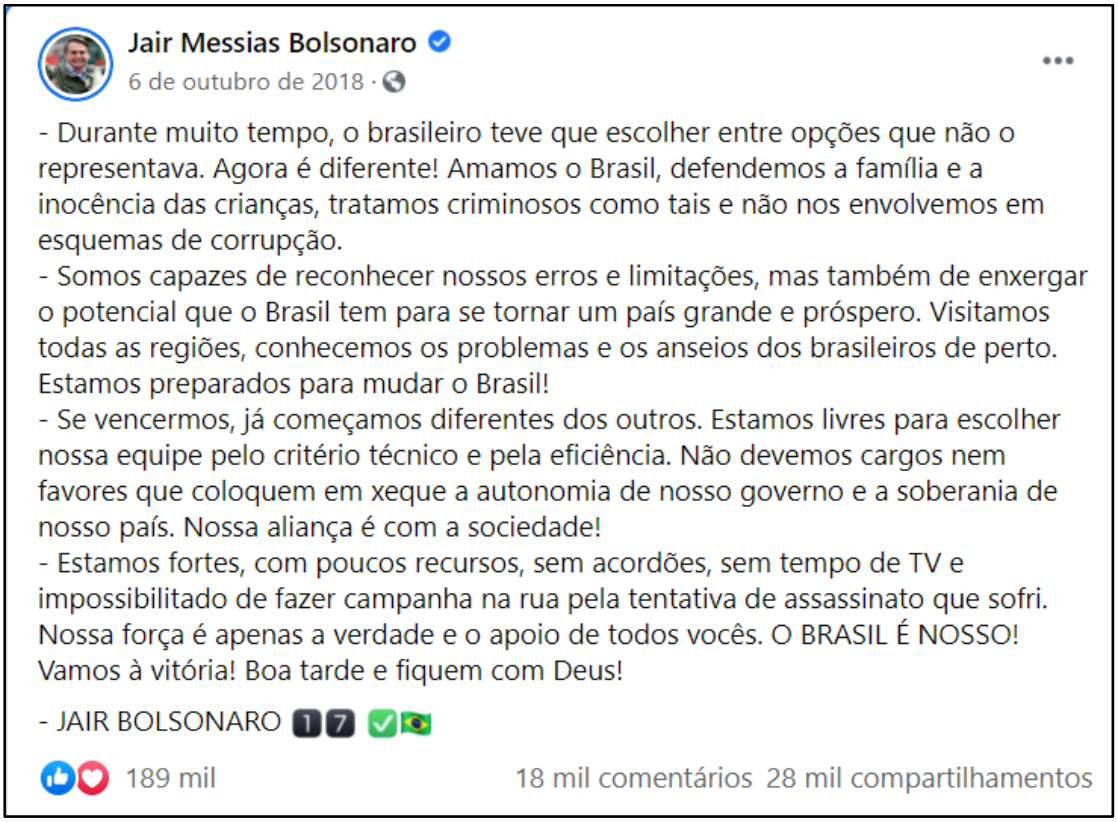


Figura 16 - Captura de tela de postagem de Bolsonaro se apresentando como um *outsider.*
Fonte: BOLSONARO, 2018.

Em suas falas ao público durante suas constantes viagens pelo Brasil, nas quais era recebido por multidões que o carregavam nos braços e o chamavam de “mito”, tornou-se praxe um coro com apoiadores, nos quais puxava do alto de um carro de som a pergunta: “- podem me chamar de tudo, só não podem me chamar de…?”, ao que o público respondia em uníssono: “corrupto!”. A crítica incessante à classe política e a afirmação de que não faria alianças suscitou cada vez mais o questionamento sobre a sua viabilidade de governar o país sem ter uma base aliada no Congresso, ao que Bolsonaro respondia com afirmações como: “no Brasil governabilidade e corrupção se confundem”, e de que “a velha forma de fazer política não teria mais espaço em seu governo”. Prometendo “quebrar o sistema”, Bolsonaro assegurava ainda que “seus inimigos são os corruptos” e que não precisaria fazer

[76] PL 4636/2009.

acordos com o “Centrão”[77] - por ele definido como “a nata da corrupção” - pois teria a independência necessária para governar o país sem corrupção, e o faria pelo exemplo. Segundo ele, sua governabilidade seria orgânica: com o apoio das bancadas e do povo.

O combate à corrupção foi apresentado no discurso também como uma condição garantidora da democracia, principalmente durante o período oficial de campanha eleitoral. Mobilizando o medo de que a eleição do PT poria fim à Lava Jato e restauraria os escandalosos esquemas como o do mensalão[78], Bolsonaro prometeu combater a corrupção como forma de arrecadar verbas para conclusão de obras paradas no país e para a criação de um 13° salário para o Bolsa Família, que “sem a roubalheira, poderia ser reduzido para apenas ⅓ dos beneficiários”. Para além do medo, estas afirmações mobilizaram também sentimentos de esperança e identificação em muitos eleitores não inicialmente alinhados a ele.

O autodeterminado papel de inimigo dos corruptos ganhou ainda mais respaldo entre os brasileiros quando Bolsonaro foi vítima de uma facada durante um ato de campanha, fato que gerou grande comoção não apenas entre apoiadores e simpatizantes, mas também entre as pessoas que não tinham uma opção eleitoral bem definida até o momento[79]. Além de suscitar empatia, o atentado requereu que os demais candidatos revissem suas estratégias e suspendessem temporariamente os ataques, oportunidade não desperdiçada pela equipe de Bolsonaro. Enquanto a opção dos candidatos opositores foi a de evitar ao máximo atacar um concorrente que lutava pela própria vida, do lado de Bolsonaro, não demorou para que o ocorrido fosse politizado de forma explícita, com nomeação de inimigos e suas razões para o ato. Empregando sempre uma retórica de fé, Bolsonaro fez várias declarações nas quais afirmou que o atentado havia sido cometido por um ex-filiado do PSol (ao qual ele

[77] Nome atribuído a um conjunto de partidos políticos cuja orientação ideológica é suplantada pelo objetivo de garantir a proximidade com o Poder Executivo.

[78] Nome criado pela mídia e popularmente difundido para referir-se à ação penal n° 470, movida pelo Ministério Público Federal, contra diversos acusados pela suposta prática de esquema a envolver crimes de peculato, lavagem de dinheiro, corrupção ativa, gestão fraudulenta e outras fraudes em troca de votos favoráveis ao governo no Congresso.

[79] Pesquisa IBOPE realizada entre os dias 08 e 10 de setembro de 2018 registraram aumento de 6 pontos percentuais na popularidade de Bolsonaro em relação à pesquisa anterior, de 04 de setembro de 2018.

sempre se referia como “ala auxiliar do PT”) e que “os corruptos têm interesse na sua morte, pois ele representa uma ameaça aos corruptos do Brasil”.

Embora seja difícil mensurar o quanto que a imagem heroico-messiânica reforçada durante a campanha pela sobrevivência à facada de fato interferiu no desempenho de Bolsonaro nas eleições - em um cenário no qual ele já ocupava o primeiro lugar nas pesquisas após a substituição do candidato petista - não há dúvidas de que a dinâmica das eleições foi afetada. Antes do início da série de debates tradicionalmente promovida por diferentes emissoras de rádio e televisão ao longo do período de campanha eleitoral, Bolsonaro garantiu que “não fugiria dos debates”. Todavia, essa foi uma promessa que não se confirmou. Logo de início, em sua primeira participação, Bolsonaro foi duramente confrontado por todos os demais candidatos ao executivo nacional, e seu desempenho foi bastante limitado. Repetindo as acusações e bordões que habitualmente empregara com seu público, o candidato não conseguiu responder de forma satisfatória aos questionamentos relativos ao seu plano de governo e nem apresentar propostas viáveis para os problemas levantados. Ciente de que estes espaços não lhe garantiriam a capilaridade necessária e que poderiam, pelo contrário, prejudicar sua imagem com o público já simpatizante, Bolsonaro decidiu que não mais participaria da dinâmica, optando por focar nos atos de campanha junto a seus apoiadores.

A ausência[80] de Bolsonaro foi um prato cheio para os demais postulantes, que cobravam sua presença como um sinal de respeito aos eleitores e às normas democráticas. O evento da facada, no entanto, reverteu a lógica. A cobrança pela presença de Bolsonaro nos debates passou a ser significada por parte do público como falta de humanidade dos oponentes, que estariam tirando proveito da fragilidade de seu estado clínico. Mesmo participando de entrevistas, encontros com apoiadores e promovendo *lives* diárias em sua página no Facebook, após a alta hospitalar, Bolsonaro não participou de nenhum debate proposto, sob a justificativa de que sua junta médica o havia proibido. Conduzindo a reta final de sua campanha majoritariamente através das redes sociais, Bolsonaro manteve a conveniência de um

[80] Bolsonaro participou apenas dos dois primeiros debates durante a campanha de 2018, um promovido pela Band e outro pela RedeTV.

espaço unilateral e sem possibilidade de confrontamentos tanto às suas propostas quanto aos ataques deferidos aos adversários.

Mantendo a linha apresentada ao longo de todo o período, nas *lives*, as falas de Bolsonaro se concentraram na culpabilização dos inimigos: a esquerda e o Partido dos Trabalhadores. Apelos aos nordestinos, às mulheres, à comunidade surda e ataques ao "sistema" também tiveram relevância, dividindo espaço com vídeos e fotos de apoiadores em tom de comoção pelo atentado sofrido. Acusações de que a esquerda estaria por trás do atentado igualmente reforçaram a já muito explorada associação entre a corrupção e o PT. Trazendo acusações ligadas ao mensalão e a supostos empréstimos feitos a outros países por meio do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) "para financiar ditaduras com o dinheiro do povo brasileiro", Bolsonaro associou as práticas de corrupção apensadas à imagem do partido a um "projeto de poder" da esquerda. Com denúncias sobre a intenção do partido de "comunizar o Brasil" e dos "métodos" usados para isso, a retórica quase épica do bolsonarismo sustentou a urgência de "salvar o Brasil da ameaça vermelha", o que só seria possível com a aniquilação do PT, pois somente assim seria possível pôr fim à "questão ideológica", por ele considerada "mais grave até mesmo do que a corrupção".

2.8 Esquerda e PT

Como a explicação dos significantes anteriores mostrou até aqui, "esquerda" e "PT" ocupam lugar central no discurso bolsonarista e são constituídos por sentidos muito próximos, de modo que, por vezes, a linha distintiva entre eles é bastante turva. Ainda assim, a diferenciação entre ambos se faz necessária para o estabelecimento do corte antagônico operado pelo discurso bolsonarista. Enquanto a esquerda, de forma mais ampla e representada por diferentes personagens, permeou o discurso como uma força quase abstrata a ser destruída, o lugar de poder institucional a ser combatido no Bolsonarismo foi destinado ao PT. Tendo ocupado o poder por mais de uma década, o maior partido de massas da América Latina foi o principal depositário dos sentidos que representaram o "inimigo" no discurso. Fosse na figura de Dilma, Lula, Haddad ou qualquer outro nome de destaque do partido, o PT foi significado como a raiz de todos os males sociais, morais e econômicos do país, um mal cuja

existência representa uma ameaça e a impossibilidade de construção do projeto de sociedade almejado pelo bolsonarismo e aqueles que nele se viam representados.

Em linhas gerais, quando se refere à esquerda, o discurso diz respeito a um projeto mais amplo de dominação, o qual se concretizaria por meio da “destruição da liberdade e da propriedade privada”, “do aparelhamento do Estado”, do incentivo ao “descrédito das instituições religiosas” e do paulatino “desgaste dos valores familiares”. Todos estes “projetos” confluiriam para o objetivo final de “estabelecer um regime comunista global”, e estariam sendo implementados no Brasil por meio da atuação de movimentos sociais e dos partidos de esquerda. Assim, grupos sociais, políticas de combate à desigualdade social, de inclusão, e quaisquer projetos de cunho progressista teriam por finalidade, primeiro, a dominação cultural da população - o que se daria pela destruição das referências judaico-cristãs na cultura ocidental - e, posteriormente, a eliminação da propriedade privada e da liberdade individual.

Partindo dessa perspectiva, um dos elementos mais presentes no discurso bolsonarista sobre a esquerda foi a condenação do “marxismo cultural”, que seria promovido nas escolas e universidades, pela mídia, assim como pela classe artística e intelectual, por meio de difusas “tentativas de dividir a sociedade colocando gays contra héteros, mulheres contra homens, brancos contra negros, sulistas contra nordestinos, pais contra filhos…e assim por diante”. Conforme Bolsonaro, esse seria “o verdadeiro discurso de ódio”, e as pessoas que a ele aderem não passariam de “massa de manobra” da esquerda. Por isso, ataques às propostas de combate à homofobia, às ações afirmativas e até mesmo às políticas de redistribuição de renda se justificariam, pois seriam alertas aos cidadãos sobre os perigos subjacentes a tais iniciativas no longo prazo.

Outro instrumento da esquerda e do PT para a dominação do país seria o Programa Mais Médicos, através do qual “milhares de agentes cubanos infiltrados no país” estariam, “a serviço de Cuba e do socialismo, doutrinando as pessoas mais pobres”. Segundo Bolsonaro, que frequentemente questionou a formação dos médicos cubanos, chamando-os de “guerrilheiros fantasiados de médicos”, o programa seria, da mesma forma que outras políticas petistas, uma maneira de “financiar a ditadura comunista e o Foro de São Paulo com o dinheiro dos trabalhadores brasileiros”. Afirmações similares foram feitas com relação ao Bolsa-

família, que seria um projeto injusto com o empresariado brasileiro, “que paga seus impostos e gera recursos”, os quais seriam direcionados para a criação de “programas assistencialistas com fins eleitoreiros”.

Um aspecto que chama a atenção nos diferentes argumentos apresentados é a interpretação de que os mais pobres seriam as principais vítimas das investidas da esquerda e do PT. Seja na denúncia sobre a doutrinação nas escolas públicas, sobre os médicos cubanos, ou em alegações de que o Bolsa-Família seria uma política para promover o voto de cabresto, suas asserções sempre colocam os mais pobres como necessariamente suscetíveis aos artifícios da esquerda. Desta forma, novamente, a distinção moral é aplicada. Os mais desfavorecidos, por serem “menos instruídos e sagazes”, uma vez cooptados pela esquerda e pelo PT, seriam vítimas de um partido que não defende seus interesses, mas os de um grupo ideológico específico. Enquanto isso, seus seguidores, por serem “mais informados”, estariam conscientes dos reais propósitos por trás dos projetos petistas e, por isso, deveriam difundir a verdade.

Durante o segundo turno da campanha eleitoral, a convocação aos seus seguidores para atentarem às falsas promessas do PT e divulgarem “a verdade” entre seus contatos indecisos foi diária. Com alertas sobre Haddad ser um “inimigo da família” e o responsável por criar o “kit gay” para que “o filho do pobre aprendesse sexo na escola com 6 anos de idade”, Bolsonaro desenhou uma imagem moralmente inaceitável do oponente. Com o objetivo de fomentar o receio da população sobre um futuro caótico, foram feitas ainda alegações de que o candidato petista liberaria as drogas e promoveria a reforma agrária para beneficiar grupos como o MST, a quem Bolsonaro defendeu a tipificação como grupo terrorista.

Empregando o enquadramento de questões caras aos valores conservadores da sociedade brasileira e a atribuição de um caráter antidemocrático ao Partido dos Trabalhadores, na construção discursiva do inimigo, o bolsonarismo qualificou o Partido dos Trabalhadores de diferentes formas. Chamando-o de autoritário, populista, fascista, e chegando a afirmar que “o Partido Nazista era o PT da Alemanha”, Bolsonaro defendeu que o partido fosse banido da política e chegou ameaçar, em campanha eleitoral, que “a petralhada iria toda para a ponta da praia”, uma referência ao local conhecido pelas execuções e desova dos corpos de

opositores à ditadura militar. As promessas foram apoiadas por seus seguidores, que aceitaram a premissa da necessidade de “varrer o comunismo” e de “promover uma limpeza nunca vista antes na história do Brasil” como forma proteger a democracia.

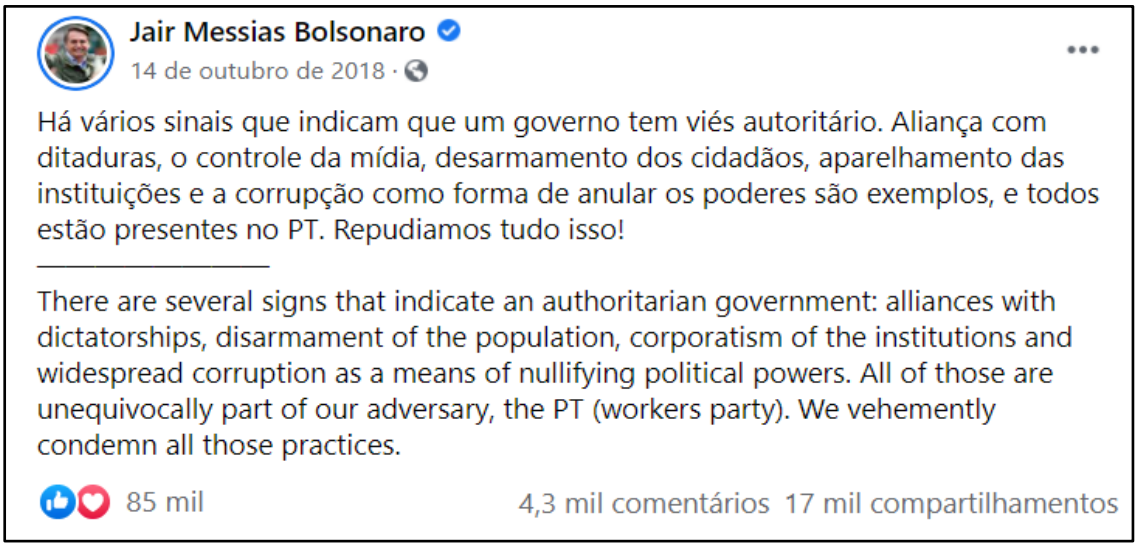


Figura 17 - Captura de tela de postagem de Bolsonaro acusando o PT de autoritarismo. Fonte: BOLSONARO, 2018.

A imputação de um caráter antidemocrático e criminoso ao Partido dos Trabalhadores foi além das acusações de envolvimento em esquemas de corrupção ou de ambições totalitárias. Em diferentes ocasiões, Bolsonaro levantou insinuações sobre o envolvimento do partido com a morte de atores políticos relevantes que, de alguma forma, ameaçariam a perpetuação do partido no poder. Trazendo à tona casos emblemáticos e que geraram grande comoção, como o do prefeito da cidade de Santo André, Celso Daniel (PT/SP)[81], e do presidenciável Eduardo Campos[82], Bolsonaro sustentou que “todos que possam ameaçar o projeto de poder do PT morrem ou saem de cena misteriosamente” e que “o PT elimina qualquer um que ouse cruzar seu caminho”. Somadas à uma coleção de acusações sem prova, as insinuações aguçaram o senso de perigo iminente já habitual no discurso. Feitas em tom de

[81] Em 20 de janeiro de 2002, o corpo do Prefeito Celso Daniel foi encontrado com onze tiros e marcas de tortura, dois dias depois de ter sido sequestrado. Ex-coordenador do programa de Lula na campanha de 2002, Celso Daniel estaria envolvido em um esquema de propinas no setor de transporte na cidade de Santo André, do qual o alto escalão petista estaria se beneficiando. No desenrolar das investigações, teses sobre o assassinato constituir em um crime político de queima de arquivo foram levantadas por seu irmão e chegaram a ser consideradas pelos investigadores.

[82] Eduardo Henrique Accioly Campos (PSB) foi governador de Pernambuco por dois mandatos e concorria à Presidência da República nas eleições presidenciais de 2014, tendo como vice Marina Silva. No dia 13 de agosto daquele ano, o candidato morreu na queda de uma aeronave de pequeno porte no litoral sul de São Paulo.

advertência e preocupação por sua própria segurança, essas acusações reforçaram também a imagem de Bolsonaro como um “homem com uma missão de salvar o Brasil”, que estaria arriscando a própria vida pela nação. Adicionalmente, converteram os ataques por ele proferidos aos inimigos em defesas da pátria, dos cidadãos e dos valores que sustentam a sociedade brasileira, elementos basilares da construção da ideia de povo do discurso.

2.9 Povo

A definição de povo no bolsonarismo não acontece de maneira óbvia. Ela deriva de uma série de significações do “nós” que é relacional, e sua compreensão adequada requer a consideração da atribuição de sentidos aos demais significantes dentro do discurso. Ao categorizá-las, propomos uma adaptação da nomenclatura proposta por Margaret Canovan (1999), de acordo com a qual o povo é apresentado de três diferentes formas retóricas: por uma perspectiva reativa (mobilização das pessoas comuns), por uma via afirmativa (divisora) e por uma noção unificadora (integrativa). No decorrer da análise, observa-se uma diferença temporal no emprego das três, com maior ênfase de uma ou de outra em dados contextos, mas todas elas foram articuladas ao longo do período analisado e muito frequentemente foram usadas em conjunto.

A primeira delas, a perspectiva reativa, é a mais presente ao longo de todo o período analisado. Uma definição que se dá pela reafirmação daquilo que não se é, e que subjetiva o povo a partir do pertencimento ideológico reativo. Um “nós” oculto e coletivo, que “não aceita o comunismo”, que é “diferente deles”, constituído por “uma maioria que não quer mais decisões de estado baseadas em ideologia” e para quem “retirar o PT do poder é o dever”. Esse sujeito, que foi para as ruas para defender a liberdade, que protestou paralisando as rodovias[83], que “está cansado da corrupção e das mentiras dos políticos” e cuja bandeira “jamais será vermelha”, é a quem os chamados a “mudar o estado de coisas” geralmente se dirigiam. Na mobilização de afetos operada pelo discurso, a significação reativa do povo é operada pela ênfase do medo da perda do *status quo* de maioria e da segurança de pertença. Uma maioria

[83] Os caminhoneiros protagonizaram grandes protestos antigoverno em diferentes momentos, sendo o mais expressivo deles em maio de 2018. Bolsonaro apoiou as manifestações e se dirigiu à classe em várias de suas falas, recebendo apoio massivo da categoria à sua candidatura.

cujos traços identitários não são relevantes, pois o que a unifica é o compartilhamento de valores e convicções morais mais elevadas.

A perspectiva afirmativa, por sua vez, tem direcionamento bem definido. O nós construído sob este enquadramento é voltado aos cristãos e conservadores, que também se afirmam como a maioria, os “90% da população”, que é “de direita”, “ordeira” e que “respeita a família”. Quase sempre referidos como “pessoas de bem” ou “cidadãos de bem”, eles fariam parte de “uma onda conservadora no mundo”, uma “maioria que se cansou da depreciação” e que agora estaria “erguendo sua voz para mostrar os seus valores”. Nesta significação, são compreendidos também “os verdadeiros trabalhadores”, aqueles “que realmente produzem riqueza para o país” e que, por isso, deveriam ser o grupo cujos interesses são relevantes para o governo. Um “nós” que se afirma composto por “conservadores, pessoas decentes, patriotas e tem que Deus no coração", que quer ver estas características projetadas em seu presidente e nas leis, e espera que ele lidere uma ofensiva contra “os que não tem pátria”.

Por fim, a visão unificadora, do “nós”, é uma tentativa de invisibilização das diferenças regionais, étnicas e culturais tão características do tecido social brasileiro. A acepção busca borrar a enorme desigualdade socioeconômica que marca a história do Brasil, ignorando suas raízes e consequências. Repercutida com mais ênfase no último ano analisado, a tentativa de se desvencilhar da imagem negativa gerada por declarações passadas de cunho racista, homofóbico, misógino e xenofóbico se amparou na homogeneização do “nós” sob o artifício do “espírito de união do povo brasileiro”. Afirmando que “somos todos iguais”, que “não faz distinção entre as pessoas” e que “sua cor seria o Brasil”, o discurso defendeu a indivisibilidade da sociedade, “sem coitadismos e luta de classes”:

> Vamos juntos resgatar o nosso Brasil. Vamos dar esperança a todos. Vamos unir esse povo. [...] Vamos unir brancos e negros, homos e héteros, ou trans também, não tem problema, cada um faz o que bem entender, seja feliz. Vamos unir nordestinos e sulistas. Vamos abafar esses pequenos movimentos separatistas que temos pelo brasil. Unir ricos e pobres. Como se fosse crime no Brasil ser rico. Vamos unir patrões e empregados. Não semear a discórdia entre eles. Um precisa do outro. Vamos revogar a lei das palmadas. Ninguém quer dar uma palmada no bumbum do seu filho. E olha que quem propôs originalmente esse projeto foi o Lula (BOLSONARO, 22 de jul. de 2018).

O uso dos símbolos patrióticos como um elemento aglutinador das diferenças, que seriam dissipadas na concepção de “um só povo, uma só raça, um só coração, uma só bandeira verde e amarela”, se mostrou presente nas três diferentes formas de construir o povo dentro do discurso. O “resgate pelo orgulho de ser brasileiro” e o incentivo à participação política “para se fazer ouvir”, foram traços visíveis de uma constituição que por vezes se deu de forma tácita. De diferentes formas, essas representações confluíram para a formação de uma identidade que correspondeu, em algum nível, à subjetividade dos diversos grupos que viriam a eleger Bolsonaro em 2018. Uma eleição que representou os desígnios, sentimentos e valores de milhões de brasileiros e que, justamente por isso, merece um olhar mais aprofundado e cauteloso do ponto de vista da representação que ela projeta.

2.10 Considerações

Analisados os diferentes componentes do discurso, resta claro que o bolsonarismo se firma e cresce a partir de sua veemente construção de ameaças. Em conjunto, o senso de perigo iminente propagado pelo bolsonarismo e o apelo a percepções sociais excludentes arraigadas no tecido social brasileiro permitiram ao candidato capitalizar politicamente sentimentos como medo, insegurança, frustração e ódio. Esse investimento afetivo, embora claramente reativo, nem sempre se apresenta como tal.

A partir da formulação de conjecturas nas quais a aversão à corrupção, à esquerda e ao PT foi estimulada, a nomeação de inimigos entrecortou o discurso e lhe conferiu as bases para a delimitação de fronteiras, as quais foram traçadas preponderantemente no campo moral. Essas circunscrições simbólicas, no entanto, não surgem com o Bolsonarismo, apesar de fomentadas por ele. Elas resultam de uma série de articulações de sentidos prévias, que lhe conferem as condições de emergência em uma contingência específica. No contexto do surgimento do bolsonarismo, a contestação de elementos históricos e culturais acerca da percepção identitária da população brasileira, interposta pela implementação de um projeto mais progressista de sociedade, desempenha um papel crucial. Nutridos por um ressentimento compartilhado, os processos de identificação operados pelo discurso se mostraram favorecidos por uma percepção de democracia com traços autoritários e pela forte presença de valores religiosos.

Como afirmado no início deste capítulo, observações sobre os aspectos mais evidentes do discurso não são capazes de apreender sua heterogeneidade e podem levar a equívocos. Isso não significa, no entanto, que o caráter explícito do discurso com relação a diferentes temáticas não seja ratificado por uma análise mais profunda, como o foi em alguns casos. Os ataques às minorias, o viés liberal na economia e a constante influência militar já muito mencionadas a respeito do discurso se mostraram, de fato, claramente presentes. Contudo, a forma como estes elementos são empregados no discurso em complementaridade com outros significantes e a subjetivação decorrente dessas articulações na construção do discurso permite a sua melhor compreensão e definição, como será demonstrado no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 3

DELIMITANDO FRONTEIRAS: ARTICULAÇÃO DE SENTIDOS E FORMAS DE PERTENCIMENTO NA CONSTRUÇÃO DO “POVO” E DO “INIMIGO” NO BOLSONARISMO

3.1 Introdução

Como demonstrado no capítulo anterior, o discurso bolsonarista se constituiu em torno de alguns temas centrais, que foram classificados em 21 significantes nos quais seus sentidos foram condensados. Ainda que evidenciadas alterações pontuais em determinadas posturas, a forma como os sentidos se conectam e entrecruzam diferentes tópicos mostrou-se consistente ao longo do período considerado, dando alguns indícios sobre pontos de convergência em torno dos quais as oposições do discurso se definiram.

Como afirmado no início desta tese, a análise aqui proposta se traduz na tentativa de explicar o bolsonarismo por meio da elucidação da forma como a mobilização do povo contra um inimigo é feita. O objetivo último consiste, assim, na verificação da hipótese principal desta pesquisa, a qual sustenta que os sentidos articulados nos discursos pré-eleitorais e eleitorais do sujeito político Jair M. Bolsonaro se constituem de forma reativa e antagônica às políticas progressistas defendidas por seus adversários políticos, podendo ser classificados como discursos populistas de direita.

Para este fim, no presente capítulo, aprofundaremos o olhar sobre como a articulação de sentidos ocorre no discurso e de que modo os antagonismos são construídos, chegando então à definição do “povo” e do “inimigo” do discurso. Este exercício se desmembra em cinco partes. Na primeira, são abordadas as condições de emergência do discurso bolsonarista, destacando alguns aspectos pontuais sobre o contexto social no qual o fenômeno se origina e ganha espaço. Na segunda seção, dedicada à elucidação do antagonismo que estrutura o discurso, são apresentadas as diferentes formas de relação nas quais os significantes se conectam, a categorização

de sua natureza preponderante e os pontos nodais em torno dos quais são estabelecidos seus antagonismos centrais.

Na terceira seção, são apresentadas as principais dicotomias empregadas na construção identitária do discurso. Apontando o modo como subjetivações binárias erigiram as figuras do “inimigo” e do “povo” no bolsonarismo, esta parte do capítulo elenca seus sentidos estruturantes e chama a atenção para a necessidade de adequação das formulações conceituais às formas de pertencimento decorrentes da contemporaneidade na qual o fenômeno se insere.

A quarta seção aduz aspectos históricos e sociológicos para a reflexão sobre as delimitações perpetuadas pelo discurso. Inferindo sobre a relação entre as noções de "cidadão de bem”, de “brasilidade”, de “anticomunismo” e “antipetismo”, apresenta o bolsonarismo como um fenômeno que carrega traços muito evidentes de um imaginário há muito presente no espaço político brasileiro. Por fim, são feitas algumas considerações sobre os resultados encontrados e a necessidade de adequação da teoria às novas formas de construção do povo que não encontram paralelo na literatura.

3.2. Condições de emergência do Bolsonarismo

Antes de adentrarmos na análise sobre a articulação dos sentidos acomodados no discurso bolsonarista, dedicaremos alguma atenção ao contexto no qual ele surge. Como mencionado no capítulo anterior, alguns elementos foram particularmente relevantes para a emergência da direita como força política representativa no cenário político brasileiro, principalmente após a reeleição de Dilma Rousseff, em 2014. Há diferentes fatores que podem explicar a grande aceitação que o candidato Jair Bolsonaro recebeu, envolvendo o avanço da crise econômica enfrentada pelo país, as altas taxas de desemprego, a crescente sensação de insegurança em virtude dos elevados índices de violência, a insatisfação com a classe política após recorrentes escândalos de corrupção e uma escalada do pensamento conservador, para nomear os principais.

Um rápido olhar para a história recente da política brasileira demonstra que nenhum destes elementos é novo. Na realidade, alguns deles têm ocupado um lugar

quase ordinário na percepção da sociedade brasileira. No entanto, a impressão dos brasileiros sobre a magnitude de determinados problemas em suas vidas sofreu mudanças significativas nos últimos anos, sobretudo a partir de 2013. A série histórica da pesquisa de opinião pública Latinobarómetro evidencia essa mudança. Dentre as perguntas abordadas na pesquisa, as respostas à questão “na sua opinião, qual é o problema mais importante do país?” indicam um aumento vertiginoso na percepção dos brasileiros sobre temas pontuais, dentre eles, a situação política no Brasil e a corrupção:

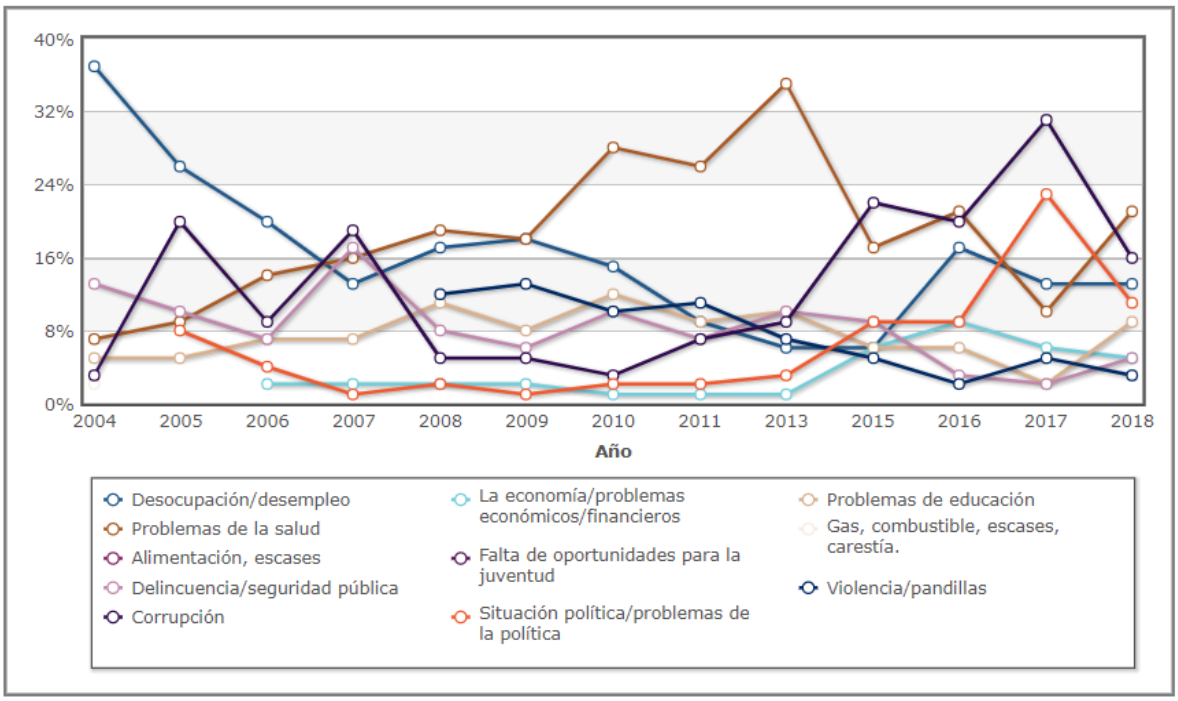


Figura 18 - Percepção dos brasileiros sobre os principais problemas do país, série histórica Latinobarómetro. Fonte: Latinobarómetro[84]

Como o gráfico demonstra, no ano de 2013, apenas 2% da população entrevistada apontava a situação política/problemas da política como a questão mais grave do país, enquanto a corrupção e a violência/segurança pública receberam, cada uma, 7% das menções. No mesmo ano, o desemprego foi citado por 6% dos respondentes, e a economia por apenas 1% dos entrevistados. Nos anos seguintes, nota-se um salto na relevância atribuída a esses problemas, ainda que em graus distintos. A percepção da corrupção e dos problemas da política seguiram uma

[84] A fim de possibilitar melhor visualização dos dados, foram excluídas variantes cujo percentual não demonstrou expressividade no período ou que foram descontinuadas ao longo da série histórica.

tendência muito semelhante, atingindo seus recordes históricos no ano de 2017, quando 31% dos entrevistados apontaram a corrupção como o principal problema do país, ao passo que 23% identificaram a situação política como causa de maior preocupação. Desemprego e economia tiveram seu pico de menções no ano de 2016, sendo indicados por 17% e 9% das pessoas, respectivamente.

Essas variações na interpretação dos principais problemas da sociedade ocorreram no desenrolar de importantes movimentos na sociedade brasileira, os quais ensejaram a emergência de uma nova força política, à época denominada por alguns autores como “nova direita” (CODATO, BOLOGNESI e ROEDER, 2015; KAYSEL, 2015). A nomenclatura (que viria a cair em relativo desuso) se fundamentava principalmente em um aspecto que denota o contraste dessa direita com a direita tradicional brasileira: o orgulho direitista. A novidade reformulou, de certo modo, a dinâmica vigente desde a redemocratização, (re)inaugurando um movimento no qual ser de direita passou a ser reivindicado como uma forma de identidade política. Esse retorno se deu em um cenário no qual o centro vinha se firmando como o terreno em que o progresso econômico e social teria lugar, um entendimento cuja base se encontra no processo de reorganização dos partidos políticos brasileiros pós-ditadura, o qual foi marcado pela clivagem ideológica que ficou conhecida como “a direita envergonhada” (SOUZA, 1988). A nomenclatura diz respeito ao fenômeno que consistiu em um traço de comportamento dos partidos políticos da direita brasileira para dissociar sua imagem da visão negativa atribuída à ideologia, diretamente ligada ao autoritarismo do regime militar (TAROUCO e MADEIRA, 2013). Desde então, a arena política não teve nenhum partido eleitoralmente expressivo que se denominasse abertamente como detentor do ideário.

Isso não significa, entretanto, que partidos de direita não tenham ocupado espaço relevante ou que a ideologia de direita não tenha orientado muitas das políticas implementadas desde então. Seja em sua face conservadora ou na roupagem neoliberal[85], posicionamentos marcadamente de direita continuaram presentes e influentes nos rumos tomados em diferentes esferas. Porém, com o

[85] Não se ignora aqui a longa tradição que a ideologia de direita tem na história política brasileira, nem se tem por objetivo resumi-la às duas correntes mencionadas. A referência às duas facetas se justifica no fato de essas serem as dominantes no cenário político brasileiro da década de 1990 em diante. Para um panorama da evolução das diferentes direitas brasileiras, ver Kaysel (2015).

término do regime militar, os responsáveis por representar tal ideologia optaram por denominarem-se centristas (MAINWARING; MENEGUELLO e POWER, 2000). Essa disposição se estendeu ao longo da década de 1990 e se manteve predominante até as eleições de 2014, estabelecendo a disputa eleitoral que se consolidou entre dois grandes partidos[86], o Partido dos Trabalhadores (PT), de esquerda, e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), de centro direita[87].

Com uma trajetória construída a partir dos movimentos sindicais e discurso direcionado à redução das desigualdades, a primeira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (2002) amparou-se fortemente no antagonismo criado com relação ao discurso econômico do PSDB, à frente do país por dois mandatos presidenciais (FREITAS, 2018). Ainda que criticando o modelo adotado pelas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Lula (PT) assegurou aos brasileiros e ao mercado financeiro que em seu mandato primaria pela estabilidade econômica e pelo combate à inflação, mas que estas medidas seriam acompanhadas da geração de empregos e da distribuição de renda[88]. Essas foram, de fato, características das gestões petistas, durante as quais diferentes políticas sociais foram implementadas ou ampliadas em consonância com estratégias de inclusão via consumo que colaboraram para o aquecimento do mercado (PINHEIRO MACHADO e SCALCO, 2020).

No entanto, a boa imagem conquistada pelo partido começou a apresentar os primeiros sinais de desgaste a partir de 2005, ano no qual o escândalo de corrupção que ficou conhecido como “Mensalão” ganhou as principais manchetes do país. Como o gráfico demonstra, no mesmo ano, a percepção dos brasileiros de que a corrupção seria o principal problema do Brasil saltou de 3% (2004) para 20% (2005). Apesar de não ser possível a comparação com o ano anterior por falta de dados, a situação política do país foi apontada como o principal problema por 8% dos entrevistados em 2005. Estes números assinalam que a visibilidade dada ao caso do Mensalão por parte da mídia impactou largamente a opinião pública. À época, repercussão gerada

[86] A afirmação centra-se nas disputas ao Executivo nacional, não desconsiderando o papel das alianças políticas adjacentes a tal configuração, nem a diferença existente nas disputadas nos níveis municipal e estadual.
[87] Foi considerada a classificação apresentada por Tarouco e Madeira (2015), a qual parte de uma *survey* das principais classificações existentes na literatura política brasileira e demonstra que há relativo consenso entre os especialistas para a classificação de ambos os partidos nas respectivas agremiações ideológicas.
[88] Carta ao povo brasileiro, 2002.

resultou também na reação de grupos isolados, que passaram a se organizar e manifestar no formato de coletivos antigovernistas[89] (BARON e LUZ, 2018; BARON, 2018, 2019).

De todo modo, no decorrer dos dois mandatos de Lula (2003-2010) e no início do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), estes temas perderam força, assumindo papel acessório, mas ainda presente, no debate. Como a figura 18 demonstra, entre 2007 e 2013, problemas relativos à saúde pública (atingindo até 35%), ao desemprego (18%), à educação (12%), e à violência (13%) foram os mais citados nas pesquisas realizadas. Evitando cair em uma interpretação economicista da realidade, mas sem ignorar o peso que as condições materiais conferem à percepção das pessoas sobre a qualidade de um governo (INGLEHART, 1977), é possível inferir que os efeitos da crise econômica global - que afetou mais fortemente o Brasil a partir de 2013[90] - foram decisivos para o gradual descontentamento da população com os governos petistas. Muito dessa insatisfação pode ser observada nas “Jornadas de Junho” daquele ano, quando milhões de brasileiros foram às ruas para protestar, inicialmente, contra reajustes nas tarifas de transporte público. Paulatinamente, os protestos foram ganhando corpo e abarcando uma série de outras demandas, relativas principalmente - mas não apenas - à falta de qualidade dos serviços públicos de saúde, à insegurança e ao combate à corrupção (BBC, 2018).

Somado a isso, a visibilidade midiática dada à operação Lava-Jato, deflagrada em março de 2014, e o protagonismo aferido a alguns personagens do Ministério Público Federal, do corpo jurídico e da Polícia Federal, que passaram a ser vistos pela população como defensores da justiça contra a corrupção da classe política, amplificaram os sentimentos antipartidários que se fizeram perceber nas Jornadas. Com forte direcionamento à atuação petista nos esquemas de corrupção - ainda que todos os grandes partidos brasileiros estivessem sendo investigados - a associação entre a corrupção e o Partido dos Trabalhadores foi um fator decisivo no desdobramento dos acontecimentos políticos que permitiram a emergência do discurso de direita ao qual o Bolsonarismo se associou.

---

[89] Em 2006, o Movimento Endireita Brasil (MEB), que viria a ser um dos protagonistas dos protestos anticorrupção e antipetistas de 2015 e 2016, iniciou grupos de estudos e de trabalho objetivando repensar a política nacional (BARON, 2018).

[90] VALOR ECONÔMICO, 2013.

A reação da oposição à reeleição de Dilma, em outubro do mesmo ano, demonstrou o peso desta assimilação de sentidos. Após perder as eleições presidenciais por uma margem estreita, o candidato opositor, Aécio Neves (PSDB/MG), não aceitou o resultado e juntamente do seu partido questionou legalmente a legitimidade do processo. O ato foi, sobretudo, simbólico, uma vez que deu vazão aos variados descontentamentos que seriam expressos, a partir do ano seguinte, nas massivas manifestações que levariam, mais uma vez, milhões de pessoas para as ruas. Perpetuando-se ao longo de 2015 e 2016, estas demonstrações tomaram vulto e trouxeram à tona diferentes sentidos em torno dos quais o discurso de oposição à direita foi se consolidando, os quais foram fundamentais para a articulação do discurso pró-*impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff (TATAGIBA *et al,* 2015; BARON e LUZ, 2018). Gradualmente, as manifestações foram se alinhando em torno de um objetivo principal, a retirada do PT do poder. O propósito foi alcançado no dia 31 de agosto de 2016, quando Dilma perdeu o cargo de Presidenta da República, após três meses de tramitação do processo de *impeachment* que fora iniciado 180 dias antes, no Senado. Mas isso não significou o fim do antagonismo previamente estabelecido contra a esquerda (de forma mais ampla), e contra o Partido dos Trabalhadores (diretamente).

Com o afastamento de Dilma, seu vice, Michel Temer (MDB/SP), assumiu interinamente o mais alto cargo da República e deu andamento a algumas das pautas defendidas pelos grupos[91] oposicionistas que organizaram os protestos anticorrupção e pró-*impeachment.* O que poderia ter sido um momento de redefinição e reconfiguração da identidade da direita em torno da figura de Temer, uma vez que ele teve participação no processo do golpe contra Dilma[92] e abraçou as demandas

[91] Dentre as medidas aprovadas em seu governo que tiveram apoio dos grupos destacam-se a PEC 55, que impôs limites a gastos futuros do governo federal; a reforma trabalhista de 2017; e a liberação da terceirização para atividades-fim com a Lei da Terceirização (Gaúcha ZH, 2018).

[92] Em seu livro sobre os bastidores do impeachment, Temer afirma ter recebido comandantes das Forças Armadas que viam com apreensão as políticas de Dilma e receavam que ela alterasse a Lei da Anistia, interferisse em outros temas concernentes ao Programa Nacional de Direitos Humanos, mudasse a forma de acesso de oficiais ao generalato e a formação dos militares nas academias. Ainda assim, Temer nega ter conspirado para a saída de Dilma, creditando a orquestração do golpe ao então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (Congresso em Foco, 2020). Cunha, por sua vez, em obra sobre o mesmo tema, alega que Michel Temer já organizava o impeachment no Congresso três meses antes de ele acontecer (Folha, 2021). Independente das versões, a carta enviada por Temer a Dilma, em 07 de dezembro de 2015, (supostamente vazada à imprensa) deixou clara a insatisfação em relação à mandatária. Eximindo-se de responsabilização pelos atos de Dilma, Temer usou a ocasião para demonstrar seu ressentimento por ser relegado ao papel de "vice decorativo" (G1, 2015) e assim marcar o distanciamento de sua imagem com a da Presidenta.

liberalizantes que parte dessa direita almejava, no entanto, não se concretizou. Tendo em vista as diferentes ramificações internas do discurso dessa direita, pode-se conjecturar dois prováveis fatores explicativos para isso.

Primeiro, o fato de Temer ser um político experiente e representar um partido conhecido por sua maleabilidade ideológica para manter-se no poder (CARREIRÃO e NASCIMENTO, 2012), o que lhe imputou um ônus político que não condizia com a imagem política almejada por essa direita emergente. Assim sendo, não foi capaz de gerar identificação suficiente com as demandas antissistema que permaneceram latentes no social, mesmo após a retirada do PT do poder. O segundo fator diz respeito ao baixo apelo de Temer ao crescente eleitorado conservador. Representado em grande parte pelo avanço dos grupos parlamentares conhecidos como "bancada evangélica" e "bancada da bala", o conservadorismo pentecostal e punitivista que dá contornos à direita brasileira contemporânea (QUADROS e MADEIRA, 2018)[93] não encontrou em Temer a identificação necessária.

Para essa "direita orgulhosa", o inimigo havia sido derrotado temporariamente, mas não eliminado, e seguiu sendo simbolizado como uma ameaça à plena constituição dos sujeitos políticos do discurso. Ademais, apesar da significação da corrupção haver sido apensada precipuamente à imagem do PT, o caráter antissistema incorporado à identidade dos grupos e propagado na opinião pública remanesceu, possibilitando articulações que mais tarde dariam lastro à candidatura de Bolsonaro.

Como mencionado no capítulo anterior, embora Bolsonaro seja atuante na política há mais de três décadas, o bolsonarismo enquanto fenômeno político tem suas raízes na associação da imagem do então deputado aos significantes postos em evidência pela emergência do discurso de direita que se desenvolveu de forma mais clara a partir de 2014. Algumas das pautas levantadas pelos grupos organizadores das manifestações foram gradualmente incorporadas por Bolsonaro ao seu discurso

[93] Como frisam os autores, o uso dos termos não implica no entendimento de que todos os deputados vinculados às religiões evangélicas ou à segurança pública sejam, necessariamente, conservadores ou de direita. Os grupos referidos não são orgânicos e recebem essa nomenclatura pelo fato de representarem conjuntos de ideias bastante demarcados. Grosso modo, a bancada da bala se caracteriza pela percepção da crescente insegurança e desordem pública como um problema central, enquanto a bancada evangélica vê no avanço de agendas progressistas laicas uma ameaça à estrutura da sociedade (QUADROS e MADEIRA, 2018).

e, com isso, lideranças destes movimentos tornaram-se importantes vozes em sua campanha. Além do combate à corrupção, que foi central nas manifestações, temáticas como a defesa dos valores cristãos no campo político[94] e a necessidade de reformas econômicas[95] (BARON, 2018) encontraram no Bolsonarismo o espaço para a supressão temporária das diferenças em torno de um objetivo comum: pôr fim à hegemonia política da esquerda, representada ao longo dos anos pelo PT.

3.3 Determinação dos antagonismos e definição do inimigo

Como visto, há consenso entre os autores contemporâneos no que diz respeito à centralidade do antagonismo como categoria definidora do fenômeno populista. Guardadas as divergências na forma como cada um deles descreve o antagonismo, o entendimento geral é de que a categoria concerne ao caráter relacional das identidades políticas. Deste modo, a constituição de identidades só é possível pela existência de outra identidade que a limita. Essa limitação pode ocorrer de diferentes formas e não necessariamente precisa estar respaldada na materialidade. Isso implica que o antagonismo, adjacente à mobilização populista, não deve ser entendido como um retrato fiel das exclusões e negligências operadas pela estrutura de poder. Antes, ele é o resultado de disputas por hegemonia de identidades que não se veem representadas nessas estruturas, ainda que possivelmente estejam.

Essa dualidade aparentemente contraditória da representação ante à construção antagônica das identidades só é adequadamente compreensível a partir do entendimento das identidades de forma descentrada e incompleta. Neste aspecto, a contribuição teórica de Ernesto Laclau (2005) é indispensável. Ao romper com a percepção das identidades sociais como unidades homogêneas, fixas e completas, e propor que elas sejam compreendidas por sua natureza constantemente alterável, a teoria laclauniana estabeleceu a possibilidade de conceber os sujeitos políticos a partir de suas múltiplas esferas de identificação. Essas, por sua vez, são constituídas por meio de diferentes relações antagônicas, as quais podem, ou não, formar uma relação de equivalência com outras e, assim, construir uma identidade, também incompleta e contingente.

---

[94] ROL.
[95] MBL e MVR.

Quando observamos a conjuntura na qual o bolsonarismo desponta e a gama de sentidos nele imbuídos, podemos elencar diferentes formas através das quais a identificação opera no discurso. Como apresentado no capítulo anterior, essa variedade de sentidos (1600) foi muitas vezes articulada em torno de temas chave dentro do discurso, os quais foram agremiados em 21 significantes principais, que englobaram as diferentes formas de identificação nele expressa. Quando organizados em conjunto, uma visão panorâmica desses significantes demonstra que o grau no qual eles foram mobilizados variou consideravelmente, como expõe o gráfico abaixo:

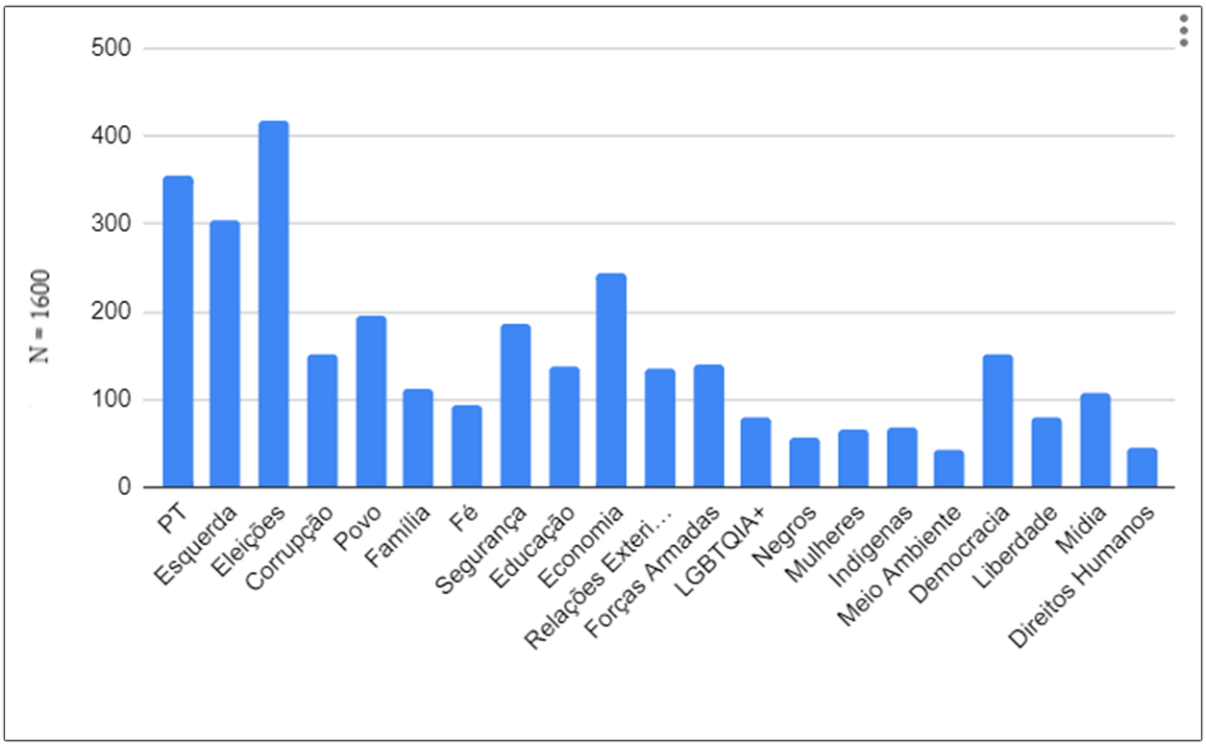


Figura 19 - Gráfico de Frequência de codificação dos significantes**.** Fonte: Elaboração própria a partir das postagens de Jair Bolsonaro no Facebook entre 2015 e 2018.

Como pode-se observar, os significantes "Eleições", "PT", “Esquerda”, “Economia”, “Segurança” e “Povo” são os mais regularmente empregados por Bolsonaro em suas falas (200 ≳ menções), de modo que dominam o discurso. Contudo, os significantes “Corrupção”, “Família”, “Fé”, “Educação”, “Relações Exteriores”, “Forças Armadas”, “Democracia”, e “Mídia” também tiveram relevância na organização temática (100 ≳ menções). Já os significantes “LGBTQIA+”, “Negros”, “Mulheres”, “Indígenas”, “Meio Ambiente”, “Liberdade” e Direitos Humanos”, muito associados ao bolsonarismo por suas abordagens negativas e de grande repercussão, concentraram a menor regularidade de menções.

Dois aspectos devem ser destacados sobre o panorama inicial que o gráfico da figura 19 apresenta: O primeiro se refere à codificação concomitante dos sentidos em mais de um significante. Como pode ser percebido na descrição dos nós, no capítulo anterior, os sentidos mobilizados no bolsonarismo combinam diferentes pontos no discurso, regularmente confluindo para temas centrais que integram diferentes significantes. Desta forma, a maioria dos significantes foi classificado em combinação com outros[96]. O segundo aspecto concerne à classificação desses significantes de acordo com sua natureza negativa/reativa ou positiva/propositiva, de modo a revelar o caráter predominante de cada um deles. A figura e os gráficos a seguir demonstram essas particularidades do discurso:

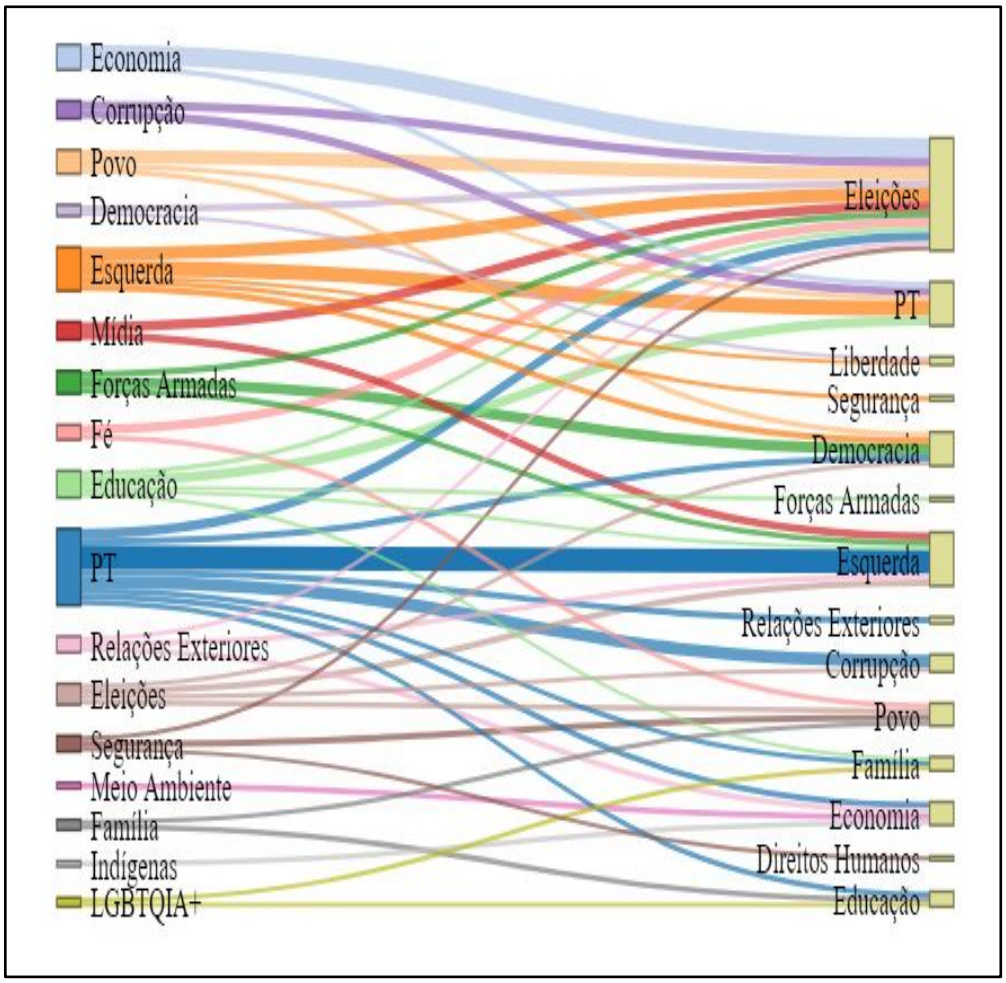


Figura 20 – Sentidos compartilhados pelos significantes 2015-2018. Fonte: Elaboração própria a partir das postagens de Bolsonaro entre 2015 e 2018.

[96] Para o gráfico da Figura 19 foi considerado apenas o significante principal.

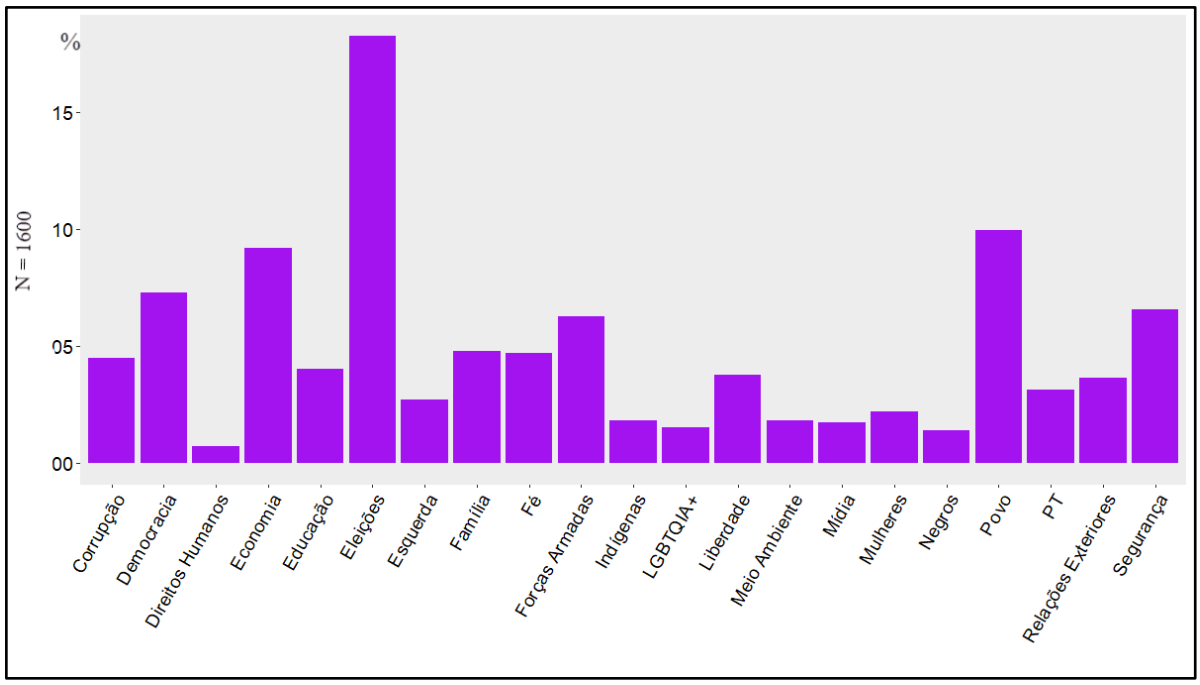


Figura 21 - Gráfico de predominância sentimento positivo/propositivo (%). Fonte: Elaboração própria a partir das postagens de Bolsonaro no Facebook (2015-2018).

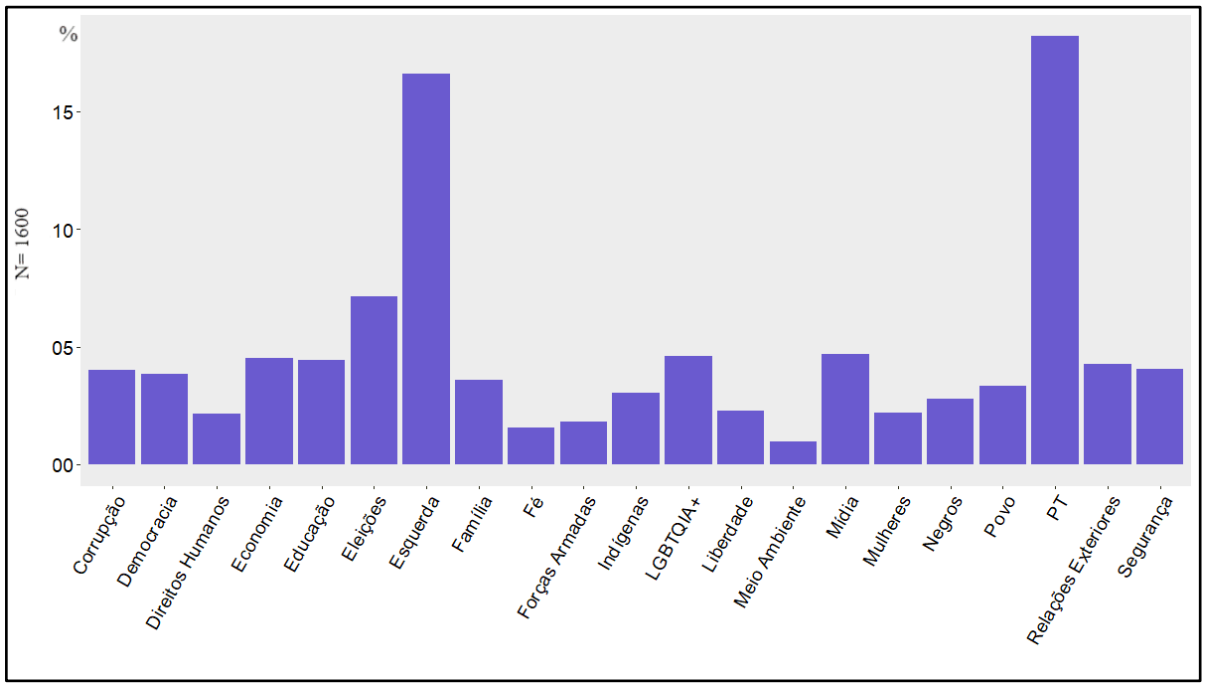


Figura 22 - Gráfico de predominância sentimento negativo/reativo (%). Fonte: Elaboração própria a partir das postagens de Bolsonaro no Facebook (2015-2018).

A figura 20 proporciona uma visualização das cinquenta ligações mais frequentes no discurso ao longo do período analisado. Quanto mais frequente a correlação com outro significante, mais grossa é a linha que os conecta. Isso quer dizer que os significados são por eles compartilhados com mais regularidade, os aproximando dentro do discurso. Como se nota, os sentidos encontrados na estruturação do discurso bolsonarista nem sempre aparecem conectados de forma "lógica" às temáticas nas quais são alocados, de modo que ligações que pareceriam naturais ou intuitivas partindo do *mainstream*, como "LGBTQIA+" e "Liberdade", "Mídia" e "Democracia", ou "Indígenas" e "Meio Ambiente", por exemplo, não são identificáveis no bolsonarismo.

Por esta razão, a consideração dos sentimentos (codificados mormente tendo em vista a natureza propositiva ou reativa dos sentidos) na classificação do discurso é importante, pois permite demonstrar seus traços predominantes e evitar a interpretação de relações espúrias como definidoras da significação empregada. Deste modo, a ligação existente entre os significantes "Segurança" e "Direitos Humanos", entre "LGBTQIA+" e "Educação", ou entre "Esquerda" e "Democracia", por exemplo, se explicam por sua natureza preponderante reativa. Conforme a figura 21, a significação positiva e propositiva no bolsonarismo vincula-se à forma como o discurso constrói sua defesa da Democracia, da Economia, das Eleições, das Forças Armadas, do Povo e da Segurança. Em contrapartida, a construção negativa e reativa do discurso (figura 22) é centralizada explicitamente em sua abordagem sobre a Esquerda e o PT. A partir da descrição dos significantes no capítulo anterior, tem-se também que a significação negativa da Corrupção, da Democracia, da Economia, da Educação, das causas LGBTQIA+, da Mídia, das Relações Exteriores e da Segurança está intimamente ligada à conexão entre estes significantes e os dois primeiros.

A existência e mobilização política desses temas não são uma novidade inaugurada pelo bolsonarismo, de modo que todos eles já ocupavam, em alguma medida, o espaço de disputa discursiva. O fato a ser destacado a partir da enunciação do contexto de emergência do bolsonarismo, na seção anterior, da elucidação das relações dos significantes entre si, e da natureza propositiva e

reativa através das quais eles são sensibilizados no discurso é a sua convergência em direção a determinados pontos.

Mesmo que presentes na esfera discursiva, isoladamente, nenhum dos significantes teve força suficiente para hegemonizar o espaço social. Quando articulados, no entanto, cada um deles teve sua relevância e contribuição para a aderência popular ao discurso reacionário de direita que encontrou na candidatura de Bolsonaro a chance de se fazer representar. Ainda que todos os significantes se relacionem em algum nível com os demais dentro da cadeia articulatória, compartilhando significados e se conectando frequentemente, alguns deles tiveram lugar de destaque no discurso, ocupando a posição de pontos nodais. Estes, serviram como elementos articuladores das diferenças derivadas da singularidade originária de cada um dos significantes, amalgamando o conteúdo por eles compartilhado e permitindo que a identificação acontecesse de forma mais abrangente. A análise demonstrou que o discurso pré-eleitoral e eleitoral do bolsonarismo se organizou em torno de quatro pontos nodais:

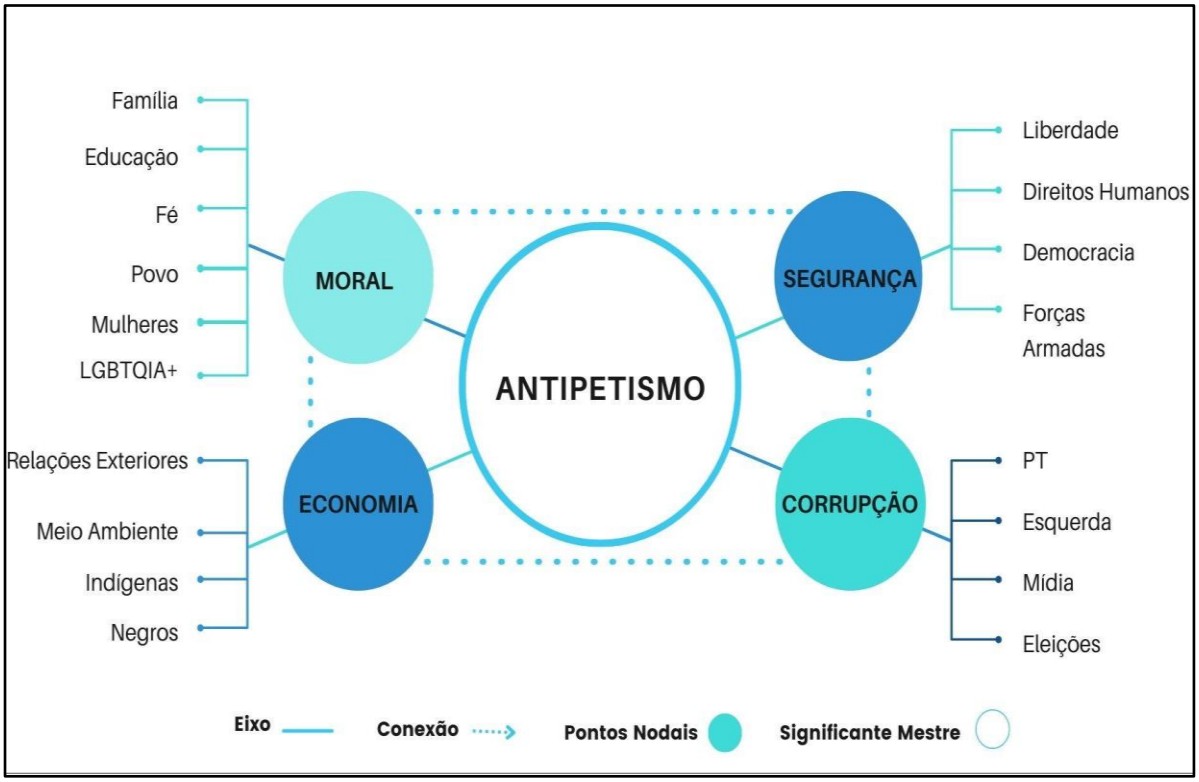


Figura 23 - Pontos nodais do discurso bolsonarista. Fonte: Elaboração própria a partir das postagens de Bolsonaro entre 2015 e 2018.

De acordo com a teoria laclauniana, os pontos nodais têm como função fixar parcialmente os sentidos dispersos no social, que é aberto, contingente e polissêmico. Como demonstra a figura acima, o discurso bolsonarista articulou esta fixação em torno de quatro pontos nodais: a Segurança, a Corrupção, a Economia e a Moral, todos estes ligados e subordinados a um significante mestre, o Antipetismo. Cabe notar que a partilha de sentidos entre os significantes não implica em seu encerramento em uma única cadeia articulatória. Assim, a atribuição dos significantes a eles subordinados não é excludente ou limitante, ela visa apenas demonstrar as correlações mais frequentes entre eles. Os eixos transversais acima representados pelas duplas Economia/Segurança e Moral/Corrupção, igualmente expressam as combinações mais regulares entre os significantes nelas alocadas.

Em alguma medida, a separação dos eixos expressa a preponderância temática em duas orientações distintas do discurso, mas que se combinam constantemente: o conservadorismo e o liberalismo. O eixo que expõe a relação entre os pontos nodais segurança e economia se manifesta de diferentes formas, e é a ligação mais evidente da orientação liberalizante do bolsonarismo. Ele demonstra como a ênfase no papel do indivíduo extrapola o âmbito econômico, sendo aplicada também com veemência para justificar a oposição à interferência do Estado em muitos dos posicionamentos defendidos pelo discurso.

> - O INDIVÍDUO FORTE É QUEM FARÁ O ESTADO FORTE. Ao contrário, sendo apenas o Estado forte, será ele quem decidirá o que você vai comer, vestir, ler ... enfim será dono até do que restar da sua liberdade. A isso se chama comunismo. Isso é o que estará em jogo amanhã, domingo, dia 13. SEJA FORTE - DECIDA O SEU FUTURO - COMO CIDADÃO TE ESPERO AMANHÃ EM BRASÍLIA (BOLSONARO, 12 de março de 2016).

Como exposto, no bolsonarismo, a liberdade está intrinsecamente ligada à ideia de que o “cidadão de bem” deve ter o direito de portar uma arma para defender aquilo que está no cerne de sua significação da democracia, a propriedade privada. Mais além da defesa dos bens materiais, no limite, essa seria uma medida necessária para que o indivíduo pudesse se defender de uma hipotética tentativa da esquerda de instaurar uma ditadura comunista no país: “Stédile chefe dos marginais do MST prega a destruição do campo arruinando grande parte de nossa economia. Elege os Bolsonaros da vida como seus inimigos. Não foi pensando em

nossa segurança e liberdade que a esquerda nos desarmou” (BOLSONARO, 23 de março de 2018).

A inter-relação entre os dois significantes que assumem a posição de pontos nodais neste eixo se faz presente com muita assiduidade também na percepção de que a falta de segurança prejudica a economia: “Chega de enfeites, palavras bonitas e eufemismos! Ou pegamos pesado na questão da segurança, ou não tem economia que funcione nem país que prospere” (BOLSONARO, 04 de setembro de 2018). Como visto, Bolsonaro também acusa a esquerda e o PT de promoverem o caos deliberadamente. Dentre as tantas formas pelas quais o partido e as instituições estrangeiras “instrumentalizadas pela esquerda” estariam fazendo isso, são elencadas no discurso a atuação das ONGs de direitos humanos (que atuariam em defesa dos “bandidos”): “Quanto mais Direitos Humanos, mais violência contra o cidadão de bem” (BOLSONARO, 03 de janeiro de 2017); órgãos internacionais, grupos sociais e ONGs de proteção ao meio ambiente (que agiriam de modo a acabar com a propriedade privada dos produtores rurais): “Recepção no aeroporto de Boa Vista. Estado rico (minerais) mas inviabilizado por questões ambientais (superáveis) e indígenas (nossos irmãos)” (BOLSONARO, 19 de novembro de 2016); e ainda por meio das políticas de defesa dos povos indígenas e quilombolas (que usariam da demarcação de terras como um pretexto para a futura venda do território brasileiro e de suas riquezas naturais a outros países):

> RESERVAS INDÍGENAS - NOVOS PAÍSES: Somente a reserva Yanomami possui o dobro da área do estado do Rio de Janeiro e conta com 9.000 índios. As demais reservas, não por acaso, estão localizadas na região mais rica do mundo em biodiversidade e minerais. Os diplomatas brasileiros, nos governos PSDB/PT, subscreveram na ONU que os povos indígenas têm, entre outros, os seguintes direitos: - autodeterminação; - as suas próprias instituições políticas, jurídicas, econômicas...- a uma nacionalidade; - Às suas terras, territórios e recursos. Com tais direitos estamos na iminência de vermos surgir dezenas de novos países dentro do Brasil (BOLSONARO, 09 de janeiro de 2015).

O eixo Moral - Corrupção é onde prevalece a orientação “conservadora” do bolsonarismo. Aqui é importante esclarecer que o uso do termo se deve à sua ampla aplicação quando da abordagem da extrema-direita a temas concernentes às tradições, à família e à religiosidade. Isso significa que o reconhecimento da orientação conservadora do discurso diz respeito às atitudes conservadoras ante

as propostas progressistas de sociedade, e não ao pensamento político conservador enquanto tradição filosófica. A confusão semântica é bastante comum quando da abordagem do tema e, por esta razão, preferimos chamar o eixo de “reativo”. Nele, foram agrupados os significantes cujo emprego esteve mais diretamente associado à moralidade do discurso.

Ainda que a questão moral tenha servido como um fator distintivo também no que concerne ao eixo Economia - Segurança, sendo mobilizada especialmente na divisão entre “bandidos” x “cidadãos de bem” e atribuída à “gestão ideológica” da economia (que teria sido destruída pelo PT para beneficiar aliados políticos), ela se mostra mais evidente no eixo reativo. Nele, a ênfase na necessidade de contenção das investidas progressistas contra a família, contra os cristãos, contra as tradições e contra tudo o que o “povo” acredita, manifestou de forma mais clara o peso atribuído à moralidade no discurso. A corrupção, neste sentido, é compreendida também como um desvio moral, uma prática intrinsecamente ligada à visão de mundo pela qual o indivíduo guia suas ações. Para o bolsonarismo, a corrupção e a degeneração moral são inerentes à ideologia de esquerda, que teria por único objetivo a implementação de um regime comunista: “Existe um mal tão ou mais grave que a CORRUPÇÃO: a questão IDEOLÓGICA. O cenário de hoje está pior que o pré-1964” (BOLSONARO, 28 de março de 2017, *grifo original*).

A ameaça ideológica destacada pelo discurso seria parte do projeto final da esquerda, o qual se estabeleceria a nível global. No Brasil, este plano estaria sendo implementado pelos diferentes partidos e movimentos sociais que pertencem a este campo ideológico, mas principalmente pelo Partido dos Trabalhadores, que ocupou o poder por treze anos. Neste período, o partido teria usado de instrumentos institucionais para promover a doutrinação das crianças e jovens nas escolas, o que consistiria em uma etapa necessária para a consecução de seu projeto de poder:

> - EDUCAÇÃO: - Mais um "professor" militante da Pátria Educadora da era esquerdista. - A mentira a difamação a desinformação e a falta de compromisso com o ensino dos alunos é o que deixa o Brasil na situação educacional que se encontra. - Atualmente a prioridade no Brasil não é formar cidadãos bem preparados para um bom futuro profissional mas somente produzir militantes políticos fracassados bajuladores do sistema corrupto (BOLSONARO, 22 de março de 2018).

O aparelhamento do Estado e a instrumentalização da esfera pública para a perpetuação no poder seria apenas uma das facetas pelas quais a suposta doutrinação atuaria. Mais além, a inoculação da ideologia de esquerda nos conteúdos educacionais e culturais nas escolas e universidades brasileiras acobertaria intenções perversas e contrárias às crenças do "povo". A destruição da fé e da cultura judaico-cristã, da família tradicional e das estruturas vigentes na sociedade como tal seriam, ao fim e a cabo, o objeto do interesse da esquerda:

> 1- **Você conhece minha batalha contra a Ideologia de Gênero nas escolas.** 2- **Políticos do PT, PCdoB, PSOL, ... querem erotizar nossos filhos a partir dos 6 anos de idade.** 3- Agora, preste atenção, no material de campanha desses candidatos, eles omitem seus apoios à Ideologia. 4- Antes de comentar peço assistir o vídeo abaixo. [trecho do vídeo 2:26] "**É preciso prestar atenção, porque essa esquerda corrupta que destruiu a economia do Brasil também quer destruir a família.** Quero dar um alerta para você **não votar, em hipótese alguma nos candidatos desses partidos: PT, PSOL, REDE, PCdoB e PV. Essa turma defende casamento gay, defende aborto, quer erotizar crianças (ideologia de gênero), quer tirar dos pais o direito de educar seus filhos**. Nós não podemos cair no papo deles. Quero ver esse pessoal abrir a boca e defender a ideologia que eles defendem por quatro anos. **Chegou nossa vez de exercer a cidadania e dizer não para essa gente.** Eles são cínicos e covardes, essa esquerda corrupta que nunca disse uma palavra contra esse governo corrupto que destruiu o Brasil. Fica aqui meu protesto, **o alerta cristão e ao povo evangélico: não vamos nos enganar com essa gente. Diga não, não votem nessa gente. Eles são contra tudo de bom que temos como ideal e bem-estar da sociedade** (BOLSONARO, 26 de agosto de 2016, grifos da autora).

Ao utilizar da retórica de denúncia sobre as estratégias empregadas pela esquerda contra a moral e os ideais cristãos e contra a família, Bolsonaro se apresentou como um porta-voz das crenças e valores dos "cidadãos", gerando identificação entre aqueles para quem estes valores são caros. Essa forma de significar as ações políticas e de mobilizar os afetos lhe possibilitou a demarcação de múltiplos antagonismos dentro do discurso, os quais, por sua vez, viabilizaram diferentes formas de identificação:

> O brasileiro desta vez tem a opção de escolher um Presidente que pegue FIRME CONTRA A BANDIDAGEM que apavora a população; Contra saidinha nas prisões; A favor do LIVRE MERCADO; Contra ideologia de gênero e doutrinação ideológica nas escolas; CONTRA O DESARMAMENTO; Livre de acordões com corruptos para atender aos interesses da nação e não de partidos políticos; Contra o aborto; A favor da redução da maioridade penal; Por fim um presidente que seja honesto patriota e tenha Deus no coração. VAMOS JUNTOS MUDAR O BRASIL! (BOLSONARO, 16 de agosto de 2018).

Como exposto na descrição dos significantes no capítulo anterior, e pela organização deles em torno de quatro pontos nodais - Moral, Corrupção, Segurança e Economia -, a identidade bolsonarista é constituída por meio de diferentes relações antagônicas. De forma concisa, podemos dizer que o papel destes antagonismos dentro do discurso é o de gerar formas de identificação através das quais a identidade se constrói parcialmente. No Bolsonarismo, a maior parte dessas identificações evidenciaram o caráter reativo do discurso, geralmente remetendo a um antagonismo maior, para o qual os demais antagonismos convergiram: o antagonismo em relação à ideologia de esquerda, representada principalmente pelo Partido dos Trabalhadores.

Este ponto de intersecção dos múltiplos antagonismos constitutivos do discurso - o Antipetismo - se mostrou com o ponto privilegiado por agregar as diferentes percepções do “eles” cuja presença significaria uma ameaça ao “nós” bolsonarista. Assim, a construção do inimigo no bolsonarismo se deu de modo multifacetado, articulando-se em contraposição à identidade da esquerda, que foi cristalizada no significante PT. Apelando sobretudo para a percepção moral frente à situação política e econômica com a qual o país se defrontava, essa construção do inimigo teve como fundo uma divisão dualista da sociedade e daqueles que a representam, dentro da qual os parâmetros de pertença foram definidos de acordo com sua proximidade ou distância da imagem do inimigo.

3.4 - Construindo o povo do bolsonarismo: O cidadão de bem

Se nos atermos a uma definição rígida de povo no populismo para a análise do bolsonarismo e para sua classificação como uma experiência populista, ainda que considerando as formulações mais indicadas para os fenômenos de direita e extrema-direita (MUDDE, 2007), a proposta provavelmente não se mostrará adequada, uma vez que o “povo” do bolsonarismo não se dá em conformidade com os exemplos clássicos da literatura. No bolsonarismo, o povo não está circunscrito a uma parte específica da população em termos de classe, etnia ou território, por exemplo. Não há um “povo nativo”, nem tampouco um grupo de “desfavorecidos” cujas características econômicas sejam facilmente distinguíveis dos “outros”. Ainda assim, a delimitação da fronteira “nós” *versus* “eles” é claramente constitutiva do

discurso. Por isso, definir o povo do bolsonarismo requer que elucidemos outras formas através das quais ele é construído.

A descrição dos significantes e de seus sentidos principais demonstrou o peso que a gramática moral imprime no discurso. É majoritariamente através dela que são estabelecidos os parâmetros de pertença e a subjetivação das identidades do bolsonarismo. Independente da forma retórica pela qual o discurso mobiliza o povo (de modo reativo, afirmativo ou unificador), este é sempre concebido moralmente, como uma parcela da população que se percebe desprovida da representação devida, e cujas crenças, preferências e ideais deveriam ser refletidas nas esferas de poder. Tal percepção é própria do processo de construção do inimigo e, relacionalmente, do povo do populismo, que como já afirmado, busca representar uma postura desafiante não apenas ao poder estabelecido, mas também aos valores vigentes (CANOVAN, 2005, 2002).

Conforme as diferentes conceituações apresentadas no capítulo 2 arrazoam, não há uma forma única de delimitar a fronteira antagônica entre “o povo” e “o inimigo”, uma vez que essa linha será traçada em consonância com outros fatores, que podem ser de ordem regional, temporal e cultural, por exemplo. No caso do bolsonarismo, essa linha foi estabelecida em diferentes esferas, de modo que o inimigo esteve sempre associado à esquerda e ao PT. O quadro a seguir traz um compilado das principais dicotomias empregadas pelo discurso na construção da identidade do povo:

Nós	Eles
Trabalhadores	Vagabundos
Cidadãos de bem	Bandidos
Cristãos	Marxistas / Esquerdistas
Maioria	Militantes
Brasileiros	Globalistas
Pessoas comuns	O Sistema
Policiais	ONGs de Direitos Humanos
Setor Produtivo	Classe política / Grupos Sociais
Democracia	Ditaduras
Pró-Israel	Pró-Palestina
Patriotas	Comunistas
Defensores do Estado Mínimo /Livre Mercado	Usam o Estado para benefício próprio / Estado Paternalista
Defensores da Liberdade	Totalitários
Meritocracia	Coitadismo
Verdade	Manipulação
Honestos	Corruptos
Propriedade Privada	Expropriação
Querem a união da sociedade	Pregam a divisão

Figura 24 - Principais dicotomias discursivas do bolsonarismo. Fonte: Elaboração própria a partir das postagens de Bolsonaro nas redes sociais entre 2015 e 2018.

Como o quadro demonstra, o “povo” do bolsonarismo é construído em torno de significantes que geram identificação de forma ampla e abrangente. A falta de uma definição rígida aos pertencentes ao povo é de extrema importância para o alcance que o bolsonarismo teve enquanto fenômeno político. É justamente essa pluralidade de formas de pertencer ao “nós” do discurso que viabiliza a construção de uma identidade compartilhada em meio a uma realidade tão díspar como a brasileira.

Ao definir o inimigo e suas diferentes formas de ameaça, o bolsonarismo definiu também os valores distintivos destas duas formas de pertencimento. O “povo” (nós), assim, foi construído principalmente sob a identificação das pessoas que são afeitas ao trabalho, que valorizam a propriedade privada como fruto do esforço individual, que prezam por uma sociedade ordeira e hierarquizada, que valorizam a fé cristã, a família e as tradições. À primeira vista, essa descrição pode parecer trivial e vaga demais para caracterizar a mobilização discursiva de um povo. No entanto, os valores incutidos nestas formulações dão ao discurso a maleabilidade necessária para transpor barreiras étnicas, regionais, etárias, de classe, de renda, de gênero e de orientação sexual e homogeneizar uma população profundamente heterogênea.

> [vídeo] Apoiador: Eu vim aqui hoje só pra dar um recado, pro Jair Bolsonaro. Dizer pra você, Jair, que nós, os patriotas desta nação, não são patriotas por causa de um partido. Nós somos patriotas pela nossa pátria, pela nossa nação. Nós amamos a nossa nação e sabemos que a nossa nação é a nação mais rica desse planeta. Nós temos consciência disso. **E nós apoiamos o senhor, pelas ideias que o senhor tem, que são as mesmas ideias que estão entaladas na garganta desses brasileiros há muitos anos**. **E que nunca teve uma pessoa para nos representar, nos falando aquilo que nós queríamos ter falado e não podíamos falar. O senhor é nossa voz**. **Então não importa onde o senhor estiver, tá?! Os brasileiros, genuínos brasileiros dessa nação, patriotas, amantes do Brasil, eles vão estar com o senhor. Porque nós entendemos que o senhor é nosso representante pelas ideias que o senhor expõe** (BOLSONARO, 29 de julho de 2018, grifos da autora).

Em contrapartida, a construção da imagem do “inimigo” (a elite, eles) se deu mediante a negação destes valores e das identidades que deles compartilham. O inimigo foi representado como um pequeno grupo autointeressado, que detém o poder, mas não representa a maioria, e que quer acabar com tudo o que “o povo” acredita e valora. Deste modo, os inimigos foram descritos como vagabundos, corruptos e bandidos da esquerda, que estariam interessados em usurpar a propriedade privada dos cidadãos de bem, em destruir a família e os valores cristãos que fundamentam a sociedade, em acabar com a liberdade dos cidadãos e submetê-los ao socialismo.

[Discurso aos apoiadores em manifestação as vésperas do segundo turno]: **Nós somos a maioria. Nós somos o Brasil de verdade. Junto com esse povo brasileiro, construiremos uma nova nação.** Não tem preço as imagens que vejo agora da (Av.) Paulista e de todo o meu querido Brasil. Perderam ontem. Perderam em 2016. E vão perder a semana que vem de novo. **Só que a faxina agora será muito mais ampla. Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão pra fora, ou vão pra cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria.** Nós acreditamos no futuro do nosso Brasil. **E juntos, em equipe, construiremos o futuro que nós merecemos. Temos o melhor povo do mundo, a melhor terra do planeta. E vamos, com essa nova classe política, construir aquilo que nós merecemos**. Estou aqui porque acredito em vocês. Vocês estão aí, porque acreditam no Brasil. **Ninguém vai sair dessa pátria, porque essa pátria é nossa! Não é dessa gangue que tem uma bandeira vermelha e tem uma cabeça lavada**. **Sem indicações políticas, faremos um time de ministros que realmente atenderá às necessidades do nosso povo**. Podem ter certeza, vocês podem confiar em nós, porque nós confiamos em vocês. O Brasil será respeitado lá fora. O Brasil não será mais motivo de chacota junto ao mundo. **Aqui não terá mais lugar para a corrupção! E o seu Lula da Silva, se você estava esperando o Haddad ser presidente para assinar o decreto de indulto, eu vou te dizer uma coisa: - você vai apodrecer na cadeia! Brevemente, você terá Lindbergh Faria para jogar dominó no xadrez. Aguarde. O Haddad vai chegar aí também, mas não será para visitá-lo não. Será pra ficar alguns anos ao teu lado. Já que vocês se amam tanto, vocês vão apodrecer na cadeia. Porque o lugar de bandido que rouba o povo é atrás das grades. Você achava que tava tudo dominado, não tava não! Esse povo sempre se levantou nos momentos mais difíceis da nação para exatamente salvá-la. Vocês da Paulista, vocês que fazem manifestação em todo o Brasil, vocês estão salvando a nossa pátria!** Não tenho palavras para agradecê-los nesse momento. Vocês estão salvando o meu, o seu, o nosso Brasil. **Petralhada: vai tudo vocês pra ponta da praia! (*sic*) Vocês não terão mais vez em nossa pátria, porque eu vou cortar todas as mordomias de vocês! Vocês não terão mais ONGs para saciar a fome de mortadela de vocês! Será uma limpeza nunca visto na história do Brasil! Vagabundo vai ter que trabalhar! Vai deixar de fazer demagogia junto ao povo brasileiro!** Vocês verão as instituições sendo reconhecidas! Vocês verão umas Forças Armadas altiva, que estará colaborando com o futuro do Brasil. **Vocês, petralhada, verão uma polícia civil e militar com retaguarda jurídica para fazer valer a lei no lombo de vocês! Bandidos do MST, bandidos do MTST: as ações de vocês serão tipificadas como terrorismo! Vocês não levarão mais o terror ao campo ou à cidade! Ou vocês se enquadram e se submetem às leis, ou vão fazer companhia ao cachaceiro lá em Curitiba.** Amigos de todo o Brasil: este momento não tem preço! Juntos! Eu disse, juntos! Nós faremos um Brasil diferente! Meu muito obrigado a todos do Brasil que confiaram o seu voto em mim por ocasião do primeiro turno. Ainda não ganhamos as eleições, mas **esse grito em nossa garganta será posto pra fora no próximo dia 28! Conclamo a todos vocês, que continuem mobilizados e participem ativamente por ocasião das eleições do próximo domingo, de forma democrática! Sem mentiras! Sem fake news! Sem Folha de São Paulo! Nós ganharemos essa guerra! Queremos a imprensa livre, mas com responsabilidade! A Folha de São Paulo é a maior fake news do Brasil! Vocês não terão mais verba publicitária do governo! Imprensa livre, parabéns! Imprensa vendida, meus pêsames! Somos amantes da liberdade, queremos a democracia e queremos viver em paz. Nós amamos as nossas famílias, nós respeitamos as crianças, nós respeitamos todas as religiões. Nós não queremos socialismo, nós queremos distância de ditaduras do mundo todo**. Amigos da Paulista e

> do Brasil, meu muito obrigado a todos vocês! e **vamos juntos trabalhar para que no próximo domingo, aquele grito que está em nossa garganta, que simboliza tudo que nós somos, seja posto pra fora: Brasil acima de tudo e Deus acima de todos!** À vitória! Obrigada meu Brasil! (BOLSONARO, 21 de outubro de 2018, grifos da autora).

A construção de subjetividades binárias inerentemente incompatíveis, mas necessariamente codependentes, permitiu ao bolsonarismo erigir as figuras do "inimigo" e do "povo" de forma não usual, se considerarmos os casos clássicos e a literatura dominante sobre o populismo. A significação do inimigo na figura do Partido dos Trabalhadores esteve muito próxima dos sentidos de "elite", do "sistema" e dos "poderosos", comumente expostos nos principais conceitos de populismo e identificados nas diversas experiências empíricas do fenômeno. Ainda que o partido tenha sido afastado do poder no decorrer do período considerado para a análise, o antagonismo estipulado para com ele e com os tantos significantes a ele associados dentro do discurso não cessou. Pelo contrário. A partir de 2016, a frequência do significante PT no discurso aumentou[87] e demarcou ainda mais a fronteira antagônica que o definia como um "inimigo" do "povo".

Esse povo, por sua vez, foi simbolicamente construído de modo a abrigar a "não identificação" para com os sentidos incorporados no inimigo. Tal variedade de inconformidades e sentimentos de não representação pelo poder estabelecido (ainda que simbolicamente) foi condensada, como argumentado, de forma abrangente e vaga, justamente para que o maior número de insatisfeitos fosse acolhido, como é próprio dos significantes vazios (pontos nodais). Ainda que haja no repertório bolsonarista diferentes formas de se dirigir a essas pessoas, muitas vezes simplesmente como "povo", um dos termos do discurso despontou como o significante que daria corpo a toda a subjetividade envolvida nos diferentes sentidos que articularam a construção desse povo: o cidadão de bem.

Fosse por meio de variações, como "pessoas de bem" ou apenas "cidadãos", ou em contraposição aos sentidos do "inimigo", o "cidadão de bem" figurou como o sujeito do bolsonarismo. A interpelação dos indivíduos pelo discurso e sua subjetivação enquanto parte do povo (cidadãos) teve como fio condutor elementos homogeneizantes que, no limite, foram estabelecidos no campo moral (de bem).

[87] Ver gráfico de frequência temporal, Apêndice A.

Em alguns momentos, estiveram presentes na articulação desse povo sentidos tradicionais ao discurso populista, como o de “maioria silenciosa” e de “povo soberano”, assim como sentidos atinentes à “nação”. Contudo, não foram estes os catalisadores principais da articulação do povo do bolsonarismo. A retórica patriótica e a incitação a demonstrações da “vontade do povo” nas ruas e nas urnas, que faz com que alguns autores vejam o bolsonarismo como um fenômeno nacionalista (SIMÕES, 2021; SETZLER, 2021; ZEEVAERT, 2020), não se mostrou estruturante do discurso, servindo, antes, como acessória[88] em uma construção simbólica na qual os sentidos estruturantes foram os da família, da fé, da liberdade, da segurança e da ordem.

> [...] Eu quero neste momento, **agradecer a Deus pela oportunidade**. E mais ainda, agradecer a Deus, que pelas mãos de médicos e enfermeiros e demais profissionais de saúde da Santa Casa de Juiz de Fora e do Alberto Einstein (*sic*) de São Paulo, operaram um verdadeiro milagre, mantendo a minha vida. Num momento que jamais poderia esperar, mas que, repito, graças a Deus, foi superado. **Com toda certeza ele reservou algo para mim e para todos nós aqui no Brasil**. Esse primeiro contato meu, via *live,* deve-se ao respeito, à consideração e à confiança que tenho no povo brasileiro. **Só cheguei até aqui porque vocês, internautas, povo brasileiro, realmente, vocês acreditaram em mim.** Desde o começo, há quatro anos, nesta mesa, quando decidi, sozinho, disputar a presidência, sabia de todas as dificuldades que teria à minha frente. Mas, com 59 anos de idade à época, **não poderia pensar somente em mim e disputar mais um mandato de deputado federal**, com toda certeza sendo o mais votado do Rio ou até mesmo me elegendo Senador da República. Depois dos 60 essa vontade se fez cada vez mais presente. **Não por obsessão. Não por querer ocupar a cadeira presidencial por um motivo pessoal. Ocupá-la sim, para que juntamente com uma boa equipe, boas pessoas ao meu lado, nós pudéssemos ter sim, mais do que a esperança, mas a certeza de mudar o destino do Brasil.** Fizemos uma campanha não diferente dos outros, mas como deveria ser feita. Afinal de contas, **a nossa bandeira, o nosso slogan, eu fui buscar naquilo que muitos chamam de ‘caixa de ferramentas para consertar o homem e a mulher’, que é a Bíblia Sagrada.** Fomos em João 8:32 - E conhecereis a verdade, e a verdade os libertará. Nós temos que nos acostumar a conviver com a verdade. Não existe outro caminho se quisermos realmente a paz e a prosperidade. A verdade tem que começar a valer dentro dos lares até o ponto mais alto, que é a presidência da República. **O povo, mais que o dever, tem o direito de saber o que acontece no seu país. Graças a Deus, essa verdade o povo entendeu perfeitamente. Alguém sem um grande partido, sem fundo partidário, com a grande parte da grande mídia o tempo todo criticando, colocando-me muitas vezes numa situação próxima de uma situação vexatória**. [incompreensível] **que passou a acreditar na gente, e passou a ser sim, integrante de um grande exército, que sabia para onde o Brasil estava marchando e clamava por mudanças. Não poderíamos mais continuar flertando com o socialismo, com o comunismo e com o populismo e com o extremismo da esquerda. Todos nós sabíamos para onde o Brasil**

[88] A distinção entre populismo e nacionalismo e sua aplicabilidade ao fenômeno bolsonarista será mais bem aprofundada no próximo capítulo.

> **estava indo.** [...] As urnas se abriram, nós fomos declarados vencedores desse pleito. E o que eu mais quero é, seguindo os ensinamentos de Deus, ao lado da Constituição brasileira, inspirando-se em grandes líderes mundiais, e com a boa assessoria técnica e profissional ao seu lado, isentas de indicações políticas de praxe, começar a fazer um governo a partir do ano que vem que possa realmente colocar o nosso Brasil num lugar de destaque. Temos tudo, tudo para sermos uma grande nação. [...] Temos condição de governabilidade dado aos contatos que fizemos ao longo dos últimos anos com parlamentares. Todos os compromissos assumidos, serão cumpridos, com as mais variadas bancadas, com o povo, em cada local do Brasil que não estive presente. [...] Vamos juntos, juntos, mudar o destino do Brasil. **Sabíamos para onde estávamos indo. Agora sabemos para onde queremos ir.** Meu querido povo brasileiro, meu muito obrigado pela confiança. **E no momento, peço à Deus mais uma vez, coragem para poder bem decidir o futuro (...) Estou muito feliz, e missão, não se escolhe nem se discute, se cumpre. E nós, juntos, cumpriremos a missão de resgatar o nosso Brasil.** Um forte abraço a todos e fiquem com Deus (BOLSONARO, 28 de outubro de 2018, grifos da autora).

Figura 25 - Captura de tela de postagem contendo vídeo do discurso da vitória. Fonte: BOLSONARO, 2018.

No capítulo 2 destacamos que o discurso enquanto objeto de análise envolve muito mais do que a fala e a escrita, compreendendo diferentes formas através das quais a significação ocorre. A análise das postagens demonstrou que ao longo da campanha a composição dos vídeos e imagens compartilhados por Bolsonaro foi cuidadosamente pensada para transmitir visualmente os sentidos de seu discurso e reforçar a identificação com o “povo”. Os diferentes símbolos presentes em seus cenários, os convidados de suas *lives*, a vestimenta usada por ele e por sua esposa e a postura adotada também comunicaram, em diferentes ocasiões, as ideias expressas (ou não) verbalmente em suas falas. O discurso da vitória é um exemplo emblemático desta organização, pois sintetiza uma gama de

símbolos que foram centrais na construção da identidade política do “cidadão de bem”.

À mesa de sua casa, na qual estão dispostos um exemplar de um livro de Olavo de Carvalho, uma Bíblia Sagrada, um volume da Constituição Federal e uma biografia do ex-primeiro-ministro britânico Winston Churchill, ao lado da esposa Michelle Bolsonaro e de uma intérprete de libras, Bolsonaro agradeceu ao povo e à Deus pela sua vitória nas eleições de 2018. Para além do conteúdo pronunciado em sua fala, os significados expressos visualmente no vídeo também comunicaram uma série de elementos de identificação com o “povo” do discurso.

A “simplicidade” em falar da mesa de casa e não em um palanque de um grande evento partidário[89] indicava a proximidade de Bolsonaro com os cidadãos e seu distanciamento do “sistema”. Os livros escolhidos para ocupar a mesa, refletiram as orientações ideológicas que se comprometia a seguir em seu mandato, em um aceno ao eleitorado conservador e religioso (Bíblia e Churchill), ao eleitorado que se convencionou chamar de “ala ideológica”[90] (Olavo de Carvalho), e aos eleitores menos convictos, que viam com certo receio seus reiterados ataques às instituições em um passado recente (Constituição). A presença da esposa, a qual aparece vestindo uma camisa branca com escritas em libras, com um adesivo do número de sua legenda (17) e concordando constantemente com as falas do marido, também comunica os sentidos desta construção. Ela denota o compromisso na valorização da família em sua forma tradicional, reforçando o papel da mulher enquanto esposa e mãe; da fé, pois Michelle é evangélica e ao longo da campanha Bolsonaro mencionou constantemente a religiosidade da esposa como forma de aproximação do eleitorado evangélico; e da inclusão das “verdadeiras minorias”, uma vez que o

[89] Para além da estética simbolizada pela transmissão feita de sua casa, há de se pontuar que na data Bolsonaro ainda estava sob restrições médicas quanto a participação em eventos com grande número de pessoas, pois se recuperava das cirurgias às quais fora submetido após a facada que recebeu durante um ato de campanha, pouco mais de um mês antes. De qualquer modo, a abordagem já era usada por Bolsonaro antes do episódio, sendo de praxe a abertura de seu espaço familiar aos seguidores em *lives* e vídeos.

[90] O termo foi adotado principalmente pela grande mídia para se referir aos ministros e demais cargos alinhados às ideias de Olavo de Carvalho. A terminologia é usada principalmente para distinção entre as demais frações do bolsonarismo, geralmente denominadas de “ala técnica” e “ala militar” (O Globo, CNN). A referência no corpo do texto não condiz com a compreensão adotada na tese, uma vez que, baseados na perspectiva laclauniana, entendemos que a ideologia é um fator constitutivo de todo e qualquer discurso. Deste modo, ainda que útil para elucidar a heterogeneidade adjacente ao fenômeno, a distinção não se confirma do ponto de vista de uma análise da ideologia.

bolsonarismo não entende como válidas as demandas de grupos minoritários em termos étnicos, de orientação sexual ou de gênero, lançando mão de uma retórica meritocrática segundo a qual apenas as “verdadeiras minorias”, como a população surda, deveriam receber atenção especial do Estado.

Todas essas mensagens complementaram a construção da identidade do povo bolsonarista em torno do significante “cidadão de bem”. Congregando as três diferentes formas retóricas de representar o povo propostas no capítulo anterior, a identidade do “cidadão de bem” pode ser resumida por sua reivindicação como sendo “uma maioria honesta, trabalhadora, conservadora e cristã (perspectiva afirmativa), que não concorda com a corrupção, com a ideologia da esquerda, com a impunidade dos criminosos, com a situação econômica e com o estado de coisas de modo geral (perspectiva reativa), e que anseia por um país melhor no qual possam voltar a ter orgulho de serem brasileiros (perspectiva unificadora)”.

Embora esta definição seja abrangente, ela é também delimitante. Suas fronteiras não são postas em termos fixos e essencialistas, dando margem para algumas formas de pertencimento adaptáveis, dado o caráter parcial de toda fixação de identidades (Laclau, 2005). Assim, a identificação em uma determinada esfera pode se sobrepor à exclusão em outra: uma pessoa pertencente a um grupo atacado em uma das formas de identificação (LGBTQIA+, por exemplo), pode ainda assim sentir-se pertencente ao “povo” por identificar-se com outras formas de subjetivação compreendidas na mesma identidade, como a postura antissistema ou a crítica econômica. Essa descentralização dos sujeitos, introduzida por Ernesto Laclau (2005) à teoria populista, é um dos fatores que implica na variedade de formas que o fenômeno populista pode assumir, guardadas as peculiaridades históricas de cada sociedade. Como o caso do bolsonarismo indica, é justamente o olhar mais atento para essas peculiaridades que pode indicar caminhos para uma compreensão mais adequada das formas contemporâneas do populismo, que tem se mostrado desafiadoras à teoria política.

3. 5 Breves considerações acerca dos aspectos históricos e sociais da construção do “povo” e do “inimigo” no bolsonarismo

Ao longo deste trabalho argumentamos sucintamente sobre a inviabilidade de capturarmos a identidade do povo do bolsonarismo tendo por parâmetro os moldes nos quais se constrói o “povo” nos discursos populistas de direita em outras partes do mundo, principalmente no norte global. Tomando por ponto de partida o antagonismo inerente ao populismo e as fronteiras por ele delimitadas, a multiplicidade simbólica que compõe o “povo” do bolsonarismo pode ser identificada por meio das diferentes formas de identificação presentes no discurso. Definida a confluência destas no arquétipo do “cidadão de bem”, resta agora abordarmos alguns aspectos históricos e sociais que ajudam a compreender essa representação do sujeito político do bolsonarismo.

Quando olhamos para as experiências populistas europeias, tradicionalmente de direita, vemos a proeminência dada pelos discursos à identidade nacional, de modo que, por vezes, a distinção entre o populismo e nacionalismo é bastante complexa (MUDDE, 2004;). Muito em virtude de sua intrincada história enquanto um país colonizado, no Brasil (assim como em vários outros países Latino-Americanos), a construção do povo baseada em uma identidade nacional é muito improvável[91]. Dentre as muitas razões que dificultam a percepção desse povo tão heterogêneo enquanto um só, podemos citar a multiplicidade de origens que formam a população demográfica brasileira, a negligência com as contribuições culturais dos povos originários e escravizados, o racismo estrutural e as diferenças regionais e econômicas. Apesar disso, há décadas vige um discurso fundamentado no mito da democracia racial da população brasileira. Sustentado na narrativa da diversidade originária, esse mito serviu para a institucionalização da ideia de uma cultura nacional tolerante com as diferenças (SOUZA, 2009; FERNANDES, 2008; COSTA, 1998; MOURA, 1988).

[91] Exceções, como o caso boliviano sob liderança de Evo Morales (2006-2019) e manifestações de menor expressão eleitoral, como no Equador (2021), tendem a fortalecer a identidade nacional a partir dos povos originários, sendo classificados como etnopopulismo (LARSON et. al, 2008; MADRID, 2008; GUIMARÃES, 2012) ou como formas inclusivas de populismo (MUDDE e KALTWASSER, 2013), associadas às expressões do fenômeno à esquerda do espectro ideológico.

Ainda que a população brasileira seja, de fato, uma mescla de várias etnias e culturas, a identidade representada em todos os domínios de poder não reflete essa miscigenação. Assim como na maioria dos países que tiveram na escravidão um dos pilares de seu desenvolvimento e o apagamento dos povos originários como parte da construção da identidade nacional (SILVA, 2018), no Brasil, os espaços de poder sempre foram ocupados prevalentemente por pessoas cujas histórias e características não refletem com fidelidade a composição étnica e social da população. Quando falamos destes espaços, nos referimos às estruturas de uma forma ampla, englobando os âmbitos político, jurídico, acadêmico, midiático, econômico etc. Isso implica em dizer que estas estruturas, além de incongruentes com a realidade - pois projetam a imagem de uma identidade branca, geralmente do gênero masculino, ligada à religião cristã e pertencente à classe média-alta - perpetuam e reproduzem percepções que ignoram não apenas as características evidentes da população, mas também toda a pluralidade de representações negligenciadas em consequência disso (MOURA, 1988; GONZALEZ, 2018; SCHWARCZ, 1994).

A construção da identidade do povo bolsonarista se nutriu desse mito e reiterou essa brasilidade negligente em infindáveis tentativas de invisibilização das diferenças mediante um discurso unificador e homogeneizante. Mesmo que Bolsonaro tenha feito tentativas de diversificar a imagem de seus apoiadores, trazendo pessoas negras, indígenas, LGBTQIA+ e mulheres para os seus palanques, a parcela mais ostensiva de adeptos ao seu discurso refletiu em grande parte a representação supracitada[92]. Essa divergência entre a imagem dos representados e dos representantes, no entanto, não foi um problema para seu sucesso eleitoral.

Em termos numéricos, o percentual da população brasileira compatível com a identidade projetada nos espaços de poder não é grande o suficiente[93] para justificar o alcance que o bolsonarismo teve enquanto fenômeno político. Não obstante, a presença predominante desses em lugares de influência e de tomada

[92] Pesquisa Datafolha de 25 de outubro para presidente por sexo, idade, escolaridade, renda, região, religião e orientação sexual (G1, 2018).
[93] Os dados referentes ao eleitorado bolsonarista em contraposição às características demográficas da população serão abordados mais detidamente no capítulo seguinte.

de decisão ao longo da história e o impacto que isso tem na produção e reprodução das percepções sociais dominantes são fatores que devem ser considerados quando analisamos a construção de uma identidade discursiva.

Um dos efeitos mais visíveis desta discrepância é a predominância de uma percepção que universaliza as condições daqueles representados - brancos, de classe média - para as classes mais baixas, promovendo o entendimento de que as condições de vida e de acesso às oportunidades são iguais para todos e tornando aceitável a ideia de mérito individual como a explicação para o fato de algumas pessoas obterem sucesso e outras não (SOUZA, 2009, p. 17). Neste sentido, discursos que desafiam a validade e coerência das visões consolidadas - como a de que o esforço individual é o aspecto determinante na trajetória de vida das pessoas, por exemplo -, são recebidos com receio e resistência. Projetos inclusivos, assim, se chocam com um ideário meritocrático que é difundido acriticamente, fazendo com que muitos dos que são diretamente afetados pelas desigualdades estruturais não as percebam como limitantes.

A noção de mérito - muito presente nos significantes “Educação”, “Negros”, “Mulheres”, “LGBTQIA+” e “Eleições” - é apenas uma das tantas faces que a construção histórica da identidade brasileira assume. Associada a outros fatores, ela é incorporada a um discurso moral no qual as escolhas individuais são colocadas como desvinculadas das circunstâncias de vida das pessoas. Ressoando em outras esferas pelas quais as dicotomias da noção do “cidadão de bem” se afirmam, ela pode ser observada também na aceitação - e defesa - da omissão do Estado em corrigir as desigualdades (“Economia”, “Segurança”, “Educação”), na retórica punitivista que trata a criminalidade como resultante unicamente da falta de honestidade e afeição ao trabalho (“Povo”, “Segurança”, “Direitos Humanos”, “Liberdade”, “Corrupção”), na objeção à implementação de ações afirmativas ("Esquerda", “PT”), e na depreciação de todo o sincretismo envolvido na religiosidade brasileira (“Fé”, “Família”).

O sentimento de ameaça mobilizado pelo bolsonarismo na construção dos antagonismos que dão a base simbólica para o seu “povo” se sustentou, em grande parte, nessas noções. Estimulando o medo e a insegurança frente às mudanças implementadas pelos governos petistas - ou meramente interpretadas como

derivadas deles - o discurso exprimiu, ante cada uma delas, o sentimento de dupla perda: de referências e de espaços. A perda de referências (“Família”, “Fé”, “Forças Armadas”, “Povo”, “Educação”), que guarda estreita ligação com a perda de autoridade sobre a designação do lugar do outro (“LGBTQIA+”, “Negros”, “Mulheres”, “Indígenas”) mostra-se uma ameaça na medida em que conjectura uma mudança de modelo de sociedade, na qual família nuclear tradicional cristã não é mais um padrão incontestável. A perda de espaços (“Educação”, “Economia”, “Relações Exteriores”, “Meio Ambiente”, “Eleições”, “Povo”, “Mídia”, “Forças Armadas”) da mesma forma, revela a inconformação pela perda de exclusividade no acesso à determinadas prerrogativas, antes atreladas exclusivamente ao poder econômico. Em última instância, o senso de ameaça instigado pelo bolsonarismo representou o medo da perda de hegemonia de um discurso, o qual não apenas reagiu para preservar-se, mas também para resgatar o espaço que viu como perdido.

Esse modo reativo de sensibilização não é uma novidade do bolsonarismo. Na verdade, vários dos significados presentes na construção do inimigo bolsonarista restauram uma forma de mobilização que possui pronunciada presença no discurso político brasileiro, ganhando relevância e assumindo centralidade no debate de tempos em tempos (MOTTA, 2019). O aspecto mais ostensivo deste resgate é a ênfase no “perigo comunista” e todas as formas de atemorização que ela acarreta. Conforme demonstra o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2002; 2019), o anticomunismo teve protagonismo em diferentes etapas da evolução democrática do país, servindo de elemento organizador de discursos no campo político-ideológico brasileiro e consistindo em uma tradição política que é reconstruída de tempos em tempos. Segundo o autor, o antipetismo que evidenciamos no bolsonarismo se ampara largamente na tradição anticomunista, que foi reapropriada e adaptada aos novos tempos.

Diretamente ligada às Forças Armadas e sua atuação na política (FERREIRA, 1986; CASTRO, 2002), essa tradição remonta ao início do século XX, quando dois eventos em particular conferiram as bases para o fenômeno: a Revolução de 1917, na Rússia, e a insurreição revolucionária de 1935, no Brasil. A reação a esses movimentos, principalmente ao movimento liderado pela Aliança

Nacional Libertadora, que ficou conhecido pelo termo pejorativo "Intentona", inaugurou a construção de um imaginário político no qual a violência e os objetivos dos revolucionários foram exagerados e caricaturados para insuflar o medo (CASTRO, 2002; MOTTA, 2019). O impacto que o emprego da retórica anticomunista gerou pode ser medido pela sua capacidade de promoção da união de diferentes grupos (católicos, liberais, militares, empresários, nacionalistas e fascistas) contra um inimigo comum para justificar os golpes de Estado de 1937 e 1964[94] (CASTRO, 2002).

Motta demonstra a penetração dos sentidos atrelados ao termo na sociedade brasileira ao longo do século distinguindo três matrizes distintas pelas quais esse processo ocorreu: a do cristianismo, a do nacionalismo e a do liberalismo. De acordo com o autor, a primeira delas, a matriz cristã, alocou a ênfase na ameaça que o comunismo representava à moral e aos valores da sociedade judaico-cristã, principalmente à família, por incentivar uma nova moralidade na qual a religião não teria lugar. A segunda, nacionalista, simbolizou a nação como um conjunto orgânico, superior a qualquer conflito social, no qual a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização seriam o caminho contra os intentos revolucionários vindos de forças estrangeiras, representadas em diferentes momentos históricos pela USSR, pela China e por Cuba. Por fim, a terceira matriz, liberal, é cindida ao meio, composta pelo liberalismo político e pelo liberalismo econômico. A aversão ao comunismo nesta matriz diz respeito à percepção de que o modelo atentaria tanto contra a liberdade política, praticando o autoritarismo, quanto à econômica, destruindo o direito à propriedade privada. Conforme o autor destaca, no anticomunismo liberal-democrático brasileiro, predominou uma retórica pouco preocupada com a participação política e as práticas democráticas, mas com grande exaltação dos perigos do intervencionismo estatal (MOTTA, 2002; 2019).

Conforme visto, todos esses aspectos estão muito presentes na construção de sentidos do bolsonarismo e, não raro, as diferentes matrizes categorizadas por Motta podem ser identificadas de forma convergente. Na visão do historiador, o

[94] A ênfase ao papel do anticomunismo nos dois momentos históricos citados não ignora a influência e relevância de outros aspectos para o desencadeamento dos golpes, como a crise econômica e as denúncias de corrupção contra o governo.

anticomunismo e o antipetismo são fenômenos políticos ligados por uma forte linha de continuidade, constituída a partir de uma estratégia discursiva que conecta os governos petistas a uma história de violência e sofrimento atribuída às experiências comunistas para convencer o público de seus perigos, assim como da necessidade da eliminação de partidos que representem tal visão de mundo. De forma pontual, a tradição é também empregada para atacar políticas estatais intervencionistas, contrastando as vantagens do sucesso liberal com os desastres do comunismo (MOTTA, 2019).

Nesta remodelagem do anticomunismo e adequação às forças de esquerda atuais, a base argumentativa das denúncias sobre o perigo vermelho diverge pouco da adotada nos anos 1920-30, que, por sua vez, foi reapropriada e reciclada nos anos 1960 (MOTTA, 2002, 2019; CASTRO, 2002). Mudanças no cenário internacional e a reconfiguração de forças exigiram adaptações no discurso: o lugar antes ocupado pela USSR e por Cuba como exemplos de um futuro temível a ser evitado no Brasil agora engloba também a Venezuela, que no imaginário bolsonarista é exemplo contemporâneo (junto de Cuba) do fracasso do cânone comunista/socialista. Questões morais e religiosas, ataques motivados pelo tema da corrupção, da liberdade ameaçada pelo totalitarismo e da defesa das virtudes do mercado e do individualismo em detrimento dos males subjacentes à intervenção estatal foram, em maior ou menor grau, também adaptados. De acordo com Motta (2019), um tema novo que se mesclou ao emergente antipetismo foi a (in)segurança, significante que se mostrou frequente nas atribuições do aumento da criminalidade ao governo petista e à esquerda em geral, assim como a conexão feita com o período militar (no qual não haveria “impunidade para a bandidagem”).

Compreender essas continuidades e reapropriações permite afirmar que o bolsonarismo, embora tenha surgido como um fenômeno político inesperado, não o foi de todo imprevisível. Para além de identificarmos as continuidades e alterações que o discurso carrega, a abordagem de suas formas de permanência e ressignificação histórica possibilita a apreensão de sua característica mais imutável: a reatividade ante aos processos de mudança da sociedade. Trazendo à tona estigmas sociais arraigados na cultura política brasileira, a efetividade de sua mobilização evidencia, sobretudo, o temor de determinados grupos sociais ante a

processos de transformação social e cultural que ameacem suas posições de poder. Desvelando receios que vão além de uma pretensa defesa da democracia, a orientação reativa do discurso evidencia o real senso de ameaça a ele subjacente: o medo de que os excluídos passem a questionar a hierarquia vigente (MOTTA, 2019). Conforme o autor, o comunismo representa um gatilho para mudanças comportamentais, morais e religiosas e, por isso, a generalização do rótulo “comunista” funciona como uma estratégia útil para estimular o sentimento de constante ameaça à ordem social que tanto perturba setores conservadores (MOTTA, 2019).

3.6 Considerações

Considerada a heterogeneidade de sentidos acomodados no discurso da direita brasileira ao qual o bolsonarismo se associou, fica evidente que nem todos os eleitores que escolheram Bolsonaro como seu representante o fizeram por concordar inteiramente com as agendas moral ou econômica por ele incorporadas. Os pontos nodais fixados pelo discurso e as várias dicotomias nas quais as identificações do “povo” se estruturaram para construir sua identidade no significante do “cidadão de bem” deixam claro que o “povo” do bolsonarismo é muito mais difuso e impreciso do que supõe a classificação teórica usual.

Confirmada a hipótese inicial desta tese e caracterizado o discurso como uma expressão do populismo de direita, as ponderações sobre sua inserção em um panorama histórico mais amplo e seu vínculo com a uma tradição discursiva anterior aclaram a interpretação de sua incidência enquanto um fenômeno reativo. Isso implica estar ciente sobre a sua capilaridade temporal e interpretá-lo como uma manifestação episódica de um fenômeno recorrente e provável de assumir hegemonia sempre que discursos progressistas alcançarem espaço de destaque.

No campo teórico, o bolsonarismo deve ser considerado como um exemplo da necessidade de compreensão mais profunda acerca dos limites e potencialidades identificados nas formulações contemporâneas do populismo. Sua concomitante conformidade e inconformidade com os parâmetros estabelecidos pelas teorias vigentes designa o imprescindível exame das questões que as experiências empíricas atuais suscitam às formulações teóricas, dentre as quais

reside a consideração das complexas emoções que subjazem a identificação no populismo de direita atual. Visando colaborar com este desenvolvimento, o próximo capítulo propõe algumas reflexões sobre as colaborações da experiência bolsonarista à evolução da teoria populista.

CAPÍTULO 4

REFLEXÕES SOBRE AS TEORIAS POPULISTAS À LUZ DO BOLSONARISMO

4.1 Introdução

Há mais de cinquenta anos a teoria política vem se debruçando sobre as dificuldades de definir o populismo. De lá para cá, uma pletora de estudos empíricos das manifestações do fenômeno tem substanciado formulações com abordagens diversas, permitindo o avanço na compreensão do populismo no que diz respeito à sua natureza e potencialidades. Ainda assim, o progresso teórico alcançado se mostra por vezes insuficiente para explicar as suas novas manifestações, que têm se multiplicado em torno do globo. Como argumentado no capítulo 2, desde os debates iniciais sobre a necessidade de clareza na compreensão do populismo, tem-se como inconteste a afirmação sobre dois aspectos atinentes ao fenômeno: 1) sua reincidência denota a necessidade de entendermos sua relação com a democracia representativa liberal e seu papel no pensamento político; e 2) sua definição ainda é falha. Mais de cinco décadas e muitos estudos depois, estas prerrogativas seguem válidas e incômodas à teoria.

Nos capítulos precedentes, a apresentação dos sentidos do discurso bolsonarista, de seus significantes, dos pontos nodais e da forma como estes articulam os sentidos para eleger um inimigo e construir um povo em oposição a ele, foi costurada de modo a ressaltar a concomitante adequação do bolsonarismo às teorias contemporâneas vigentes e a novidade que o fenômeno representa. As peculiaridades do discurso foram sublinhadas de modo a demonstrar que o bolsonarismo se encaixa na definição mais amplamente aceita pela teoria contemporânea de populismo, mas que sua construção do “povo” se dá de modo distinto do definido pelas literaturas clássica e contemporânea em vários aspectos. Neste capítulo, propomos uma reflexão mais atenta a estes aspectos, de modo a compreender as possibilidades de avanço teórico no debate do populismo a partir da experiência bolsonarista.

Para tanto, o capítulo está dividido em cinco partes. Na primeira delas, o bolsonarismo é considerado dentro de uma perspectiva global, na qual diferentes experiências atuais, geralmente classificadas como expoentes do populismo e do nacionalismo de direita, são trazidas ao debate para, posteriormente, sublinhar a inadequação da classificação do bolsonarismo como um discurso nacionalista. O argumento que trazemos é o de que o resgate de significados patrióticos e o papel atribuído aos militares no imaginário de nação brasileira empregado pelo bolsonarismo revela mais traços autoritários do que propriamente nacionalistas do discurso. Para corroborar com este argumento, são descritas algumas das características principais da ideologia autoritária e são indicadas também as diferenças centrais entre ela e o totalitarismo, que é usualmente associado aos populismos de direita contemporâneos.

Na segunda parte, aprofundamos o entendimento sobre o caráter reativo do discurso, abordando a crise da democracia liberal representativa e o papel que as emoções desempenham nas mobilizações populistas contemporâneas. A terceira seção dedica atenção especial para um tipo complexo de emoção que ocupa um papel central no populismo reativo, o ressentimento. Destacando a sua capacidade de transformar as orientações políticas convencionais dos cidadãos em valores orientados regressivamente, essa parte do capítulo vislumbra a possibilidade da classificação do cidadão de bem do bolsonarismo como um sujeito do ressentimento.

Na quarta seção, trazemos à discussão algumas características do eleitorado bolsonarista para elucidar as peculiaridades da composição demográfica do povo construído pelo seu discurso e as razões pelas quais os significantes articulados lograram gerar identificação de forma tão arraigada junto a algumas parcelas da sociedade. A fim de demonstrar a preponderância de determinados significantes nesse processo, o recorte religioso é apresentado como ilustrativo da interseção entre os dois eixos centrais do bolsonarismo, o conservadorismo moral e o liberalismo econômico.

Por fim, a última seção traz ponderações sobre o bolsonarismo enquanto expoente de uma forma cada vez mais recorrente de populismo, o populismo reativo, ressaltando a necessidade de a teoria populista estar aberta às formas destoantes de construção o povo, como a operada pelo discurso bolsonarista.

4.2 Bolsonarismo: novos aspectos de um velho fenômeno

A esta altura, deve estar claro que as características destacadas no bolsonarismo não são totalmente novas ou exclusivas ao fenômeno. Como foi evidenciado, vários aspectos do discurso confirmaram sua estrutura populista, embora não necessariamente nos moldes que a teoria populista usualmente apresenta. A compreensão inicial sobre essas dissonâncias é de que as variações encontradas se inserem em um *continuum*, no qual deve ser considerado o longo caminho percorrido pelo populismo desde suas primeiras versões (tanto no meio rural russo quanto no estadunidense) até chegar às versões com as quais nos deparamos hoje, evidenciando o quão elusivo é o fenômeno. O reconhecimento por parte da maioria dos teóricos sobre o peso que fatores conjunturais imprimem na configuração que as diferentes formas de manifestação populista assumem, dependendo de sua localização espacial e temporal, sugere que a volatilidade talvez seja um dos aspectos mais desafiadores para uma conceituação definitiva. O desafio se coloca também na análise do bolsonarismo.

Esse ponto já havia sido levantado no final da década de 1960, quando o teórico Peter Worsely chamou a atenção para a influência do contexto no desenvolvimento das ideias aplicadas ao fenômeno, frisando que as diferentes experiências populistas só poderiam ser apreendidas a partir de um alto grau de generalidade (WORSLEY, 1969, p. 297). Formulações posteriores (TAGGART, 2002; MÉNY e SUREL, 2002; CANOVAN, 2005; ARDITI, 2009; MUDDE e KALTWASSER, 2013) debateram mais a fundo esta questão, sugerindo a substituição da tentativa de resolução da “anexatidão” do conceito de populismo (ARDITI, 2009), por uma abordagem na qual a sua vacuidade constitutiva seja reconhecida como uma alternativa para a compreensão de elementos da representação política que ele comporta. Como discutido no capítulo 2, essa foi a linha adotada pelo *mainstream* da teoria populista vigente, a qual foi empregada na análise realizada nesta tese.

Um dos pressupostos tácitos por trás da aderência a uma conceituação mínima do populismo é o de que, se a sociedade muda, também há de mudar o populismo. Embora possa parecer evidente, este é um aspecto muitas vezes negligenciado nas análises empíricas. Outrossim, a teoria não tem dedicado atenção suficiente para as formas “desviantes” de construção do povo que os fenômenos atuais do populismo

têm promovido, formando por vezes uma lacuna entre as características evidenciadas pelas novas experiências e as categorias teóricas disponíveis. Esse hiato entre a realidade e a teoria demonstra a urgência de se pensar o populismo a partir da constante reinvenção do fenômeno. Isso implica que as investigações das diferentes expressões do populismo contemporâneo devem ter em conta que, da mesma forma que as questões locais terão influência na forma como o povo e o inimigo são construídos pelo discurso, suas características serão alteradas também em virtude das mudanças sociais promovidas pelas novas formas de organização da sociedade. Nesta lógica, a aplicação das categorias de análise deve ser feita sempre considerando a possibilidade de um determinado nível de adequação.

Atentar para as particularidades de cada caso, no entanto, não significa ignorar o cerne da estrutura do discurso populista, nem o fato de que cada manifestação populista será marcada pela articulação de elementos chave. Embora em graus de mobilização diferentes, elementos comuns são identificáveis em vários expoentes do populismo de direita atual, muitos dos quais se aproximam do bolsonarismo. A ampla mobilização da religiosidade, por exemplo, que é uma característica marcante do discurso bolsonarista, é também uma marca dos populismos de Viktor Orbán (Hungría), de Andrzej Duda (Polônia), de Recep Tayyip Erdoğan (Turquia), de Narenda Modi (Índia), e em grau menor, do Trumpismo (EUA). Da mesma forma, estiveram também fortemente presentes nessas construções o anticomunismo, o culto aos valores familiares e às tradições como fundamentos da nação e o ataque às ONGS, acusadas de serem instrumentos de forças internacionais com vistas a minar a soberania nacional.

Todos esses atores igualmente atacaram os direitos das minorias e promoveram o descrédito da mídia e das instituições, sobretudo daquelas cujas escolhas dos representantes não se dá mediante o voto popular, como o Judiciário. Outra característica marcante compartilhada por uma considerável parcela dos populismos atuais é a liderança na imagem de *“outsiders insiders”,* ou seja, políticos com uma longa trajetória parlamentar, como Jair Bolsonaro, Viktor Orbán (Hungria) e Geert Wilders (Países Baixos), ou membros da elite econômica, como Donald Trump (EUA), que apesar de fazerem parte do *establishment* por eles criticado*,* conseguem se perfilar como *outsiders* políticos ou como não pertencentes à “elite”, por meio do emprego de retóricas antissistema. Essas semelhanças demonstram que o

bolsonarismo, embora não seja exatamente um caso de populismo clássico, constitui um caso clássico do populismo do nosso tempo[95].

Em um aspecto, no entanto, o bolsonarismo destoa de grande parte dos casos citados. Enquanto na maioria dos discursos mencionados a representação do inimigo está associada a algum fator preponderantemente externo - os chineses, o terrorismo e os mexicanos, para Donald Trump; os imigrantes muçulmanos, a União Europeia e o "globalismo", para os líderes populistas dos países europeus (Viktor Órban, Andrzej Duda, Marine Le Pen, Geert Wilders) -, no bolsonarismo, o inimigo é interno. Há, como visto, a presença de representações do "eles" que são exteriores, principalmente na imagem dos órgãos internacionais como a ONU, a UNICEF e as ONGs, assim como nas alusões ao globalismo. Porém, elas são secundárias, constituindo apenas forças coadjuvantes dentro do esquema de dominação do inimigo desenhado pelo discurso.

Em virtude das semelhanças compartilhadas entre os diferentes casos, considerados dentro de um mesmo fenômeno e dada a associação das características mencionadas a fatores identitários que tem um forte apelo nacional, é comum que a literatura e também o senso comum midiático classifiquem os discursos populistas de direita como nacionalistas. Ainda que em alguns dos casos a classificação se mostre adequada, ela não deve ser utilizada indiscriminadamente para a abordagem dos diferentes discursos que compõem os diferentes populismos de direita. Tampouco deve ser atribuída exclusivamente aos populismos de direita. Traços nacionalistas e autoritários são identificáveis, em maior ou menor grau, em todos os exemplos de populismo mencionados e além, mas a distinção entre os o populismo e o nacionalismo é um pouco mais complexa, principalmente nos casos em que ambos coexistem.

Um dos agravantes que torna a classificação entre os dois ainda mais difícil é a proximidade na forma como ambos os discursos são articulados e como eles mobilizam os afetos, uma vez que ambos evocam a soberania do povo, empregando

[95] Ainda que a comparação entre os elementos principais desses discursos extrapole o escopo do debate aqui proposto, análises recentes (KAYA, 2021; FERRARI, 2021) indicam que muitas das propriedades mencionadas são observáveis também nas expressões populistas de direita organizadas em torno dos partidos europeus com trajetória, em sua maioria, anterior ao bolsonarismo. É o caso do FN - National Front (França), DF - People's Party (Dinamarca), o FPÖ - Freedom Party (Áustria), o SVP - Swiss People's Party (Suíça), o FrP - Progress Party (Noruega), o PVV - Freedom Party (Países Baixos) e o UKIP - United Kingdom Independence Party (Reino Unido).

com frequência um vocabulário que em várias línguas diz respeito tanto ao povo quanto à nação (DE CLEEN e STAVRAKAKIS, 2017, p. 301). Por isso, a forma mais adequada de se diferenciar os dois discursos é através da identificação de suas estruturas, ou seja, da forma como as fronteiras são delimitadas entre os significantes e de como o pertencimento é circunscrito. A este respeito, De Cleen e Stavrakakis (2017) propõem que o populismo e o nacionalismo são duas formas diferentes de construir e tentar representar o povo: como os desfavorecidos e como a nação, respectivamente.

Apesar de o bolsonarismo não se encaixar na visão do populismo por eles apresentada (segundo a qual o povo é composto pelos desfavorecidos), as premissas teóricas pós-estruturalistas empregadas na análise dos autores são as mesmas que norteiam esta tese, o que torna a diferenciação por eles proposta útil para esclarecer a inadequação de categorizar o bolsonarismo como um discurso nacionalista. A definição de nacionalismo por eles adotada é a de um discurso estruturado em torno do ponto nodal Nação, vislumbrado como uma comunidade limitada e soberana que existe através do tempo e que está adstrita a um determinado espaço, sendo construída por meio de um eixo horizontal, o qual estabelece a oposição entre a nação e os grupos que não fazem parte dela (inimigo externo). O populismo, por sua vez, é apresentado como um discurso dicotômico no qual “o povo” é justaposto à uma “elite”, de acordo com o eixo antagônico vertical, no qual o povo é construído discursivamente como um grupo desprovido do poder e que se opõe à elite, concebida como um pequeno grupo (interno) que detém o poder de forma ilegítima (DE CLEEN e STAVRAKAKIS, 2017, p. 310). Sem ignorar a complexa inter-relação e coocorrência dos dois fenômenos, os autores propõem, então, uma perspectiva espacial para identificação dos diferentes arranjos (articulações) pelos quais os antagonismos sociopolíticos são construídos, posicionando-os em dois eixos: o primeiro, que os autores denominam de “eixo vertical”, apresenta a distinção “em cima/embaixo”; ao passo que o segundo, definido “eixo horizontal”, opõe os grupos “dentro/fora”[96].

Retomando o exposto anteriormente sobre a forma de construção do povo e do inimigo no bolsonarismo e observando as constatações sob esse enfoque, fica claro que a determinação do bolsonarismo como um fenômeno nacionalista é

[96] Ver quadro explicativo desenvolvido pelos autores no Anexo A.

equivocada. É verdade que o bolsonarismo apela para um imaginário patriótico, mobiliza elementos retóricos e simbólicos que remetem à ideia de nação, assim como busca resgatar um patriotismo tal qual o instigado pelos militares durante o regime ditatorial que esteve em vigor no Brasil entre 1964 e 1985. E esse apelo é relevante, porque o amor à pátria era e continua sendo um importante significante do discurso da direita brasileira, de modo que desempenha um papel fundamental na articulação discursiva do povo. Todavia, ele não é o significante principal da delimitação da fronteira antagônica que o define, que no bolsonarismo se dá pelo eixo vertical (embaixo/em cima), e não pela perspectiva dentro/fora. O inimigo do bolsonarismo é interno, representado na imagem do Partido dos Trabalhadores e da Esquerda como uma “elite” (ou parte dela), ainda que esta seja caracterizada em termos não usuais. Em uma análise mais detida, o que se observa é que o resgate de significados patrióticos e o papel atribuído aos militares nesse imaginário de nação brasileira empregado pelo bolsonarismo revela mais traços autoritários do discurso do que componentes propriamente nacionalistas.

O adjetivo autoritário é aqui empregado no sentido apresentado por Mario Stoppino (1998), que divide o autoritarismo em três contextos diferentes e que podem, ou não, ser identificados de forma concomitante. O primeiro contexto a que se refere é o dos sistemas políticos, no qual o autoritarismo diz respeito ao privilégio da autoridade governamental em detrimento do consenso e do papel das instituições representativas, não restando espaço - ou este sendo restrito ao máximo - para a oposição e a autonomia dos subsistemas políticos. O segundo contexto definido pelo autor é o psicológico, concernente à personalidade autoritária, a qual descreve como formada por traços característicos, centrados no acoplamento de duas atitudes estreitamente ligadas entre si: a disposição à obediência preocupada com os superiores e a disposição em tratar com arrogância e desprezo os inferiores hierárquicos. Por último, há o contexto das ideologias autoritárias, que são definidas como aquelas nas quais há a negação da igualdade dos homens, o que justifica a adoção de um princípio hierárquico na organização do Estado (STOPPINO, 1998, p. 94).

Para o autor, o denominador comum aos três níveis apresentados de autoritarismo está na centralidade do princípio de autoridade, a qual é manifestada de forma degenerativa aos valores democráticos, uma vez que consiste em uma

imposição da obediência que oprime a liberdade dos governados. De acordo com essa definição, as ideologias autoritárias são ideologias da ordem, distinguindo-se, portanto, daquelas que tendem à transformação mais ou menos integral da sociedade. Por esta razão, embora no campo das ideologias políticas a área de significado do autoritarismo seja incerta, ele reconhece a existência de uma tendência significativa para emprego do termo na abordagem das ideologias nas quais a acentuação da importância da autoridade e da estrutura hierárquica da sociedade desempenha uma função conservadora (STOPPINO, 1998, p. 95).

Por si só, a defesa de uma organização hierárquica da sociedade não é suficiente para categorização de um pensamento autoritário, uma vez que a autoridade enquanto agente da ordem social é identificável em diferentes exposições das ideologias liberal democráticas. O que caracteriza a ideologia autoritária, além da visão da desigualdade entre os seres humanos, é que nela a ordem não é apenas um instrumento, pois ocupa todo o espectro dos valores políticos (STOPPINO, 1998, p. 96). A compreensão da ideologia autoritária como uma ideologia da ordem é importante também para aclarar a diferença entre ela e o totalitarismo fascista, outro fenômeno comumente associado aos casos de populismo de direita contemporâneos[97] (STANLEY, 2018). De forma muito concisa, Stoppino pontua que enquanto a doutrina autoritária encontra na organização hierárquica da sociedade sua própria validade e justificação, o totalitarismo impõe a obediência incondicional e circunscrita do súdito a uma ideologia (STOPPINO, 1998, p. 96).

De modo a complementar a separação posta por Stoppino, alguns aspectos levantados por um dos principais estudiosos da doutrina autoritária, o politólogo espanhol Juan Linz, mostram-se especialmente úteis para a constatação das notas que diferenciam o caráter autoritário do caráter totalitário no discurso bolsonarista. A tipificação proposta por Linz[98] para os regimes autoritários e totalitários é extensa e dialoga com questões que vão além de nossa proposta, mas para os fins da discussão aqui desenvolvida, serão destacados três pontos principais. Primeiramente, de acordo com Linz (1975), no autoritarismo, há a aceitação de um pluralismo limitado (grupos

[97] De acordo com Laclau, alguns movimentos populistas podem ser totalitários (LACLAU, 2013, p. 242).

[98] A separação adequada entre as duas ideologias ou regimes requer um aprofundamento histórico sobre ambos os fenômenos e a tipificação de cada um deles, o que extrapola o escopo do debate aqui proposto. Para uma diferenciação mais aprofundada, ver Linz 1975,1980.

políticos e de interesse), o que não existe no totalitarismo. Essa é uma característica que se mostrou clara quando da emergência do discurso bolsonarista e também em sua articulação. As diferentes correntes internas que compõem o discurso - e que disputam entre si pela hegemonia - embora convirjam para um núcleo ideológico central, carregam visões destoantes, o que é incompatível com a ideologia totalitária. A mentalidade do autoritarismo orienta os valores, mas não se traduz em uma ideologia condutora tão unificada quanto o totalitarismo. Em segundo lugar, a delimitação do poder pela hierarquia no autoritarismo, que prevê o ordenamento do Estado a partir de funções definidas rigidamente, não se equipara ao domínio total operado pelos regimes totalitários, nos quais a distinção entre o aparato político estatal e a sociedade é apagada. E finalmente, uma diferença importante entre os dois diz respeito à mobilização política. O autoritarismo não é uma ideologia da participação popular, embora a incentive pontualmente para chegar ao poder. Após superada essa etapa, os regimes autoritários tendem a incentivar certo grau de apatia política entre os cidadãos, cujo papel, entendem, já foi desempenhado ao conduzir as lideranças autoritárias ao poder. O totalitarismo, em contrapartida, precisa do constante estímulo à participação como forma de manter a ideologia pulsante na sociedade. Neste aspecto, apesar do recorte temporal empregado só nos permitir a consideração do discurso anterior à eleição, nele, já é possível notar a ausência de estímulos à participação política para além da mobilização de campanha eleitoral e manifestações de protesto pontuais. A aclamação ao povo para ir às ruas e mostrar sua vontade nas urnas aparece como o ponto máximo da participação popular no bolsonarismo, cuja constante afirmação de que Bolsonaro “pensa como nós” traz implícita a ideia de que, após eleito, ele governará pelo seu povo, representando fielmente seus anseios.

Para Stoppino, que conjecturou sobre a adaptação do autoritarismo aos tempos futuros e a consequente correção de sua filosofia substancial, a preservação da ordem e de um tipo de administração da mudança social são parte da alteração de rota calculável para o autoritarismo, que tenderia a um retorno parcial de uma versão comtiana, a qual fantasia uma elite dos intelectuais e dos competentes (STOPPINO, 1998, p. 98). Em sua previsão, o autor ventila que a forma mais provável dessa adaptação afluiria em uma tecnocracia levada até às últimas consequências. Embora a previsão deva ser considerada dentro do contexto de sua elaboração, no qual a

relação entre a tecnocracia e representação política era ainda incipiente, ela instiga a pensar sobre a absorção do discurso tecnocrático pelas novas formas de populismo autoritário e a relação ambígua que ela desempenha com a representação reivindicada por esses movimentos. O bolsonarismo deu inúmeros exemplos disso.

As constantes afirmações de que Bolsonaro governaria - representando a vontade daqueles que pensam como ele -, mas que a escolha de seus ministros seria feita com base em critérios técnicos - posicionamento que foi validado, na visão de seus apoiadores, com a nomeação de Paulo Guedes para o comando da economia - dão mostras do papel que a ordem hierárquica e o conhecimento técnico desempenham no discurso, tal como de que a representatividade almejada condiz com um estrato de "povo" específico. Para o bolsonarismo, os espaços de poder no Estado devem ser ocupados por cidadãos de bem, os quais, orientados pelos valores cristãos e primando pela disciplina e pela ordem, seriam capazes de restabelecer um modelo de país condizente com o almejado pelo seu "povo". Neste contexto, o conhecimento técnico para as questões públicas não é desprezado, desde que esteja em consonância com as orientações morais do discurso. As críticas constantes do bolsonarismo ao "aparelhamento do estado promovido pela esquerda e pelo PT em todas as esferas" (BOLSONARO, 9 de julho de 2018) foram seguidas pelos alertas da necessidade de ocupar os lugares usurpados pelos "inimigos", uma percepção que, em termos práticos, desconsidera a capacidade técnica e moral dos profissionais não alinhados ideologicamente ao discurso.

No capítulo 2, mencionamos a relação causal entre o populismo e a democracia representativa. De acordo com os principais teóricos contemporâneos, a recorrência do primeiro estaria diretamente associada à falha da democracia representativa em sua versão liberal de cumprir com sua promessa: a de que o povo, essa entidade abstrata e desprovida de um conteúdo próprio, governaria (CANOVAN, 2005; MÜLLER, 2017; MOUFFE, 2019). Esse entendimento levou alguns autores a afirmarem que as sociedades contemporâneas vivenciam um *Zeitgeist* populista (MUDDE, 2004), ou um momento populista (MOUFFE, 2019), caracterizado por uma inescapável recorrência do populismo face à incapacidade das democracias atuais de atender às demandas dos representados.

Em linhas gerais, a organização cada vez mais complexa das sociedades, as rápidas mudanças culturais e econômicas que marcaram as últimas décadas e o crescente afastamento dos cidadãos com relação às decisões políticas - relegada ao conhecimento técnico - são apontadas como fontes do sentimento de desajuste entre o sistema e a “vontade geral”. A erupção de movimentos populistas e nacionalistas de direita mundo afora demonstra que esse sentimento tem sido canalizado de forma mais eficaz pelos discursos reativos, principalmente aqueles que oferecem um senso de ordem a ser restaurada e sentimentos de completude ou pertencimento. No caso brasileiro, essa reação ocorre na sequência de um período de mudanças sociais significativas, sobretudo para parcelas da população até então privadas do acesso a determinados espaços e de visibilidade. Por isso, como parte da construção da identidade do “povo” no significante do “cidadão de bem”, a reatividade no bolsonarismo deve ser observada pelo nexo entre o ciclo progressista, a lógica reativa, e a representação política, ou a percepção da falta dela.

4.3 A reatividade como um elemento articulador

Ao longo do capítulo anterior, a reatividade foi mencionada como um traço definidor na estruturação do bolsonarismo. Feita a apresentação dos sentidos discursivos que o compõem, elucidada a articulação destes na construção de antagonismos e considerados sucintamente os aspectos históricos e culturais que viabilizam a emergência do fenômeno, é chegado o momento de atribuir mais clareza ao que tratamos por “caráter reativo” no discurso bolsonarista. Primeiramente, é importante destacar que a reação à qual nos referimos é vislumbrada como uma ação calcada no campo das emoções.

Como já afirmado no capítulo 2, o investimento afetivo não é exclusivo do populismo, sendo uma característica da própria política (LACLAU, 2005; TAGGART, 2000; WORSLEY, 1969). Entretanto, a hegemonia do pensamento neoliberal solidificou uma visão pejorativa da presença das emoções na política, associando trivialmente a dimensão afetiva a determinados modelos considerados “atrasados”, onde o populismo tende a ser alocado. De acordo com essa visão, a política ancorada nas emoções seria, assim, uma receita para o fracasso democrático, o qual só poderia ser evitado com a adoção de uma gestão espelhada no mercado. Todavia, ainda que o discurso tecnocrático dominante se pretenda neutro e desprovido de ideologia, ele

próprio é dotado de carga afetiva, encoberta por uma suposta racionalidade científica que o guiaria “acima” das emoções (PINZANI, 2013).

A despeito da constante exaltação da racionalidade em oposição à sensibilização como solução para o melhor funcionamento das democracias, a recorrência de movimentos, partidos e líderes populistas em diferentes partes do mundo nos últimos anos sugere que o esforço na supressão das emoções e ideologias, além de ilusório, é falho, pois acaba por proporcionar o espaço no qual germina o populismo. Conforme explica Mouffe (2019), o cenário atual nas democracias[99] é o de um “momento populista”, que decorre de uma crise da hegemonia liberal. Para a autora, o primeiro abalo sério a essa hegemonia se mostrou na crise financeira de 2008, que teria sido o estopim para uma sequência de crises que extrapolaram o domínio econômico, pondo em xeque toda uma concepção de sociedade cujos limites começaram a ser, a partir de então, mais claramente expostos. Para Mouffe, a principal característica desse momento populista é a falta de capacidade das instituições em apresentar uma solução para a crise, cujo cerne reside na expressão de uma variedade de resistências às transformações políticas e socioeconômicas vivenciadas durante os anos de hegemonia do neoliberalismo.

Em sua visão, essas transformações levaram a uma situação de pós-democracia[100], por ela entendida como a erosão dos dois pilares de uma democracia ideal: a igualdade e a soberania popular. Tal afirmação toma por referência os modelos democráticos caracterizados pela articulação de duas tradições diferentes, estabelecendo, de um lado, a tradição do liberalismo político, que apresenta a democracia como o império da lei, da defesa da liberdade e respaldada na separação dos poderes; e de outro, a tradição democrática circunscrita às ideias de igualdade e soberania popular. O que caracterizaria a pós-democracia, para Mouffe, é o fato de que nos anos recentes, a tensão agonística entre os princípios liberais e democráticos (constitutivos da democracia) foi eliminada, de modo que a democracia foi reduzida ao seu componente liberal, passando a significar apenas a presença de eleições livres

[99] A análise da autora foca na realidade das democracias europeias. No entanto, como sua visão diz respeito à democracia representativa liberal de forma mais ampla, seu diagnóstico é aplicável a outras realidades.

[100] A formulação apresentada por Chantal Mouffe pretende avançar nas conceituações apresentadas por Jacques Rancière (1999) e Colin Crouch (2004), inserindo na discussão uma nova faceta do neoliberalismo (MOUFFE, 2018).

e a defesa de direitos humanos. Neste quadro, as eleições não mais oferecem aos cidadãos a oportunidade de uma decisão real através dos partidos, de modo que a única escolha possível passou a ser entre partidos de centro-direita e centro-esquerda, o que transformou a política em um mero instrumento de gerenciamento da ordem vigente, relegando à obsolescência a soberania popular (MOUFFE, 2019).

Neste sentido, a súbita emergência dos partidos populistas de direita em todo o mundo deve ser vista não apenas pelo compartilhamento generalizado da ideologia por eles pregada, mas pela capacidade que estes partidos, líderes e movimentos tiveram de cooptar o sentimento de abandono e desejo por reconhecimento democrático de muitos dos eleitores. Mudde (2021), reforça esse diagnóstico, afirmando que o populismo é uma resposta democrática iliberal para um liberalismo não democrático. Müller (2017) destaca ainda que a crise de representação em questão não se restringe a quem representa, mas também à forma como se representa, o que significa que as demandas por inclusão possivelmente abarcam a exigência por mudanças nas estruturas sociais e políticas como um todo, e não apenas inclua mais grupos, de onde conclui que os populistas não são contra a representação, desde que os representantes certos representem o “verdadeiro povo” (MÜLLER, 2017).

Conforme vimos, a relação do populismo com a democracia representativa é ingênita e pode ser interpretada sob prismas distintos. Estudos contemporâneos têm destacado que as percepções de não representação podem ser entendidas como gatilho para a mobilização populista. Ressaltado cada vez mais o papel desempenhado pelas emoções no comportamento político e sua relação com o populismo (LACLAU, 2005; CAPELOS, 2018; CRAMER, 2016; HAY, 2007; HOCHSCHILD, 2016), análises empíricas indicam que o afeto reativo direcionado à democracia representativa envolve um complexo amálgama de sentimentos, que vão desde emoções primárias, como a raiva e o medo, até emoções mais complexas, como o ressentimento, o orgulho, a decepção, a vergonha, a inveja, e a culpa (CAPELOS e DEMERTZIS, 2018), assim como de sentimentos de injustiça, desapontamento, mas também de esperança (CELIS et al. 2021; SULLIVAN, 2021; CROMBY, 2019).

Nos anos recentes, diferentes acontecimentos sociais e políticos fizeram irromper sentimentos de insatisfação, injustiça, hostilidade, ansiedade, ressentimento e incerteza entre as pessoas. De acordo com a literatura, a consolidação dessas frustrações parece se dar mediante uma orientação reacionária, voltada para uma mudança restaurativa voltada para o passado, a qual constantemente se baseia em valores pessoais na promoção de um conflito entre o conservadorismo e a abertura (CAPELOS *et al*., 2017). Tais sentimentos e emoções são reflexos esperados de um modelo de representação que não supre as demandas populares, mas é no direcionamento destes sentimentos que consiste no fator decisivo para a definição do caráter populista e reativo de um discurso.

O choque entre a moralidade idealizada observada nos discursos populistas e as possibilidades desconhecidas de um futuro que deixou de representar um lugar de esperança, levam ao que o Zygmunt Bauman (2017) denominou *retrotopia*, termo empregado pelo sociólogo polonês para referir-se a um estado de colapso da confiança das pessoas na capacidade do futuro em elevar os padrões morais, que consequentemente, redireciona essa busca em um passado idealizado. Na maioria dos discursos, essa busca por resgatar um passado mítico se mostra como uma tentativa de restaurar um sentimento de completude e pertencimento, que são geralmente expressos em referências a um tempo no qual a vida era simples e a sociedade tinha valores, ou quando a homogeneidade da nação servia como uma garantia para a proteção de suas tradições e cultura. Como frisa o autor, o que separa a retrotopia de uma utopia é a mudança de lugar entre a confiança e a desconfiança: a confiança sendo movida do futuro para o passado, a desconfiança, na direção oposta (BAUMAN, 2017).

A perspectiva retrotópica se aproxima da ideia de *heartland* proposta por Taggart (2000, 2002, 2004), a qual, similarmente, evidencia a busca de um retorno a uma sociedade cujas virtudes devem ser reestabelecidas. Todavia, enquanto a *heartland* traz implícita uma territorialidade deste passado e um modelo de sociedade com ela condizente, a retrotopia é mais genérica, abrindo espaço para diferentes idealizações do passado. Tal característica é própria do populismo, o qual possui em suas versões originárias um caráter marcadamente hesitante com relação às mudanças em curso na organização da sociedade. Considerando-se o cenário pós-

democrático destacado por Mouffe e o momento populista que dele deriva, o irrompimento de experiências reativas do populismo poderia ser explicado pelo aumento das incertezas quanto ao futuro, que levaria as pessoas à busca por segurança e esperança, o que os discursos populistas geralmente promovem com sua linguagem antissistema, de exaltação da grandeza nacional e visões nostálgicas do passado (KENNY, 2017).

O bolsonarismo explorou o espaço aberto por um contexto de crescente descrença na capacidade do Estado em resolver os problemas mais ostensivos da sociedade brasileira - na percepção popular, a violência e a corrupção da classe política - e resgatou um passado que serviria de modelo para a sua gestão no “resgate do Brasil”. A idealização do Brasil sob o comando da ditadura militar, que pinta o período como uma época de prosperidade econômica, de soberania nacional, de elevado senso moral na política e de segurança nas ruas, foi muito presente no discurso bolsonarista. Muitas de suas propostas e promessas diziam respeito a um resgate direto de políticas adotadas no período, como a de incluir as disciplinas de moral e cívica nas escolas, de liberação do porte de armas para os “cidadãos de bem” e de promover a participação ativa de militares em um grande número de cargos executivos à frente do Estado.

Como a descrição dos significantes bolsonaristas demonstrou, emoções e sentimentos de medo, frustração, insegurança, indignação, injustiça, indiferença e raiva foram dominantes na construção simbólica do discurso, de modo que as forças antagônicas - a esquerda, difusamente, e o PT, nomeadamente - foram apontadas como as causas principais de todos eles. O bolsonarismo se construiu principalmente em cima do medo “do comunismo”, “da destruição da família cristã” ou de “o Brasil virar uma Venezuela”; da frustração com a classe política e estendida ao Estado; da insegurança resultante dos altos índices de violência; da indignação com a situação econômica do país; e do sentimento de injustiça alimentado pela sensação de impunidade no julgamento de criminosos. Ante a estes sentimentos, as soluções apresentadas pelo discurso contaram também com a indiferença quanto aos impactos que determinadas políticas ou posicionamentos incorreriam na garantia dos valores democráticos. A raiva direcionada aos “culpados” pela situação foi um sentimento prevalecente e constante. Mas ela mantinha uma relação muito próxima com outro

sentimento exaltado pelo discurso: a esperança, que esteve presente principalmente nos modos positivos/propositivos de significar o povo.

Ao construir o povo por meio de uma estratégia de mobilização de afetos reativos, cuja influência na política brasileira se fez visível sempre que um discurso progressista se mostrou com potencial hegemônico, o bolsonarismo construiu também uma série de inseguranças sobre a preservação dos preceitos que guiam a vida das pessoas. Insuflando o sentimento nostálgico, um recurso afetivo por meio do qual a direita costuma sensibilizar votantes ante às mudanças sociais, o bolsonarismo - tal como diversos discursos populistas de direita - explicitou que a afetividade da denúncia política reativa se expressa não apenas pelo descontentamento com o presente, mas também pela busca de alguma forma de retorno a um passado idealizado, e que essa dualidade possui um importante papel no engendramento de um tipo de engajamento político que “aglomera orientações e consolida aspectos cognitivos, afetivos e motivacionais” (CAPELOS, *et al.*, 2021, p. 186).

De acordo com Albert Hirschman (1992), a retórica reacionária é uma resposta natural a todo processo progressista. Para o autor, a história dos três últimos séculos demonstrou que os avanços sociais na direção da conquista de direitos se deram por meio de “uma demorada e perigosa alternância de ação e reação” (Hirschman, 1992, p. 12). Centrando sua atenção nas reações ocasionadas por sucessivos avanços proporcionados por movimentos de afirmação de igualdade perante a lei e dos direitos civis de modo geral - cuja origem remonta à Revolução Francesa e se estende por diferentes momentos, como nos avanços e conquistas locais em direção ao sufrágio universal e na consolidação do *Welfare State* - o autor propõe o que chama de “tríade reativo-reacionárias” como forma de categorização das contra-investidas geradas em cada um destes momentos.

A primeira delas, denominada “tese da perversidade” ou “tese do efeito perverso”, consiste em uma forma de resposta na qual as iniciativas que visem a melhoria de aspectos econômicos, sociais ou políticos da sociedade são descredibilizadas pelo seu possível efeito colateral. O argumento central dessa forma de reação é o de que as medidas implementadas acabariam por exacerbar a situação que se deseja remediar (Hirschman, 1992). Esta foi uma abordagem frequente de

Bolsonaro com relação às políticas inclusivas para as mulheres e pessoas LGBTQIA+, às ações afirmativas para pessoas negras e à regulamentação da mídia.

A segunda tese apresentada é intitulada “tese da futilidade”, e é caracterizada por argumentos de que as políticas direcionadas para a transformação social são infrutíferas. Este foi um fator substancialmente explorado por Bolsonaro quando de suas críticas a programas sociais como o Bolsa-Família, por ele classificados como "assistencialistas e eleitoreiros”. A tese permeou também sua abordagem de políticas como a Lei do Feminicídio e, em menor grau, ações não violentas para a área de segurança, por ele sempre negativamente associadas às ONGs de Direitos Humanos.

Por fim, a terceira tese defendida pelo autor é a “tese da ameaça”, cujo argumento principal é de que o custo da mudança proposta é alto demais, pois colocaria em perigo outra realização anterior. Esta tese aparece de modo mais irradiado no discurso, sendo empregada principalmente com relação aos sentidos de combate à corrupção e estabilização econômica. A ameaça, nestes casos, seria a perda das conquistas obtidas através da Lava Jato e do processo de *impeachment* de Dilma, como as prisões de políticos corruptos e o avanço com as reformas administrativas e privatizações, vistos como avanços que seriam perdidos no caso de um eventual retorno do PT ao poder.

As relações evidenciadas entre o discurso bolsonarista e as formas de construção retórica reativa acima descritas atestam a orientação reacionária do discurso. Para além de ratificar a percepção, a predominância do estilo no emaranhado de manifestações afetivas que perfazem as formas de pertencimento e exclusão do bolsonarismo, como demonstrado na figura 22, é também um indicativo de sua permanência. Diretamente conectado às investidas progressistas, o discurso reativo ora representado pelo bolsonarismo desponta como um aspecto reincidente e provavelmente inevitável do processo de desenvolvimento da democracia brasileira. Assim sendo, o bolsonarismo não há de ser o modelo final desta mobilização. Antes, deve ser visto como um potencial preditor de uma sequência de ações e reações que refletem a disputa por hegemonia inerente à política, a qual deve ser considerada sempre dentro das peculiaridades e idiossincrasias da sociedade em questão. Para tanto, a consideração dos fatores afetivos envolvidos na formação das identidades políticas que compõem o fenômeno mostra-se importante.

4.4 A centralidade do ressentimento no populismo reativo

O ressentimento é a emoção de maior destaque nas investigações que buscam a compreensão dos fundamentos psicológicos da política reacionária, tendo sido abordado por diferentes campos do conhecimento, que vão desde a filosofia, a sociologia e a psicologia política até a psicanálise (CAPELOS *et al.* 2021). Visto pela literatura como uma emoção complexa e multifacetada, a centralidade do ressentimento, ou da afetividade ressentida (SALMELA e CAPELOS, 2021; CAPELOS e DEMERTZIS, 2018) em fenômenos políticos como o populismo (mas não exclusivamente), reside em sua capacidade de transformar as orientações políticas convencionais dos cidadãos em valores orientados regressivamente, os quais são muitas vezes expressos por meio de intolerância com grupos minoritários e defesa de ações violentas ou ilegais (CAPELOS e DEMERTZIS, 2018; CAPELOS *et al.*, 2017; GODWIN & TRISCHLER, 2021; MAYER & NGUYEN, 2021; SULLIVAN, 2021).

Embora na língua portuguesa utilizemos a palavra “ressentimento” de forma genérica, por tratar-se de um conceito com uma longa trajetória no campo filosófico, é necessário que façamos uma distinção importante entre duas formas pelas quais o termo é empregado na literatura: “*ressentiment”* e *“resentiment”*. O primeiro, *“ressentiment”,* foi introduzido por Nietzsche (1961/1885) e posteriormente elaborado por Scheler (1961/1915), para a interpretação da transformação inconsciente de sentimentos de raiva, vergonha ou impotência dos indivíduos frustrados e desprovidos de poder, em vingança e ódio, como uma forma de compensação da inferioridade e deficiência percebidos na busca do objeto desejado. Desse modo, o “indivíduo do *ressentiment*” altera o valor do que é desejado para indesejado, e o valor de si mesmo, de inferior, para o de vítima moralmente superior, alimentando uma convicção preservada pelo compartilhamento de práticas sociais com semelhantes (CAPELOS *et al*. 2021). *Resentment*, por sua vez, diz respeito a uma atitude reativa negativa direcionada contra alguém, partindo da premissa da responsabilidade moral do malfeitor e de um senso superior de justiça: é o sentimento de alguém que (i) julga injusta a posição de outrem em determinada hierarquia social e (ii) pensa que alguém o priva das chances e privilégios dos quais poderia gozar (STRAWSON, 1974; BARBALET, 1998 *apud* CAPELOS e DEMERTZIS, 2018).

A principal diferença entre as duas formas reside no conteúdo primário do agrupamento de emoções descrito. Enquanto "*resentment*" é visto como uma emoção negativa ativa e forte, geralmente descrita como uma forma de raiva moral ou indignação com a injustiça (AESCHBACH, 2017; DEMERTZIS, 2020), *"ressentiment"* tende a ser definido como sua sombra, um fenômeno psicológico isolante e compensatório dos desempoderados, comumente passivo, mas que acelera a transvaloração, de modo que o indivíduo possa se levantar e lidar com suas frustrações (SCHELER [1913] 1994 *apud* CAPELOS e DEMERTZIS, 2018). Portanto, enquanto no *resentment* há geralmente a associação com a ação, no *ressentiment*, o laço entre o afeto, a motivação e a ação é enfraquecido, bloqueado, ou rompido (DEMERTZIS, 2006; 2013).

Estudos empíricos em diferentes países[101], incluindo democracias maduras nas quais o populismo se expandiu rapidamente nos últimos anos, demonstram que sentimentos e crenças dos indivíduos que se sentem "deixados para trás" ou "ignorados" pelos tomadores de decisão (que na visão dos cidadãos carecem de integridade moral) representam o epicentro de protestos e descontentamento nas sociedades democráticas (DROSTE, 2021). Segundo uma série de pesquisas (FERRARI, 2021; DROSTE, 2021; CAPELOS e DEMERTZIS, 2018; KISS, 2021; SULLIVAN, 2021), no processo de engajamento (ou não engajamento) político, os cidadãos experienciam uma complexa combinação de afetos fluidos e mutáveis, o que pode explicar diferentes padrões de ação, que são consistentes com os comportamentos teoricamente descritos pelos termos *ressentiment* e *resentment*.

Aspectos demográficos indicam ainda características interessantes sobre a forma como o compartilhamento e a consolidação das emoções, valores e identidades resultantes do ressentimento - em ambas as formas - são expressas. De acordo com Capelos e Demertzis (2018), indivíduos do gênero feminino, mais velhos e com menor grau de instrução formal expressam maior inclinação a um apoio passivo aos discursos, enquanto indivíduos do sexo masculino e com maior formação tendem a se engajar mais ativamente. Essa distinção se mostrou relevante também no que diz

[101] O estudo feito por Droste utiliza dados da International Social Survey Program (ISSP) e compilou os Surveys dos seguintes países: Australia, Áustria, Bélgica, Suíça, República Tcheca, Alemanha, Dinamarca, Finlândia, França, Israel, Japão, Coreia do Sul, Países Baixos, Noruega, Polônia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia e Estados Unidos da América (DROSTE, 2021, p. 291).

respeito à forma de engajamento assumida. De acordo com os autores, nos casos analisados, os homens apresentaram maior tendência ao apoio e participação em ações violentas e ilegais.

As análises contrariam algumas crenças estabelecidas no senso comum, como a de que os menos educados seriam mais propensos a apoiar partidos e líderes populistas e extremistas. De acordo com as pesquisas, o maior grau de instrução correspondeu a um maior nível de ações políticas (categoria que inclui tanto ações legais quanto ilegais) de apoio a esses discursos. Para os autores, a chave explicativa para tanto está no ressentimento: os mais educados são, tradicionalmente, cidadãos com mais status e poder. Quando sentem sua posição ameaçada, estes indivíduos experimentam emoções negativas, como medo, ansiedade e perda de confiança. Mas tais sentimentos só estão presentes se esses cidadãos internalizarem a culpa e a colocarem em si mesmos (*ressentiment)*. Por outro lado, se a culpa é projetada em outrem, os sentimentos experienciados são de raiva e *resentment*. Essa ponte de uma forma de ressentimento para a outra é um elemento central das narrativas populistas, que transferem a culpa para terceiros, como a elite, os poderosos ou os imigrantes, por exemplo (CAPELOS e DEMERTZIS, 2018).

Apesar de os estudos mencionados se concentrarem na realidade democrática dos países europeus, é possível traçar um paralelo com a experiência brasileira. Como foi demonstrado nos capítulos anteriores, a formação da identidade do “cidadão de bem” firmou-se na identificação de uma série de pertencimentos que se viram ameaçados pela iminência de mudanças sociais que implicariam na redefinição parcial de suas identidades. Fossem essas assentadas em uma visão de si distorcida por uma ideia de brasilidade construída e institucionalizada de modo não condizente com a realidade, em um sentimento de superioridade moral, ou no medo da perda de acesso exclusivo a determinados espaços, as identidades construídas pelas dicotomias do bolsonarismo e consubstanciadas na imagem do “cidadão de bem” exalam o ressentimento em sua dupla forma. O cidadão de bem, assim, pode ser visto como um cidadão ressentido, cuja travessia do *ressentiment* para o *resentiment* se dá mediante a articulação dos sentidos operada no discurso. No entanto, é preciso atentar para o caráter volátil das identidades e da possibilidade de rearticulação dos sentidos de acordo com as contingências.

4.5 Repensar a teoria populista a partir da experiência do bolsonarismo

No capítulo anterior, exploramos o apelo do bolsonarismo à percepção moral frente aos problemas do país e a forma como essa visão foi animada para aprofundar a linha divisória entre os “cidadãos de bem” e os “inimigos”, os quais foram repetidamente denominados de “vagabundos”, “canalhas”, “corruptos” e "bandidos". Embora a moralidade já fosse vista como um fator crucial desde as primeiras experiências populistas, os casos contemporâneos apontam para um deslocamento na percepção de quem são os repositórios dessa qualidade. Há inúmeras formas pelas quais os populistas distinguem o que é moral e o que é imoral (MÜLLER, 2017). Usualmente, essa concepção se dá em termos de trabalho *versus* corrupção, em uma construção discursiva que opõe o puro, inocente e sempre trabalhador “povo”, à uma elite que não trabalha e só pensa em si mesma (MUDDE, 2004; WORSLEY ,1969). Tradicionalmente, a teoria descreve o povo detentor destas características como quase exclusivamente composto por pessoas simples, pobres e exploradas. Este foi o perfil do povo da maior parte dos movimentos populistas clássicos que inspiraram as formulações teóricas sobre o tema e também de experiências mais recentes à esquerda, com significativa ocorrência na América Latina. Todavia, essa descrição não condiz com o povo que muitos discursos constroem eleitoralmente, e o bolsonarismo é um expoente dessa (re)construção.

Se tomarmos as definições do populismo formuladas pelos autores considerados como referencial desta tese, Paul Taggart, Margaret Canovan, Cas Mudde e Ernesto Laclau, podemos identificar em todas elas, ainda que de forma residual, a presença da ideia de que o “povo” deve reproduzir a imagem das “pessoas comuns”. Em Paul Taggart, vemos essa percepção se revelar na ênfase que o autor atribui ao conceito de *heartland*, o qual, em sua essência, resgata uma definição de povo arraigada na imagem de uma população rural, simples e detentora de um senso de comunidade que o tornaria verdadeiramente apto a organizar-se como tal. Cas Mudde igualmente demonstra a permanência de um caráter tradicional de povo em sua abordagem ao sublinhar a natureza inconciliável do populismo com o elitismo. Na definição de Margaret Canovan, a mesma permanência se mostra latente quando a autora interpreta o populismo como "um apelo ao povo contra a estrutura de poder estabelecida e as ideias e valores dominantes da sociedade" (Canovan, 1999, p. 3), em um entendimento do fenômeno no qual, tacitamente, existe já um povo ao qual se

faz o apelo. A formulação laclauniana, como visto, se apresenta como uma proposta de interpretação do populismo que visa tanto explicar a formação do fenômeno a partir de sua constituição ontológica, quanto possibilitar sua aplicação metodológica às diferentes experiências dele. Por esta razão, a teoria laclauniana se mostra adequada para a análise de “um sistema mais amplo de alternativas” (LACLAU, 2013, p. 257) e aceita a maleabilidade das identidades como um fator próprio da construção populista do povo. Entretanto, essa concepção do “povo” do populismo como um ator histórico, cuja emergência é sempre transgressiva em relação à situação precedente (LACLAU 2013, p. 324), é também incutida de uma visão atrelada à identidade dos desprovidos e negligenciados, como a maioria dos exemplos presentes em “A razão populista” atestam.

Por certo, tal continuidade na forma de definir o povo se justifica pela origem do fenômeno e pelo cuidado dos autores em manter o rigor em suas formulações. Todavia, como ressaltado por Laclau, a complexidade do que o autor chamou de "capitalismo globalizado” conduz a um aprofundamento das lógicas da formação da identidade, de modo que novos antagonismos são construídos e, subjacente a eles, novas formas e laços sociais são estabelecidos para construir o povo (LACLAU, 2005, p. 327). Por esta razão, a redefinição do perfil do “povo” nos discursos populistas atuais, sobretudo nos discursos populistas de direita, não invalida as formulações conceituais sobre o populismo, mas ela chama atenção para o peso que os significantes mestres desses discursos desempenham na configuração do povo, assim como para a necessidade da teoria em desapegar-se do essencialismo no qual muitas vezes as análises se assentam.

Embora a similaridade entre os movimentos populistas de direita que compõem a “onda” atual seja aqui atribuída de modo superficial, a partir das análises consideradas e, sobretudo, tomando o bolsonarismo como um de seus expoentes, é possível perceber algo revelador sobre eles: o “povo” nesses discursos é quase sempre formado por um grupo, ou grupos, que já detiveram alguma forma de centralidade na configuração social e a perderam, ou sentem que estão na iminência de perdê-la. A análise dos significantes e sentidos do bolsonarismo mostra que não há na construção discursiva do sujeito povo a imagem do explorado, do materialmente e civilmente excluído ou negligenciado. Melhor dizendo, o povo com essas características existe efetivamente, mas não é ele o sujeito evocado e convocado pelo

discurso, ainda que parte dele seja também subjetivada por meio dos significantes articulados. Os dados sobre a intenção de voto da última pesquisa eleitoral antes do segundo turno de 2018 demonstram esse movimento:

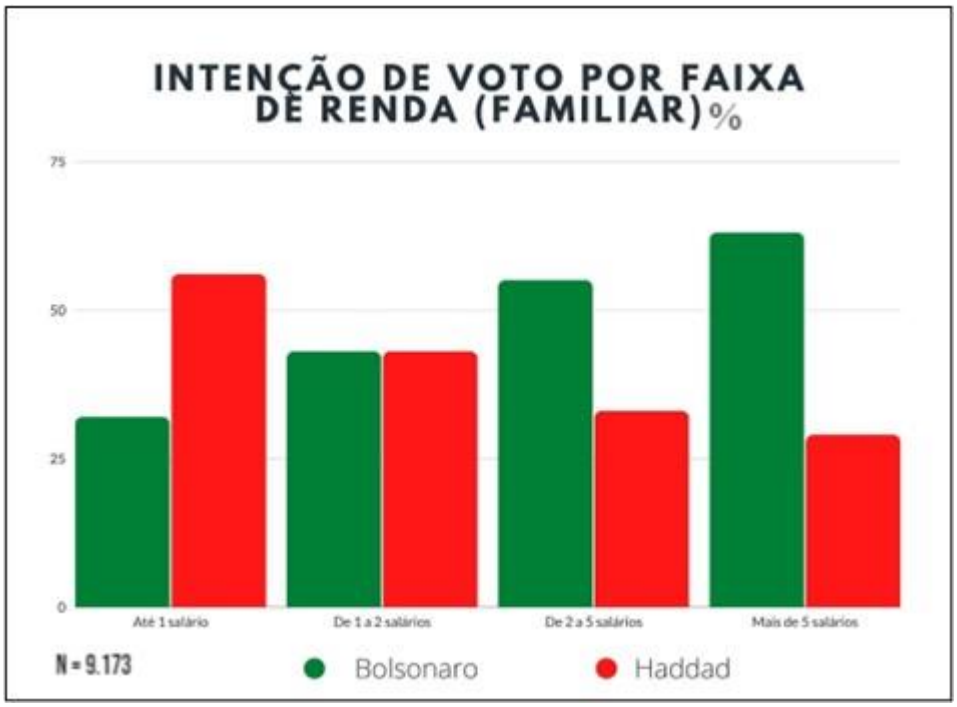


Figura 26 - Gráfico de intenção de voto 2º turno por renda. Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa Datafolha de 25/10/2018.

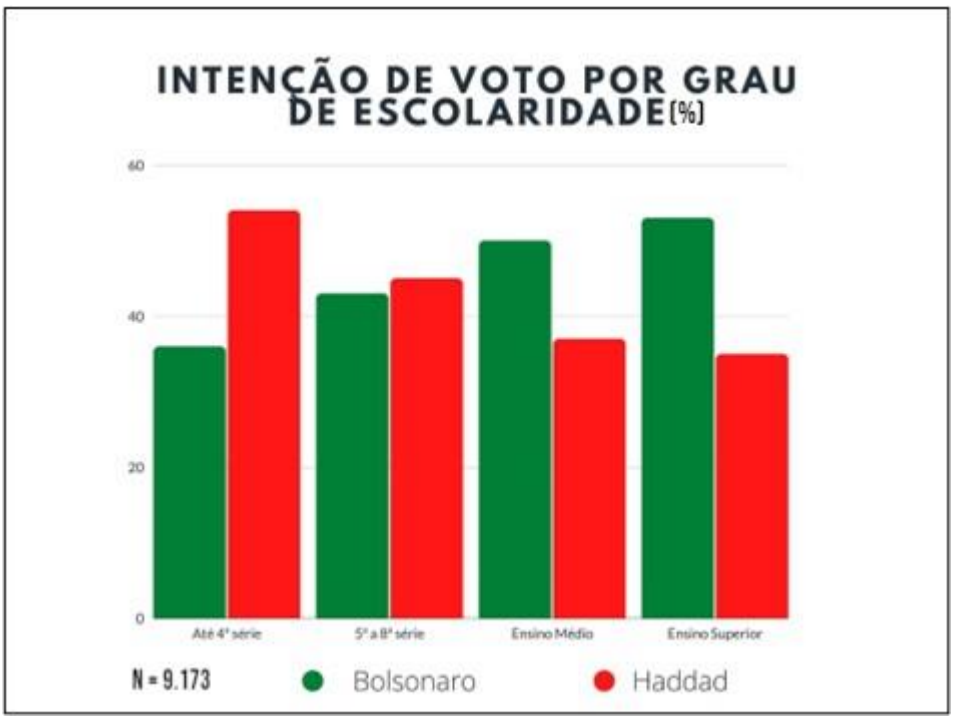


Figura 27 - Gráfico de intenção de voto 2º turno por nível de instrução. Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa Datafolha de 25/10/2018.

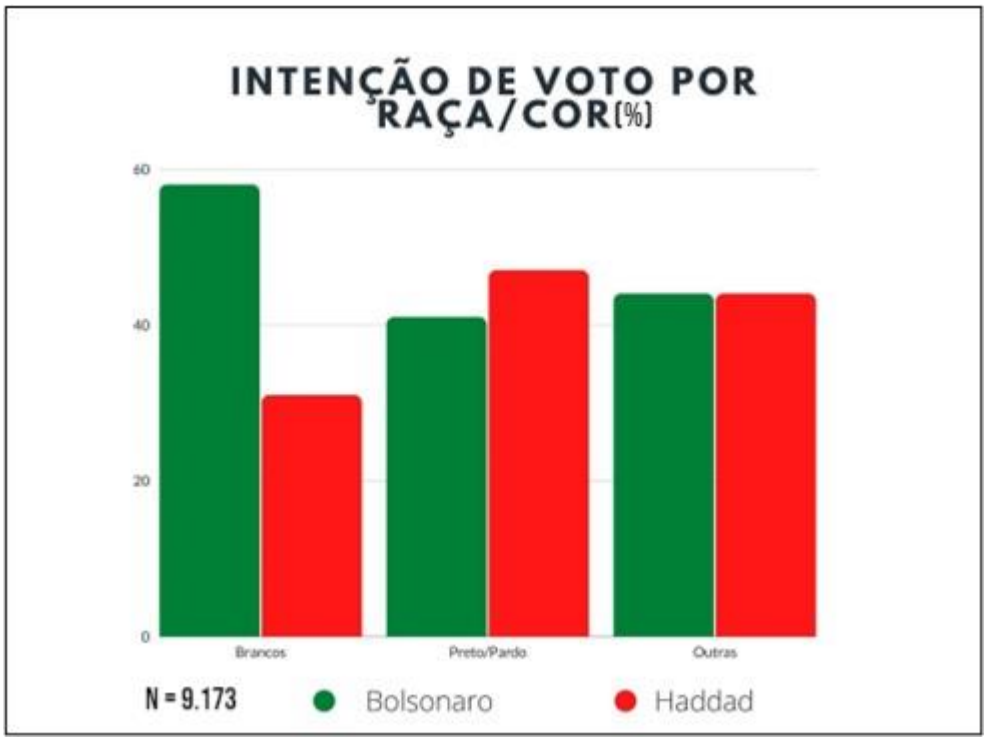


Figura 28 - Gráfico de intenção de voto 2º turno por cor. Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa Datafolha de 25/10/2018.

Os dados apresentados mostram que os grupos com maior renda e com mais anos de estudo votaram massivamente em Jair Bolsonaro. Da mesma forma, houve clara preferência por sua candidatura entre o eleitorado branco. De acordo com a mesma pesquisa, na divisão por gênero, sua candidatura recebeu maior apoio dos homens, 55%, contra 35% que disseram votar em Haddad. Entre as mulheres, seu percentual caiu para 42%, com menor diferença em relação ao seu opositor, que foi a escolha de 41% das entrevistadas. No que diz respeito à orientação sexual, 50% dos respondentes que se declararam heterossexuais demonstraram preferência por Bolsonaro, contra 36% que optaram por Haddad. Já entre o eleitorado homoafetivo, as projeções se invertem, Bolsonaro foi apontado como o candidato de apenas 29% dos entrevistados, enquanto 57% declararam voto em Haddad (DATAFOLHA, 2018).

Os recortes nos quais Bolsonaro teve preferência correspondem aos grupos cuja representação se sobressaiu historicamente em todas as esferas de poder, mesmo que estes não fossem necessariamente a maioria da população em termos estatísticos. Esses dados apontam para um “povo” que não reflete a visão tradicional do populismo como um fenômeno das massas ou das classes desprovidas, ainda que tal determinação não seja sempre explícita nas formulações teóricas consideradas.

Bolsonaro não foi o candidato dos grupos sub-representados, dos socialmente oprimidos ou economicamente excluídos. Não foi a escolha daqueles cujas demandas são negligenciadas há décadas e que finalmente se articularam para se fazer ouvir contra um grupo de poder que não lhes permite falar.

O único recorte no qual tal prerrogativa pode ser considerada parcialmente válida, ainda que com muitas reticências, é a estratificação por religião. É importante destacar, entretanto, algumas particularidades dessa afirmação. Da mesma forma que na segmentação por renda, cor, gênero, escolaridade e orientação sexual, os grupos religiosos que historicamente sofrem maior exclusão no Brasil não demonstraram aderência ao bolsonarismo. Praticantes de religiões de matriz africana (3% da população brasileira), que são alvo de constantes ataques e intolerância (O GLOBO, 2021; CORREIO BRAZILIENSE, 2019; BBC, 2016), foram o grupo religioso que deu o menor percentual de votos a Bolsonaro. Tampouco houve predileção por Bolsonaro entre os que se declararam ateus ou agnósticos (11% do eleitorado)[102]. No entanto, como o gráfico a seguir mostra, o discurso bolsonarista ganhou com ampla vantagem junto ao eleitorado evangélico (31% da população) e espírita kardecista (3% dos brasileiros). Entre os católicos, que ainda são a maioria estatística no país (50% da população)[103], a disputa foi mais acirrada, com margem de vantagem ínfima para Bolsonaro.

[102] Aqui foram consideradas as pessoas que se declararam ateus ou sem religião.

[103] Dada a falta de dados atualizados sobre a composição religiosa da população brasileira, cujo último Censo foi realizado em 2010, foram considerados os dados da pesquisa Datafolha, realizada no final de 2019.

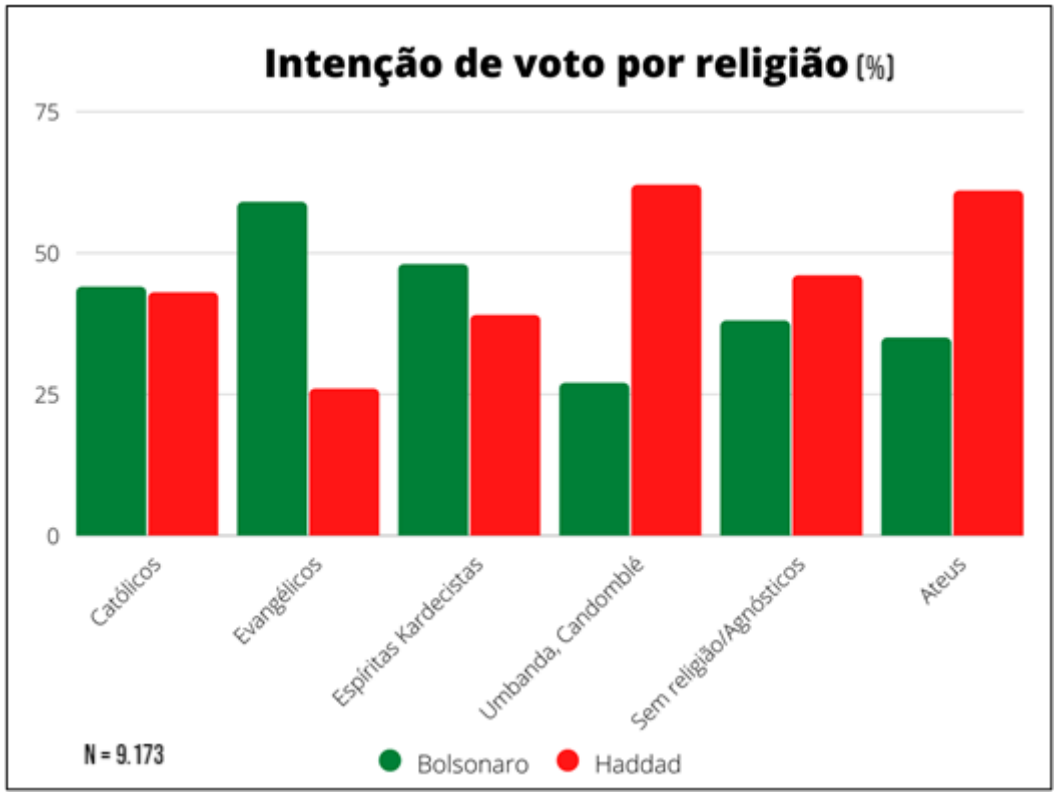


Figura 29 - Gráfico de projeção do eleitorado por religião. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa Datafolha de 25/10/2018.

Mais do que o resultado do direcionamento do discurso ao eleitorado evangélico (principalmente), estes dados refletem em muito a transição religiosa que há décadas está em curso no Brasil e toda a mudança de *ethos* que ela acarreta. Historicamente, a religião católica ocupou um lugar importante na formação do Brasil, tanto no âmbito cultural quanto no institucional, em que os valores morais católicos aparecem com preponderância no ordenamento político e jurídico (SILVA, 2018). Estes traços seguem fortes ainda hoje, mas a hegemonia católica não é a mesma nos dias atuais, e essa mudança se reflete na composição política do país.

O declínio da influência católica que observamos hoje tem seu ponto de inflexão na década de setenta, quando os primeiros indícios de uma mudança na (futura) configuração religiosa do país começaram a surgir. Fruto de uma conjunção de transições econômicas e demográficas que implicou novas formas de sociabilidade, o Brasil em redefinição se mostrou um desafio para a estrutura hierárquica e centralizada da Igreja Católica. No contexto pós-transicional, mais urbano-periférico, mais jovem, com novas configurações familiares, ampliação do

sistema de proteção social e diversificação do setor produtivo e informacional, o evangelho neopentecostal conquistou espaço, expandindo seu alcance geográfico, midiático e político. Com uma doutrina plural, descentralizada e mais dinâmica, a filiação evangélica atingiu públicos deixados para trás pelo tradicionalismo católico, um processo que abarcou estatisticamente maiores proporções de pobres, mulheres e negros (ALVES E CAVENAGHI, 2020).

O crescimento do percentual da população que professa a fé evangélica e, principalmente, da participação do voto evangélico, impactou na forma como a política se organiza no Brasil. É claro que quando nos referimos aos evangélicos de modo genérico, estamos suprimindo importantes nuances que perfazem tal identidade e a complexidade que envolve o fenômeno de forma mais ampla. Há, sem dúvidas, uma vasta heterogeneidade na forma como a fé, os valores e a subjetivação dos indivíduos se dão no interior do que se normalizou chamar de “voto evangélico” (QUADROS e MADEIRA, 2018). Em virtude da maior repercussão, as imagens da bancada evangélica e dos pastores midiáticos têm, de certo modo, colonizado a visão sobre o “eleitorado evangélico” como um grupo homogêneo, cujos anseios e ações seriam uníssonos. Isto está longe de ser verdade, e não podemos resumir o que convencionamos chamar de “eleitorado evangélico” à postura da bancada evangélica (QUADROS e MADEIRA, 2018).

Ainda que a forte associação entre essa parcela do eleitorado e o bolsonarismo possa parecer natural devido ao suporte que a candidatura de Bolsonaro recebeu da bancada da Bíblia, como destaca Alves (2019), nas eleições anteriores, os votos dos evangélicos pentecostais foram majoritariamente destinados para Lula e Dilma. A escolha de José de Alencar[104] como vice de Lula em 2003 foi importante para costurar este apoio, mas a aliança estabelecida com este eleitorado foi mantida, embora com margem mais apertada, nas três eleições que se seguiram[105] (ALVES, 2019). Sem

[104] José de Alencar filiou-se em 2005 ao Partido Municipalista Renovador (PRM), partido ligado à Igreja Universal e que posteriormente passaria a chamar-se Republicanos.

[105] Nas eleições de 2006, 53% dos pentecostais votaram em Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e 27% em Geraldo Alckmin (PSDB). Em 2010, 43% declararam voto em José Serra (PSDB), contra 42% que disseram votar em Dilma Rousseff (PT). No pleito de 2014, 45% desta parcela do eleitorado declarou voto em Dilma Rousseff (PT), contra 44% que optaram por Aécio Neves (PSDB). Em 2018, ocorreu uma dramática inversão, quando 72% dos pentecostais declararam voto para Jair Bolsonaro (PSL), contra apenas 28% que optaram por Fernando Haddad (PT) (Alves, 2019).

desconsiderar os arranjos políticos[106] que foram organizados de modo a assegurar tal continuidade e a ruptura da aliança, essa migração da preferência do eleitorado evangélico de um polo ideológico ao outro - que não é exclusiva desta parcela do eleitorado - é importante para demonstrar que o chamado “voto evangélico” não é algo que se possa definir como estritamente apensado ao posicionamento da bancada evangélica ou a determinado candidato. Ainda que haja uma agenda política identificável por parte de setores pentecostais e neopentecostais, o comportamento eleitoral desta parcela da população não é algo dado e necessariamente previsível. A simplificação denominada “voto evangélico”, por vezes, pode levar ao erro de se ignorar a multiplicidade de elementos que o compõem em termos raciais, regionais e socioeconômicos, e é neste aspecto que a dimensão religiosa se mostrou o ponto fora da curva no perfil do “cidadão de bem”.

Demograficamente, esse grupo, que votou massivamente em Bolsonaro em 2018, possui uma composição destoante daquela evidenciada pelos recortes do eleitorado bolsonarista por raça, gênero, renda e escolaridade: 58% dos evangélicos brasileiros são mulheres (na religião católica, são 51%), 43% se declaram pardos (percentual próximo ao da igreja católica, que é de 41%), contra apenas 30% dos evangélicos se declaram brancos (dentre os católicos são 36%). Tanto evangélicos quanto católicos possuem composição similar no que diz respeito ao recorte por escolaridade: a maior parte dos fiéis de ambas as congregações possuem ensino médio completo (49% dos evangélicos x 42% dos católicos)[107] e renda familiar mensal em torno de 2 salários-mínimos (G1, 2020).

Como visto no capítulo anterior, o bolsonarismo se assentou fortemente na defesa de valores cristãos e na preservação da família, significantes que operaram de modo a gerar identificações que superam outras formas possíveis de pertencimento, como pela exclusão social, por exemplo. Enquanto parte fundamental do significante do “cidadão de bem”, a relação quase simbiótica entre o neopentecostalismo e o bolsonarismo revelou uma interseção importante do discurso. A tríade “Deus, Pátria e Família” foi, certamente, a âncora do apoio angariado junto ao eleitorado religioso (que extrapola o eleitorado evangélico), o que se desmembrou em diferentes temas e

[106] Não devem ser ignoradas aqui as alianças feitas pelo Partido dos Trabalhadores com os partidos que elegeram muitos dos representantes evangélicos no Congresso e Senado, assim como as nomeações de representantes evangélicos para cargos ministeriais.

[107] Ensino Fundamental: Evangélicos: 35% / Católicos 38%; Ensino Superior: Evangélicos: 15% / Católicos: 20% (G1, 2020).

formas de dar sentido à realidade. Mas houve um segundo fator relevante na conexão entre os significantes principais do bolsonarismo e o neopentecostalismo, que teve lugar na aproximação entre um imaginário social forjado no apelo aos valores liberais com a transição religiosa em curso no Brasil.

Tendo como um de seus pilares a teologia da prosperidade, a doutrina neopentecostal germinou por décadas um *ethos* privatista entre parcelas da sociedade brasileira para as quais a presença do Estado não se fez perceber, despontando como um dos organizadores de uma cultura política marcada pela intersecção de dois processos sociais distintos: uma mudança social orientada pela expansão da sociedade de consumo e o da insuficiência das capacidades institucionais do Estado (ANTONIO e LAHUERTA, 2014). Ao longo das últimas décadas, essa conjunção tem ampliado a exaltação ao individualismo, à competitividade e à eficiência (ALVES *et al.*, 2017), e reforçado a narrativa que afirma ao "empreendedor de si mesmo" que ele é o único responsável pelo seu sucesso ou insucesso material, e que o Estado, que não lhe supre o básico, não deveria interferir em suas atividades privadas.

Conforme demonstrado no capítulo 3, muito do amálgama de identificações articulado no discurso se deu pela interrelação de significados que entrecruzaram os seus dois eixos principais, o conservador e o liberalizante. Penetrando em diferentes camadas culturais que integram a autopercepção dos indivíduos, esses sentidos permitiram uma forma de identificação largamente ancorada nas ideias de mérito individual, do compartilhamento de valores cristãos e da honestidade como a característica central que deve balizar a política. Ideias cuja representação política foi percebida pelos indivíduos como insuficiente e, portanto, necessária. Ainda que atravesse os diferentes estratos sociais, o discurso articulado indica que tais percepções mostraram maior impacto na decisão de voto daqueles que sentiram suas posições ameaçadas pelas mudanças de cunho progressista que os partidos de esquerda representam. A possibilidade de tais mudanças, fossem de condição material ou moral, foi decisiva no processo de identificação que convergiu para a formação da identidade do "cidadão de bem".

O termo escolhido para nomear o sujeito do bolsonarismo não o é em vão. Ele carrega implicitamente duas cisões que validaram ao longo do tempo o modo de pertencer à democracia brasileira. A primeira destas cisões está atrelada a um dos

princípios do Estado brasileiro, a cidadania. A segunda, culturalmente apensada à primeira, diz respeito ao caráter valorativo atribuído ao ser cidadão, categoria cujo pertencimento pleno sempre foi muito restrito no Brasil.

Definida de forma ampla como um conjunto de direitos que asseguram a liberdade e a igualdade dos indivíduos nas esferas civil, social e política (MARSHALL, 1967), a cidadania no Brasil desenvolveu-se lenta e parcialmente, e ainda hoje, seu exercício é fortemente estratificado. Muito resumidamente, as três dimensões nas quais Marshall desdobrou a cidadania podem ser definidas como a garantia da vida em sociedade (direitos civis), a garantia da participação no governo da sociedade (direitos políticos) e a garantia da participação na riqueza coletiva (direitos sociais). Para ele, a cidadania plena só é alcançada quando o indivíduo é titular dos três direitos, caso contrário, tem-se uma cidadania ou cidadãos incompletos (CARVALHO, 2002, p.10).

Para este autor, a consolidação plena da cidadania se dá em um processo sequencial que se desencadeia cronológica e logicamente de forma gradativa: a conquista dos direitos civis e as liberdades dela decorrentes permitem a reivindicação por direitos à participação política, que uma vez conquistada, permite a conquista de direitos sociais (MARSHALL, 1967). Entretanto, como destacou José Murilo de Carvalho (2002), a lógica evidenciada pelo autor apega-se ao desenrolar dos acontecimentos na Inglaterra, e não pode ser generalizada para outras realidades nas quais o processo de cidadania não seguiu a mesma ordem, como foi o caso no Brasil. Segundo Carvalho, uma alteração dessa lógica afeta a natureza da cidadania e, por isso, “quando falamos de um cidadão inglês, ou norte-americano, e de um cidadão brasileiro, não estamos falando exatamente da mesma coisa” (CARVALHO, 2002, p.12).

Para o autor, diferentes marcos históricos que impactaram na conquista de direitos nas três esferas ditadas por Marshall são fundamentais para a compreensão da construção da cidadania brasileira. O primeiro deles foi a abolição da escravidão (1888), que incorporou os ex-escravizados aos direitos civis. Conforme pontua, essa incorporação foi mais formal do que real (CARVALHO, 2002, p.17), o que diz muito sobre a forma como a cidadania e a forma de se ver como parte do povo se constituíram posteriormente. De acordo com Carvalho, o impacto negativo da

escravidão na sociedade brasileira se fez sentir de modo integral, pois “se o escravo não desenvolvia a consciência de seus direitos civis, o senhor tampouco o fazia. O senhor não admitia os direitos dos escravos e exigia privilégios para si próprio” (CARVALHO, 2002, p. 53). Neste sentido, os senhores (grandes proprietários rurais) não podem ser considerados como cidadãos, pois apesar de serem livres, votarem e serem votados, os “homens bons” do período colonial não compartilhavam da noção de igualdade de todos perante a lei. Pelo contrário, instrumentalizavam a justiça para benefício próprio e corrompiam o princípio da justiça e de um poder público de fato, inviabilizando a existência de cidadãos civis e, por consequência, políticos (CARVALHO, 2002).

O segundo marco no progresso da cidadania brasileira foi o surgimento de uma classe operária urbana. Sob forte influência das ideologias anarquistas que aqui chegaram na bagagem dos imigrantes europeus em um contexto de reconfiguração demográfica do país, a classe operária urbana protagonizou a luta por direitos que culminou na primeira grande divisão cidadã no Brasil - a distribuição de benefícios sociais associados à ocupação profissional. Compelido pela crescente pressão dos partidos e movimentos comunistas e anarquistas que se avultavam nas grandes cidades brasileiras, Getúlio Vargas contrabalanceou a repressão aos direitos civis e políticos da população durante seu regime com a introdução da legislação social voltada aos direitos trabalhistas e previdenciários da população urbana. Estabelecendo benefícios que atingiam grupos específicos de profissionais que o Estado se interessava em favorecer, a política social introduzida por Vargas foi responsável por assentar uma concepção na qual os direitos sociais são vistos como privilégios e não como direitos (CARVALHO, 2002, p.110). Este momento caracteriza o que Wanderley G. dos Santos chamou de “cidadania regulada”, na qual a associação entre a cidadania e a ocupação excluía do conjunto de cidadãos aqueles cujas ocupações não eram reguladas pela lei, como os trabalhadores rurais (CARVALHO, 2013).

Após o período do Estado Novo (1937 - 1945), o Brasil passou por um momento de ampliação da participação política, com a extensão do direito ao voto, que agora restringia apenas os analfabetos (57% da população em 1950), concentrados principalmente nas zonas rurais (CARVALHO, 2002). Esse processo de alargamento da participação política foi novamente interrompido após o golpe militar de 1964, que,

como vimos, cerceou também os direitos civis e políticos da população. Tal como no Estado Novo, o período ditatorial pós-64 foi também marcado pela contradição da limitação de direitos civis e políticos acompanhada da expansão dos direitos sociais, sendo o mais expressivo dos avanços a unificação e a universalização da previdência social, que permitiu a incorporação de uma parte da população até então excluída, os trabalhadores rurais (CARVALHO, 2002, p. 172-173).

Ao longo dos 21 anos nos quais os militares estiveram no poder, houve momentos de avanço e recrudescimento nas diferentes esferas da cidadania descritas por Marshall. A restrição aos direitos políticos - com órgãos de representação adquirindo um caráter decorativo - foi acompanhada de uma crescente participação eleitoral da população nas eleições em que era permitido o voto direto (CARVALHO, 2002); A ampliação dos direitos sociais aconteceu paralelamente ao aumento da desigualdade social e da concentração de renda, e a supressão dos direitos civis não impediu a formação de uma identidade nacional patriótica.

O saldo destes movimentos é ambíguo. Por um lado, os avanços foram importantes na construção de uma consciência cívica nacional que culminou nas mobilizações populares pelo voto direto e teve influência na elaboração da Constituição de 1988, a Constituição Cidadã, que foi um dos marcos mais importantes do processo de construção da cidadania brasileira. Por outro, o legado negativo dessas intercorrências foi o esvaziamento do sentido que estes direitos adquiriram ao longo do tempo, permitindo que muitas das ferramentas de acesso e garantia da cidadania estejam ainda restritas, mesmo que não reguladas legalmente (CARVALHO, 2002).

Para Carvalho, no Brasil, a pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo (CARVALHO, 2002, p. 219-220). Ainda que assegurada constitucionalmente em caráter universal após 1988, factualmente, a parcela da população brasileira que goza da cidadania plena está muito aquém da realidade. A reatividade às iniciativas de inclusão de parcelas da população à cidadania plena - evidenciada em vários dos sentidos do bolsonarismo - reflete em muito a forma como ela foi concebida historicamente no país. Renda, raça, categoria profissional, local de residência e grau de instrução seguem sendo marcadores do nível de cidadania usufruído pelas pessoas, ainda que não tenham o mesmo peso.

Além do mais, a atitude reativa de parte dos cidadãos em envolver outras parcelas da população nas esferas de direitos dos quais usufruem é um sintoma da incompletude dessa concepção de cidadania, que conserva a visão de determinados direitos como privilégio de alguns. Ao mobilizar o povo no significante do cidadão de bem, a retórica bolsonarista resgatou muitos dos sentidos do ser cidadão no Brasil (que trabalha, que paga impostos, que é instruído e está apto a tomar decisões políticas), acrescendo-os de um caráter valorativo presente na pauta moral (as pessoas de bem, de família, cristãos, honestos, trabalhadores) que traz implícita uma justificativa para os detentores de privilégios se verem como merecedores dos direitos que detém e, simultaneamente, para a exclusão daqueles que não partilham das mesmas credenciais.

Neste sentido, como os significantes demonstraram, as mudanças sociais implementadas nas gestões petistas e presentes nas pautas da esquerda trouxeram um senso de injustiça e incerteza quanto à manutenção de determinados status, como em argumentos de que as políticas sociais seriam assistencialistas em detrimento do esforço pessoal daqueles que alcançaram seus espaços de poder por mérito, ou ainda que a impunidade identificada na retórica anti-punitivista de grupos de esquerda trariam o caos à sociedade e seriam uma forma de desrespeito àqueles que cumprem com os seus deveres como cidadãos.

Mesmo quando não detendo posições privilegiadas em termos materiais, boa parte da população pobre se sentiu ameaçada pelos projetos da esquerda, que alegadamente desestabilizariam uma ordem social fundamentada em valores cristãos. Junto da insegurança quanto aos rumos morais, a ideia de um Estado interventor, associada negativamente aos partidos de esquerda e aos programas sociais por eles defendidos, foi ganhando contornos conspiratórios sobre a limitação da liberdade individual, inclusive entre muitos daqueles para os quais a ação estatal se fez insuficiente na garantia de direitos básicos.

Somado ao medo e à insegurança, o ressentimento não foi um elemento mobilizador apenas para aqueles cuja posição de poder e pertencimento social se viu afetada. Em sua forma passiva (*ressentiment*), foi também uma condição embrionária de identificação entre indivíduos cujas insatisfações não endereçadas passaram a adquirir uma orientação ativa (*resentment*) e um direcionamento contestatório (contra

o *status quo*, contra a classe política, contra a corrupção, contra as elites, contra a esquerda…) mediante a articulação discursiva. Em meio a um complexo emaranhado de emoções, o ressentimento desempenhou um papel fundamental na orientação reativa do discurso e na definição dos inimigos.

4.6 Considerações

Ao construir um povo cujas demandas expressaram mais continuidades do que rupturas com a história política brasileira, o bolsonarismo constituiu uma forma de populismo com muitas características contrastantes com aquelas descritas pelos cânones teóricos do populismo. Valendo-se de um contexto no qual a insatisfação com a política se amplificou e empregando sentidos atrelados a tradições políticas que moldaram a compreensão da sociedade brasileira sobre a democracia e sobre si mesma, o discurso bolsonarista resgatou em muitos brasileiros um sentimento de pertença e lhes conferiu algum grau de identificação. Ao fazê-lo, possibilitou a construção de uma identidade do povo que tem dentre suas características a reivindicação pela manutenção de uma forma de cidadania excludente.

Mesmo empregando uma retórica antissistema, o bolsonarismo não se propôs a alterar a estrutura política na qual o establishment por ele criticado opera. Não são características do bolsonarismo a promessa de efetiva participação do povo em suas estruturas de governo, nem estão presentes no discurso propostas de correção das falhas representativas que a democracia liberal tem demonstrado. Efetivamente, o populismo reativo representado por Bolsonaro objetivou ocupar os espaços de representação existentes, alterando os atores representados (no poder Executivo, no Congresso, no STF, nos ministérios) de modo a garantir que “a vontade do povo” seria ouvida, pois estes espaços passariam a ser ocupados por “cidadãos de bem”, que são o “povo”.

A afirmação do bolsonarismo como um fenômeno que reafirma um “povo” que “já o é” pode dar a impressão de que a sua classificação como um discurso populista é inadequada. A ausência dos desprovidos na imagem do “povo” do discurso bolsonarista certamente dificulta sua visualização como um expoente populista, e o uso dos símbolos nacionais como parte de sua identidade, naturalmente, pode fazer sua distinção com experiências nacionalistas confusa. No entanto, como explicado no capítulo anterior, a construção da ideia de “povo” no significante do “cidadão de bem”

demonstra a forma pela qual essa construção corresponde à representação de uma maioria alijada do poder por uma pequena e ilegítima “elite de esquerdistas”. Neste sentido, ao colocar o “povo” em um caleidoscópio e analisá-lo à luz das teorias populistas contemporâneas, esta tese destacou o caráter permanentemente mutável da construção de identidades no fenômeno populista.

Quando analisada sob a perspectiva de um movimento global de novos populismos, ou, como denominado ao longo do texto, de populismos contemporâneos, o bolsonarismo lança luz sobre a necessidade da teoria populista de estar atenta à inevitabilidade da manifestação de modos reativos de populismo, sobretudo em países cujo desenvolvimento histórico envolve formas tão arraigadas de autoritarismo, de colonialismo e de percepções sobre a identidade nacional tão desconexas com a realidade.

Embora as formulações contemporâneas tenham se esforçado no sentido de esvaziar de sentidos as categorias de “povo” e “inimigo” de modo a permitir a análise de experiências dissonantes, a abordagem dessas sobre a possibilidade de outras formas de construção do povo ainda é insuficiente. Em nossa percepção, a realidade empírica tem imposto à teoria a necessidade de reavaliação de seus supostos para que os fenômenos com os quais nos deparamos contemporaneamente possam ser corretamente interpretados. Para tanto, dois pontos principais devem receber maior atenção no debate teórico do populismo.

O primeiro deles diz respeito à ampliação e adequação temporal das dicotomias associadas ao populismo. As contraposições clássicas dos camponeses *versus* os interesses dos industriais e tecnocratas, dos trabalhadores e pessoas comuns versus o *establishment* político e econômico, ou dos explorados *versus* a elite, que são os mais comumente empregados nas definições do “povo” e do “inimigo” pela literatura, não dão conta da inexorável complexidade das sociedades atuais. Tendo que a mutabilidade é um fator inerente à sociedade e, consequentemente, ao fenômeno do populismo, assume-se que o populismo enquanto forma de construir o povo deve comportar em si “populismos”.

Sob essa perspectiva, a nomenclatura adotada para se referir ao bolsonarismo, como um populismo reativo se enquadra em um conjunto de feições possíveis de serem adotadas pelos discursos populistas. Somando-se às díades incorporadas pela

literatura nas últimas décadas (clássico e contemporâneo / rural e urbano / inclusivo e excludente / direita e esquerda), a oposição que propomos, de um populismo reativo em assimetria com formas ativas de populismo, pretende oferecer à literatura uma forma de classificação das experiências nas quais a mobilização visa a (re)construir um povo que "já pertence", diferentemente das formas ativas, cuja mobilização diz respeito a um povo que "nunca pertenceu".

No caso brasileiro, este pertencimento prévio está diretamente ligado à forma de cidadania e a quem ela é concedida. Em suma, o que chamamos de populismo reativo para nos referirmos ao bolsonarismo traduz-se nas formas de mobilização de demandas que não necessariamente provém dos excluídos de facto da sociedade em termos econômicos ou de representação formal, mas sim daqueles que se percebem como tal quando na iminência de perder seu lugar de pertença historicamente garantido por uma estrutura excludente.

O segundo ponto a ser considerado com mais atenção é a discussão sobre a construção do “povo” enquanto um fenômeno dinâmico, sobretudo a partir das possibilidades inauguradas pelas ferramentas e formatos de comunicação digitais. Se a visão pejorativa do populismo como sinônimo de manipulação, clientelismo ou demagogia é inadequada, pois o líder não possui um poder irrestrito sobre os desígnios do povo, o grau de contingência imputado à construção do povo enquanto sujeito político deve ser também ponderado. Como o bolsonarismo mostrou, o processo de construção do “povo” não se dá apenas pelas demandas originais da parcela da população que se pretende como o todo. Trata-se de uma construção contínua e conjunta, na qual a responsividade vai dando os contornos para definição do “povo”. A simpatia às Forças Armadas e a defesa do liberalismo são os exemplos mais claros da construção responsiva operada pelo bolsonarismo, a qual foi facilitada pelo uso de ferramentas de comunicação que permitiam a mensuração da receptividade das mensagens junto ao público e o direcionamento dos rumos da campanha a partir dessas informações.

Com influência cada vez maior na forma como as campanhas são operadas, tanto por parte do eleitorado quanto por parte dos líderes, as plataformas comunicacionais digitais ainda representam um campo novo para a política, e seus potenciais positivos e perniciosos à democracia vêm sendo cada vez mais debatidos. O que as experiências recentes em diferentes partes do globo demonstram

inequivocamente é que essas ferramentas impactaram nos formatos de campanha e na projeção que determinados discursos adquirem de acordo com a linguagem utilizada. Assim sendo, é natural que impactem também na forma como o populismo se apresenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando da decisão pelo tema de pesquisa desta tese, ao final de 2016, o bolsonarismo ainda não era considerado um fenômeno político relevante. A direita brasileira já detinha certa visibilidade e alguns nomes despontavam como aspirantes a representar suas demandas, mas não havia ainda uma convergência de sentidos em torno dos quais ela se organizasse ou uma liderança que os incorporasse. No desenrolar dos acontecimentos que culminaram na eleição de Bolsonaro, em 2018, seu discurso foi crescentemente denominado como populista. Todavia, não havia clareza nestas determinações sobre quais os aspectos de seu discurso o categorizam como tal.

Ao observar as abordagens nas quais tal classificação é utilizada, a primeira impressão que se tem é a de que, ao mesmo tempo que todo mundo sabe o que é populismo, ninguém sabe o que é populismo. O populismo tende a ser empregado pelo senso comum, pela mídia e até mesmo por analistas políticos como um sinônimo de clientelismo, de demagogia ou de manipulação. A discussão teórica desenvolvida nesta tese demonstrou que o fenômeno vai muito além de uma estratégia eleitoreira, de um líder com grande popularidade ou do uso de políticas sociais de forma "assistencialista".

Conforme pontuado no primeiro capítulo, ao analisar o bolsonarismo sob a perspectiva teórica do populismo, a pesquisa aqui exposta teve por objetivo verificar a aplicabilidade destes conceitos a um fenômeno cujas características mais evidentes fazem sua classificação como um discurso populista ser frequentemente contestada. Cientes de que a produção teórica que baliza o debate contemporâneo do populismo tem no foco de suas análises, principalmente, as experiências do norte global, buscou-se, a partir da revisão da literatura, delimitar uma categorização do fenômeno que preservasse o rigor conceitual sem desprezar aprioristicamente as características culturais que lhe conferem identidade própria.

Para chegar a este objetivo, no primeiro capítulo, trouxemos uma breve visão sobre a gênese e evolução do populismo enquanto fenômeno, descrevendo seus traços característicos e sua inserção no campo político. Recompilando alguns pontos centrais sobre o desenvolvimento do populismo enquanto objeto de estudo e as mudanças de paradigma operadas na teoria populista, abordamos a relação

ambivalente entre o populismo e a democracia representativa liberal, assim como os desafios de adequação do populismo às estruturas institucionais. Elaborado um panorama geral sobre o tópico, delimitamos a abordagem ao debate contemporâneo e a busca por uma definição mínima do populismo. Com o intuito de apreender as categorias centrais do conceito para aplicação na análise empírica do bolsonarismo, optamos pelas contribuições teóricas de quatro autores cujas obras influenciaram o debate sobre o populismo: Margaret Canovan, Paul Taggart, Cas Mudde e Ernesto Laclau.

Ponderados os pontos elementares de seus aportes teóricos, as convergências e discrepâncias entre eles, procedeu-se, então, para a seleção das categorias de análise e da definição de populismo a serem utilizadas na investigação do bolsonarismo. De princípio, recusou-se a abordagem ideacional do populismo e optou-se pela sua interpretação como uma forma de mobilização política. Reconhecendo a centralidade do antagonismo para o estabelecimento de um “povo” e de um “inimigo” no discurso e tendo em conta as premissas contextuais destacadas na introdução desta tese, o conceito escolhido como guia para a classificação, ou não, do bolsonarismo como um fenômeno populista de direita ficou definido como: “uma forma de mobilização reativa do povo contra um inimigo, o qual identifica como uma força restritiva à sua identidade em termos políticos, econômicos, culturais e morais”.

Eleita esta definição, o passo seguinte foi a análise do discurso, visando apresentar uma primeira resposta à pergunta que orientou o estudo: “à luz das teorias contemporâneas do populismo, quais são os sentidos articulados no discurso pré-eleitoral e eleitoral de Jair Bolsonaro (2015-2018)? Neste processo, foram identificados vinte e um significantes centrais em torno dos quais os sentidos do bolsonarismo se fixaram: LGBTQIA+; Mulheres; Negros; Indígenas; Segurança; Direitos Humanos; Meio Ambiente; Relações Exteriores; Economia; Liberdade; Democracia; Forças Armadas; Educação; Família; Fé; Mídia; Eleições; Corrupção; Esquerda; PT; e Povo.

Considerando que todos os significantes se interconectam em algum nível, representando diferentes nós da cadeia de significação do discurso, estabeleceu-se o agrupamento daqueles cuja proximidade foi mais nítida em termos de articulação dos sentidos. Assim, no segundo capítulo, os significantes foram apresentados de modo agrupado a partir dos elementos por eles compartilhados com maior frequência. Ao descrevê-los, foram feitas algumas indicações sobre a forma de identificação que

geram e traçaram-se os primeiros contornos sobre as possíveis definições das categorias buscadas na investigação: povo e inimigo.

De forma complementar, chamamos a atenção para algumas das estratégias de comunicação utilizadas nos períodos de pré-campanha e campanha para ampliar o alcance do discurso e subverter a imagem negativa de Bolsonaro. Para tanto, a plataforma escolhida, sua página na rede social Facebook, foi capital, uma vez que permitiu ao candidato o fortalecimento de uma narrativa paralela à veiculada na grande mídia sobre seus posicionamentos. Usando frequentemente o espaço para negar as informações e criar ambiguidade sobre suas falas, a campanha digital foi também muito relevante para atribuir um caráter *anti-establishment* ao discurso. Descredibilizando a mídia tradicional e promovendo um debate unilateral, o discurso bolsonarista encontrou nas redes sociais um espaço adequado para a construção de sua identidade como uma força contestadora do sistema, alçando-se como o verdadeiro representante do povo em contraposição à uma elite cujos intentos não seriam condizentes com os valores da população.

No terceiro capítulo, dedicamos atenção à elucidação da articulação entre os sentidos do discurso e dos nós principais que os agrupam. Com base no material examinado, procedeu-se, então, para a validação da hipótese sustentada, a qual defendeu que, a partir das principais categorias mobilizadas pelas teorias contemporâneas do populismo, nomeadamente, as de povo e inimigo, os sentidos articulados nos discursos pré-eleitorais e eleitorais do sujeito político Jair M. Bolsonaro constituem-se de forma reativa e antagônica às políticas progressistas defendidas por seus adversários políticos, podendo ser classificados como discursos populistas de direita.

Para essa verificação, fez-se, primeiramente, uma retomada da conjuntura política na qual a emergência do discurso bolsonarista se dá. A fim de identificar os múltiplos antagonismos que estruturam o discurso, optou-se por uma primeira aproximação das categorias de “povo” e “inimigo” pela elucidação das principais dicotomias empregadas na construção identitária do discurso. Considerando que estas subjetivações binárias operaram em uma lógica de identificação/recusa na fixação parcial de identidades, observou-se a congruência dessas em torno de quatro pontos nodais: Segurança, Corrupção, Economia e Moral, todos estes ligados e subordinados a um significante mestre, o Antipetismo.

Feita esta constatação e considerada a preponderância do caráter propositivo ou reativo em cada um dos significantes a eles conectados, foi possível categorizar o “inimigo” do discurso bolsonarista, o qual se consolidou na imagem do Partido dos Trabalhadores. Esta definição, embora nominal, mostrou-se muitas vezes de forma tácita e fragmentada, em uma construção discursiva na qual os parâmetros de pertença foram definidos de acordo com o compartilhamento, ou não, dos valores distintivos do “povo” (nós) e do “inimigo” (eles). Tendo em vista que a definição do “povo” é relacional e contraposta à do “inimigo”, constatou-se que a construção da identidade do “povo” bolsonarista se concentrou no significante “cidadão de bem”, uma identidade parcial cujas formas e identificação proporcionaram a vacuidade necessária para superar as barreiras regionais, étnicas, econômicas e religiosas de um país de dimensões continentais e desigualdades sociais tão enraizadas como o Brasil.

Esclarecidas as duas categorias centrais da análise para a classificação do bolsonarismo como um fenômeno populista, procedeu-se, então, para um resgate das conexões históricas e sociológicas que as delimitações traçadas pelo discurso carregam. Argumentando que o alcance do bolsonarismo se firma amplamente na reatividade ante aos processos de mudança da sociedade, buscou-se nos estudos sobre a história política do país a identificação do grau de influência que os sentidos mobilizados pelo bolsonarismo tiveram na mudança de rumos adotada frente aos governos progressistas anteriores.

Reconhecidas as continuidades e apropriações de sentidos feitas pelo bolsonarismo e as peculiaridades do discurso na sua forma de construir o “povo” e o “inimigo”, o último capítulo trouxe algumas reflexões sobre as peculiaridades do discurso e as possibilidades de avanço que o caso brasileiro pode propor ao campo teórico do populismo. Situando bolsonarismo no quadro global, destacou-se a inadequação de se considerar o fenômeno como um expoente do nacionalismo e do totalitarismo, duas classificações nas quais o bolsonarismo é regularmente alocado. Refletindo sobre algumas características do discurso, concluiu-se que as tendências autoritárias e reativas do mesmo se sobressaem.

Buscando o nexo entre esta inclinação e a forte identificação gerada junto ao eleitorado, retomamos a discussão sobre a interdependência do populismo e da

democracia representativa liberal, focando, desta vez, no lugar ocupado pelas emoções na mobilização populista reativa. Reconhecendo o ressentimento como uma emoção central na mobilização de afetos para a construção da identidade do “cidadão de bem”, concluiu-se que a reatividade, no bolsonarismo, se evidencia pelo nexo entre o ciclo progressista e uma lógica reativa, segundo a qual uma parcela da população cuja visão de cidadania é limitante e excludente não se vê representada em momentos de expansão da participação civil, política e social.

Confirmada a hipótese da pesquisa, foram pontuadas algumas questões evidenciadas pelo bolsonarismo sobre a necessidade de a teoria populista estar aberta a formas destoantes de construção do povo, o que passa necessariamente pelo reconhecimento da necessidade de ampliação e adequação temporal das dicotomias associadas ao populismo e da atenção às mudanças de dinâmica resultantes da crescente incorporação de novas ferramentas e formatos de comunicação.

Ao elaborar uma abordagem sobre os elementos históricos, sociais e afetivos que envolvem a mobilização populista no bolsonarismo, esta tese acrescenta à teoria política uma perspectiva complementar, cujo resultado pode ser também de ordem prática. Em consonância com o argumento de Hirschman, para quem o progresso não é um processo que avança linearmente na conquista de direitos, entendemos que o presente estudo contribui para a compreensão do desenvolvimento democrático ao apontar para a inevitabilidade da manifestação de modos reativos de populismo na busca por uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Ao fazê-lo, proporciona ferramentas interpretativas para a organização e adaptação das frustrações, incertezas e medos que acompanham os processos de mudança social em uma linguagem menos excludente.

Cientes que os resultados aqui apresentados estão restritos à uma realidade temporal e local, o estudo aqui apresentado se soma a um esforço maior de construção do conhecimento sobre a política, a sociedade e, em última instância, da própria natureza humana enquanto animais políticos. Tendo que a ciência não termina em um ponto final, pois sua função é justamente a de suscitar novas perguntas e questionar certezas, as limitações deste estudo são vistas como novas possibilidades

investigativas sobre o tema, especialmente em um momento no qual populismos reativos buscam espaço na política latino-americana.

REFERÊNCIAS

5 anos depois, o que aconteceu com as reivindicações dos protestos que pararam o Brasil em junho de 2013? **BBC**, Londres, 9 jun.2018. Brasil. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44353703. Acesso em: 12 set. 2021.

50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha. **G1**, 13 de janeiro de 2020. Política. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml Acesso em: 23 fev. 2022

AESCHBACH, Sébastien. **Ressentiment:** An anatomy. 2017. Dissertation. (Doctorate) University of Geneva. 2017. Archive Ouverte UNIGE. 2017. DOI: 10.13097/archive-ouverte/unige:103621 Disponível em: https://archive-ouverte.unige.ch/unige:103621 Acesso em: 05 jan. 2022.

AKKERMAN, Tjitske. Friend or foe? Right-wing populism and the popular press in Britain and the Netherlands. **Journalism,** 2011, v. 12, n. 8, p. 931–945. DOI: https://doi.org/10.1177/1464884911415972. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1464884911415972 Acesso em: 05 fev. 2022.

ALDÉ, Alessandra; MARQUES, Francisco. P. J. (org.). **Internet e poder local**. Salvador: EdUFBA, 2015.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana M. A transição religiosa no Brasil e alguns impactos eleitorais. **Revista Senso**, v.18, setembro de 2020. Disponível em: https://revistasenso.com.br/zrs-edicao-18/a-transicao-religiosa-no-brasil-e-alguns-impactos-eleitorais/ Acesso em: 12 dez. 2021.

ALVES, José Eustáquio Diniz. O fenômeno evangélico em números. **Carta Maior**, 22 de maio de 2019. Sociedade e Cultura. Disponível em: https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Sociedade-e-Cultura/O-fenomeno-evangelico-em-numeros/52/44150 Acesso em: 12 dez. 2021.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana M.; BARROS, Luís F. W.; CARVALHO, Angelita A. Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil, **Tempo Social**, v. 29, n. 2, 2017, p. 215-242. DOI: https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.112180. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/112180 Acesso em:12 dez. 2021.

ANTONIO Gabriel Henrique Burnatelli de; LAHUERTA, Milton. O neopentecostalismo e os dilemas da modernidade periférica sob o signo do novo desenvolvimentismo brasileiro. **Revista Brasileira de Ciência Política,** v.14, Maio-Agosto, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/0103-335220141403. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/RS8WDsN4tkYGcFKbnqsnWZd/abstract/?lang=pt Acesso em: 14 dez. 2021.

ARDITI, Benjamin. El populismo como periferia interna de la política democrática. In.: PANIZZA, Francisco (Org.). **El populismo como espejo de la democracia.** Buenos Aires: FCE, 2009, p. 97 - 131.

ARDITI, Benjamin; PANIZZA, Francisco. **Populism and the Mirror of Democracy**. London: Verso, 2005.

BAQUERO, Marcello. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

BAQUERO, Marcello. Os desafios na construção de uma cultura política democrática na América Latina: estado e partidos políticos. In: BAQUERO, Marcello. **Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994. pp 26-41.

BARBALET, Jack. **Emotion, Social Theory, and Social Structure:** A Macrosociological Approach. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1998.

Barbosa desautoriza Bolsonaro ao dizer que foi inocentado no Mensalão. **Poder 360**. 27 out. 2018. Disponível em: https://www.poder360.com.br/eleicoes/barbosa-desautoriza-bolsonaro-ao-dizer-que-foi-inocentado-no-mensalao/. Acesso em: 25 set. 2020.

BARON, Letícia. **Tão próximos e tão distantes**: a articulação discursiva dos movimentos pró-impeachment a partir da teoria do discurso de Ernesto Laclau. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. Disponível em:

https://wp.ufpel.edu.br/ppgcienciapolitica/files/2018/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Let%C3%ADcia-Baron.pdf. Acesso em: 03 jul. 2018.

BARON, Letícia. Se empurrar, ela cai: as grandes manifestações pró-impeachment e a construção discursiva dos Movimentos Brasil Livre, Vem pra Rua, Revoltados Online e Endireita Brasil. **Simbiótica**, v. 6, n. 2, dez. 2019. DOI: https://doi.org/10.47456/simbitica.v6i2.28447. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/index.php/simbiotica/article/view/28447. Acesso em: 7 mai. 2020.

BARON, Letícia., LUZ, Michele. Redes sociais e mídia tradicional: disputa e articulação na significação do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista de Ciências do Estado,** v. 3, n. 1, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revice/article/view/5099 Acesso em: 17 dez. 2018

BAUMAN: assim chegamos à Retropia. **Outras Palavras**, 5 maio 2017. Disponível em: https://outraspalavras.net/sem-categoria/bauman-assim-chegamos-a-retrotopia/. Acesso em: 3 ago. 2021.

BAYER, Diego Augusto. Legítima defesa: a linha tênue entre o excesso doloso e o excesso exculpante. 9 jul. 2013. **Jusbrasil**. Disponível em: https://diegobayer.jusbrasil.com.br/artigos/121943186/legitima-defesa-a-linha-tenue-entre-oexcesso-doloso-e-o-excesso-exculpante. Acesso em: 13 set. 2021.

BERLIN, Isaiah; HOFSTADTER, Richard; MACRAE, Donald G. To define populism. **Government and Opposition**, v. 3, n, 2, p. 137-179, 1968.

BÍBLIA, N. T. João. In: BÍBLIA ONLINE: Antigo e Novo Testamentos. Disponível em: https://www.bibliaonline.com.br/acf/jo/8. Acesso em: 05 ago. 2021.

BOLSONARO, Jair M. Jair Messias Bolsonaro. Facebook. Disponível em: https://pt-br.facebook.com/jairmessias.bolsonaro

Bolsonaro manda distribuir panfletos “antigay” no Rio. **G1**. 12 maio 2011. Política. Disponível em: http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/05/bolsonaro-manda-distribuir-panfletos-antigay-no-rio.html. Acesso em: 11 mar. 2018.

Bolsonaro leva panfleto antigay a escolas. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 maio 2011. Cotidiano. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1105201118.htm. Acesso em: 11 mar. 2018.

BOS, Linda; VAN DER BRUG, Wouter; DE VREESE, Claes. How the media shape perceptions of right-wing populist leaders. **Political Communication**, v. 28, n. 2, 2011, p. 182–206. DOI: https://doi.org/10.1080/10584609.2011.564605. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10584609.2011.564605 Acesso em: 27 abr. 2021.

BOTELHO, Teresa. A implosão anunciada do Partido Republicano: Populismo americano em tempo de incerteza. **Relações Internacionais**, n. 51, 2016, p. 43-56.

BRASIL. [Constituição, (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília**, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Estatuto do Desarmamento**. 2ª Ed. Brasília: Senado Federal [2004]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70307/696171.pdf?sequence=2&isAllowed=y Acesso em: 09 nov. 2018.

BRASIL. **PL 5398/2013**. Altera as redações do parágrafo único do art. 83, dos arts. 213, caput e §§ 1º e 2º e 217-A, caput e §§ 3º e 4º, todos do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e a do § 2º do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=572800 Acesso em: 12 out. 2017.

BRASIL. **Resolução Nº 23.457, de 15 de dezembro de 2015.** Dispõe sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral nas eleições de 2016. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2015. Disponível em: https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2015/resolucao-no-23-457-de-15-de-dezembro-de-2015 Acesso em: 4 out. 2016.

CAIANI, Manuela; GRAZIANO, Paolo. Varieties of populism: Insights from the Italian case. **Italian Political Science Review, v.** 46, n. 2, 2016, p. 243–267. DOI: https://doi.org/10.1017/ipo.2016.6. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/italian-political-science-review-rivista-italiana-di-scienza-politica/article/varieties-of-populism-insights-from-the-italian-case/E9D6C437DA4345FD8592FB26BA331B59 Acesso em: 22 fev. 2021.

CANOVAN, Margaret. Part and whole: people, populism and democracy. In: CANOVAN, Margaret. **The People**. Cambridge: Polity Press, 2005, p. 65-90.

CANOVAN, Margaret. Taking Politics to the People: Populism as the Ideology of Democracy. In: MÉNY, Yves; SUREL, Yves (Orgs.) **Democracies and the Populist Challange**. New York: Palgrave, 2002, p. 25-42.

CANOVAN, Margaret. Trust the people! Populism and the two faces of democracy. **Political Studies**, v..47, n. 1, 1999, p. 2–16.

CANOVAN, Margaret. **Populism**. New York: Harcourt Brace Javonovich, 1981.

CAPELOS, Tereza; DEMERTZIS, Nicolas. Political action and resentful affectivity in critical times. **Humanity & Society**, v. 42, n. 4, 2018, p. 1–24. DOI: https://doi.org/10.1177/0160597618802517. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0160597618802517. Acesso em: 07 ago. 2020.

CAPELOS, Tereza; KATSANIDOU, Alexia., & DEMERTZIS, Nicolas. Back to black: Values, ideologies, and the black box of political radicalization. **Science and Society**, 2017, v. 35, p. 35 - 68. DOI: https://doi.org/10.12681/sas.11493. Disponível em: https://ejournals.epublishing.ekt.gr/index.php/sas/article/view/11493. Acesso em: 24 jan. 2019.

CAPELLOS, Tereza; CHRONA, Stavroula; Mikko SALMELA; BEE, Cristiano. Reactionary Politics and Resentful Affect in Populist Times. **Politics and Governance**, 2021, v. 9, n. 3, p. 186-190. DOI: https://doi.org/10.17645/pag.v9i3.4727. Disponível em: https://www.cogitatiopress.com/politicsandgovernance/article/view/4727. Acesso em: 21 jan. 2022.

CARREIRÃO, Yan de Souza; NASCIMENTO, Fernanda Paula. As coligações nas eleições de 2010 para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual no Brasil. **Teoria & Pesquisa**: Revista de Ciência Política, 2012, v. 21, p. 1 - 19. DOI: http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/tp.2012.016. Disponível em: http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/tp.2012.016. Acesso em: 16 out. 2017.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Juliana M. Cidadania no Brasil: conquistas na teoria e desafios na prática. **Educação Pública**, 2013, v. 13, n. 40. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/13/40/cidadania-no-brasil-conquistas-na-teoria-e-desafios-na-praacutetica Acesso em: 03 fev. 2022.

Casos de perda de guarda de crianças por mães praticantes de religiões de matriz africana alarmam especialistas. **O Globo**, 06 de agosto de 2021. Brasil. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/casos-de-perda-de-guarda-de-criancas-por-maes-praticantes-de-religioes-de-matriz-africana-alarmam-especialistas-25143129 Acesso em: 03 set. 2021.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CELIS Karen; KNOPS, Louise; VAN INGELGOM, Virginie; VERHAEGEN, Soetkin. Resentment and coping with the democratic dilemma. **Politics and Governance**, 2021, v. 9, n. 3, p. 237 - 247. DOI: https://doi.org/10.17645/pag.v9i3.4026. Disponível em:

https://www.cogitatiopress.com/politicsandgovernance/article/view/4026 Acesso em: 21 jan. 2022.

CHODOR, Tom. **Neoliberal Hegemony and the Pink Tide in Latin America**: Breaking Up With TINA? Nova York: Palgrave Macmillan, 2015.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2015, p. 115-143.

CONIB. **Confederação Israelita do Brasil**. Kibutz. Disponível em: https://www.conib.org.br/glossario/kibutz/ Acesso em: 13 ago. 2021.

FREITAS, Felipe Corral de. **PSDB e PT no HGPE**: a construção discursiva antagônica de 1994 a 2006. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/31835 Acesso em: 14 mai. 2020.

COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. São Paulo: Unesp, 1998.

CRAMER, Katherine J. **The politics of resentment**: Rural consciousness in Wisconsin and the rise of Scott Walker. The University of Chicago Press, 2016.

CROMBY, John. The myths of Brexit. **Journal of Community & Applied Social Psychology**, 2019, vl. 29, p. 56 - 66. DOI: https://doi.org/10.1002/casp.2377. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/casp.2377 Acesso em: 28 set. 2021.

CROUCH, Colin. **Post-Democracy**. Cambridge. Reino Unido: Polity, 2004.

Cultura vira refúgio da ala ideológica do governo sob críticas de emperrar políticas do setor. **O Globo,** 01 de junho de 2021. Disponível em: https://oglobo.globo.com/cultura/cultura-vira-refugio-da-ala-ideologica-do-governo-sob-criticas-de-emperrar-politicas-do-setor-extrapolar-atribuicoes-25042601 Acesso em: 05 out. 2021.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**: Participação e Oposição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

Datafolha de 25 de outubro para presidente por sexo, idade, escolaridade, renda, região, religião e orientação sexual. **G1**, 26 out. 2018. Eleições 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/26/datafolha-de-25-de-outubro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-religiao-e-orientacao-sexual.ghtml. Acesso em: 25 set. 2021.

DE CLEEN, M., & STAVRAKAKIS, Y. Distinctions and articulations: A discourse theoretical framework for the study of populism and nationalism. **Javnost—The Public**, 2017, v. 24, n. 4, p. 301 - 319. DOI: 10.1080/13183222.2017.1330083. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13183222.2017.1330083 Acesso em: 09 abr. 2020.

DEMERTZIS, Nicolas. **The political sociology of emotions:** Essays on trauma and ressentiment. Routledge, 2020.

DEMERTZIS, Nicolas. (Ed.). **Emotions in politics**: The affect dimension in political tension. Nova York: Palgrave Macmillan, 2013.

DEMERTZIS, Nicolas. Emotions and populism. In: CLARKE, Simon; Hoggett, Paul; THOMPSON, Simon (Eds.), **Emotion, politics and society**. 2006, pp. 103–122.

De reformas a impopularidade: um balanço do governo Temer. **GaúchaZH**, 24 dez. 2018. Política. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/12/de-reformas-a-impopularidade-um-balanco-do-governo-temer-cjq1iqjkm0n7z01rxmmez3muy.html. Acesso em: 3 out. 2021.

DROSTE, Luigi. Feeling left behind by political decision-makers: Anti-establishment sentiment in contemporary democracies. **Politics and Governance**, 2021, v. 9, n. 3, p. 288-300. DOI: https://doi.org/10.17645/pag.v9i3.3949. Disponível em: https://www.cogitatiopress.com/politicsandgovernance/article/view/3949. Acesso em: 22 fev. 2022.

ENGESSER, Sven., ERNST, Nicole, ESSER, Frank, & BÜCHEL, Florin. Populism and social media: How politicians spread a fragmented ideology. **Information, Communication, & Society**, 2017, v. 20, n. 8, p. 1109 - 1126. DOI: https://doi.org/10.1080/1369118X.2016.1207697. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1369118X.2016.1207697 Acesso em 14 mar. 2022.

Entenda o conceito de excludente de ilicitude. **Agência Câmara de Notícias**, 23 set. 2019. Direito e Justiça. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/589060-ENTENDA-O-CONCEITO-DE-EXCLUDENTE-DE-ILICITUDE

Falas de Bolsonaro são aceno à ala ideológica na véspera das eleições. **CNN**, 11 nov. 2020. Política. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/falas-de-bolsonaro-sao-aceno-a-ala-ideologica-na-vespera-das-eleicoes/. Acesso em: 05 out. 2021.

FERRARI, D. Perceptions, resentment, economic distress, and support for right-wing populist parties in Europe. **Politics and Governance**, 2021, v. 9, n. 3, p. 274–287.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da "raça branca". V. 1. 5a ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, José Roberto Martins. **Os Novos Bárbaros**: Análise do Discurso Anticomunista do Exército Brasileiro. São Paulo: PUCSP, 1986.

Fundo do poço da economia mundial ocorreu em 2013, afirma Mantega. **Valor Econômico**. 02 de dezembro de 2013. Disponível em:

https://valor.globo.com/brasil/noticia/2013/12/02/fundo-do-poco-da-economia-mundial-ocorreu-em-2013-afirma-mantega.ghtml Acesso em: 07 de fevereiro de 2022.

GERBAUDO, Paolo. Populism 2.0. In D. TROTTIER & C. FUCHS (Eds.), **Social media, politics and the state**: Protests, revolutions, riots, crime and policing in the age of Facebook, Twitter and YouTube. 2014, New York, NY: Routledge. pp. 16–67.

GODOI, Marcelo. Bolsonaro: Um fantasma ronda o Planalto. **Estadão**, São Paulo, 2 de abril de 2017. Disponível em: https://infograficos.estadao.com.br/politica/bolsonaro-um-fantasma-ronda-o-planalto/entrevista Acesso em: 22 nov. 2018.

GODWIN, Matthew., TRISCHLER, Elisabeth. Reimagining the medieval: The utility of ethnonational symbols for reactionary transnational social movements. Politics and Governance, 2021, vl. 9, n. 3, p. 215–226. DOI: https://doi.org/10.17645/pag.v9i3.3979. Disponível em: https://www.cogitatiopress.com/politicsandgovernance/article/view/3979 Acesso em: 24 nov. 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

Greve dos caminhoneiros: a cronologia dos 10 dias que pararam o Brasil. **UOL**, 30 maio de 2018. Economia. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2018/05/30/greve-dos-caminhoneiros-a-cronologia-dos-10-dias-que-pararam-o-brasil.htm. Acesso em: 3 out. 2021.

GRILLO, Carolina Christoph; NERI, Natasha Elbas; NASCIMENTO, Andréa Ana do. Autos com ou sem resistência: Uma análise dos inquéritos de homicídios cometidos por policiais. In: 33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2009, Caxambu. **Anais** Disponível em: https://anpocs.com/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt08-24/1843-andreanascimento-autos/file Acesso em: 01 set. 2021.

GROSHEK, Jacob; ENGELBERT, Jiska. Double differentiation in a cross-national comparison of populist political movements and online media uses in the United States and the Netherlands. **New Media & Society, 2013,** v. 15, n. 2, p. 183–202. DOI: https://doi.org/10.1177/1461444812450685 Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1461444812450685 Acesso em: 13 jul. 2019.

GUIMARÃES, Gabriel, F. R. Etnonacionalismo: o MAS e a formação do estado plurinacional boliviano. **Teoria e Pesquisa**, 2012, v. 21, n. 1. Disponível em: http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/282/205 Acesso em: 22 nov. 2020.

HAY, C. Why we hate politics. Polity Press, 2007.

HERKMAN, Juha.The life cycle model and press coverage of Nordic populist parties. **Journalism Studies**, 2017, v. 18, n. 4, p. 430 - 448. DOI: https://doi.org/10.1080/1461670X.2015.1066231 Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1461670X.2015.1066231 Acesso em: 11 jul. 2019.

HIRSCHMAN, Albert O. **A retórica da intransigência**: perversidade, futilidade, ameaça.Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo:Companhia das Letras, 1992.

HOCHSCHILD, A. R. **Strangers in their own land**: Anger and mourning on the American right. The New Press, 2016.

HOWARD, Philip N. Deep Democracy, Thin Citizenship: The Impact of Digital Media in Political Campaign Strategy. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 597, 2005, p. 153–70. *JSTOR*. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/25046067. Acesso em 12 nov. 2020.

IBGE. Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal 2014. In: **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios (PNAD)** – Suplementos. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet2016/default.shtm Acesso em: 15 out. 2017.

INGLEHART, Ronald F. **The silent revolution**: Changing values and political styles among Western publics. Princeton University Press,1977.

IPEA. **Atlas da Violência 2020**. CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coords.), 2020. DOI: https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2020 Disponíivel em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3519-atlasdaviolencia2020completo.pdf Acesso em 03 fev. 2021.

IPSOS. **Barômetro Político**. 2017. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39075521 Acesso em: 04 mai. 2021.

JAGERS, Jan; WALGRAVE, Stefaan. Populism as political communication style: An empirical study of political parties' discourse in Belgium. **European Journal of Political Research**, 2007, v 46, n. 3, p. 319 - 345. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2006.00690.x Disponível em: https://ejpr.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1475-6765.2006.00690.x Acesso em: 17 de junho de 2021.

JUDIS, John. **The populist explosion**. How the Great Recession Transformed American and European Politics. Columbia Global Reports Paper, 2016.

KAYA, Ayhan. Islamist and Nativist Reactionary Radicalisation in Europe. **Politics and Governance**, 2021, v. 9, n. 3, p. 204 - 214. DOI: https://doi.org/10.17645/pag.v9i3.3877 Diponível em: https://www.cogitatiopress.com/politicsandgovernance/article/view/3877 Acesso em: 10 de maio de 2022.

KAYSEL, André. Regressando ao regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In: CRUZ, Sebastião V., KAYSEL, André, CODAS, Gustavo (orgs.) **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: < http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/Direita%20volver%20Final.pdf. Acesso em 19 de novembro de. 2016.

KARLSEN, R. Does new media technology drive election campaign change? **Information Polity**, 2010, v 15, n. 3, p. 215-225. DOI 10.3233/IP-2010-0208.

KAZIN, Michael. **The populist persuasion**: An american history. New York: Basic Books, 1995.

KENNY, M. Back to the Populist Future?: Nostalgia in Contemporary Ideological Discourse. **Journal of Political Ideologies,** 2017, v. 22, n. 3, p. 256 - 273. DOI: https://doi.org/10.1080/13569317.2017.1346773 Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13569317.2017.1346773?journalCode=cjpi20 Acesso em: 29 de março de 2020.

KISS, B. Double ressentiment: The political communication of Kulturkampf in Hungary. **Politics and Governance**, 2021, v. 9, n. 3, p. 227 - 236. DOI: https://doi.org/10.17645/pag.v9i3.4053 Disponível em: https://www.cogitatiopress.com/politicsandgovernance/article/view/4053/0 Acesso em: 05 de janeiro de 2022

KOZINETS, Roberto V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Tradução Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2014.

LACLAU, Ernesto. **On Populist Reason**. London: Verso, 2005.

LACLAU, Ernesto. **A Razão Populista**. Rio de Janeiro: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LARSON, Brooke; MADRID, Raúl; MAYORGA, René A; VARAT, Jessica. Bolivia: Social Movements, Populism, and Democracy. Woodrow Wilson Center Update on the Americas, **THE AMERICAS,** n, 2, 2008. Disponível em: https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/media/documents/publication/lap_policy_Bolivia1.pdf Acesso em: 27 jul. 2020.

Leia a íntegra da carta enviada pelo vice Michel Temer a Dilma. **G1**, Brasília, 12 dez. 2015. Política. Disponível em: http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html. Acesso em: 13 de set. 2021.

Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro. **Folha de São Paulo**, 24 jun, 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml. Acesso em: 12 set. 2021.

LINZ, Júan. Totalitarian and authoritarian regimes. In: POLSBY, Nelson; GREENSTEIN, Fred. (orgs.). **Handbook of political science**. 1975, v. 3. Reading: Addison Wesley Press, p. 175-411.

LINZ, Júan. Regimes autoritários. In: PINHEIRO, Paulo. S. (org.). **O estado autoritário e movimentos populares**. 1980. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 119 - 213.

LOPES, Alice C; BURITY, Joanildo A.; MENDONÇA, Daniel. Apresentação. In: LACLAU, Ernesto. MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015, p. 7-33.

LUZ, Michele, 2022. BANCO DE DADOS. Postagens Jair M. Bolsonaro no Facebook (2015-2018). Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1Z6JqKrySBvbCK5XVJxwW2aRWjmDMGjuw

LUZ, Michele D. A identidade da nova direita brasileira pela perspectiva antagônica. In: XX ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO. 2017. **Anais**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/enpos/anais/anais-2017/ Acesso em: 23 abr. 2018.

LUZ, Michele D. Redes sociais e comunicação populista: o espaço da direita. In: XI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA. 2018. **Anais do 11º Encontro da ABCP**. Curitiba, Brasil. Disponível em: https://cienciapolitica.org.br/web/__arquivos/encontro-abcp-2018/?palavras_chave=Redes+sociais+e+comunica%C3%A7%C3%A3o+populista%3A+o+espa%C3%A7o+da+direita&campo_buscado=tit Acesso em: 01 dez. 2019.

MADRID, Raúl L. The Rise of Ethnopopulism in Latin America. **World Politics**, 2011, v. 60, n. 3, p. 475–508. DOI: https://doi.org/10.1017/S0043887100009060. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/40060205 Acesso em novembro de

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; E POWER, Timothy. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo** : quais são, o que defendem, quais são suas bases. São Paulo : Paz e Terra, 2000.

MANIN, Bernard. A democracia reconsiderada. **Novos Estudos CEBRAP**, 2013, n. 97, São Paulo, p. 115-127.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1995, n. 29, p. 5 - 34.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Tradução de Meton Porto Gadelha. 1967, ZAHAR: Rio de Janeiro.

MAYER, Sabrina. Jasmin; NGUYEN, Christoph. Giang. Angry reactionary narcissists? Anger activates the link between narcissism and right-populist party support. **Politics and Governance**, 2021, v. 9, n. 3, p. 248 - 259.DOI: https://doi.org/10.17645/pag.v9i3.4000 Disponível em: https://www.cogitatiopress.com/politicsandgovernance/article/view/4000 Acesso em: 05 mar. 2022.

Me decepcionei com Bolsonaro, diz indígena que integrou comitiva do Presidente na ONU. **BBC**, São Paulo, 4 jun. 2020. Brasil. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52929263. Acesso em: 5 ago. 2021.

MÉNY, Yves; SUREL, Yves. The Constitutive Ambiguity of Populism. In: MÉNY, Yves; SUREL, Yves (Orgs). **Democracies and the Populist Challenge** (eds.). New York: Palgrave, 2002.

MÉNY, Yves, & SUREL, Yves. Par le Peuple, Pour le Peuple In: MÉNY, Yves; SUREL, Yves (Orgs). **Le Populisme et les Démocraties**. Paris: Fayard, 2000.

MEYER, David & MINKOFF, Debra. Conceptualizing Political Opportunity. **Social Forces**, 2004, v. 82, n. 4, p. 1457 - 1492. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3598442?seq=1 Acesso em: 03 de abril de 2018.

MITOZO, Isabele Batista; MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT'ALVERNE, Camila. Como se configura a comunicação online entre representantes e representados no Brasil? Um estudo sobre as ferramentas digitais da Câmara dos Deputados. **Contracampo**, 2016, v. 35, n. 2. DOI: https://doi.org/10.22409/contracampo.v35i2.937 Disponível em:https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17574/pdf Acesso em 07 de abril de 2018.

MOUFFE, C. The populist moment. Tradução de LUZ, Michele. **Revista Simbiótica**, 2019, vl. 6, n. 1.

MOUFFE, Chantal. **For a Left Populism**. Brooklyn, Nova York: Verso, 2018.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora ática S.A, 1988.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo e antipetismo na atual onda direitista. In: Bohoslavsky, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane. **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019.

MUDDE, Cas. Populism in Europe: An Illiberal Democratic Response to Undemocratic Liberalism (The Government and Opposition/Leonard Schapiro Lecture 2019). **Government and Opposition**, 2021, v. 56, n. 4, p. 557-597. DOI: https://doi.org/10.1017/gov.2021.15. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/government-and-

opposition/article/populism-in-europe-an-illiberal-democratic-response-to-undemocratic-liberalism-the-government-and-oppositionleonard-schapiro-lecture-2019/C624D1A36A8737434085C127BE310016. Acesso em: 01 mar. 2022.

MUDDE, Cas. **On extremism and democracy in Europe**. NY: Routledge. 2016.

MUDDE, Cas. **Populist Radical Right Parties in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

MUDDE, Cas. The Populist Zeitgeist. **Government and Opposition**, 2004, v. 39, n. 4, p. 541 - 563. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x. https://www.cambridge.org/core/journals/government-and-opposition/article/populist-zeitgeist/2CD34F8B25C4FFF4F322316833DB94B7 Acesso em: 27 jul. 2017.

MUDDE, Cas and ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal. **Populism: A very short introduction**. New York, NY: Oxford University Press, 2017.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. Exclusionary vs. Inclusionary Populism: Comparing Contemporary Europe and Latin America. **Government and Opposition**, 2013, n. 48, p. 147-174. DOI: https://doi.org/10.1017/gov.2012.11. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/government-and-opposition/article/exclusionary-vs-inclusionary-populism-comparing-contemporary-europe-and-latin-america/AAB33C1316BE16B8E4DE229519362E27 Acesso em: 25 mai. 2017.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal R. Voices of the peoples: Populism in Europe and Latin America Compared. **Kellogg Institute**, 2011. Working Paper 378.

MÜLLER J-W. **What is populism?** Penguin Books: London, 2017.

NAGIB, Miguel. **Escola Sem Partido**: Quem somos. Disponível em: http://escolasempartido.org/quem-somos/ Acesso em: 14 jun. 2017.

NEMER, David. Competição com bolsonarismo nas redes sociais é injusta. **IHU Unisinos**. 10 de maio de 2022. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/618412-competicao-com-bolsonarismo-nas-redes-sociais-e-injusta-entrevista-com-david-nemer Acesso em: 12 mai. 2022.

NEMER, David. A radicalização invisível da direita brasileira no WhatsApp. **Huffpost**. 2019. Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/brazil-jair-bolsonaro-whatsapp_n_5d542b0de4b05fa9df088ccc Acesso em: 24 set. 2020.

NEMER, D. Uncovering Hidden Spaces of Populism in Brazil: The Case of Bolsonaro Supporters in WhatsApp Groups. **American Association of Geographers 114th Annual Meeting**. 2019. Washington, DC.

NIETZSCHE, F. **Genealogy of morals**. Cambridge University Press, 1961.

OAKESHOTT, Michael. **Rationalism in Politics**, and Other Essays. New York: Basic Books, 1962.

PANIZZA, Francisco. **Populism and the Mirror of Democracy**. London: Verso, 2005.

PANIZZA, Francisco – La marea rosa. In: **Análise de Conjuntura OPSA**, n. 8. Rio de Janeiro: OPSA, 2006.

PAPADOPOULOS, Yannis. Populism, the Democratic Question, and Contemporary Governance. In: MÉNY, Yves, & SUREL, Yves (Orgs.) **Democracies and the Populist Challenge.** New York: Palgrave, 2002.

PEREIRA DA SILVA, Fabrício. O Fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, 2018, v. 4, n. 2, p. 165-178. DOI: https://doi.org/10.15210/rsulacp.v4i2.14207 Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/14207

PINHEIRO MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. From hope to hate: The rise of conservative subjectivity in brazil. **Journal of Ethnographic Theory HAU**, 2020, v. 10, n. 1, p. 21-31. DOI: https://doi.org/10.1086/708627. Disponível em: https://www.haujournal.org/index.php/hau/article/view/1408. Acesso em: 13 out. 2021.

PINZANI, Alessandro. Democracia versus tecnocracia: apatia e participação em sociedades complexas. **Lua Nova**, 2013, v. 89, p. 135 - 168.

PINTO, Céli Regina. Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova**, São Paulo, 2017, n. 100, p. 119 - 153.

Por que as religiões de matriz africana são o principal alvo de intolerância no Brasil? **BBC News**, 21 jan. 2016. Brasil. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160120_intolerancia_religioes_africanas_jp_rm Acesso em: 02 jul. 2019.

Projeto permite realização de audiências de custódia por videoconferência durante a pandemia. **Agência Câmara de Notícias**, 28 jun. 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/775283-projeto-permite-realizacao-de-audiencias-de-custodia-por-videoconferencia-durante-a-pandemia/#:~:text=Obrigat%C3%B3ria%20desde%202015%2C%20a%20audi%C3%AAncia,cautelar%20ou%20decorrente%20de%20condena%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 13 set. 2021.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública, 2018, v.** 24, n.3. DOI: https://doi.org/10.1590/1807-01912018243486. Disponível em: https://www.scielo.br/j/op/a/fb7t4KkpVsJfvHwgLnf3wxS/?lang=pt# Acesso em: 13 dez. 2021.

RANCIÈRE, Jacques. **Disagreement: Politics and Philosophy**. Translation: Julie Rose. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

Religiões de matriz africana são alvos de 59% dos crimes de intolerância. **Correio Braziliense**, 11 de novembro de 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/11/11/interna_cidadesdf,805394/religioes-de-matriz-africana-alvos-de-59-dos-crimes-de-intolerancia.sht Acesso em: 05 mai. 2021.

ROODUJIN, Matthijs. The mesmerising message: The diffusion of populism in public debates in Western European media. **Political Studies**, 2014, v. 62, n. 4, p. 726 - 744. DOI: https://doi.org/10.1111/1467-9248.12074. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1111/1467-9248.12074 Acesso em: 18 abr. 2019.

ROODUJIN, Matthijs; DE LANGE, Sara; VAN DER BRUG, Wouter. A populist zeitgeist? Programmatic contagion by populist parties in Western Europe. **Party Politics**, 2014, v. 20, n. 4, p. 563–575. DOI: https://doi.org/10.1177/1354068811436065 Disponível em: Acesso em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1354068811436065 Acesso em: 15 mar 2019.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o perigo vermelho** : o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo : Perspectiva, 2002.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (orgs). **Pensar as Direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019.

SALMELA, Mikko; CAPELOS, Tereza. Ressentiment: A complex emotion or an emotional mechanism of psychic defences? **Politics and Governance**, 2021, v. 9, n. 3, p. 191 - 203. DOI: https://doi.org/10.17645/pag.v9i3.4251. Disponível em: https://www.cogitatiopress.com/politicsandgovernance/article/view/4251 Acesso em: 03 fev. 2022.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**: o debate contemporâneo. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SCHAVELZON, S. “The end of the progressive narrative in Latin America”. **Alternautas**, 2016. Disponível em: <http://www.alternautas.net/blog/2016/5/24/the-end-of-the-progressive-narrative-in-latin-america>. Acesso em: 22 de abr. 2017.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SCHWARCZ, Lilia. Espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados**, São Paulo, 1994, v. 8, n. 20, p. 137-152. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-40141994000100017 Acesso em: 04 ago. 2019.

SCHELER, Max. **Ressentiment**. Marquette University, 1961.

SETZLER, MARK. Did Brazilians Vote for Jair Bolsonaro Because They Share his Most Controversial Views? Research note. **Brazilian Political Science Review**. 2021, v. 15, n. 1. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-3821202100010006 Acesso em: 03 set. 2021.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, 2018, v. 133. DOI: https://doi.org/10.1590/0101-6628.155. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/rX5FhPH8hjdLS5P3536xgxf/?lang=pt Acesso em: 28 out. 2020.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da. **Sobre corpos, crucifixos e liberdades**: a laicidade do Estado analisada a partir do debate legislativo sobre o aborto no Brasil e no Uruguai (1985-2016). 2018.Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SIMÕES, Caroline. How Nationalism Has Taken Place in Brazil with Jair Bolsonaro in Power? International Political Science Association World Congress (IPSA) [virtual], 10 a 15 de julho de 2021. Disponível em: https://www.ipsa.org/wc/paper/how-nationalism-has-taken-place-brazil-jair-bolsonaro-power Acesso em: 08 set. 2021.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

SOUZA, Maria do Carmo C. de. A Nova República brasileira: sob a espada de Damocles. In: STEPAN, A. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

SOUZA, Jessé. **Ralé Brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

STANLEY, Jason. **How Fascism Works**: The Politics of Us and Them. New York USA: Random House, 2018.

Steve Bannon vai apostar tudo no Brasil. **Diário de Notícias**, 29 ago. 2021. Internacional. Disponível em: https://www.dn.pt/internacional/steve-bannon-vai-apostar-tudo-no-brasil-14070611.html. Acesso em: 30 ago. 2021.

SULLIVAN, G. B. Political reactionism as affective practice: UKIP supporters and non-voters in pre-Brexit England. **Politics and Governance**, 2021, v. 9, n. 3, p. 260–273. DOI: https://doi.org/10.17645/pag.v9i3.4251. Disponível em: https://www.cogitatiopress.com/politicsandgovernance/article/view/4251SULLIVAN,%20G.%20B.%20Political%20reactionism%20as%20affective%20practice:%20UKIP%20supporters%20and%20non%E2%80%90voters%20in%20pre%E2%80%90Brexit%20England.%20Politics%20and%20Governance,%202021,%20v.%209,%20n.%203,%20p Acesso em: 02 abr. 2022.

SRINIVASAN, Ramesh; FISH, Adam. **After the internet** (Digital Futures). Polity Press. 2017.

STOPPINO, Mario. Verbete “Autoritarismo”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; e PASQUINO, Gianfranco (Orgs). **Dicionário de política**. Tradução. Carmen C, Varriale *et al*.; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 94 -104.

TAGGART, Paul. **Populism**. Buckingham PA: Open University Press, 2000.

TAGGART, Paul. Populism and the Pathology of Representative Politics. In **Democracies and the Populist Challenge**. In.: MÉNY, Yves; SUREL, Yves (eds.). New York: Palgrave, 2002, p. 62-80.

TAGGART, Paul. Populism and representative politics in contemporary Europe. **Journal of Political Ideologies, 2004, v.** 9, n. 3, p. 269-288.

TAROUCO, Gabriela. Silva; MADEIRA, Rafael. M. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey | **Civitas - Revista de Ciências Sociais**. 2015, v. 15, n. 1. DOI: https://doi.org/10.15448/1984-7289.2015.1.18077. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/18077 Acesso em: 03 set. 2016.

TAROUCO, Gabriela. da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. **Revista Debates,** 2015, v. 7, n. 2, p. 93–114. DOI: https://doi.org/10.22456/1982-5269.38573. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/18077 Acesso em: 14 jul. 2017.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2015, 197-2012.

Temer liderava impeachment 3 meses antes do processo, diz Eduardo Cunha em livro; leia relatos. **Folha de S.Paulo**, Brasília, 12 abr. 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/04/temer-liderava-impeachment-3-meses-antes-do-processo-diz-eduardo-cunha-em-livro-leia-relatos.shtml. Acesso em: 13 set. 2021.

Temer revela em livro bastidores do impeachment de Dilma. **Congresso em Foco**, 2 nov. 2020. Governo. Disponível em:

https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/temer-revela-em-livro-bastidores-do-impeachment-de-dilma/. Acesso em: 13 set. 2021.

This is why evangelicals love Trump's Israel policy. **Vox**,14 maio de 2018. Disponível em: https://www.vox.com/2017/12/12/16761540/jerusalem-israel-embassy-palestinians-trump-evangelicals. Acesso em: 13 ago. 2021.

Turma do STF decide que aborto nos três primeiros meses e gravidez não é crime. **Agência Brasil**. Geral. 29 nov. 2016. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/turma-do-stf-decide-que-aborto-nos-tres-primeiros-meses-de-gravidez-nao-e . Acesso em 23 jun. 2019.

Últimas pesquisas eleitorais do instituto Ibope. Eleições 2018. Pesquisas Eleitorais. **Gazeta do Povo**. Disponível em: https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/instituto/ibope/ Acesso: 03 fev. 2019.

UNITED STATES OF AMERICA. [Constitution (1789)]. **The Constitution of the United States of America.** U. S. Senate, Washington, D.C., 1789. Disponível em: https://www.senate.gov/civics/resources/pdf/US_Constitution-Senate_Publication_103-21.pdf

WILES, Peter. A Syndrome, Not A Doctrine. In: **Populism - Its Meanings and National Characteristics**. IONESCU Ghita; GELLNER Ernest (eds.). London: Weidenfeld and Nicolson, 1969.

WORSLEY, Peter. The Concept of Populism. In: **Populism - Its Meanings and National Characteristics**. IONESCU Ghita; GELLNER Ernest (eds.). London: Weidenfeld and Nicolson, 1969.

ZEEVAERT, Marius. **Two Nationalists and Their Differences** - an Analysis of Trump and Bolsonaro. 05 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://www.e-ir.info/2020/02/05/two-nationalists-and-their-differences-an-analysis-of-trump-and-bolsonaro/ Acesso em: 10 dez. 2021.

Apêndices

Apêndice A - Distribuição temporal das postagens analisadas.

Mês/Ano	*2015*	*2016*	2017	2018
Janeiro	11	42	30	81
Fevereiro	17	42	49	55
Março	28	86	42	59
Abril	80	67	48	79
Maio	25	46	55	81
Junho	26	81	37	57
Julho	23	69	41	105
Agosto	24	43	59	149
Setembro	33	47	63	135
Outubro	32	38	53	234
Novembro	37	75	46	
Dezembro	38	36	70	
Anual	374	672	593	1035
Total				**2674**

Apêndice B - Celebridades e entidades que declararam apoio à candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência da República em 2018

Agustín (maquiador)
Allan dos Santos (youtuber)
André Valadão (cantor gospel)
Arthur do Val (youtuber)
Augusto Pacheco
Bene Barbosa (instrutor de tiro)
Bernardo Küster
Bismark Fugazza (youtuber)
Bretas
Carlos Vereza (ator)
Comunidade surda
Federação das Empregadas e Trabalhadores Domésticos de SP
Carta de apoio Prefeitos (não especifica os municípios)
Cel. Marcos Pontes (astronauta)
David Duke (ex-líder da KKK)
Diogo Rox (youtuber)
Dom Antonio Augusto Dias Duarte (Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro)
Dom Orani Tempesta (Cardeal e Arcebispo do Rio de Janeiro)
Eduardo Costa (cantor sertanejo)
eGuinorante (youtuber)
Emerson Fittipaldi (ex-piloto de Fórmula 1)
Fábio Arruda (Consultor de etiqueta)
Fernanda Venturini (ex-jogadora de vôlei)
Flávio Morgenstern (colunista e influencer)
Gen. Augusto Heleno
Gen. Mourão
Giovani Silva de Oliveira (jogador de futebol)
Gusttavo Lima (cantor sertanejo)
Janaína Paschoal (advogada, professora universitária e deputada)
Jacqueline Van Ryselberghe (senadora chilena)
Joice Hasselman
Jonathan Nemer (youtuber)
José Durana (senador chileno)
Juliana Caetano (cantora- Bonde do Forró)
Karol Eller (influencer)
Lideranças evangélicas (diversos)
Lili Ferraz (maquiador)
Lu e Alex (cantores sertanejos)
Luciano Camargo (cantor sertanejo)
Luciano Hang (empresário)
Luiz Camargo (youtuber)
Luiz Philippe de Orleans e Bragança (descendente da família imperial brasileira)
Magno Malta (senador)
Manolo Rey (dublador)
Marco Antônio (dublador)
Matteo Salvini (senador italiano e eurodeputado)
Militares da reserva (diversos)
Nando Moura (Youtuber)
Olavo de Carvalho (influenciador)
Onyx Lorenzoni (deputado)
Padre Paulo, Campo Grande (líder religioso)
Padre Sizo (líder religioso)
Pastor Claudio Duarte (líder religioso))
Paulo Guedes (economista)
Paulo Souza (youtuber)

Paulo Vignolo (dublador)
Regina Duarte (atriz)
Renzo Gracie (lutador e empresário)
Ricardo Schnetzer (dublador)
Rivaldo (jogador de futebol)
Roberto Justus (empresário)
Roberto Lorenzato (deputado ítalo-brasileiro)
Roger Moreira (músico)
Ronaldinho Gaúcho (jogador de futebol)
Ronaldo Caiado (político)
Sandro Rocha (ator)
Sebastião Bomfim (empresário - Lojas Centauro)
Sérgio Mallandro (humorista)
Sikera Jr.(jornalista e apresentador)
Silas Malafaia (líder religioso)
Thereza Christina (política)
Thiago Corthês (youtuber/sociólogo)
Zoe Martinez (youtuber cubana)

Apêndice C - Sentidos principais do Significante “Corrupção”

10 medidas de combate à corrupção - voto pela manutenção da proposta original para não ameaçar a operação Lava-jato
A Câmara dos Deputados é movida por corrupção
A chance de corrupção nas forças armadas é muito pequena
A corrupção faz com que os empresários brasileiros já cheguem no exterior com certa desconfiança
A corrupção mata silenciosamente
A corrupção quebrou as estatais
A política virou um grande negócio
A única forma de diminuir a corrupção é diminuindo o tamanho do Estado
Adversários tentam usar envolvimento do PP com corrupção para atacá-lo
Alberto Youssef disse que Bolsonaro não recebeu propina
Apoia Eduardo Cunha até que o impeachment de Dilma aconteça
Apoio popular para vencer o sistema
Assim como Moro, perdeu sua liberdade de andar nas ruas por combater a corrupção
Aumentar o Bolsa-Família e dar 13° aos beneficiários
Bolsonaro denuncia corrupção do PT
Bolsonaro irá reduzir o número de ministérios para 15
Bolsonaro representa uma quebra do ciclo de corrupção no Brasil
Com voto comprado não se faz democracia
Combatendo a roubalheira no Bolsa família dá pra criar um 13° para o programa
Combater a corrupção para ter verbas para conclusão de obras
Contra as eleições diretas caso Temer seja afastado
Contra o fim do foro privilegiado pois os grandes partidos estão a favor e isso indica que tem algo errado
Contra o Foro privilegiado
Corrupção se combate pelo exemplo
Crise ética e moral na política
Denúncias de propina da JBS visam apresentá-lo como corrupto
Descentralizar os poderes e recursos
Desfiliação do PP
Devolveu o dinheiro da JBS
Em combate não se escolhe aliados
Empresários e políticos corruptos devem pagar a conta do rombo da previdência
Entregar propostas pelo apoio das bancadas
Esperamos a prisão de Lula
Esperança na Operação Lava Jato
Evitar o aparelhamento das instituições
Favoráveis a acordos de leniência
Favoráveis a Acordos Penais
Favoráveis à delação premiada
Favoráveis à multa a partidos envolvidos com corrupção
Favoráveis a penas mais duras para prescrição de crimes
Favoráveis à Progressão de pena condicionada
Favoráveis à Supressão da Defesa Prévia
Favoráveis a testes de integridade dos servidores públicos
Favoráveis ao confisco de bens obtidos por enriquecimento ilícito
Favoráveis ao domínio de bens originários de corrupção
Fernandinho Beira Mar afirmou que Bolsonaro não tem rabo preso
Folha de São Paulo faz jornalismo sujo a serviço da velha e corrupta polí-tica
Foro de São Paulo rouba por um projeto de poder
Fraudes do Bolsa Família
Haddad é investigado por corrupção
Haddad vai acabar com a Lava Jato
Impeachment
Indicações políticas mergulham o governo na corrupção e na ineficiência
JBS é uma das empresas mais corruptas do país e a que mais deve para a previdência

Joaquim Barbosa cita-o como sendo o único deputado da base aliada que não foi comprado pelo PT
Lava Jato
Lava-jato e MP são patrimônio do Brasil
Lista fechada aumentaria a corrupção dentro dos partidos
Lista fechada só serve pra reeleger políticos corruptos
Lotear cargos para partidos políticos não é governabilidade
Mais grave do que a corrupção é a questão ideológica
Mensalão
Não aceita indicações políticas
Não está em nenhuma lista da Lava Jato
Não existe processo de corrupção ou improbidade administrativa contra Jair Bolsonaro
Não fará acordos
Não se vende
No Brasil governabilidade e corrupção se confundem
No Brasil, onde há Estado, há corrupção
Nosso processo eleitoral não permite auditoria para comprovar que não houve ataque de hackers às urnas
Nunca aceitou dinheiro para suas campanhas
O afastamento de Dilma foi uma luta de todos
O Brasil não aguenta mais a corrupção
O Centrão é a nata da corrupção
O grande problema do Brasil são as indicações políticas
O povo está cansado da corrupção
O PT representa o fim da Lava jato e a volta dos esquemas que ameaçam a democracia
O STF quer inviabilizar sua futura candidatura o tornando réu
O toma lá dá cá tem que deixar de existir
O voto em Bolsonaro é um voto contra o sistema corrupto
Odebrecht
Os corruptos têm interesse na sua morte
Os grandes partidos são o Sistema
Os mesmos que foram presos no regime militar estão sendo presos agora, é sinal que estávamos no caminho certo
Petrolão
PMDB também é corrupto, mas ao menos não quer roubar a liberdade das pessoas como o PT
Presidencialismo de coalizão é Presidencialismo de corrupção
Prisão de Lula é uma nova independência do Brasil contra o bolivarianismo
Prisão de Lula é vitória da justiça
Prisão em segunda instância
Propinas para parlamentares são motivo suficiente para impeachment
Protestos contra a corrupção e o PT que ousa comunizar o Brasil
PT construiu obras em outros países com dinheiro do povo brasileiro
PT é o governo mais corrupto da história do país
PT fez da corrupção o modo de governar o Brasil
PT tentou comprar deputados para barrar o impeachment
PT tentou comprar seu voto oferecendo a superintendência do Aeroporto do Galeão
PT usa o BNDES para fazer empréstimos internacionais duvidosos
PT vai acabar com a Lava Jato
Quebrar sigilo do BNDES
Quem paga a conta da corrupção é o povo
Recusou a oferta para a superintendência do Aeroporto Santos Dumont em troca de seus votos
Representa uma ameaça aos corruptos do Brasil
Roberto Jefferson foi necessário para desvendar toda a corrupção do PT
Sem credibilidade e mergulhada em corrupção, a elite polí-tica só pensa em salvar-se
Sem Eduardo Cunha não estaríamos onde estamos hoje (acolhimento do pedido de impeachment)
Sérgio Moro
Seus inimigos são os corruptos
Só é favorável ao fim do foro privilegiado com prisão em segunda instância
Sua governabilidade será orgânica
Tem a independência necessária para governar o país sem corrupção

Temos que quebrar este sistema
Vai acabar a corrupção no Brasil
Vai governar com as bancadas
Vários problemas com as urnas eletrônicas
Velha forma de fazer política não tem mais espaço
Vota contra a indicação do próprio partido (PP) por conta de seu envolvimento com corrupção e apoio ao PT
Voto Distrital é estratégia dos corruptos e da esquerda para se manterem no poder
Voto impresso, pois a urna eletrônica é manipulável
Voto pelo prosseguimento do processo de impeachment de Temer

Apêndice D - Sentidos principais do Significante “Democracia”

A forma de mudarmos o Brasil será através da defesa das leis e da obediência à Constituição
A Lei e a Constituição serão nossos instrumentos
A propriedade privada como um dos pilares da democracia
A propriedade privada é sagrada em uma democracia
Ativismo judicial vem do aparelhamento das instituições e põe a democracia em risco
Se queremos ter ordem e progresso precisamos de hierarquia e disciplina
Com voto comprado não se faz democracia
Cumprimento das leis
Democracia é o que une Brasil e EUA
Dizem que ele é um risco para a democracia pq ele é um risco para os esquemas de corrupção dos políticos do sistema
É a maioria quem decide o futuro de uma nação
Estado democrático de direito
Faremos tudo na forma da Lei
Governar sendo escravo das leis e, se preciso for, empregar as forças armadas para que possamos viver em paz
Haddad ameaça a democracia
Israel é uma ilha de democracia
Jamais iria querer uma nova constituinte
Lava-Jato é garantia da democracia
Liberal-democracia
Liberdade
Não cabe ao STF interferir nas decisões do Congresso
Não governaremos o país sem as Forças Armadas ao nosso lado pela manutenção da lei e da ordem
Nossa constituição será o mapa e os princípios liberais serão a bússola para navegarmos no caminho da prosperidade
O Brasil ainda não é 100% democrático
O congresso atual é promissor por ser conservador
O PT censura a imprensa cortando verbas publicitárias do governo para TVs que divulgaram as manifestações contra o governo
O PT é uma ameaça à democracia
O PT se prepara para não deixar o poder por quaisquer que sejam os meios democráticos
O voto é uma arma da democracia
Os militares são os guardiões da democracia
Porte de armas
Porte de armas para defender não só a vida como a liberdade caso um eventual aventureiro tente implantar uma ditadura no país
Povo nas ruas
Pretende mudar a Constituição
Propriedade privada como um dos pilares da democracia
PT não tem compromisso com a democracia e a liberdade
Quem garante a democracia são os militares
Quem reza pela cartilha da esquerda não merece conviver com os bens da democracia e do capitalismo
Se queremos ter ordem e progresso precisamos de hierarquia e disciplina
Sem o voto impresso será o fim da democracia
Tirar o PT do poder é necessário para garantir a democracia
Troca de cargos por apoio não é democracia
Ustra estava a serviço da democracia
Voto impresso

Apêndice E - Sentidos principais do Significante “Direitos Humanos”

A Constituição Brasileira é uma porcaria cheia de Direitos Humanos
A falta de segurança e os direitos humanos prejudicam o turismo, que poderia gerar mais renda ao país do que o Agronegócio
A principal causa da violência é a polí-tica de Direitos Humanos
A situação caótica atual é resultado das políticas de Direitos Humanos
A sociedade terá que escolher se fica do lado de políticos que defendem bandidos ou do lado de Bolsonaro e da polícia
As vidas de bandidos e cidadãos de bem não tem o mesmo valor
Bandidos não podem ser tratados como cidadãos
Banir os direitos humanos
Cadeia é pra tirar o marginal da sociedade, não para recuperá-lo
Cidadão não pode ser preso se atirar em alguém em sua casa
Comissão Nacional da Verdade é parcial
Defende os direitos de estupradores
Desculpa usada pelo PT para acolher a escória do mundo dentro do Brasil
Detesta a política de Direitos Humanos no Brasil
Direitos humanos é pra gente como a gente, não é pra marginal
Direitos humanos para humanos direitos
Direitos Humanos só defende bandido
Direitos humanos só defende vagabundo e canalhas que tem a mesma política que o PT para doutrinar e sexualizar as crianças
É preferível que os parentes das vítimas e desaparecidos do Regime Militar chorem do que o país todo chorar pela implantação do comunismo
ECA só serve para defender marginais
Escória
Fim do Auto de Resistência é a vitória da bandidagem
Humaniza redes incentiva pedofilia
O discurso de tortura psicológica é uma desculpa ridícula
O homem só respeita o que teme
O número de mortes de bandidos deve dobrar
O politicamente correto é culpado por formar bandidos defendidos pelos direitos humanos
O povo concorda que os Direitos Humanos no Brasil só defendem vagabundo
O primeiro mundo busca intervir no território brasileiro em nome dos direitos humanos e do meio ambiente
ONGs desarmamentistas, financiadas por governantes e fundações estrangeiras
ONGs e defensores dos direitos humanos são vagabundos e não se importam com a vida dos policiais
ONGs faturam com o aumento do número de marginais menores de idade
ONGs são grupelhos que são financiados por instituições internacionais
Políticas devem atender a família das vítimas e não a dos bandidos
Precisamos de juízes que tratem bandidos como bandidos
Princípio do interesse superior da criança é subterfúgio para legalizar a pedofilia
Psicose de direitos humanos
Quanto mais Direitos Humanos mais violência contra o cidadão de bem
Relativiza a pedofilia
Retirar o Brasil do Conselho de Direitos Humanos da ONU
Se um dia for Presidente, não destinará nenhuma verba para órgãos relacionados aos DH
Tem nojo da palavra direitos humanos no Brasil
Tirar do código penal a figura do excesso
Vitimização de marginais

Apêndice F - Sentidos principais do Significante “Economia”

A bolsa de valores subiu e o dólar caiu quando apareceu como favorito nas pesquisas
A China está comprando o Brasil
A corrupção faz com que os empresários brasileiros já cheguem no exterior com certa desconfiança
A corrupção prejudica a economia
A corrupção quebrou estatais
A economia brasileira decolou no período militar
A Economia Brasileira está ancorada no Agronegócio (é a locomotiva do Brasil)
A economia começa pela segurança
A Economia do Brasil é prioridade
A economia funcionará a partir do momento que tivermos credibilidade
A falta de segurança e os direitos humanos prejudicam o turismo, que poderia gerar mais renda ao país do que o agronegócio
A mão de obra no Brasil é muito cara
A melhor política social é a diminuição de impostos
A mídia trata os empresários e produtores rurais como bandidos
A mídia, a elite acadêmica e as celebridades garantiram aos brasileiros que a distribuição de renda era boa, mas isso só enriqueceu os políticos
A reforma ideal é aquela que pode ter aceitação do parlamento
Abono para trabalhadores informais
Acabar com reservas ecológicas
Agricultura
Agronegócio
Ainda não desperta a confiança do mercado e por isso ainda não tem um economista de confiança ao seu lado, mas já teve jantares com banqueiros importantes
Ainda tem muito a aprender sobre economia
Ajudar quem quer produzir
Algumas estatais estratégicas como Furnas, BB e Caixa econômica não serão privatizadas
Algumas estatais precisam ser extintas
Ampliar o micro emprego no Brasil
Ao PT interessa destruir a economia e instaurar o caos para impor o regime de sítio
Apoio da Frente Parlamentar da Agricultura
Apoio de empresários de diversos setores do Brasil
Auditoria da dívida
Baixar a Taxa Selic
Bancada Ruralista
Banqueiros são importantes e cruciais para o país
Barrar Lei Kandir
Bilateralismo
Brasil precisa investir em tecnologia
Buscar o liberalismo
Certas estatais não se pode privatizar para o capital externo
Comércio exterior com base na ideologia
Comércio exterior não deve ter viés ideológico
Compromisso de não aumentar a carga tributária
Contra a autonomia do Banco Central
Contra a nova CPMF
Contra a Reforma da Previdência como está formulada
Contra a Reforma da Previdência de Temer
Contra a volta da CPMF
Contra impostos sobre grandes fortunas e heranças
Contra novos impostos ou aumento dos já existentes
Contra os direitos trabalhistas das empregadas domésticas para evitar o desemprego destas
Contra tributação dos lucros
Conversa com investidores dos EUA
Custo Brasil
Defensor da menor participação possível do Estado

Definir teto salarial para servidores público
Demarcações de terras indígenas sufocam o agronegócio
Desburocratização
Descaso do governo do PT para com a indústria bélica nacional
Descentralizar os poderes e recursos
Desonerar a folha de pagamento
Diminuir o tamanho do Estado
É bem-visto por 95% do setor produtivo do Brasil
É muito difícil ser patrão no Brasil
É o IBGE que afirma que o empresário opta por homens na hora da contratação porque as mulheres engravidam e isso prejudica na produtividade
É preciso endurecer as penas para crimes para ampliar o turismo no país
Economia é prioridade
Empreendedores são heróis e precisam de menos interferência do Estado
Enxugar a máquina pública
Especialistas em Economia e distribuição de renda colocaram o Brasil no fundo do poço
Estado mínimo
Estado precisa ser menos paternalista e dar mais liberdade para os empresários
Estuda a possibilidade de alterar a PEC do teto
Evento com os maiores produtores de soja do Brasil
Extinguir a TV estatal
Extinguir estatais criadas pelo PT
É necessário melhorar a eficiência portuária e reduzir custos, além de atrair mais investimentos para atender a demanda crescente do país e GERAR EMPREGOS
Facilitar a vida de quem quer ser patrão no Brasil
Falta de segurança prejudica a economia que poderia decolar com o turismo
Favorável à privatização
Fazer acordos com países de 1º mundo para explorar nossa biodiversidade
Ferrovias
Fundir o ministério da fazenda com o do planejamento
Funrural foi um golpe na nossa previdência
Funrural sufoca o homem do campo
Governar pelo exemplo para reduzir gastos públicos
Governo quer conter a inflação tirando dinheiro do povo
Grafeno
Há muitos sindicatos no Brasil
Haddad quer a volta do imposto sindical
Haddad vai aumentar os impostos
Haddad vai criar imposto de exportação
Havendo baixo risco regulatório, o Brasil poderá atrair investimentos
Henrique Meirelles, coringa da economia
Humildade em reconhecer quando não entende de algum assunto e buscar ministros técnicos
Importação de bananas do Equador
Imposto único
Invasões de terra prejudicam a agricultura
Investidores não confiam no Brasil, milhares de empresas fecharam devido a violência, altos impostos, burocracia, corrupção e crise, tudo herança do PT
Investir no Agronegócio é investir em segurança alimentar
Jamais votará para aumentar impostos ou criar novos
Leis ambientais comprometem o desenvolvimento econômico através do turismo
Leis ambientais e reservas ecológicas prejudicam o turismo nacional
Livre Mercado
Lula quer aumento de impostos
Maior investimento na zona franca e Manaus
Manter tripé econômico
Margaret Thatcher
Menos Brasília e mais Brasil
Mostrar para o Capital mundial o que o Brasil tem a oferecer
Mudar a política ambiental e indigenista é necessário para resolver a situação energética e a

economia
Não acabará com o 13°
Não aceitará mudanças na Lei Kandir - que quer cobrar ICMS do produtor rural
Não comenta economia em sua página para não ser alvo de críticas e porque não dá audiência
Não é protecionista, é patriota
Não entende de economia
Não há economia sem segurança
Não podemos vender nossas riquezas para a China
Negociar a rolagem da dívida externa
Nióbio
Nomeará alguém que o setor produtivo escolher para o Ministério da Agricultura
Nos EUA, os trabalhadores não têm CLT (garantias) mas têm emprego e ganham muito mais que os daqui. Os brasileiros que lá estão não querem retornar
O Agronegócio é a Locomotiva do Brasil
O Banco central independente sem alguém com um coração verde e amarelo torna o Presidente seu refém
O Brasil só conseguirá se recuperar quando se livrar do PT
O empresariado acredita que precisamos reformar legislação trabalhista
O empresariado convocado a pagar a conta do ajuste fiscal quer uma nova opção de governo
O empresariado, o investidor, o pecuarista, o produtor, terão menos leis, menos decretos, menos portarias e menos instruções normativas.
O Estado não pode continuar penalizando quem produz
O PT destruiu a economia
O PT prejudica o empresariado brasileiro, que paga seus impostos e geram recursos para programas assistencialistas (Bolsas)
O PT quebrou o Brasil
O que defendem como direito trabalhista no Brasil na verdade é o Estado administrando o seu salário
O resultado das eleições nos EUA será determinante para o futuro econômico brasileiro
Os especialistas têm que entender que determinadas propostas de reforma não passam na Câmara
Os trabalhadores terão que abrir mão dos encargos trabalhistas para ter um emprego
Pagar a dívida interna
Países com mais liberdade econômica no mundo possuem taxas baixíssimas de desemprego
Paraguai está crescendo porque deu liberdade para os seus empresários
Parcerias Público Privadas
Paulo Guedes
PEC teto de gastos - voto favorável
Pecuária
Pela redução de impostos
Política de diminuição do tamanho do Estado
Políticas ambientais estão acabando com o Brasil
Políticas trabalhistas são populistas e populismo é a pré-fase do socialismo
Potássio
Precisamos beirar a informalidade
Precisamos de teto de juros
Precisamos de um estado mais leve
Prefere ouvir o Mercado do que dizer o que irá fazer
Privatizar os Correios
Privatização de estatais estratégicas com golden share
Proposta de nova previdência para os mais jovens
Proposta ousada de Guedes para a Reforma Tributária
PSDB faz acordo com sindicatos para atrapalhar a vida de quem produz
PT afunda a economia brasileira engessando-a ao Mercosul
Quanto mais Estado, menos liberdade
Quebrar monopólios
Quem quebrou o Brasil foram os economistas
Quem vai pros EUA não quer mais voltar pro Brasil porque lá não tem leis trabalhistas
Quem vai saber de economia é o ministro
Reduzir impostos
Reduzir taxa SELIC é melhor do que congelar salário de servidores

Redução da dívida interna
Redução da Taxa SELIC
Reforma Agrária só pra agricultura familiar
Reforma da Previdência com aposentadoria aos 65 anos é falta de humanidade
Reforma da previdência precisa considerar os militares
Reforma da previdência prejudica a todos
Reforma trabalhista inspirada na chilena
Reforma trabalhista já deu resultados
Reforma tributária não pode onerar os empresários
Seremos o governo do emprego
Servidores públicos são marajás
Simplificação tributária
Sistema trabalhista brasileiro é paternalista
Somente o Ministério da Agricultura decidirá sobre defensivos agrícolas
Taxa Selic
Temos que facilitar a vida do empresário e do empreendedor
Terras indígenas e quilombolas prejudicam a economia pois as demarcações são feitas em terras produtivas
Teve grande aprovação da Frente Parlamentar da Agricultura
Tipificar as ações do MST como terrorismo
Todo brasileiro deveria ser empresário para saber como é
Um Brasil para quem realmente produz
Um enfoque maldoso sobre o Agronegócio pode prejudicar nossas exportações
Vale do Nióbio no Brasil
Valorizar a agricultura familiar
Valorizar sindicatos é promover o desemprego
Vender terras para chineses é a morte do nosso agronegócio
Zona Franca de Manaus

Apêndice G - Sentidos principais do Significante “Educação”

As crianças não podem decidir ser gays por influência da escola
As universidades brasileiras viraram uma fábrica de militantes de esquerda
Brasil precisa de um Vale do Silício para manter os cérebros aqui
Centro de Pesquisas Avançadas em Grafeno, Instituto Presbiteriano Mackenzie
Colégios militares em todas as capitais dos estados no primeiro ano de mandato
Com a educação levada a sério o Brasil tem cura
Comemorar, em todas as escolas, o Dia das Mães e dos Pais
Contra cotas, somos todos iguais
Cotas não devem existir
Desestatizar a educação
Devem filmar os professores em sala de aula para combater a doutrinação
Disciplinas de humanas servem para doutrinação
É do interesse do PT manter os jovens na ignorância para doutriná-los e mantê-los como apoiadores através do bolsa-família
É mentira da esquerda que ele cobrará mensalidade nas universidades públicas
É mentira que a PEC do teto tira dinheiro da educação
ECA é um lixo
Economia de mercado para absorver as pessoas formadas
Educação das escolas militares é exemplo a ser seguido no país todo
Educação Moral e Cívica
Educação no período militar era de qualidade
Educação rígida, tradicional e competitiva
Ensino à distância
Ensino à distância para comunidades rurais
Ensino atual é a lenta e gradual imbecilização da nação
Escola Dom Pedro II é tomada pela balbúrdia
Escola não é lugar pra criança aprender sexo
Escola Pública era de qualidade no Regime Militar
Escola Sem Partido
Escolas militares ensinam o respeito
Escolas militarizadas são mais efetivas do que UPPs
Escolas rurais do MST são instrumento de doutrinação comunista
Estimular a pesquisa e a meritocracia
Fará Lei Rouanet da pesquisa
Foco maior em ciências exatas e menos em humanas para alavancar o desenvolvimento do país
General que tenha comandado Colégio Militar como Ministro da Educação
Grande parte dos professores estão com as nossas ideias
Hoje em dia se ensina a ser covarde
Hoje em dia se preocupam com sexo em sala de aula
Ideologia de gênero
Ideologia de gênero nas escolas em detrimento de matérias como matemática deixa os alunos mais burros
Incentivar a pesquisa para que os cérebros não saiam do Brasil
Incluir no currí-culo a Disciplina Educação Moral e Cí-vica
Índice de Pisa
Investir em Ciência e Tecnologia
Investir em ensino técnico para formar pessoas úteis para a sociedade
Investir em Pesquisas de nossas riquezas minerais
Investir no Ensino Fundamental
Kit gay
Kit gay quer sexualizar precocemente as crianças incentivando-as a serem gays
Livrar-se da Base Nacional Comum
Marcos Pontes Ministro da Ciência
Marxismo cultural
Menos direitos para os alunos em salas de aula
Militares das FA pesquisam os usos do Grafeno

Mini Manual de Guerrilha de Marighella
Ministério da Ciência e Tecnologia precisa de alguém com visão inovadora
Mudar radicalmente a metodologia de ensino
Na moda do politicamente correto, o PT defende ensinar a falar errado
Não podemos admitir que as escolas permitam que meninos e meninas escolham que banheiro usar
Não tem nenhuma universidade Brasileira dentre as 200 melhores do mundo
Não tem que ter dança na escola
Não tiveram educação homoafetiva na escola e nem por isso agridem homossexuais
O aumento de gastos na educação tem como objetivo doutrinar os alunos para o marxismo
O currículo do ensino brasileiro é sofrível
O currí-culo escolar prioriza ideologias, homoafetividade, socialismo
O fracasso do ensino público no Brasil se deve, dentre outros motivos, à impossibilidade dos professores exercerem sua autoridade em sala de aula, o que não ocorre nos Colégios Militares
O investimento em educação sempre foi alto
O objetivo da educação é atingir a economia positivamente
O que impera nas universidades é ideologias, drogas e vale tudo
O que tira o homem da pobreza é o conhecimento e não projetos assistencialistas
O ser humano só respeita o que ele teme
Ocupações estão servindo pra marginais usarem drogas dentro das escolas
Ocupações nas escolas são fruto da manipulação de crianças para usá-las como massa de manobra
Onde há disciplina e hierarquia existe ordem e progresso
Os alunos frequentarão somente os banheiros destinados aos seus sexos (masculino/feminino)
Os jovens são mais informados e por isso o apoiam
Os livros escolares aprovados pelo MEC ensinam que o capitalismo é um inferno e o socialismo é o paraíso
Os professores recebem para educar mas doutrinam os alunos
Parceria com a Coréia do Sul para Tecnologia, Educação e Pesquisa
Parcerias Público Privadas para pesquisa científica
Paulo Freire
Pelo retorno ao tempo no qual se cantava o hino nacional, se ministrava educação moral e cívica e os alunos se levantavam quando o professor adentrava à sala
Pesquisadores estrangeiros pesquisando Grafeno no Brasil
Pirralhos invadindo escola são marginais
Precisamos de professores de verdade em sala de aula e não militantes
Princípio do interesse superior da criança é subterfúgio para legalizar a pedofilia
Priorizar áreas de exatas e biológicas
Priorização dos investimentos na educação básica
Professores doutrinadores devem ser filmados e denunciados
Professores no Brasil são mal pagos
PT promove a sexualização precocemente as crianças e favorece a pedofilia através da ideologia de gênero
PT quer cotas pra professores gays
PT usa Gramscismo nas escolas
Quando Dilma cortou dinheiro da educação ninguém fez nada
Querem que o filho do pobre aprenda comportamento que o pai não quer, na escola
Queremos que alunos de escola pública se tornem bons profissionais, não militantes de esquerda
Restabelecer a meritocracia como meta de sucesso profissional
Retirar alunos infratores das escolas para que estes não contaminem os que desejam estudar
Se eleito, escolherá um General para Ministro da Educação
Se eleito, o ministro da defesa será um general do exército, da educação também e na cultura será Olavo de Carvalho
Se ensinarem sexo na escola as crianças vão parar de contar pra família quando sofrerem assédio
UNE são marginais e vagabundos
UNE só serve para disseminação do comunismo
Universidades brasileiras formam militantes
Universidades brasileiras só tem balbúrdia, álcool e drogas
Universidades estrangeiras pesquisam com seriedade
Universidades privadas capacitam para o emprego
Usam estudantes como massa de manobra por um projeto de poder

Vale do Grafeno
Vale do Nióbio
Voucher para que os pobres possam estudar onde quiserem

Apêndice H - Sentidos principais do Significante “Eleições”

Identificação com o partido Republicano dos EUA
Incomoda a esquerda porque sua arma é a verdade
Indefinição sobre o vice
Instituto Paraná Pesquisas aponta chances de Bolsonaro ir ao 2º turno em 2018
Institutos não o incluem nas pesquisas de intenção de voto
Investir em prevenção na saúde
Irá ouvir a todos os governadores, independente de seus partidos
Já propôs mais de 500 projetos
Junta Médica o proibiu de participar dos debates
Kit Gay
Lei Rouanet é um fracasso - só manteria para artistas iniciantes
Líderes religiosos
Lutar contra a corrupção
Maioria honesta que falará mais alto que a estridente minoria composta por canalhas
Mais oposição do que toda a oposição unida
Manifestações de apoio
Menos estatais, cargos comissionados e ministérios
Mensagem em libras
Minha cor é o Brasil
Ministério da Família
Ministros técnicos
Missão é ficar até o fim ao lado do povo brasileiro para juntos resgatar nosso país
Não aceitará contribuição de empresários
Não aceitaria médicos cubanos no Brasil
Não é polêmico, é apenas sincero
Não é provocador, é provocado
Não é uma ambição, é uma missão
Não está preocupado com as eleições, mas com o futuro do Brasil
Não está preocupado com coligações para 2018
Não faz distinção entre as pessoas
Não foge de debates
Não haverá segundo turno
Não podem chamá-lo de corrupto
Não prega o ódio, prega a união
Não se faz governo com diversidade, se faz com gente competente
Não se preocupa com votos
Não tem obsessão pelo poder, mas alguém precisa dar o primeiro passo
Não vamos aceitar velhos políticos no nosso partido
Nas ruas contra o PT
Nas ruas protestando como cidadão
Nenhum político é tão atacado quanto Bolsonaro
Nós faremos a Lei
Nós vamos resgatar o Nordeste
Nós vamos varrer o comunismo do Brasil
Nós, conservadores, pessoas de bem, patriotas, que cremos em Deus, passaremos por cima destes que não têm pátria
Nossa classe política deixa a desejar
Nostalgia
O atacam ao invés de se preocuparem com os verdadeiros problemas do Brasil
O Brasil deseja um novo caminho
O Brasil é de todos nós, somos um povo só
O Brasil é mais do que o Bolsa Família e Pronatec
O Brasil é nosso, é dos conservadores
O Brasil merece alguém que tem o coração verde e amarelo sentado na cadeira presidencial
O Brasil precisa de ordem para ter progresso
O Brasil precisa de um Presidente de pulso firme

O Brasil precisa de um Presidente honesto
O Brasil tem jeito, o que falta são brasileiros e políticos preocupados com a nação
O Congresso brasileiro melhorará em 2018
O politicamente correto é uma chantagem psicológica para fazer as pessoas se sentirem culpadas
O povo está cansado das mentiras de políticos autointeressados
O povo precisa pedir menos do Estado
O povo tem que entender a regra do jogo e eleger legisladores que pensem como ele
O presidente é como um técnico que escalará um time
O projeto de poder da Esquerda e do PT tem que ter um ponto final
O que falta são homens preocupados com o Brasil e não consigo próprio
Olavo de Carvalho e ele são responsáveis por tantos jovens terem acordado contra o comunismo e para a verdade
Oposição ao PT desde 2003
Opção da continuidade econômica, moral e ética do período administrado pelos militares
Opção liberal e democrática para 2018
Os ataques a Bolsonaro são medo de enfrentá-lo nas eleições presidenciais
Os grandes partidos são o Sistema
Os jovens são mais informados e por isso o apoiam
Os mais jovens já acordaram para os problemas do país
Pacotão de medidas para agradar várias bancadas
Para salvar o Brasil talvez necessitemos de homens BRILHANTES, como no passado
Participação em solenidade militar
Paulo Guedes
Pedido aos apoiadores para que pressionem os institutos de pesquisa sobre Bolsonaro aparecer nas pesquisas para 2018
Pela família e pelas tradições
Pela liberação da vaquejada
Permanência no PP apesar das denúncias da Lava Jato se justificariam pela pretensão em manter-se atuante em 2018 para concorrer à Presidência
Pesquisa Vox Populi/CUT: Jair Bolsonaro vai para o 2° turno
Pesquisas eleitorais atendem interesses específicos
Planos de governo são mentira criadas por marqueteiros
Política de diminuição do tamanho do Estado
Politicamente correto não fará parte de nossa pauta
Políticas de inclusão para surdos
Ponto final no Populismo
Por um Brasil livre, democrático e com respeito à família
Porte de arma
Posicionamento independente na presidência
Precisa votar e pessoas que pensam como eles também para o congresso
Precisamos resgatar o orgulho de sermos brasileiros
Precisamos ter orgulho da nossa bandeira como os americanos
Preocupado com a vida dos policiais
Preparado
Projeto Direita Volver: eleger candidatos de direita em todo o Brasil
Proposta de aumentar para 21 o número de Ministros do STF
PT e PSDB são coirmãos
Quem chegar à Presidência precisará de apoio popular para lá permanecer
Quem vencer em 2018 precisará das Forças Armadas ao seu lado em 2019
Quer ser presidente para deixar uma história para o Brasil
Reduzir o número de ministérios para 15
Redução da maioridade penal
Reforma da Previdência com aposentadoria aos 65 anos é falta de humanidade
Reforma política com fim da reeleição
Resgatar os valores
Resgatar os valores familiares o patriotismo, o respeito às crianças, o legítimo direito à defesa, entre outros, é o mínimo que o brasileiro espera de um futuro candidato à Presidência da República
Respeito pelos símbolos nacionais
Revogação estatuto do desarmamento

Roraima
O Prontuário Eletrônico Nacional Interligado será o pilar de uma saúde na base informatizada
Saúde bucal para grávidas
Se concorrer à Presidência será muito atacado
Se considera um conservador como os dos EUA e da França
Se considera um exemplo de meritocracia e trabalho
Se eleito, artistas nunca mais receberão recursos públicos (Lei Rouanet) para sobreviver
Se eleito, seu ministro da defesa será um general do exército, da educação também e na cultura será Olavo de Carvalho
Se identifica com os posicionamentos de Trump
Se o Brasil continuar escolhendo mal seus representantes, chegaremos ao mesmo estado da Venezuela
Se um dia for presidente, o cidadão de bem terá direito à posse de arma de fogo
Segurança Jurídica no Campo - combater invasões do MST
Semelhança entre Brasil e EUA, ele e Trump estão preocupados em combater o establishment da elite política vigente
Sempre foi declaradamente de direita
Será assessorado por pessoas qualificadas
Será uma limpeza nunca vista antes na história do Brasil
Sérgio Moro
Seu sogro é cearense
Seus apoiadores são todos voluntários
Só perderá se houver fraude
Sofre discriminação por ser o único candidato de direita
Somos um país Cristão (não tem historinha de estado laico não, é estado cristão)
Somos uma só nação
STF tenta torná-lo inelegível para 2018
Suas alianças não serão com partidos políticos, mas com o povo
Tem a humildade de buscar as pessoas que entendem dos temas para buscar soluções;
Tem a verdade ao seu lado
Tem independência política
Tem o povo ao seu lado
Tem posicionamentos claros e independentes
Tem projetos
Tem propostas para mudar o Brasil
Tem simpatia de vários setores brasileiros
Tem um discurso só
Ter plano de governo só o faz perder as eleições
Todo projeto social deve ter um limite
Todos nós, juntos, temos como endireitar esse Brasil
Todos os outros candidatos dos partidos tradicionais têm comprometimento com os ideais da esquerda
Trump
UFC
Um presidente político, mas ministérios de gestores
Um presidente que una a todos, sem essa história de divisão de classes
Única opção contra o PT
Vai enquadrar o MST como terrorista
Vai governar o país sem trocas
Vai mandar os médicos cubanos de volta para Cuba
Vamos eleger um presidente conservador
Vamos endireitar o Brasil
Vamos lutar por um Brasil maior
Vamos mudar o Brasil
Vamos pôr fim a todo ativismo no Brasil
Violência aumentará se candidatos de esquerda forem eleitos
Voto impresso

Apêndice I - Sentidos principais do Significante “Esquerda”

A esquerda defende a desmilitarização da polícia
A esquerda demoniza qualquer um que pense diferente
A esquerda é hipócrita e gosta do luxo para si
A esquerda é raivosa
A Esquerda é um câncer
A esquerda não aceita debater
A esquerda nunca amou o seu país
A esquerda prega o desarmamento mas rodeia-se de seguranças armados
A esquerda quer ensinar para os alunos tudo que os pais não querem que seus filhos aprendam
A esquerda representa o atraso
A esquerda tem uma máquina de destruir reputações que faz denúncias infundadas com o intuito de destruir sua imagem
A esquerda usa as massas para chegar no poder
A esquerda, com seus ataques, deu a Jair Bolsonaro a personalidade que tem hoje e que faz com que ele cresça nas pesquisas
A estratégia da esquerda é dividir para eliminar
A ideologia de gênero aceita tudo, incesto, relações com animais e pedofilia
A igualdade que a esquerda promove é a da miséria
A medicina cubana é uma grande mentira
A nova Ordem Mundial usa as minorias para o seu projeto de poder
A PEC do trabalho escravo é o fim da propriedade privada
A verdade sempre esteve à direita e a mentira sempre esteve à esquerda
Acabar com as estatais para acabar com a esquerda
Anselmo Gois e outros jornalistas são ex-agentes da KGB e seguem até hoje a serviço do comunismo
Aparelhamento do Estado
Aparelhou todo o serviço público
Apoia a liberação de drogas
Artistas que no passado idolatravam Lula hoje atacam Jair Bolsonaro
As 10 medidas contra a corrupção não podem ser instrumento de controle do Ministério Público e do Judiciário
As famílias dos médicos cubanos são reféns
Bolivarianismo
Bolsonaro aparece com vítimas da violência para sensibilizar os seguidores
Boulos é um bandido
Cesare Battisti é terrorista assassino defendido pela esquerda
Chaves se tratou em Cuba e morreu
Che Guevara é um dos maiores bandidos do mundo
Ciro Gomes é o Plano B do PT
Comemora a morte de Fidel Castro
Controle social da mídia
Criminalização do comunismo
Cristãos não devem votar em nenhum partido de esquerda, pois eles defendem o aborto, o casamento gay e a ideologia de gênero
Cubanos votaram em Trump porque eles sabem o que é o socialismo
Destruição da família
Ditadura do Politicamente Correto
Divisão da sociedade
É raivosa e intolerante
Em Cuba a internet é totalmente monitorada
Esquerda não descansará enquanto não cassar seu mandato
Esquerda não sobreviverá ao tsunami deste ano
Esquerda quer destruir a religião
Esquerda só tem vagabundo
Essa história de minorias é coisa de marxista esquerdopata, de gente que não produz
Estes marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria
Fake News

FHC é da mesma linha ideológica que Lula
FHC já queria caçar o seu mandato
Folha de São Paulo é comunista
Fraudes no Bolsa Família
Ganhou a guerra da imprensa e sua narrativa é tomada como a verdadeira
Grupos sociais tem que ser enquadrados como terroristas
Ideologia de gênero quer erotizar crianças de 6 anos
Ideologia que não deu certo em lugar nenhum no mundo
Incomoda a esquerda porque sua arma é a verdade
Inimigos
Intimida aqueles que são contra sua vontade
Joaquim Barbosa é de esquerda
George Soros
Justiça brasileira precisa ser isenta e não legislar de forma ideológica
Kit Gay
Lamento não estar mais perto por conta das limitações médicas após sofrer tentativa de assassinato por um antigo militante do PSOL, braço do PT
Live com cubana Zoé Martinez
Luta contra a ordem, a polícia, a democracia e a família brasileira
Manuela D'Ávila é comunista
Marxismo cultural
Médicos cubanos não são médicos
Mini Manual de Guerrilha de Marighella
MST é grupo terrorista
MTST é grupo terrorista
Não pode haver diálogo com esquerdistas
Não poderíamos mais continuar flertando com o socialismo, o comunismo e o populismo
Não respeita a democracia
Nazismo é de esquerda
Ninguém da esquerda é empresário
Ninguém foge de Miami para Cuba
Nova Ordem Mundial
O Brasil não aguenta mais outro ciclo de PT ou PSDB
O Brasil se aproxima do socialismo pela criação de leis que reprimem
O caos interessa à esquerda para se posicionar como salvadora posteriormente
O desarmamento da população de bem, a luta de classes, o desgaste dos valores da família... são apenas algumas das faces da esquerda brasileira na busca da perpetuação do poder
O descrédito das instituições (religiosas, familiares) é parte do projeto da esquerda
O envio de dinheiro para Cuba via Programa Mais Médicos patrocina o partido comunista
O objetivo do marxismo é ter uma sociedade inerte
O projeto de poder da Esquerda e do PT tem que ter um ponto final
O turismo em Cuba fortalece ainda mais a ditatudo, pois o dinheiro vai todo para o governo
Odeia a propriedade privada
Open Society
Os ídolos da esquerda são ditadores
Os jovens estão se libertando da utopia e da mentira da esquerda
Os médicos cubanos precisam entregar seus passaportes ao entrar no Brasil
Ou se enquadram as leis ou vão fazer cia ao cachaceiro em Curitiba
Ou vão pra fora, ou vão para a cadeia
PCdoB é eterno aliado do PT
Preocupa-se mais com bandidos do que com o cidadão de bem
Projeto de dominação cultural
Promove a sexualização precoce das crianças e favorece a pedofilia através da ideologia de gênero
PSDB é esquerda
PT e PSDB são coirmãos
Quem até os 20 anos não foi de esquerda não tem coração, quem depois dos 30 segue sendo, não tem cérebro
Quem reza pela cartilha da esquerda não merece conviver com os bens da democracia e do capitalismo

Quer destruir a religião
Quer o poder pelo poder
Quer se perpetuar no poder
São vagabundos
Se essa turma quiser ficar aqui, terão que se colocar sob a lei de todos nós
Se o Brasil tiver mais um Presidente de esquerda a previsão é mudar do Brasil
Sempre lutou por uma ditadura do proletariado e não por uma democracia
Ser de direita é ser contra o que a esquerda defende
STF é aparelhado pela Esquerda
STF tem dado sinais de estar voltado para a esquerda
Tirar o PT, PCdoB e Psol do governo, por um Brasil melhor, pela família, por democracia e pela liberdade
Transformar a sociedade em um caos é o projeto da esquerda
TSE é aparelhado pela esquerda
Usa minorias para seu projeto de poder
Vamos extinguir o Foro De São Paulo
Vamos juntos livrar o Brasil das garras ideológicas da esquerda
Vamos varrer o comunismo do Brasil
Venezuela
Viés ideológico voltado para países que nunca admitiram liberdade em seu solo
Vitimista
Vitimização de bandidos

Apêndice J - Sentidos principais do Significante “Família"

10 minutos de um programa de tv podem estragar a vida de um jovem pra sempre
A educação moral pertence aos pais
A esquerda quer destruir a família
A família é a base da sociedade
A família é o seio da sociedade e por isso precisa ser preservada
A família tem que estar mais presente e firme na educação dos filhos
A família tradicional está garantida na Constituição
A pedofilia se aproxima cada vez mais da relativização em nosso país
Amamos as crianças
Com grande participação da Bancada Evangélica foi excluí-da do PNE a menção à igualdade de gênero
Contra a adoção de crianças por casais homossexuais
Contra o aborto
Contra o aborto em qualquer circunstância
Defender a família e as crianças é defender o Brasil
É obrigação dos pais cobrar que seus filhos sejam educados e não doutrinados nas escolas
É um homem de família
Em 2018 vamos eleger alguém que tenha Deus no coração, o respeito à família e o amor à pátria para a cadeira presidencial
Falar o que pensa sem medo é de família
Família é homem e mulher
FAMÍLIA PROJETO DE DEUS!
Família, propriedade privada e religião
Famílias fortes e estruturadas garantem o sucesso de uma nação
Feminismo é contra a família
Haddad quer desconstruir os casais héteros
Homenagem às mães
Homossexualidade é uma questão que deve ser tratada pelas famílias e não pelo estado
Ideologia de gênero é um projeto do PT para destruir a família
Ideologia de gênero não é ciência
Kit Gay
Lei da palmada quer tirar a autoridade dos pais
Mais de 90% dos brasileiros são judaico-cristãos
Marcha para Jesus.
Meninos tem que poder ter brinquedos de arminha para aprenderem que são guerreiros do bem e defenderem suas famílias
Michele Bolsonaro
Ministério da Família
Mostra para os pais que o que se ensina na escola não é saudável
Na Marcha com Deus pela Família, as mulheres foram decisivas contra o comunismo que se instalava no Brasil
Novelas influenciam na destruição da família tradicional mostrando gays como pessoas bem-sucedidas
O crescimento populacional desenfreado leva ao aumento do uso dos recursos naturais e do consumo de drogas
O Estado não pode interferir nas decisões dos pais
O homem não quer chegar em casa e ver seu filho brincando com boneca por ter sido orientado nas escolas
O homem/mulher se transforma quando traz ao mundo um filho. A criança passa a ser a razão de sua vida
O pai quer o filho macho e a filha mulher
O PT quer acabar com os valores familiares
O último reduto do poder é a família, por isso que a esquerda quer destruí-la, para dominar
Os pais concordam com ele de que as crianças não devem aprender sobre sexo na escola
Os pais precisam exercer sua autoridade
Padres vermelhos são contra tudo que é a favor da família tradicional

Pede a volta dos militares porque tem saudade dos valores da época do regime militar
Pela defesa das crianças e da família
Pela família e pelas tradições
Planejamento familiar para tirar as pessoas da pobreza
Planejamento familiar: o Estado deve facilitar laqueadura para que aos mais pobres para que não se sintam incentivados a ter mais filhos para usufruir dos benefícios governamentais
Política de desgaste dos valores familiares
Política de planejamento familiar é o primeiro passo para a segurança
Pra fins de segurança de estado é reconhecida a união civil entre homem e mulher
Princípio do interesse superior da criança é subterfúgio para legalizar a pedofilia
PT não tem o menor compromisso com a família
PT quer acabar com os valores familiares
PT e PSOL querem que crianças possam mudar de sexo sem a autorização dos pais
Quem o mantém vivo é Deus e a família maravilhosa que tem
Querem que o filho do pobre aprenda na escola comportamento que o pai não quer
Queremos que nosso filho homem seja macho e nossa filha mulher seja mulher
Rede Globo promove a destruição da família
Resgatar os valores familiares
Se ensinarem sexo na escola as crianças vão parar de contar pra família quando sofrerem assédio
Se ser homofóbico é defender a família e as crianças, podem chamá-lo de homofóbico
Sem família, não há felicidade
Ser de direita é ser defensor da família
Seus filhos seguem seu caminho na política porque ele é um bom exemplo
Silas Malafaia Sóstenes Cavalcante e Magno Malta
Temos que fazer valer o valor da família no Brasil
Uma pátria sem família não é pátria, é um bando
Vai defender a família brasileira
Vamos comemorar o dia dos pais e o dia das mães, e não o dia do criador
Votaria contra a alteração da constituição para reconhecimento da união entre homossexuais

Apêndice K - Sentidos principais do Significante “Fé"

13 é o número da desgraça e do azar, é o número do capeta, de quem não respeita a família brasileira e as religiões
A Bancada evangélica trabalha pela família e pelas crianças
A bandeira e Deus é o que nos une
A Bíblia é a verdade de 90% da população brasileira
A bíblia fala que a homossexualidade é errado
A esquerda (Freixo) apoia tudo que é a favor dos homossexuais
A maior política de proteção às mulheres é a liberação do porte de armas para os cidadãos
A mulher que sente diferença no tratamento é porque ela se vitimiza e se coloca no lugar de coitada
A própria mulher que cria preconceito para ela
Agradecimento à Deus pela vitória
Agradecimento à Deus por operar um milagre pelas mãos dos médicos
Alusões machistas com jornalistas
Apoio de pastores
As leis vêm de Deus
Ateus como George Soros e a Nova Ordem Mundial estão por trás de candidatos da esquerda e do controle da mídia
Ativistas LGBT são os que processam Marco Feliciano, Silas Malafaia, Levy Fidelix e Jair Bolsonaro, que só querem o bem das crianças e da família
Batismo no rio Jordão
Batismo pelo Pastor Everaldo foi um momento único
Buscou seu slogan na Bíblia Sagrada (João 8:32)
Caso Maria do Rosário
Castração Química
Com fé, segurança e trabalho, seremos uma grande Nação
Com grande participação da Bancada Evangélica foi excluí-da do PNE a menção à igualdade de gênero
Com Silas Malafaia Sóstenes Cavalcante e Magno Malta
Comunidade evangélica decide eleições
Contra o aborto
Contra o aborto em qualquer circunstância
Convocação aos jovens da igreja a ocupar espaços na vida pública
Crendo em Deus, decidiu enfrentar a possibilidade de concorrer em 2018
Cristãos não devem votar em nenhum partido de esquerda, pois eles defendem o aborto, o casamento gay e a ideologia de gênero
Defender o porte de armas é promover a igualdade para as mulheres
Deus salve o Brasil
Discurso vitimista e politicamente correto do feminismo tem como único intuito segregar
É católico mas é casado com uma evangélica
É cristão
É demagogia fazer leis pra proteger mulher
É uma missão dada pelo povo brasileiro, mas, acima de tudo, dada por Deus
Em 2018 vamos eleger alguém que tenha Deus no coração, o respeito à família e o amor à pátria para a cadeira presidencial
Encontro com lideranças religiosas
Escolhas eleitorais entre cristãos e marxistas
Esquerda quer destruir a religião
Está vivo por obra de Deus
Evento com Gideões (evangélicos)
Evento com mulheres evangélicas
FAMÍLIA PROJETO DE DEUS!
Família, propriedade privada e religião
Feministas só defendem as mulheres que pensam como elas
Festa Junina da Igreja Batista
Fidel castro morreu e foi pro inferno
Grande parte da bancada feminina que o critica trai seus discursos de defesa da mulher e voto contra

elas
Haddad não sabe nem sequer uma passagem bíblica
Haddad ofende líder evangélico e prega a divisão entre católicos e evangélicos
Haddad vai na igreja para enganar os cristãos
Hoje em dia não há respeito pelo sagrado
Homenagem à Igreja Maranata
Ideologia de Gênero
Israel é o que é pela sua fé em Deus e pela união do seu povo
João 8:32 "e conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará
Lei do feminicídio não defende a mulher
Lideranças evangélicas
Lugo, ex-presidente do Paraguai, tinha um comportamento muito diferente de quem é cristão
Luta contra o mundo das drogas
Marcha para Jesus
Mulheres que ganham mais é porque estudaram mais e trabalham mais, e não por conta de seus órgãos genitais
Na Bíblia encontra forças
Não é uma obsessão, é uma missão
Não existe cultura do estupro (o que existe é a cultura da impunidade)
Não podemos ficar alienados da vida do país porque o reino de Deus é estabelecido na terra
Ninguém mais do que ele defende as mulheres
Nós amamos Israel
Nós somos 90% da população, cristãos
O Brasil é um país cristão
O chamam de machista por não terem como acusá-lo de corrupto
O cristianismo é a base de toda a cultura
O descrédito das instituições (religiosas, familiares) é parte do projeto da esquerda
O empresário prefere contratar homens porque a carga tributária no Brasil é muito alta
O Estado é laico mas a grande maioria da nossa população é judaico-cristã
O Estado pode ser laico, mas ele é cristão
O PT tenta jogar os católicos contra ele
O sentimento de justiça e reparação é superior à fé
O STF tem que respeitar o povo brasileiro
Padre defende a pena de morte
Padre Paulo, Campo Grande
Padre Sizo apoia Bolsonaro
Padres que são contra o estatuto do desarmamento
Padres vermelhos são contra tudo que é a favor da família tradicional
Palestra aos fiéis com Padre
Pastor Cláudio Duarte
Pede a Deus que dê força e ilumine o caminho para que possa fazer um Brasil melhor
Pela família
Pela vida, contra o aborto
Precisamos ter fé em um novo Brasil
Projetos para agravamento de penas por estupro
Que Deus tenha misericórdia do RJ (contra Freixo)
Reconheço no Pastor Silas Malafaia um dos mais atuantes defensores da família e das crianças
Respeitamos todas as religiões
Sempre foi temente à Deus
Seu nome Messias é por conta da religiosidade da mãe
Silas Malafaia
Tem ao seu lado Deus e o povo
Teremos um Brasil decente sob o comando de Deus
Um ministro cristão no STF
Unindo nosso Brasil sob a proteção de Deus seremos muito mais felizes no futuro
Valores Judaico-cristãos
Vetará qualquer aprovação do aborto feita pelo congresso
Vídeos de apoiadoras

Apêndice L - Sentidos principais do Significante “Forças Armadas"

31 de março de 1964 - NOSSA LIBERDADE
A censura era uma forma de controlar os atentados terroristas. Só bandidos eram presos e assassinados
A chance de corrupção nas forças armadas é muito pequena
A Comissão da verdade precisa considerar o lado dos militares
A educação pública era de qualidade
A imprensa terá que se curvar ao que as Forças armadas e de segurança são e representam
A mídia não fala dos mortos das Forças Armadas
A tortura nunca foi política de Estado
A tortura nunca foi uma política de governo
A tortura se justifica pela garantia da paz, segurança e liberdade do povo brasileiro
A voz do povo pede pelo exército no executivo
Alguns que morreram, morreram até tarde
Alckmin quer colocar os militares no INSS
Apoio de Militares da reserva à sua candidatura
As Forças Armadas serão reconhecidas no seu governo
As Forças Armadas veem com bons olhos a candidatura de Bolsonaro à Presidência
As pessoas têm o direito de pedir os militares novamente no poder
Assassinatos de membros que tentavam desertar dos grupos revolucionários foram atribuídos aos militares
Até Lula reconhece o milagre econômico de Médici
Atletas olímpicos batendo continência no pódio
Cassação dos deputados comunistas teve apoio do povo
Comissão da verdade é criminosa e trata terroristas, assaltantes e comunistas como heróis
Comissão Nacional da Verdade é parcial
Crescimento econômico, pleno emprego, família, educação, direitos humanos, etc., foram a marca dos governos militares
Criaram uma Comissão da Verdade para caluniar as Forças Armadas
Culpar o Exército pela entrada de armamentos na fronteira é desconhecer a realidade
Defende a verdade no caso Ustra
Denúncias de tortura são vitimização da esquerda
Dilma mente que foi torturada, não tem nenhuma marca de tortura
Dos seus 12 ministros, ao menos 4 serão militares
É um vexame termos um ministro da defesa comunista e desarmamentista
Educação das escolas militares é exemplo a ser seguido no país todo
Eleição de militares se deu pelo congresso
Em combate e guerra não tem regra
Era democracia
Estamos em uma situação pior do que no pré-64
Esteve ao lado de Michel Temer visando a legalidade
Exemplo de instituição
Exército ajudará na conclusão de obras paralisadas no Nordeste
Exército une nosso povo
FFAA - sempre democráticas - valorizando a meritocracia e respeitando o Art. 5Âº da CF: mesmas responsabilidades e mesma remuneração"
Forças Armadas altivas
Forças Armadas não foram cooptadas pelo PT
Forças Armadas protegem os indígenas
Forças Armadas são escola de civismo
Forças Armadas são responsáveis por manter a Amazônia nossa
Garantiram o impeachment de Dilma
Gen. Heleno
Gen. Mourão
Governar sendo escravo das leis e, se preciso for, empregas as forças armadas para que possamos viver em paz
Governo PT não valoriza as Forças Armadas

Governo PT não valoriza as Forças Armadas
Governo quer conter a inflação tirando dinheiro do povo
Guerra contra o Comunismo
Havia democracia e liberdade
Igrejas, OAB, empresários e imprensa pediam pela intervenção militar para evitar o comunismo
Instrumento da vontade nacional
Lamarca executou Alberto Mendes Júnior (herói da polícia militar)
Lei da Anistia só valeu para os guerrilheiros
Livraram o Brasil do comunismo novamente em 2016
Manutenção da lei e da ordem
Marcos Pontes
Marinha é quem atende a população ribeirinha
Medalha Mérito Santos Dumont
Metade de seus ministros serão militares
Militares sofrem restrições de direitos trabalhistas
Militarfobia
Mini Manual de Guerrilha do Marighella
Ministro da Defesa será um General de 4 estrelas
Míriam Leitão calunia as Forças Armadas porque é comunista
Morreram muito mais inocentes do lado dos militares do que do outro
Na Venezuela não tem mais como recuperar porque já tem muitos cubanos e haitianos infiltrados e no Brasil também, cubanos, haitianos e angolanos travestidos de Mais Médicos
Não defende o Governo do PT
Não existe sentença judicial transitada em julgado pelo crime de tortura contra Ustra
Não foi ditadura pois havia bipartidarismo
Não foi golpe
Não foram cooptadas pelo PT
Não governaremos o país sem as Forças Armadas ao nosso lado pela manutenção da lei e da ordem
Não houve censura
Não houve tortura
Naquele tempo tínhamos liberdade de ir e vir
Negocia por reconhecimento para a categoria
Nenhum general, coronel, capitão ou sargento enriqueceu
Ninguém foi exilado, se autoexilaram
Ninguém sofre preconceito por opção sexual nas Forças Armadas
Nós (militares) podemos voltar ao poder no ano que vem
O Brasil forte e seguro de ontem pela falta de patriotismo de alguns transformou-se no caos de hoje
O Brasil precisa de ordem para ter progresso
O Brasil terá um capitão na presidência
O exército brasileiro cuida dos indígenas e ribeirinhos
O exército brasileiro evitou que o coração do Brasil se transformar-se numa FARC
O fracasso do ensino público no Brasil se deve, dentre outros motivos, à impossibilidade dos professores exercerem sua autoridade em sala de aula, o que não ocorre nos Colégios Militares
O Ministério mais importante é o da defesa
O Partido das Forças Armadas é o Brasil
O povo tinha liberdade para protestar
O PSDB alijou os militares de qualquer participação na política nacional
Obras para os brasileiros
Os mais velhos lembram como era bom
Os militares estão prontos para servir a sua pátria
Os militares são os guardiões da democracia
Os valores do período militar precisam ser resgatados
Participação em solenidade militar
Patriotas
Pede a volta dos militares porque tem saudade dos valores da época do regime militar
Péssimos salários
Pinochet fez o que tinha que ser feito porque havia muito cubanos infiltrados
Policiais precisam de garantias legais para exercer sua função sem medo de punições
Política de vitimização dos que acusam Ustra de ser torturador

PT quer interferir nas Forças Armadas e na educação dada nas Escolas militares
PT usa aviões da FAB para interesses próprios e carregar ilícitos
Quem matou o pai de Felipe Santa Cruz foram os seus próprios companheiros, em justiçamento
Quem passou pelo DOI CODI esteve até há pouco no governo do país e mostraram seu caráter
Quem queria sair do país podia sair
Quem vencer em 2018 precisará das Forças Armadas ao seu lado em 2019
Reformar a previdência militar é injusto e é traição
Responsáveis pela democracia que temos hoje
Retaguarda jurídica para o trabalho do policial
Retirada do Estatuto do Desarmamento a discricionariedade para possuir ou portar armas
Roberto Marinho (Globo) apoiou a revolução de 1964
Ronald Reagan foi capitão do exército
São o último obstáculo contra o socialismo
Se eleito, seu ministro da defesa será um general do exército, da educação também e na cultura será Olavo de Carvalho
Se os militares retornarem, será pelo voto, em 2018
Sempre ao lado do povo brasileiro
Só permaneceram no poder para evitar que a esquerda tomasse o poder pelas armas
Supostos desaparecidos políticos da ditadura seguem vivendo em Cuba
Tecnologia dos carros flex é do período militar
Tenente-Coronel Marcos Pontes
Terão o valor que merecem em sua gestão
Tortura é eficaz
Trabalham mais de 60h por semana
Trouxeram para cá milhares de cubanos, centenas de haitianos e algumas dezenas iranianos
Último obstáculo para o socialismo
Uma das poucas instituições que pode evitar o caos no Brasil
Ustra é herói perseguido
Ustra estava a serviço da democracia
Ustra foi um herói
VAR Palmares matou inocentes

Apêndice M - Sentidos principais do Significante “Indígenas”

A demarcação das terras é uma indústria que se dá de forma criminosa pois estas áreas têm valor estratégico pela presença de NIÓBIO
A demarcação das terras se dá de forma criminosa pois estas áreas têm valor estratégico pela presença de Grafeno
A Funai é aparelhada pelo PT para que os índios invadam as terras dos produtores rurais
A Funai e ONGs internacionais fazem lavagem cerebral nos índios e os escravizam para que eles não conheçam o progresso
A FUNAI é uma instituição vendida aos interesses internacionais
A FUNAI não é confiável, não está preocupada com índios
A FUNAI trata os índios como animais de zoológico
As demarcações de terras indígenas são uma grande farsa
Assim como nos EUA os índios exploram cassinos, aqui, a exploração dos minérios pode ter a participação dos indígenas
Collor de Melo vendeu a Reserva Yanomami
Colocaram índios onde nem tinha para poder reivindicar as terras
Com o 1º mundo vamos explorar nossas reservas indígenas
Dar carta de alforria para os índios
Demarcações de terras indígenas sufocam o agronegócio
Em nome dos direitos indígenas, 12% do território brasileiro já foi destinado para as reservas
Em sua gestão não haverá demarcação de terras indígenas
Existe uma psicose indigenista
Explorar terras indígenas e pagar royalties
Forças Armadas protegem os indígenas
Fraudes nos processos de demarcação de terras
Haddad quer ampliar as demarcações de terra
Indígenas demonstram apoio
Indígenas que o apoiam são perseguidos
Índios do Paraguai sendo usados para demarcação de terras indígena no território brasileiro
Índios não querem ficar isolados, sem luz, sem dentista, lombrigueiro...
Indústria da demarcação de terras indígenas
Informem-se sobre as expulsões de afrodescendentes e brancos das áreas demarcadas para índios e quilombolas
Iremos perder as riquezas minerais do Brasil
Minorias como quilombolas, gays e indígenas não podem ser usados para nos dividir e prejudicar quem produz
Muitos querem condenar os indígenas a ficarem isolados em terras indígenas
Não é contra os indígenas
Não existe Reserva indígena em terra pobre
Não tem terra indígena em área pobre
Nossos irmãos
O índio brasileiro não quer latifúndio, ele quer conforto
O índio é massa de manobra para tornar essas terras intocáveis
O índio quer explorar suas riquezas
O MST usa os índios para invadir fazendas
O primeiro mundo busca intervir no território brasileiro em nome dos direitos humanos e do meio ambiente
ONU usa os indígenas para interesses estrangeiros
ONU usa os indígenas para interesses estrangeiros (autodeterminação dos povos indígenas)
Os governos anteriores tiraram do índio a cultura de fazer e implantaram a política do dar
Os indígenas têm que ter o direito de explorar a biodiversidade e riquezas naturais de suas terras
Os índios compram suas frutas no mercado
Os índios são pobres coitados que têm que ser integrados à nossa sociedade e não criados em zoológicos milionários
Política covarde contra os brancos
Precisamos explorar nossas riquezas em parceria com países sérios como EUA, Israel, Coréia do Sul, Inglaterra...

Queremos o índio integrado à sociedade
Recuperar as terras indígenas para "nós"
Reservas indígenas atrapalham na autonomia energética
Reservas indígenas foram estratégia de "reforma agrária" para dar terras valiosas aos índios
Reservas indígenas são um passo para a colonização de nosso território mais rico
Respeitar o marco temporal e rever demarcações
Se aproximar de uma potência militar, bélica e econômica para explorar as áreas indígenas em parceria
Se for eleito não terá 1cm de terra para reservas indígenas
Soldados indígenas
Somos uma só nação
Tem mais ONGS na Amazônia do que índios
Temos que tratar o índio como gente, não como animal
Terras indígenas prejudicam a economia pois as demarcações são feitas em terras produtivas visando acatar interesses estrangeiros (independência dos indígenas e venda das terras para nações estrangeiras)
Titularizar as terras indígenas para que possam usufruir delas como quiserem, inclusive vendendo
Vai acabar a mamata para as ONGs e para a Funai

Apêndice N - Sentidos principais do Significante “LGBTQIA+”

A esquerda (Freixo) apoia tudo que é a favor dos homossexuais
A esquerda tem uma máquina de destruir reputações que faz denúncias infundadas com o intuito de destruir sua imagem
A intenção do Governo não é combater a homofobia, mas, sim, escancarar as portas para a pedofilia
A maioria dos homossexuais vota nele
A melhor forma de acabar com o preconceito é ignorar
A mídia distorce suas declarações
A sexualidade deve ser mantida no âmbito privado
Agenda gayzista
Apoiadora Trans
Chega de coitadismo do nosso país, de aceitar políticas de vitimização... Cada um vai lutar pelo seu espaço... Não esperem que o Estado vai paparicar a vida toda
Contra a adoção de crianças por casais homossexuais
Cristãos não devem votar em nenhum partido de esquerda, pois eles defendem o aborto, o casamento gay e a ideologia de gênero
Dar a transexuais e travestis mesmos direitos que mulheres é desrespeito
Diferenciar as pessoas é frescura
É crime o que o movimento gay faz ao afrontar os símbolos religiosos
Exposição Santander
Famílias tradicionais não têm filhos gays
Foto com apoiadores famosos gays
Futebol
Gays deveriam ter armas para se defender
Grande parte dos homossexuais apoia sua proposta e é contra o kit gay nas escolas
Heterofobia
Homossexualidade é uma questão que deve ser tratada pelas famílias e não pelo Estado
Homossexualismo é uma questão de formação e educação e não genética e por isso, dada a educação que deu aos seus filhos, eles nunca seriam gays
Humaniza Redes
Ideologia de gênero
Intenção de apresentar projeto de lei para a separação em bancos de sangue homossexuais de heterossexuais, alegando que eles têm 20x mais chances de contrair HIV
Jean Wyllys defende que crianças de 12 anos possam fazer cirurgia de mudança de sexo
Jean Wyllys diz que gosta de ser chamado de "veado" na tv mas se Bolsonaro o chama é taxado de homofóbico
Karol Eller
Kit Gay
Manifestações de apoio
Minorias como quilombolas, gays e indígenas não podem ser usados para nos dividir e prejudicar quem produz
Mostra apoiadores gays para se mostrar não homofóbico
Muitos gays que votam no Bolsonaro são contra o ativismo LGBT
Não é contra a união estável
Não é homofóbico, apenas contra a distribuição de kits gays para crianças
Não tem que ter dinheiro público para manifestações LGBT
Nega ser homofóbico, alegando ser apenas contra a distribuição de kits gays para crianças
Nenhum pai quer ter filhos gays
Ninguém sofre preconceito por opção sexual nas Forças Armadas
Novelas influenciam na destruição da família tradicional mostrando gays como pessoas bem-sucedidas
O chamam de homofóbico por não terem como acusá-lo de corrupto
O movimento LGBT quer se impor
O PLC 122/2006 (Senado), que criminaliza a homofobia promove a intolerância
O problema são os ativistas LGBT e o kit gay que atacam religiões
Opinião não é crime
Pela bíblia não existe essa história de casamento gay

Piada sobre homosexualidade
PT não defende os gays porque prega diálogo com o Estado Islâmico
PT promove a sexualização precocemente as crianças e favorece a pedofilia através da ideologia de gênero
PT Usa minorias para seu projeto de poder
Querem transformar a exceção em regra (trans)
Se ele agisse como Jean Wyllys, seria massacrado
Se ser homofóbico é defender a família e as crianças, podem chamá-lo de homofóbico
Sexualidade é uma questão individual e deve ficar restrita à esfera individual
Somos uma só nação
Tem certeza que vence entre os gays
Tipificar homofobia como racismo é um absurdo
Tipificação de homofobia como racismo é absurda
Um governo não se faz com diversidade, se faz com competência

Apêndice O - Sentidos principais do Significante “Liberdade”

A ideia de crime de ódio é uma ameaça à liberdade de expressão
A propriedade privada é sagrada
A regulamentação da internet não deve existir
As famílias dos médicos cubanos são reféns
Ativismo judicial vem do aparelhamento das instituições e põe a democracia em risco
Bem maior que Deus deu
Caso Maria do Rosário
Cidadão de bem deve ir às ruas para defender a liberdade
Cidadão de bem tem o direito de portar uma arma
Cidadão forte, Estado forte
Combate a fake news é pretexto para controlar o discurso pela elite da ordem mundial
Condenar Bolsonaro por suas falas é uma afronta à liberdade de expressão garantida pela imunidade parlamentar
Contra o Estatuto do Desarmamento
Contra o politicamente correto
Defende que o produtor rural possua fuzil em sua propriedade
Desarmamento é um plano para acabar com a liberdade do povo
É de direita, democrata, amante da liberdade e patriota acima de tudo
É obrigação da direita garantir a liberdade tirando o PT do poder
EC 81/2014 relativiza a propriedade privada: Lei do trabalho análogo à escravidão é desculpa para relativizar a propriedade privada (expropriação da propriedade privada)
Em Cuba não existe liberdade, filmam tudo que você faz
Exigência de espaço na mídia tradicional para defender-se de acusações de racismo e homofobia
Foro de São Paulo quer roubar nossa liberdade
Fosfoetanolamina
Governo aprova leis que enfraquecem o direito à propriedade privada
Indústria das multas
Liberação da Anvisa para medicamentos experimentais
Liberdade de defender qualquer ideia
Mais importante do que a vida é a liberdade
Marco Civil colocará fim na liberdade que ainda temos junto à internet
MBL no apoio pelo impeachment
O Estado não pode continuar atrapalhando o Brasil
O indivíduo forte é quem fará o estado forte
O objetivo do estatuto do desarmamento não é defender a vida, mas sim tomar sua propriedade sem que possas oferecer qualquer resistência
O PT censura a imprensa cortando verbas publicitárias do governo para TVs que divulgaram as manifestações contra o governo
Opinião não é crime
Paraguai está crescendo porque deu liberdade para os seus empresários
Por um STF independente
Porte de arma é defesa da liberdade
Porte de armas para defender não só a vida como a liberdade caso um eventual aventureiro tente implantar uma ditadura no país
PT não tem compromisso com a democracia e a liberdade
Quanto mais Estado, menos liberdade
Reduzir punições de trânsito para acabar com a indústria de multas
Regular a internet é censura
Revoltados Online no apoio pelo impeachment
Seu celular, seu relógio, sua poupança, sua casa, sua moto, seu carro, sua terra são os frutos de seu trabalho e de suas escolhas! São sagrados e não podem ser roubados, invadidos ou expropriados
Somente através da liberdade chegaremos a um Brasil grande
Somos amantes da liberdade
STF interfere nas decisões do Legislativo
Tirar o PT do poder é necessário para assegurar a liberdade

Apêndice P - Sentidos principais do Significante “Meio Ambiente”

A Amazônia é a solução para o Brasil
A Amazônia é nossa
A Amazônia pode ser a solução para o mundo
Acabar com reservas ecológicas
Botar no Ministério do Meio ambiente alguém que esteja do lado do produtor
Collor de Melo vendeu a Reserva Yanomami
É um defensor do meio ambiente
Energia eólica em Roraima
Energia sustentável no Nordeste
Fazer acordos com países de 1º mundo para explorar nossa biodiversidade
Fundir o Ministério da Agricultura com o do Meio Ambiente
Gigantesco corredor ecológico é ameaça à soberania brasileira na Amazônia (Triplo A)
Grafeno
Hidrelétricas em Roraima
ICMBio e IBAMA estão ideologicamente aparelhados
Indústria da multa
Leis ambientais comprometem o desenvolvimento econômico através do turismo
Leis ambientais e reservas ecológicas prejudicam o turismo nacional
Leis para que os garimpeiros possam explorar nossas riquezas minerais
Liberará caça aos javalis
Licenciamento ambiental
Ministro indicado pelo setor produtivo do Campo
Multas ambientais contra o homem do campo são ideológicas
Multas ambientais estão sufocando o homem do campo
Nióbio
Nomeará um Ministro do Meio ambiente da direita
O Brasil é um dos países que menos usa defensivos agrícolas
O Brasil precisa de maior potencial bélico para garantir que a Amazônia é nossa
O meio ambiente é uma arma contra o desenvolvimento no Brasil
ONGs internacionais atrapalham quem quer produzir
Países do 1º mundo estão de olho na Amazônia
Pela liberação da vaquejada
Política ambiental praticada no Brasil é criminosa
Política de perseguição ao homem do campo
Preservar o meio ambiente sem atrapalhar a vida de quem quer produzir no Brasil
Promover turismo na Amazônia
Reservas ecológicas
Roraima é a porção de terra mais rica do mundo
Sair do Acordo de Paris
Segurança jurídica para o produtor rural
Sob o pretexto de deter mudanças climáticas escondem-se interesses mundiais na mais rica região do mundo
Tecnologia de piscicultura e dessalinização importadas de Israel
Terrorismo ambiental da esquerda
Triplo A
Usina de energia vinda do Grafeno

Apêndice Q - Sentidos principais do Significante “Mídia”

A censura de grande parte da mídia reforça que está no caminho certo
A eleição de Trump prova que pesquisas eleitorais não são confiáveis
A esquerda controla a mídia
A esquerda quer o controle social da mídia - censura
A extrema imprensa o ataca e calúnia
A Folha de São Paulo é a maior fake news que existe
A Globo mente
A Globo sabe que armas salvam vidas
A grande mídia é conivente com tudo que o PT faz
A grande mídia está cavando a própria cova ao apoiar candidatos de esquerda
A grande mídia não mostra as manifestações de apoio popular que recebe
A imprensa tende a dar ênfase para questões irrelevantes
A imprensa terá que se curvar ao que as Forças armadas e de segurança são e representam
A internet possibilita mostrar quem realmente é
A mídia brasileira o ataca como a mídia americana ataca Trump
A mídia brasileira transformou a polícia em vilã
A mídia cria medo a seu respeito por ele ser capitão do exército
A mídia distorce suas declarações
A mídia influencia os eleitores ao não incluir seu nome nas pesquisas de intenção de voto;
A mídia não noticia quando ele sofre ataques
A mídia online e as redes sociais serão decisivas para as eleições de 2018
A mídia precisa esclarecer que seus ataques são às agendas gayzistas e não aos homossexuais
A mídia procura todas as formas possíveis atacá-lo
A mídia se preocupa mais com a morte de bandidos do que de policiais
A mídia tradicional manipula as informações de acordo com interesses
A mídia trata os empresários e produtores rurais como bandidos
A mídia, a elite acadêmica e as celebridades garantiram aos brasileiros que a distribuição de renda era bom, mas isso só enriqueceu os políticos
A regulamentação da internet não deve existir
A Revista Veja inventa que Bolsonaro usa robôs para impulsionar sua candidatura
A TV Globo deseduca
A TV Globo foi criada em 1965
A verdadeira pesquisa é a das ruas
Alexandre Garcia
Alguns jornalistas o perseguem é porque tem filhos gays
Anselmo Gois e outros jornalistas são ex-agentes da KGB e seguem até hoje a serviço do comunismo
Apelo aos apoiadores para não acreditarem em notícias falsas ao seu respeito
Artistas que no passado idolatravam Lula hoje atacam Jair Bolsonaro pois não querem perder a Lei Rouanet
As pessoas devem buscar a verdade em seus canais online e não na mídia de massa
Augusto Nunes, Felipe Moura Brasil e Joice Hasselmann são isentos
Cada espaço de TV é precioso
Censura do Facebook
Censura no Twitter
Combate a fake news é pretexto para controlar o discurso pela elite da ordem mundial
Deve divulgar projeto para voto impresso
Diminuir ou reduzir verbas para mídias que deseducam
Distorcem suas declarações
Ditadura da Rede Globo
Eleição de Trump foi resposta da sociedade americana para a manipulação midiática
Fake news devem continuar
Felipe Moura Brasil
Fez media training
Folha de São Paulo é comunista
Folha de São Paulo faz jornalismo sujo a serviço da velha e corrupta polí-tica
Folha de São Paulo inventa mentiras a seu respeito

Grande mídia vive da verba do governo
Guerra na internet para pressionar pela obrigatoriedade do voto impresso
Hashtag contra a minissérie da Globo “Os dias eram assim”
Ibope não é confiável
Imprensa brasileira se impressiona com seu bom desempenho nas pesquisas eleitorais
Internet é vale-tudo
Inventam mentiras a seu respeito
ISTOé apoia PSDB e PMDB
Jornalistas distorcem seu caso nas Forças Armadas de 30 anos atrás
Lei Rouanet - mídia e artistas só defendem a esquerda porque ganharam muito dinheiro público
Livros escolares o associam ao nazismo e ao racismo e a mídia omite isso
Marco Civil da Internet é tentativa de controle da mídia
Matéria da veja sobre crianças trans quer transformar a exceção em regra
Matéria do CQC criticando ensino militar foi importante para as pessoas conhecerem os colégios militares
Mídias ao vivo são mais confiáveis
Míriam Leitão calunia as Forças Armadas porque era comunista
Muitos programas de TV deseducam as crianças
Não o dão espaço para defesa das acusações que sofre
Não permitiremos que ataquem a liberdade da mídia e a internet
Não terá mais verba do governo para a Folha de São Paulo
Não vai mais ter dinheiro público para financiar os programas da Rede Globo que corrompem os jovens
Ninguém mais que ele respeita os jornalistas
No Brasil acontecerá o mesmo que aconteceu nos EUA e na Argentina - a maioria falará mais alto do que a mídia mentirosa
Novelas influenciam na destruição da família tradicional mostrando gays como pessoas bem-sucedidas
O candidato da Rede Globo é Geraldo Alckmin
O Facebook é importante na construção da democracia
O Globo ataca Bolsonaro
O Globo recebe muita verba governamental
O PT censura a imprensa cortando verbas publicitárias do governo para TVs que divulgaram as manifestações contra o governo
O PT quer o controle social da mídia
Os imbecis da mídia impressa acham que é importante bloquear as redes sociais
Participará de todos os debates
Pesquisas Datafolha não são confiáveis
Pesquisas eleitorais atendem interesses específicos
Por uma imprensa livre e independente
Quanto mais a imprensa o calunia, mais forte ele fica
Queremos uma imprensa livre e responsável
Rede Globo promove a destruição da família
Regular a internet é censura
Reinaldo Azevedo ataca todos que não são tucanos
Revista Época o ataca
Revista IstoÉ o calunia
Revista Veja o ataca
Roberto Marinho (Globo) apoiou a revolução de 1964
Rodrigo Constantino
Sabatina Globonews
Se elegeu apesar de todas as críticas e mentiras da grande mídia
Seguidores devem denunciar calúnias sobre ele em posts, tal como as páginas de Facebook que falam mentiras sobre ele
Simpatia por Percival Puggina
Sofre discriminação por ser o único candidato de direita
Subordinada aos interesses financeiros
Veja foi o único órgão de imprensa que divulgou que ele devolveu os R$200.000,00 da JBS

Apêndice R - Sentidos principais do Significante “Mulheres”

#Elenão é coisa de gente de ONGs que vivem de dinheiro público, só vagabundo
#MulherescomBolsonaro
A grande preocupação das mulheres é que os filhos cheguem em segurança em casa
A maior política de proteção às mulheres é a liberação do porte de armas para os cidadãos
A melhor forma de defender as mulheres é dando a elas o porte de armas
A mídia distorce suas declarações
A mulher que sente diferença no tratamento é porque ela se vitimiza e se coloca no lugar de coitada
A própria mulher que cria preconceito para ela
Alusões machistas com jornalistas
Apoiadoras mulheres defendem que ele não é machista
As Mulheres foram às ruas em 1961 para pedir a saída de João Goulart
Caso Maria do Rosário
Castração Química
Chama de jumentas as mulheres comentaristas sobre política do programa do Jô
Chega de coitadismo do nosso país, de aceitar políticas de vitimização... Cada um vai lutar pelo seu espaço. Não esperem que o Estado vai paparicar os a vida toda
Comentários sobre a aparência física de deputadas mulheres
Comentários sobre a aparência física de Jandira Feghali (sobre ter quilos para queimar)
Contra o aborto
Contra o aborto em qualquer circunstância
Cotas para mulheres na política são privilégios
Dar a transexuais e travestis mesmos direitos que mulheres é desrespeito
Defender o porte de armas é promover a igualdade para as mulheres
Dilma e deputadas da esquerda não defendem os verdadeiros interesses das mulheres
Discurso vitimista e politicamente correto do feminismo tem como único intuito segregar
É a favor da igualdade
É demagogia fazer leis para proteger mulher
É o IBGE que afirma que o empresário opta por homens na hora da contratação porque as mulheres engravidam e isso prejudica na produtividade
Ele tem problema só com algumas mulheres
Feminismo não serve pra nada
Feministas só defendem as mulheres que pensam como elas
FFAA - sempre democráticas - valorizando a meritocracia e respeitando o Art. 5Âº da CF: mesmas responsabilidades e mesma remuneração
Grande parte da bancada feminina que o critica trai seus discursos de defesa da mulher e vota contra elas
Homens não nasceram estupradores nem foram educados para serem estupradores, é demagogia barata
Janaína Paschoal
Jandira Feghali
Lei do feminicídio não defende a mulher
Mães solteiras serão amparadas
Manifestações de apoio de grupos de mulheres
Maria do Rosário
Mentiras da esquerda sobre ele não gostar de mulheres
Mulheres apoiadoras ao Bolsonaro sofrem preconceito
Mulheres nunca serão tão bem tratadas como no seu mandato
Mulheres que ganham mais é porque estudaram mais e trabalham mais, e não por conta de seus órgãos genitais
Mulheres que se manifestam contrariamente às suas posturas devem ser lésbicas
Mulheres são maioria e insistem em se apresentar como minoria
Não existe cultura do estupro (o que existe é a cultura da impunidade)
Não se arrepende de ter chamado a Dep. Maria do Rosário de vagabunda pois estava defendendo as mulheres
Ninguém mais do que ele defende as mulheres
O chamam de machista por não terem como acusá-lo de corrupto

O critério deve ser apenas a competência pois as mulheres já estão em situação de igualdade há muito tempo
O empresário prefere contratar homens porque a carga tributária no Brasil é muito alta
Projetos para agravamento de penas por estupro
Rejeição feminina à sua eleição é uma farsa da esquerda
Sarah Winter
Se mulheres fizessem as mesmas coisas do que os homens, ganhariam o mesmo salário
Só mulheres militantes são contra Bolsonaro
Somos uma só nação
Tentativas de privilégio são formas de vitimização e socialismo
Ter uma filha mulher mudou sua vida
Um governo não se faz com diversidade, se faz com competência
Vídeos de apoiadoras

Apêndice S - Sentidos principais do Significante “Negros”

Acabar com a demarcação para dar liberdade aos quilombolas de explorarem suas terras como bem entenderem
Acabar com essa história de brancos e negros, somos todos iguais
Apoiador negro dizendo que ele não é racista
Apoio do Presidente da Federação das Comunidades Quilombolas e Populações Tradicionais do Estado do Pará
Apoio do Presidente dos Quilombolas do MT
As cotas do ódio em detrimento da meritocracia / a divisão do Brasil por classes
As loiras preferem os negros
Chega de coitadismo do nosso país, de aceitar políticas de vitimização... Cada um vai lutar pelo seu espaço. Não esperem que o Estado vai paparicar os a vida toda
Contra cotas raciais no Brasil
Contra cotas, a favor da meritocracia
Cotas são um crime e estimulam o ódio
Cotas só beneficiam os negros que já tem dinheiro
Desgraça chamada quilombola
É daltônico, somos todos iguais
É só não falar no racismo que ele deixa de existir (Morgan Freeman)
Em seu governo, os quilombolas não serão mais tutelados pelo Estado
Estamos perdendo nossa alegria, não pode mais fazer piada nem chamar ninguém de "negão"
Favorável apenas às cotas sociais
Fraudes nos processos de demarcação de terras
Grupo de negros contra o PT
Hélio Negão
Hoje em dia tudo é racismo e preconceito
Informem-se sobre as expulsões de afrodescendentes e brancos das áreas demarcadas para índios e quilombolas
Minorias como quilombolas, gays e indígenas não podem ser usados para nos dividir e prejudicar quem produz
Nega ser racista pois tem amigos negros
Nega ser racista, alega o arquivamento de processo contra ele como prova de não ser racista
Negros não são minoria
Nossos Irmãos
O arquivamento de processo contra ele é prova de que não é racista
O chamam de racista por não terem como acusá-lo de corrupto
Os próprios negros eram quem escravizavam os outros e vendiam para os brancos
Os quilombolas do Brasil querem uma nova Lei Áurea
Pesquisas mostram que ele lidera entre negros e pardos
Políticas afirmativas reforçam o preconceito
Quem caçava negros na África e perseguia negros aqui no Brasil eram os negros
Quem se empenhar e se dedicar vai se destacar pelo mérito
Queremos um Brasil livre deste preconceito (de diferenciar as pessoas)
Quilombolas demonstram seu apoio
Quilombos são a forma que a esquerda usa os negros como massa de manobra
Quilombos servem para que negros sejam escravizados por outros negros
Racismo se combate parando de falar no assunto, é passado
Se quiserem vender suas terras, tem que vender
Seu sogro é o Paulo Negão
Somos todos uma só nação
Tem certeza que vence entre os negros
Terras quilombolas estão emperrando o desenvolvimento do Brasil
Terras quilombolas mantidas pelo Estado é uma situação de semiescravidão
Terras quilombolas prejudicam a economia pois as demarcações são feitas em terras produtivas visando acatar interesses estrangeiros
Transformar os quilombos em quilombutz (como os kibutz de Israel)
Tudo é racismo no Brasil

Um governo não se faz com diversidade, se faz com competência
Vídeo de apoiadores negros em passeata ironizando alegações de que os apoiadores de Bolsonaro são apenas a elite branca
Vitimismo

Apêndice T - Sentidos principais do Significante “Povo”

A direita é maioria, mas não se organiza
A maioria que não quer mais decisões de estado baseadas em ideologia
A nossa bandeira jamais será vermelha
A sociedade fica indignada com a impunidade com criminosos
A vontade do povo tem que prevalecer
A voz do povo pede pelo exército no executivo
Apelo às pessoas de bem
Aqueles cujos interesses deveriam ser atendidos
As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem
As minorias vão ter que se curvar às maiorias
As pessoas concordam que bandido bom é bandido morto
As pessoas estão cansadas do pacifismo
Caminhoneiros
Chega de coitadismo e luta de classes
Chegou a hora de nós, conservadores, erguemos nossa voz e mostrarmos nossos valores
Cidadão de bem que honra sua família e paga seus impostos
Cidadão de bem tem o direito de portar uma arma
Cidadão forte, Estado forte
Cidadão não pode ser preso se atirar em alguém em sua casa
Que respeita a família, contra as drogas, que combate radicalmente a criminalidade e a corrupção em nossa política
Deve estar preparado para a luta patriótica contra o comunismo e a esquerda
Deve ir às ruas para defender sua liberdade
Deve participar da política e pressionar seus representantes e a mídia
Deve tomar a dianteira do processo político
Direito ao porte de arma para cidadãos de bem
É obrigação dos pais cobrar que seus filhos sejam educados e não doutrinados nas escolas
É quem realmente trabalha e produz
Em 2018 vamos eleger alguém que tenha Deus no coração, o respeito à família e o amor à pátria para a cadeira presidencial
Espírito de união entre os brasileiros
Estatuto do desarmamento só desarmou o cidadão de bem
A sociedade cansou-se da depreciação
Família tradicional brasileira
Família, propriedade privada e religião
Governo de pessoas decentes, patriotas e que tem Deus no coração
Homens de bem, homens de família, nós somos a maioria
Juiz Sérgio Moro é ídolo dos brasileiros honestos
Maioria honesta que falará mais alto que a estridente minoria composta por canalhas
Melhor 600 vagabundos mortos do que 1 cidadão morto
Não podemos aceitar a política desarmamentista para o cidadão de bem
Não podemos nos dividir
Nas ruas com o povo
Nós não aceitamos o comunismo
Nós somos 90% da população, cristãos
Nós somos diferentes deles, abominamos o comunismo, abominamos o socialismo
Nós somos os brasileiros
Nós, conservadores, pessoas de bem, patriotas, que cremos em Deus, passaremos por cima destes que não têm pátria
Nossa sociedade é conservadora
O afastamento de Dilma foi uma luta de todos
O Brasil é nosso, dos conservadores
O Brasil forte e seguro de ontem pela falta de patriotismo de alguns transformou-se no caos de hoje
O Brasil será de todos os brasileiros
O cidadão brasileiro vai para os EUA para fugir da violência e da alta carga tributária
O cidadão de bem precisa estar armado para reagir à esquerda (MST/MTST...)

O Cidadão de bem que honra sua família e paga seus impostos
O cidadão de bem tem que ter arma em casa
O povo brasileiro clama por mais segurança
O povo brasileiro é ordeiro
O povo brasileiro nunca esteve com o PT
O povo brasileiro sente falta do tempo dos militares
O povo concorda que os Direitos Humanos no Brasil só defendem vagabundo
O povo é de direita
O povo está cansado da corrupção
O povo está cansado das mentiras de políticos autointeressados
O povo humilde quer o melhor para o Brasil
O povo quer disciplina e liberdade para termos ordem e progresso
O povo vê em Bolsonaro a imagem paterna que o país sentia falta
O que ele defende está no coração do povo
O STF tem que respeitar o povo brasileiro
Ocupar a cadeira presidencial não por razões pessoais, mas pelo povo
Orgulho de ser brasileiro
Os pais concordam com ele de que as crianças não devem aprender sobre sexo na escola
Patriotas não se vendem
Pede a volta dos militares porque tem saudade dos valores da época do regime militar
Pela defesa das crianças e da família
Pessoas de bem
Pessoas decentes (empreendedores, trabalhadores...)
Precisamos ter orgulho da nossa bandeira como os americanos
Quanto mais Direitos Humanos mais violência contra o cidadão de bem
Retirar o PT do poder é o dever de cada brasileiro patriota
Robôs do Bolsonaro
Saudade dos tempos antigos
Somos todos iguais
Somos todos uma só nação
Temos a obrigação de mudar o estado de coisas
Todos nós, juntos, temos como endireitar esse Brasil
Um só povo, uma só raça, um só coração, uma só bandeira verde e amarela
Vamos juntos mudar os rumos da nossa nação
Vamos unir o povo brasileiro
Vocês que fazem manifestação pelo Brasil estão salvando a nossa pátria

Apêndice U - Sentidos principais do Significante “PT”

A ABIN planta notícias para justificar Estado de Defesa
Amigo de Haddad afirma que Jesus é gay
Apoia as FARC
Apoia Regime Venezuelano
Apoia terroristas
Apoiadores do PT são vagabundos
Apoio todo tipo de lixo moral
As famílias dos médicos cubanos são reféns
Bolivarianismo
Bolsa-Família como voto de cabresto
Caso Eduardo Campos
Celso Daniel
Contra a democracia
Corrupção generalizada
Cria narrativas para acabar com a imagem de Bolsonaro
Cubanos fantasiados de médicos
Defende criminosos
Destruiu a economia do Brasil
Detesta os ricos
Dilma era terrorista comunista
Discurso de ódio
Ditadura do PT quer tirar os poderes do STF
Doutrinação das crianças através das escolas públicas
É autoritário
É populista
Elegeu suas forças armadas como inimiga da pátria
Estatísticas do governo são mentirosas
Estimula invasões de terras via MST ou jogando índios contra brancos
Estimula o ódio entre os brasileiros e a divisão da sociedade
Favorável à liberação das drogas
Financia ditaduras
Foro de São Paulo
Frauda as eleições por meio da urna eletrônica
Fraudes do Bolsa Família
Governo desarmou o povo por questões ideológicas
Governo PT não valoriza as Forças Armadas
Haddad é inimigo da família brasileira
Haddad é o poste do Lula
Haddad muda discurso para enganar o povo (adota a bandeira do Brasil e diz que defende a família...)
Haddad quer fazer reforma agrária para beneficiar grupos organizados
Haddad queria que o filho do pobre aprendesse sexo na escola com 6 anos de idade
Impeachment
Kit gay
Lula não aceitaria passivamente ir para a cadeia se não tivesse um plano B
Lula quer aumento de impostos
Lula roubou todas as nossas esperanças
Lula tira sarro dos pobres
Lula vai apodrecer na cadeia
Mais Médicos é forma de financiar a ditadura Cubana e o Foro de São Paulo
Mais Médicos são militares e terroristas infiltrados
Membro do Foro de São Paulo
Mensalão
Não defende os verdadeiros trabalhadores
Não deixará o poder nem que perca nas urnas
Não foi pensando em diminuir a criminalidade que o PT desarmou o povo brasileiro
Não tem compromisso com a democracia e a liberdade

O currículo escolar prioriza ideologias, homoafetividade, socialismo
O exército do PT é o MST e conta também com milhares de cubanos travestidos de médicos, além de centenas de haitianos e iranianos
O Presidente em 2002 não seria Lula, mas com toda certeza, o deputado Luís Eduardo Magalhães, que morreu de forma trágica
O PT censura a imprensa cortando verbas publicitárias do governo para TVs que divulgaram as manifestações contra o governo
O PT do Brasil nasceu com Hitler
O PT é fascista
O PT é uma máquina de mentiras e corrupção
O PT elimina qualquer um que ouse cruzar seu caminho
O PT mudou seu discurso no 2° turno
O PT não respeita o Judiciário
O PT negou o 13° do Bolsa Família em 2007
O PT quebrou o país
O PT quer acabar com os valores familiares
O PT se prepara para não deixar o poder por quaisquer que sejam os meios
Odeia a propriedade privada e os ricos
Os médicos cubanos doutrinam as pessoas mais pobres
Os médicos cubanos precisam entregar seus passaportes ao entrar no Brasil
Partido Nazista era o PT da Alemanha
Petistas precisam ser banidos da política
Petralhada, vai tudo vocês pra ponta da praia
Petrolão
Política de ódio
Prejudica o empresariado brasileiro, que paga seus impostos e geram recursos para programas assistencialistas (Bolsas)
Preocupa-se mais com bandidos do que com o cidadão de bem
Programas assistencialistas jogam dinheiro fora com fraudes e não resolvem o problema
Projeto de poder absoluto
PT aparelha o TSE
PT apela para Fake News
PT construiu obras em outros países com dinheiro do povo brasileiro
PT é a volta do passado, da corrupção e da destruição da família
PT não terá mais vez em nossa pátria
PT promove a sexualização precocemente as crianças e favorece a pedofilia através da ideologia de gênero
PT usa Gramscismo nas escolas;
PT, PSol e PSDB são o que há de pior na política brasileira
Quebrou a Petrobrás
Quem criou o Kit Gay foi o Haddad
Quer roubar a liberdade do povo e prostituir as crianças
Quer transformar o Brasil em uma Venezuela
Responsável pelo maior esquema de corrupção da história do Brasil e do mundo
Retira direitos do povo para compensar os rombos da corrupção
Retiraram a possibilidade do professor exercer sua autoridade na sala de aula
São inimigos
Saqueia o Brasil
Se o PT voltar, nossa liberdade e democracia estarão ameaçados
Se preocupa mais com bandidos e vagabundos do que com os cidadãos de bem
Tem milhares de agentes cubanos infiltrados no país
Tem projetos ditatoriais e comunistas
Todos que possam ameaçar o projeto de poder do PT morrem ou saem de cena misteriosamente
Usa aviões da FAB para interesse do partido
Usa minorias para seu projeto de poder
Usa políticas assistencialistas de forma eleitoreira
Usam estudantes como massa de manobra por um projeto de poder
Viés ideológico voltado para países que nunca admitiram liberdade em seu solo

Apêndice V- Sentidos principais do Significante “Relações Exteriores”

A Base aérea de Alcântara poderia ser alugada para lançar satélites para vários outros países
A China está comprando o Brasil
A China já domina Angola
A China tem um projeto de dominação mundial
A maioria dos Venezuelanos que chegam ao Brasil não tem preparo profissional
A nova guerra que está aí é a guerra amarela
A situação da Venezuela é um alerta ao Brasil
A UNESCO não respeita a família e a cultura cristã, propaga a ideologia de gênero
A UNESCO se manifesta pró-Palestina
Afastamento de Paraguai do Mercosul foi para que a Venezuela pudesse entrar
Almoço com embaixadores
Argentina e Venezuela começaram a se livrar do socialismo
Bilateralismo
Boas relações com Mauricio Macri
Bolsa família para haitianos é só para engrossar o exército do MTST em São Paulo
Brasil abre brechas para a religião do norte da África que quer dominar o mundo
Brasil devia estar impondo sanções à Venezuela
Brasil precisa de um campo de refugiados para os Venezuelanos
Campos de refugiados na fronteira
Convenção de Genebra é pra inglês ver
Coréia do Sul é um país que tem muito a nos ensinar
Crime e prostituição aumentaram em Roraima com o aumento de venezuelanos
Dar poder de polícia e retaguarda jurídica para as Forças Armadas trabalharem nas fronteiras
De acordo com a Nova Lei de Migração qualquer um que vem pro Brasil tem mais direito do que os brasileiros
Desmistificar a imagem que a imprensa criou de Bolsonaro no exterior
Dilma construiu o Porto de Mariel em Cuba com dinheiro do BNDES
Dilma entregou o potássio brasileiro para o Canadá
Dilma propôs diálogo com o Estado Islâmico
Dilma toma decisões de Estado ouvindo as inteligências de Cuba e Venezuela
Dória é favorável à Lei de migração
É preciso se voltar para outros países, com viés não tão ideológico
Em 2015 Dilma Rousseff assinou Acordo de Educação com a Palestina, que na verdade visava atender ao Hamas.
EUA colaboraram para que o Brasil não se transformasse em uma Cuba no passado
EUA e Israel são parceiros estratégicos em possível mandato como presidente
Exaltação dos valores estadunidenses
Extraditar o terrorista Cesare Battisti
Facilitar visto para cidadãos de alguns países sem necessidade de reciprocidade
Fará o possível para que o governo de Maduro seja destituído
Fazer acordos com países de 1º mundo para explorar nossa biodiversidade
Fazer comércio com o mundo todo
Filipinas tomou decisões com bons resultados contra violência
Foro de São Paulo
Gostaria de lutar ao lado dos EUA
Governo PT aproveita a crise migratória do norte da África para receber terroristas do estado islâmico
Interesse de embaixadores estrangeiros em sua eleição
Invasão de venezuelanos em Roraima
Israel é um parceiro a ser exaltado e de quem o Brasil tem muito a aprender
Israel é uma grande nação, amante da democracia e da liberdade
Israelense apenas se defendem para proteger o estado
Jerusalém capital de Israel
Lei antiterrorismo
Lula fez acordos com o Iraque
Lula recebeu dinheiro de Kadafi na Líbia
Mercosul tem orientação ideológica

Mostra imigrantes venezuelanos para dizer que o Brasil está indo pelo mesmo caminho
Mostrar para o Capital mundial o que o Brasil tem a oferecer
Muitas empresas brasileiras estão indo para o Paraguai por causa da energia barata
Não fará parcerias com a Venezuela
Não podemos vender nossas riquezas para a China
Não se pode admitir a entrada de refugiados indiscriminadamente, sobretudo daqueles com culturas muito diferentes da nossa
Nenhum deputado do PT condenou os ataques de 11 de setembro nos EUA
No Brasil também sofremos com aqueles que querem levar o país ao socialismo, assim como eles sofrem com as inverdades na Palestina
Nova lei de imigração poderá trazer o caos para o Brasil
Nova lei de migração abre brecha para pedofilia e poligamia
O Brasil é parcialmente responsável pela situação da Venezuela pq o PT apoiou Chávez
O Brasil já tem infiltrados comunistas e socialistas
O Brasil não pode ser o destino de milhares de refugiados agravando mais ainda nossos problemas de saúde, segurança e educação
O Brasil não será mais motivo de chacota para o mundo
O Brasil tem que parar de ser inimigo dos EUA
O governo brasileiro já devia ter chamado o Embaixador de volta da Venezuela
O maior parceiro comercial do Brasil deveria ser os EUA, até por uma questão de valores
O primeiro mundo busca intervir no território brasileiro em nome dos direitos humanos e do meio ambiente
O que Japão, Israel, Coréia do Sul... não têm e o que são, o que o Brasil tem e o que não somos
O resultado das eleições nos EUA será determinante para o futuro econômico brasileiro
Paraguai está crescendo porque deu liberdade para os seus empresários
Pareceria com o Paraguai, que tem um presidente de direita
Precisamos da ajuda dos EUA para enfrentar as ameaças ao Brasil
PT construiu obras em outros países com dinheiro do povo brasileiro
PT investiu dinheiro dos brasileiros em obras no Paraguai
PT se afastou dos EUA
PT se aproximou das piores ditaduras do mundo
PT tem viés ideológico voltado para países que nunca admitiram liberdade em seu solo (China)
PT usa o BNDES para fazer empréstimos internacionais duvidosos
PT vendeu jazidas de Nióbio para a China
Quando Evo Moraes expropriou a refinaria brasileira, Celso Amorim disse que o Brasil estava tendo uma atitude imperialista
Reservas indígenas e quilombolas são estratégia de países estrangeiros para dominar nossas riquezas
Rótulo de Xenófobo e racista não colou em Trump
Se fosse presidente, também retiraria o Brasil da UNESCO
Se não fossem os americanos, todos nós estaríamos falando alemão, e eles colaboraram com 1964
Se o Brasil continuar escolhendo mal seus representantes, chegaremos ao mesmo estado da Venezuela
Só podemos evoluir se nos apoiarmos em Países como os EUA, Japão, Coréia do Sul e Israel
Tecnologia de piscicultura e dessalinização importadas de Israel
Temos que nos afastar da Venezuela
Triagem de refugiados para identificar criminosos entrando em nosso país
Triplo A
Trump sabe que nós existimos
Um enfoque maldoso sobre o Agronegócio pode prejudicar nossas exportações
Vender terras para chineses é a morte do nosso agronegócio
Venezuela quer uma desculpa para criar conflito
Viés ideológico voltado para países que nunca admitiram liberdade em seu solo
Voto impresso foi decisivo para que a Direita ganhasse na Argentina

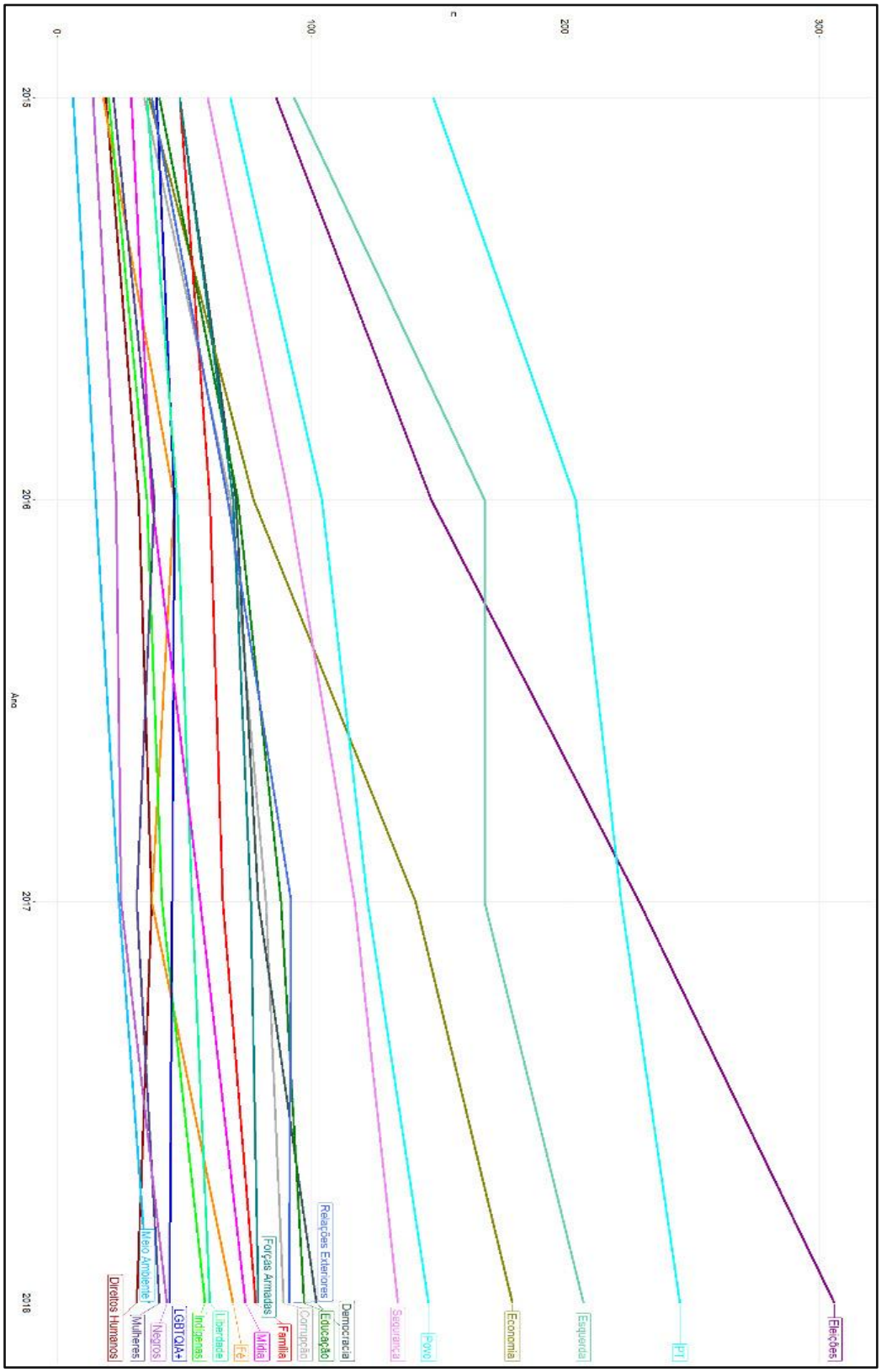
Apêndice X - Sentidos principais do Significante “Segurança”

A arma é mais importante do que a defesa da vida
A esquerda prega o desarmamento, mas rodeia-se de seguranças armados
A esquerda quer a desmilitarização da polícia
A falta de segurança e os direitos humanos prejudicam o turismo, que poderia gerar mais renda ao país do que o Agronegócio
A forma como policiais armados reagem a assaltos mostra que o porte de arma é a melhor solução
A intervenção militar no RJ por Temer é política
A melhor arma para uma mulher contra o estupro é ter uma arma dentro de casa
A polícia militar é tão vítima quanto a sociedade
A polícia não chega atirando
A polícia no Brasil é isenta
A polícia tem que bater mesmo
A principal causa da violência é a política de Direitos Humanos
A sociedade fica indignada com a impunidade com criminosos
A sociedade terá que escolher se fica do lado de políticos que defendem bandidos ou do lado de Bolsonaro e da polícia
A única maneira de garantir a vida é com a posse de arma de fogo
Admiração pelas leis dos EUA
Agravamento de penas para determinados crimes
Algumas pessoas são favoráveis à milícia pois elas garantem a segurança local
Alterar código penal para garantir a legítima defesa do cidadão
Apoio à Polícia Militar do Espírito Santo
Apoio ao trabalho forçado de presidiários
Após a missão o soldado tem que ser condecorado e não processado
Após o desarmamento, ano após ano o número de homicídios por arma de fogo só aumenta
As pessoas estão cansadas do pacifismo
Aumento do tempo de cumprimento de pena para a progressão
Auxílio Reclusão é estímulo à criminalidade
Bandido bom é bandido morto
Bandidos são a escória da humanidade
Banir os direitos humanos
BOPE
Cartão de visita para MST é cartucho 762
Cartão de visita para vagabundo é cartucho de fuzil
Caso Ana Hickmann
Castração química
Chaves desarmou a população na Venezuela para implementar a ditadura
Cidadão de bem tem o direito de portar uma arma
Cidadão não pode ser preso se atirar em alguém em sua casa
Compromisso de tirar o Brasil das páginas policiais
Contra a política de desencarceramento
Contra a progressão de pena
Contra o Estatuto do desarmamento
Crime e prostituição aumentaram em Roraima com o aumento de venezuelanos
Crime está no DNA dos criminosos
Crime passional não usa arma de fogo
Cumprir a reintegração de posse
Da polícia não tem bala perdida
Defende o trabalho forçado de presidiários
Defesa da pena de morte
Defesa da tortura contra criminosos
Desarmamento não diminuiu o número de homicídios
Descontrolada entrada de milhares de estrangeiros, sem qualquer qualificação, no Brasil
É difícil distinguir tortura de quando a polícia age com rigor
É preciso investir em presídios
Esquerda defende bandidos e Bolsonaro quer prendê-los

Esvaziando as cadeias de marginais acabaremos enchendo os cemitérios com inocentes
Excludente de ilicitude
Extinção da audiência de custódia
Falta de segurança prejudica a economia que poderia decolar com o turismo
Favorável à prisão perpétua
FHC criou o Ministério da Defesa, que é inútil, retirando do cenário político a participação democrática dos militares
Filipinas tomou decisões com bons resultados contra violência
Fim da visita íntima nos presídios
Fim do Auto de Resistência é a vitória da bandidagem
Flexibilizar a posse da arma de fogo
Gays deveriam ter armas para se defender
Guerra contra as drogas
Haddad quer desmilitarizar as polícias
Haddad tem política de desencarceramento
Haddad tem propostas ridículas para diminuir a violência, como melhorar a iluminação nas ruas
Homenagem à Polícia Federal
Impor o terror contra a bandidagem
Intervenção militar no RJ precisa de retaguarda jurídica para que os soldados possam agir sem responsabilização
Maior controle da entrada de drogas e armas nas fronteiras
Maior tempo de pena para progressão de regime
Melhores condições para os policiais no combate ao crime
Menos impostos para venda de armas
Ministério da Defesa é patético
Ministro Raul Jungmann é um comunista desarmamentista
MST é uma ameaça
Não dorme sem uma arma ao lado
Não está preocupado com os 600 mil encarcerados, mas com os cidadãos presos dentro de casa
Não fala mais em pena de morte
Não foi pensando em diminuir a criminalidade que o PT desarmou o povo brasileiro
Não há economia sem segurança
Não há vítima da sociedade, a sociedade é vítima
Não pode haver interpretação romântica da lei
Não podemos aceitar a política desarmamentista para o cidadão de bem
Não temos legítima defesa no Brasil
No período militar o cidadão de bem podia comprar sua arma na Mesbla
O Brasil tem jeito
O discurso pacifista é hipócrita e criado por intelectuais desconectados com a realidade
O Estado não tem condições de dar segurança pra todo mundo
O homem só respeita o que ele teme
O policial tem que ter direito de matar
O PT aposta no caos pelo poder
O registro da sua arma de fogo seria definitivo
O ser humano só respeita o que ele teme
OAB defende vagabundos
ONGs desarmamentistas são financiadas por governantes e fundações estrangeiras
ONGs e defensores dos direitos humanos são vagabundos e não se importam com a vida dos policiais
ONGs faturam com o aumento do número de marginais menores de idade
Os policiais são os nossos verdadeiros heróis, e não homens de terno e gravata que criam leis em uma realidade hipotética
Pacifismo não resolve nada
Parabéns ao TJ que se colocou ao lado da Polícia Militar e da Sociedade ao anular as decisões de Tribunais de Júris no caso Carandiru
Pena de Morte - Defendida para traficantes, pedófilos e estupradores
Pirralhos invadindo escola são marginais
Polícia com retaguarda jurídica para fazer valer a lei no lombo da petralhada
Policiais precisam de garantias legais para exercer sua função sem medo de punições

Policial que não mata, não é policial
Policial tem que ter carta branca para matar
Política de planejamento familiar é o primeiro passo para a segurança
Política precisa de retaguarda jurídica para poder agir, inclusive matando
Políticas devem atender a família das vítimas e não a dos bandidos
Por decreto abriria prazo para legalizar todas as armas
Porte de arma é defesa da liberdade
Porte de arma é legítimo direito de defesa
Posse de arma de fogo com critérios
Precisamos mudar a legislação
Prega a não-violência
Preocupado com a vida dos policiais
Preservar a vida das pessoas de bem
Presidiários não devem ter direitos
Presidiários não tem conserto
Prisão não é para recuperar, é pra tirar do convívio da sociedade
Privatizar presídios: fazer presídios agrícolas
Projetos para agravamento de penas por estupro
Proprietário rural vai ter fuzil
Proprietário URBANO ou RURAL, armado, deve poder defender sua propriedade privada de invasores ou marginais, como por exemplo o MST
Quanto mais Direitos Humanos mais violência contra o cidadão de bem
Quem mata não é arma, é quem está atrás delas
Quem não quer ir para a cadeia é só não fazer besteira
Redução da maioridade penal
Redução dos benefícios dos presidiários
Registro definitivo para armas de fogo
Se o Estado bota uma arma na mão do policial, é para usá-lo
Se um dia for presidente, o cidadão de bem terá direito à posse de arma de fogo
Soldado meu que vai à guerra não senta no banco dos réus
Somente a fé o mantém os policiais defendendo a sociedade
Temos que lutar pela paz mas não podemos ser pacifistas
Tirar do código penal a figura do excesso
Violência aumentará se candidatos de esquerda forem eleitos
Violência prejudica o turismo
Violência se combate com violência

Apêndice Y – Frequência Temporal dos Significantes (2015-2018)



Anexos

Anexo A - Estrutura teórico-discursiva do nacionalismo e do populismo.

TABLE 1
Discourse-theoretical conceptualisation of nationalism and populism

Formal criterion	Nationalism	Populism
Nodal point of chain of equivalence, and claim to represent	The nation and/or the people-as-nation	The people-as-underdog
Subject position offered	Citizen of "the nation"	Member of "the people"
Outside constitutive to creation of chain of equivalence/identity	Non-members and/or other nations	The elite/establishment
Orientation of relation between nodal point and constitutive outside(s)	Horizontal: in/out (membership, identity—related to shared territory and time)	Vertical: down/up (hierarchy, power, recognition, incorporation, socio-economic and/or socio-cultural position)

Fonte: De Cleen and Stavrakakis, 2017.